

CADERNOS
DO
NOSSO TEMPO



PANORAMA INTERNACIONAL

ESTADOS UNIDOS * RÚSSIA * AFRICA *
EXTREMO ORIENTE * AMÉRICA

PANORAMA NACIONAL

A DENÚNCIA JOÃO NEVES * SITUAÇÃO POLITICA
BRASILEIRA * TRÊS ETAPAS DO COMUNISMO
BRASILEIRO * QUE É O ADEMARISMO? * O MORALISMO
E A ALIENAÇÃO DAS CLASSES MÉDIAS * CONDIÇÕES
PARA O EQUILÍBRIO DO BALANÇO DE PAGAMENTO
DO BRASIL

ENTREVISTA

PALESTRA COM O Sr. PAZ ESTENSSORO

ESTUDO

O PROBLEMA DO NEGRO NA SOCIOLOGIA-BRASILEIRA

RIO DE JANEIRO, 1954

2

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLITICA

IBESP

COMISSÃO EXECUTIVA

Helio Jaguaribe, *Secretario Geral* — Ewaldo Correia Lima — Guerreiro Ramos — Roland Corbisier — Romulo Almeida

CADERNOS DO NOSSO TEMPO

REVISTA DE CULTURA E INFORMAÇÃO POLÍTICA

DIREÇÃO

Helio Jaguaribe, *Director* — Ewaldo Correia Lima, *Redator Chefe* — Carlos Luiz de Andrade e Ottolmy Strauch, *Secretários*

CONSELHO DE REDAÇÃO

Candido Antonio Mendes de Almeida, Carlos Luiz de Andrade, Ewaldo Correia Lima, Fabio Breves, Guerreiro Ramos, Helio Jaguaribe, Ignacio Rangel, Israel Klabin, J. P. de Almeida Magalhães, José Ribeiro de Lira, Heitor Lima Rocha, Moacir Felix de Oliveira, Oscar Lourenzo Fernandez, Ottolmy Strauch, Roland Corbisier, Romulo Almeida

Assinatura (4 números):

Brasil — Cr\$ 100,00
Exterior — Us\$ 4,00
Assinatura de apóio — Cr\$ 500,00
Assinatura de ajuda — Cr\$ 2.000,00
Número avulso — Cr\$ 30,00

Administração: Rua do Ouvidor, 50 — 11.º andar, Tel. 23-6227

DISTRIBUIDOR GERAL:

EDITORIAL ANDES LTDA. — Largo da Carioca, 11 - 2.º Tel.: 42-2741

End. Telgr. Selesportivas — Caixa Postal 4318 — Rio de Janeiro

CADERNOS DO NOSSO TEMPO

MARCA REGISTRADA NO D.N.P.I., SOB O N.º 151.921

1954

JANEIRO-JUNHO

N.º 2

A CRISE DO NOSSO TEMPO E DO BRASIL

Por honrosa incumbência da Comissão Executiva do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, toca-me pronunciar a aula inaugural dos cursos de seminários organizados por este Instituto, com o auxílio da CAPES. (*)

Ao darmos início a esta iniciativa, tão importante, no que se refere ao seu objeto e aos seus propósitos, quanto insuficientemente representada, neste momento, por mim, mal indicado introdutor destes cursos, importa salientar, antes de tudo, a solícita e esclarecida assistência que este Instituto recebeu do Sr. Ministro Antonio Balbino, e do Prof. Anísio Teixeira, secretário-geral da CAPES, cuja palavra generosa e sábia acabamos de ouvir. Os meus vínculos com o IBESP tornam-me suspeito para falar à respeito desses dois grandes educadores, num ensejo em que o Instituto que represento sente-se tão grato pelo apóio que deles recebe. Seja-me permitido, no entanto, destacar apenas o fato de que, sob a gestão do Ministro Balbino, assessorado por homens da qualidade de Anísio Teixeira, o Ministério da Educação rompeu, afinal, sua letargia burocrática para, deixando de ser um mero cartório registrador de diplomas, se transformar num centro propulsor de cultura e animador da vida espiritual do país. Oxalá criem raízes nesta Casa estas novas diretrizes, assegurando-lhes continuidade.

Dir-vos-ei, agora, duas palavras, sobre estes cursos que ora se iniciam. Trata-se de um conjunto de doze cursos de seminários, cada um dos quais dotado de suficiente individualidade, mas organizados, de fato, dentro de três rubricas. Destina-se o primeiro conjunto de cursos a colocar algumas questões fundamentais para a interpretação da nossa época. O segundo, tem por

(*) Palavras pronunciadas pelo companheiro Helio Jaguaribe, secretário-geral do IBESP, por ocasião da cerimônia inaugural dos cursos de seminários, a 10 de maio último, no Auditório do Ministério da Educação — Rio de Janeiro.

tema o problema brasileiro e se encaminha para uma compreensão histórico-sistêmica do mesmo. O terceiro conjunto de cursos visa a proporcionar uma visão dos problemas de desenvolvimento econômico-social.

Obedecem, assim, todos esses cursos, ao propósito geral de ensinar uma introdução ao entendimento do nosso tempo e do nosso país. É essa uma tarefa espontânea e fácil, quando se verifica o ajustamento dos homens à sua circunstância. É certo que, ainda em tal hipótese, a maioria das pessoas não saberá, conceitualmente, definir ou caracterizar o seu próprio tempo ou o seu próprio país. Mas não é necessário conceituar as coisas para entendê-las vitalmente e é esse entendimento vital o que se verifica quando os homens se ajustam à sua época e à sua comunidade. Muito ao contrário, torna-se extremamente difícil e inseguro entender o próprio tempo e o próprio país quando se rompe tal ajustamento. O que antes dispensava esclarecimento ou investigação, por ser óbvio e como considerado por todos, torna-se confuso e problemático. Em tais momentos e circunstâncias, nada mais é dado aos que desejam preservar sua autenticidade, senão reavaliar as crenças à luz de novas idéias. Quando não se pode mais viver o mundo é indispensável pensá-lo de novo, desde seus fundamentos. E para esse fim a tomada de consciência da crise é o primeiro passo.

Estes cursos de seminários do IBESP são um esforço de tomada de consciência da crise do nosso tempo e do nosso país. Outro não é o objetivo do próprio IBESP. Mas nem o IBESP, em geral, nem estes cursos, em particular, pretendem se inscrever no âmbito de um mero teorismo acadêmico. A partir do momento em que a cultura ocidental compreendeu que o processo do homem nem era o puro efeito de uma liberdade incondicionada, nem era um processo natural, ou seja, nem era apenas ética nem era física, mas era um processo cultural, é dizer, era história, a partir desse momento, que corresponde à autoconsciência histórica que se verificou em meados do século XIX, não são mais lícitas duas maneiras de compreender a crise. A primeira, a que considero os fatos à luz de um sistema de normas eternas e universais para proclamar a necessidade de se ajustar o real à norma, mediante um puro esforço ético. A segunda, a que contemple os acontecimentos humanos como fenômenos indiferentes e neutros, sujeitos a certas leis que os conduzem a determinados resultados.

Nossa exigência, a partir do historicismo, tem de ser outra. É preciso compreender o mundo para se operar nele eficazmente. As normas éticas são relativas e condicionadas e somente através da utilização das forças objetivamente existentes numa co-

munidade se pode provocar modificações nessa comunidade, alterando-se a relação de tais forças. Por outro, como proclamava Marx, não basta conhecer o mundo; é preciso transformá-lo. O mundo não está sujeito a uma ordem natural que se imponha como imutável ou se apresente como a melhor possível. O mundo resulta do uso que dele fazem os homens.

É por tais razões que o IBESP e estes cursos de seminários, que hoje inauguramos, nem se colocam diante da crise numa posição moralista, que tudo esperasse da liberdade e confiasse na validade eterna e universal de qualquer norma ética, nem se colocam numa posição objetivista, que julgasse a história algo do externo, objetivo e fatal, para os homens, que estes só pudessem compreender, sem modificá-la.

É propósito destes cursos, por isso, empreender, ao mesmo tempo, um esforço de compreensão da problemática do nosso tempo e do nosso país e uma tentativa de determinação das condições requeridas para a superação da crise. E assim, como a crise do nosso tempo e a do nosso país, sob os seus principais aspectos, venha a ser o objeto destes cursos, parece conveniente que, nesta palestra inaugural, se faça um esforço para compreendê-la sinteticamente, apreciando-se a crise do nosso tempo e a do nosso país numa visão integrada e correlacionada. É o que a seguir procurarei fazer.

O PROBLEMA DO NOSSO TEMPO

O nosso tempo, além de ser, quantitativamente, um certo período do calendário é qualitativamente, o sistema de valores e de modos de vida em que nos achamos inseridos. Esta inserção se verifica de três maneiras distintas: estamos inseridos em nosso tempo no sentido de vivermos o presente histórico como presente biográfico; estamos nele inseridos, também, no sentido de sua configuração imediata ter sido concomitante com a nossa própria e mutuamente condicionada; enfim, estamos inseridos no nosso tempo no sentido de ele ser um processo teleológico imediatamente resultante dos projetos socialmente prevalentes, que são, concomitantemente, o produto de nossos próprios produtos individuais e a pauta dentro da qual se modelam e orientam nossas intenções e nossos designios.

O nosso tempo, como hoje já o reconhece a quasi unanimidade de nossos contemporâneos, é uma época de crise, não apenas no sentido de experimentar uma crise senão no de ser constitutivamente crítico. E nisto é que mais se diferencia o nosso tempo de quasi todas as épocas precedentes.

E' certo que todos os tempos acusaram a existência de crises. Mas o fato de todos os tempos serem palco de crises e implicarem elementos de crise não nos deve levar a confundir a crise de uma época com uma época de crise. Todos os tempos são críticos porque são tempos do homem, cuja condição no mundo é essencialmente crítica, no sentido mesmo da etimologia do termo, que significa separação e abismo. E a condição do homem é crítica porque implica, constitutivamente, nas antinomias subjetividade-objetividade, liberdade-necessidade, temporalidade-eternidade, contingência-absoluto, imanência-trascendência. O homem é sujeito e objeto de si mesmo e da história e por isso é livre e é condicionado. O homem, seus projetos e suas obras são temporais como processo fenomênico e eterno, como experiência pura de identidade e de intencionalidade. Por isto o homem está sujeito ao contingente e ao absoluto, ao imanente e ao transcendente. E essa condição essencialmente crítica do homem faz que todos os tempos contenham uma dimensão crítica e sejam o espaço em que se objetiva a crise do homem.

É muito diverso, no entanto, o caso das épocas que, além de comportarem a crise, são elas mesmas críticas. O que diferencia estas últimas épocas, é a circunstância de os valores e os modos de vida em que consistem serem antinômicos, nos seus respectivos planos, e antinômicos, nas suas relações mútuas. Em outras palavras, pode-se observar que as crenças de uma época e os hábitos nela socialmente vigentes se relacionem com coerência, quer no sentido de as crenças se ajustarem umas às outras, quer no de elas se ajustarem aos hábitos, e pode verificar-se o caso oposto, as crenças implicando sua mútua contradição e se divorciando da prática efetiva da vida social. Este último caso é o das épocas de crise. E tal é o caso do nosso tempo.

A crise do nosso tempo é, simultaneamente, a crise das crenças que presidem à nossa vida e a crise dos modos pelo qual esta concretamente se processa. Do ponto de vista dos fatores ideais, ou seja, das crenças, a crise do nosso tempo, originariamente, é a crise do cristianismo, como religião e como cultura. Do ponto de vista dos fatores reais, ou seja, dos modos concretos de vida, a crise do nosso tempo é originariamente a crise de nossas relações materiais de convivência, como relações de produção e como relações de poder.

Outras épocas, além da nossa, foram também épocas críticas. Assim, no curso da civilização ocidental, foram críticas épocas como a do ocaso da Idade Média, como a do advento do Absolutismo e como a da Revolução Francesa. Em tais épocas tam-

bém entraram em crise, ao mesmo tempo, as crenças que pautavam a vida das épocas precedentes e as relações de convivência, tanto no plano econômico como no político. Isto não obstante, a nossa época é crítica num sentido ainda mais profundo. As crenças que entraram em crise, nas três épocas antes referidas como exemplo, constituíam o que se deve chamar de crenças adjetivas. Os homens continuavam a ser cristãos, no sentido religioso do termo, e mais ainda, no cultural. Discutiu-se se o poder temporal dos Papas imperava sobre o dos reis, se a definição dos artigos de fé competia à autoridade religiosa ou à autoridade da consciência, ou se Deus intervinha diretamente no mundo, ou se fazia indiretamente, como autor de uma ordem cósmico-histórica que dotara de certas leis e passara a funcionar automaticamente de acordo com estas. Nem se punha seriamente em questão a existência de Deus, concebido em termos cristãos, nem muito menos estavam em jogo os valores fundamentais da civilização cristã, como a racionalidade do homem e do mundo, a liberdade daquele, a finitude deste, etc.

Em nosso tempo, como nas épocas anteriormente mencionadas, estão em crise as crenças adjetivas, crise que se processa na antinomia liberalismo-socialismo, ou indivíduo-sociedade e se manifesta, mais ainda, pelas contradições inerentes a cada uma dessas posições. Além disto, porém, está em crise o próprio cristianismo, como religião e como cultura. Importa frisar que o cristianismo é aqui encarado enquanto intuição do mundo e sentimento da vida informadores de uma cultura; enquanto o seu contexto dogmático penetrou a concepção do mundo de um determinado período histórico. Estão fora de nossas cogitações, portanto, no que se refere ao cristianismo e às demais religiões, todas as questões de caráter teológico. Isto posto, verifica-se que perdeu o cristianismo, como religião, o seu poder carismático, ou seja, sua aptidão social a se afirmar como crença básica da vida, constituidora do saber de salvação e das condições para se alcançar a salvação, padecendo, aqueles mesmos que se consideram cristãos, da antinomia entre os valores religiosos e os científico-pragmáticos em que, realmente, baseiam sua existência. Mais do que isto, perdeu o cristianismo, como cultura, sua coerência interna e sua sistematicidade, que é uma exigência constitutiva da cosmovisão cristã. A coerência e a sistematicidade da cultura cristã terminaram com o idealismo hegeleano e o materialismo marxista, a partir dos quais nem foi mais possível manter a coerência das idéias e dos valores entre si, nem foi mais possível organizar racionalmente, numa visão sintética, todas as postula-

ções do saber. A crise do nosso tempo, por isso, atinge a todos os planos da vida. O cristianismo, como religião, continua sendo a religião do Ocidente, em que a maioria dos homens afirma crer. Privada do seu poder carismático, no entanto, a religião cristã não se impõe mais, socialmente, como o saber e o caminho da salvação. Os homens continuam aspirando à salvação, como realização total de suas potencialidades, mediante a preservação eterna e transfigurada de sua própria identidade. Mas não crêm mais na Providência Divina, nem no valôr meta-histórico da revelação. O cristianismo, como sistema filosófico-moral, continua formando o nosso repertório de idéias e de valores. Mas se torna difícil conciliar a crença na eternidade da alma, como sujeito transfenomenico de nossos atos, com a consciência da nossa essencial temporalidade. Nem conservamos da mesma fôrma o sentimento do pecado, como violação de uma norma divina absoluta e como risco de perdição eterna, porque se contradizem nossa intuição do bem e do mal, com nosso conhecimento da historicidade dos valores e da condicionalidade de nossos atos. Enfim o cristianismo continua sendo, juntamente como o legado clássico, a essência da cultura ocidental, de que somos produto e em que estamos vitalmente inseridos. Mas a intuição do mundo e o sentimento da vida que configuram a cultura ocidental não conseguem mais ordenar, coerente e sistematicamente, nossas idéias e nossos valores. A intuição de racionalidade do mundo se contrapõe às verificações de descontinuidade na ordem do ser. E o sentimento de transcendência se contradiz com o imanentismo de nossa expectativa de um paraíso terrestre.

A essa crise das crenças fundamentais se acresce a crise de nossas ideologias, em parte como efeito da crise cultural do Ocidente, e em parte como resultado do processo dialético das forças em jogo. O Ocidente tornou-se democrático, depois que a Ilustração e a Revolução Francesa consolidaram idéias e Tendências que vinham se impondo desde o Renascimento e do Mercantilismo. Mas a continuação do mesmo processo dialético levou, tanto na ordem teórica quanto na prática, à superação das crenças e dos modos e relações de produção em que se baseavam a liberal-democracia e o capitalismo-burguês. A ciência econômica desvendou o fato de que o mercado e a competição perfeitos são abstrações irrealizáveis, ao mesmo tempo em que revelava a inexistência, no processo econômico, da "mão invisível" que assegurava a auto-ordenação e auto-correção do processo. A prática econômica, por seu lado, deu consciência às massas assalariadas, no âmbito interno dos

países capitalistas, e às populações sub-desenvolvidas, no âmbito externo de sua pressão colonial, do fenômeno da espoliação.

Esquemáticamente, verificou-se o seguinte processo: durante a primeira metade do século XIX, enquanto a burguesia européia ainda tinha que lutar contra os remanescentes do poder e de ideologia do *ancien régime* e o capitalismo encontrava, na incipiente industrialização, as necessárias oportunidades de investimento, apoiadas, de um lado, pela facilidade na obtenção das matérias primas e na venda dos produtos elaborados, e, de outro lado, pela facilidade na obtenção de mão de obra abundante e barata, suprida pelo "exército de reserva", a burguesia se pôde manter na liderança do processo social, fundando seus interesses na ideologia liberal-democrática. A liberal-democracia, como toda ideologia historicamente representativa, tinha a capacidade de suscitar a adesão de outras classes, além daquela a cujos interesses servia diretamente. Nela se via o estatuto mesmo dos direitos do homem e a garantia das liberdades e do progresso, contra a tirania e o obscurantismo feudais. O capitalismo industrial, no entanto, à procura de maiores facilidades de suprimento de matérias primas, de novos mercados, de novas oportunidades de investimento, tornou-se, no âmbito externo, colonizador e imperialista. E a interligação entre o Estado e os grandes interesses da burguesia levou aquele a dar sua assistência a estes, quer sob a fôrma, no caso das grandes potências, de proteção das exportações, da navegação marítima ou dos investimentos no exterior, quer sob a fôrma, no caso dos países de estrutura mais débil, de defesa da economia interna contra a pressão de economias estrangeiras mais poderosas. Em ambos os casos tal política afastou a própria burguesia do liberalismo, salvo na medida em que este, como ocorreu no caso inglês, era um instrumento a serviço do imperialismo nacional. No âmbito interno, a luta contra as reivindicações operárias e contra a sindicalização levou a burguesia a posições anti-democráticas, como foi, notadamente, o caso da burguesia francesa, com Napoleão III e da burguesia alemã, com Bismark.

Em contraposição a esse declínio do capitalismo, como regime da produção, e da liberal-democracia, como seu estatuto justificador, desenvolveram-se as tendências socialistas, cada vez mais dominadas, na segunda metade do século XIX, pela linha marxista. O socialismo veio a se tornar, do último terço, do século passado até à 1ª Guerra Mundial, a linha de oposição ao predomínio da classe burguesa, à vigência do regime capitalista e à validade da ideologia liberal-democrática.

O que torna essencialmente crítico o nosso tempo, todavia, é o fato de o próprio socialismo, como ideologia e como prática política, ter entrado em crise antes de haver operado a revolução que se propunha.

O marxismo, sob a modalidade revisionista, que substituíra o conceito e o propósito de revolução pelo de evolução pôde oferecer, à *intelligentzia* inglesa da Sociedade Fabiana, as bases em que firmou a ideologia do *Labor Party*. A social-democracia alemã, até a 1ª Guerra Mundial, hesitando entre o revisionismo de Bernstein e o ortodoxismo de Kautsky, pôde encontrar, não obstante as mesmas bases teóricas e o mesmo impulso político na doutrina marxista. Enfim, Lenin, sustentando uma linha radicalmente revolucionária adotou o marxismo como fundamento teórico do movimento bolchevista, sem experimentar a necessidade da menor retificação. Até a 1ª Guerra Mundial, portanto, o socialismo, segundo a formulação que lhe deu o marxismo, constituía uma ciência da sociedade e uma programática para a ação política que podiam ser integralmente adotadas pelas forças de vanguarda, assim permitindo-se realiza-se, como ocorrera com a Revolução Francesa, essa divisão do trabalho entre duas gerações, a primeira lançando as bases teóricas de uma ação que a segunda iria empreender.

Hoje, já não é possível considerar o marxismo nos termos em que êle pôde ser visto, até Lenin. E' evidente que continúa a haver movimentos políticos que se afirmam marxistas ortodoxos. A Revolução Russa embora não logrando desencadear, como presumiam Lenin e Trotsky, a revolução mundial, estendeu seus efeitos para a Europa Oriental e a China. Isto não obsta, porém, a que o marxismo tenha adquirido, de um lado, o caráter de seita, e, de outro lado, a função de instrumento ideológico de propósitos diversos daqueles que sustenta.

Assim como a liberal-democracia, no mesmo passo em que perdia sua aptidão a regular as relações econômico-políticas efetivas, perdia igualmente, como ideologia sua validade teórica, à luz dos novos conceitos da ciência econômica, assim o marxismo vem sofrendo as contradições internas à sua realização, como regime, e vem perdendo validade teórica, em face da cultura contemporânea. Daí a profunda diferença entre os opositores do marxismo até a 1ª Guerra Mundial, e alguns de seus opositores, em nossos dias — destes excluídos, evidentemente, os que se opõem ao marxismo pelos mesmos móveis e motivos dos liberal-democratas do século XIX. Em que consiste essa diferença? Consiste no fato de que o marxismo, como ideologia e como teoria da sociedade, foi elaborado como uma progressão sobre a liberal-democracia, atendendo

às exigências de uma cultura que superara o pensamento da Ilustração, de que a liberal-democracia é produto, e atendendo às exigências de modos e relações de produção que haviam superado os do mercantismo de base agrária, de que a liberal-democracia era a expressão. Em razão disto, a oposição ao marxismo, no século XIX, era reacionária, no sentido de que tinha em vista unicamente sustar o processo dialético da história. Em nossos dias, como já foi dito, subsiste esse gênero de oposição, que se tornou, por isso, redobradamente reacionária. Mas há uma outra oposição ao marxismo que parte do próprio marxismo e o afeta interiormente, revelando sua crise.

Esquemáticamente, pode-se dizer que a crise do marxismo o afeta tanto como teoria da sociedade quanto como regime presumidamente vigente nos países do Bloco Soviético. Enquanto teoria da sociedade, a validade filosófica e científica do marxismo sofre o impacto das novas idéias que se formaram no âmbito da cultura ocidental, a partir dos últimos anos do século XIX. Vinculado à cultura do oitocentos, da qual foi uma das mais completas e perfeitas manifestações sintéticas, só comparável ao hegeleanismo, tendo sobre êste a vantagem de um maior enriquecimento científico, o marxismo, como teoria, padece da superação de muitas das concepções da centuria passada. Assim, o monismo filosófico do marxismo, remotamente ligado ao materialismo do século XVIII e conexo com o marxismo evolucionista e com o positivismo, é posto em questão pelo pluralismo da filosofia existencial, e de outras correntes filosóficas do nosso tempo, como o vitalismo de Driesch, o organicismo de Whitehead, a fenomenologia de Husserl, Scheler e Hartmann, etc. O materialismo dialético, produto da fusão do materialismo clássico com o hegeleanismo, mediatizada pelo economismo ricardeano, é prejudicado pelas novas concepções da história, de base culturalista, que a reconhecem como sujeita ao condicionamento de quatro fatores irreduzíveis: a liberdade, o acaso, os fatores materiais e os fatores ideais. Assim, também, a teoria do valor-trabalho, relacionada à de Ricardo, é afetada pela interpretação marginalista da utilidade.

Enquanto regime vigente, ou presumidamente vigente, na União Soviética e nas democracias populares, o marxismo padece da crise resultante do fato de a superação do capitalismo, intencional para o fim de acabar com a exploração do homem pelo homem, ter conduzido a outras formas de alienação igualmente graves.

O que deu ao marxismo, em nossa época, o caráter de seita e de instrumento de manipulação política, foi justamente, quanto ao primeiro aspecto, o fato de ser agora o próprio marxismo que

se fecha contra as inovações da cultura contemporânea, aferrando-se a posições teóricas superadas e, quanto ao segundo aspecto, o fato de ser agora o próprio marxismo que está sendo utilizado como processo de alienação do homem. E como o marxismo se tornou a forma mais elaborada do socialismo e o próprio fundamento teórico deste, o sectarismo da ideologia marxista e o oportunismo dos dirigentes do movimento marxista afetaram igualmente o socialismo concorrendo para levá-lo a uma situação de crise. E como, por outro lado, o socialismo não tenha logrado ultimar o seu processo de superação da liberal-democracia, como ideologia, do capitalismo, como regime da produção, e da burguesia, como classe dominante, a crise do socialismo adquire proporções muito mais graves, por sobrepor-se à crise de uma ideologia e de uma forma de produção que já eram obsoletas, ao sofrerem o impacto do socialismo, e que persistem unicamente porque este se desvalidou antes de completar sua função.

Verifica-se, assim, que as crenças adjetivas do nosso tempo, que são as ideologias que o regulam, além de sofrerem os efeitos da crise mais profunda das crenças que alicerçaram a cultura ocidental, experimentaram, no seu próprio âmbito, um processo de desvalidação que esvaziou de sentido a vida em nossa época. Daí o desamparo em que nos encontramos e o caos que se instaurou em todos os valores e em todas as relações humanas.

O PROBLEMA DO BRASIL

Esse esvaziamento de sentido da vida em nossa época e esse caos que se instaurou em todos os valores e em todas as relações humanas, nós os sentimos, no Brasil, sob a forma particular que lhes imprimem nossas condições de país situado na periferia do mundo Ocidental, sujeito ao subdesenvolvimento cultural e econômico, e a braços com a desproporção entre o nosso imenso território e a nossa debilidade como nação e como Estado.

Herdamos a críe do cristianismo sem termos, em nossa história cultural, participado do processo dessa crise. Daí a circunstância de padeceremos de todos os efeitos deteriorantes da crise da religião cristã, sem havermos podido elaborar esses substitutivos espirituais da desvalidação das crenças religiosas, que são, basicamente, uma compreensão filosófica do mundo e um sentimento ético da vida. Herdamos a ideologia e as intuições burguesas, sem termos, até agora, logrado constituir uma burguesia e um capitalismo nacionais plenamente desenvolvidos. E herdamos o próprio marxismo e o movimento político que em seu nome é dirigido pelo governo soviético, antes de possuímos um proletariado

suficientemente esclarecido e numeroso, e já depois de o marxismo sofrer das superações parciais antes referidas. Daí o desajustamento e o descompasso entre nossas intuições e nossa realidade e entre nossas posições ideológicas e nossos verdadeiros interesses.

Experimentando as crises do Ocidente sem apresentarmos um contexto idêntico, e muitas vezes nem mesmo semelhante, ao daquele de que essas crises derivaram e no qual incidem, sofremos de um verdadeiro processo multiplicador e agravador dos efeitos de tais crises, muito embora a artificialidade de diversos fenômenos e a falta de densidade do nosso meio sirvam, paralelamente, como neutralizadores de certas consequências. O resultado desse processo, no entanto, é sempre a alienação de nossas idéias, em relação aos seus objetos, e de nossa atuação, em relação a seus propósitos. O que tudo se revela e se produz, em grau máximo, no pensamento e na ação das classes dominantes brasileiras.

Históricamente, a grande alienação de nossas classes dirigentes foi o colonialismo. Nada é mais compreensível, nas condições em que se processou a colonização brasileira e a transição para a Independência e o Império, do que o colonialismo de que padecemos, até à Revolução de 1930. Mas nada foi mais fatal para nosso retardamento cultural e econômico, o colonialismo do Império e da Velha República sendo responsável por nosso atual subdesenvolvimento. Esse colonialismo, espiritualmente, consistia num sentir-se nossa burguesia latifundiária e mercantil como representante e delegada de uma vaga elite ocidental, marcadamente francesa, que aqui vivesse algo por acaso, cumprindo-lhe adotar um estilo de vida que não traisse essa vinculação espiritual. Economicamente, o colonialismo consistia numa forma de exploração das riquezas naturais em pura função do mercado externo e sem identificação com a terra, a nação e o Estado brasileiros. Ao primeiro aspecto do colonialismo devemos o fato de não se ter formado uma verdadeira cultura brasileira, com o que não pretendemos designar uma cultura apoiada em pressupostos teóricos diversos dos da cultura ocidental, mas, simplesmente uma cultura das coisas do Brasil e a serviço da vida brasileira. Ao segundo aspecto do colonialismo, o econômico, devemos o fato de a exploração de nossos recursos se ter processado em termos extrativos, para exportar matérias primas e importar produtos elaborados — tal como o faziam os países colonizadores em suas colônias — e não para criar um mercado interno e elevar, progressivamente, as condições de produção e o nível de vida.

Atualmente, a grande alienação da burguesia brasileira consiste no seu esforço por adotar e impor uma orientação política e

econômica incompatível com nossas necessidades e superada pelo curso da história. Essa orientação política é, no âmbito externo, a da ativa participação, em aliança com os Estados Unidos e em subordinação para com os mesmos, na luta contra a Rússia Soviética. No âmbito interno, essa orientação política se traduz numa tendência a contrariar as aspirações e os movimentos proletários. Quanto à orientação econômica, ela consiste, fundamentalmente, numa volta ao liberalismo, que é apontado, na base dos exemplos americano ou canadense, quando não peruano, como o regime de produção mais apto ao nosso atual estágio econômico. Em contraposição, o dirigismo, à luz dos múltiplos fracassos que experimentou, tanto no atual como no anterior governo do Sr. Getúlio Vargas, é responsabilizado por todos os nossos males.

A burguesia brasileira, no Império e na Velha República, sentia-se como um tronco da elite francesa enxertado na árvore latino-americana. Daí o colonialismo. Hoje, ela se considera um equivalente latino-americano da burguesia ianque, com a qual é ideologicamente solidária, da qual se julga necessariamente dependente e cuja aventura, em escala modesta e subordinada, pensa se encontrar em condições de reproduzir. Daí o reacionarismo.

Ontem, como hoje, a burguesia brasileira está alienada. Ontem, como hoje, tal alienação se torna compreensível quando analisadas as condições espirituais e materiais da vida brasileira. Ocorre, apenas, que o colonialismo, com o ser mais justificável que o reacionarismo liberal de nossos dias, teve consequências menos fatais do que as teria este, se viesse definitivamente a predominar, porque, até a 2ª Guerra Mundial, ainda não estava imediatamente em jogo, como hoje está, a dominação hegemônica e imperialista do mundo.

Por que se esforça atualmente a burguesia brasileira em conduzir o país para uma posição de satélite dos Estados Unidos, especialmente na cruzada anti-soviética? Por que se opõe reacionariamente às aspirações e aos movimentos proletários, no âmbito interno do país? Por que exige a volta ao liberalismo econômico?

É-se tentado a responder, sumariamente, que assim procede porque, sob a pressão externa do comunismo, a interna do operariado nacional e a interferência econômica do Estado, a burguesia está ameaçada de perder suas condições de sobrevivência. Tal resposta, que no fundo seria endossada pelos líderes de nossas classes dominantes, implica, todavia, no equívoco de se confundir a posição da burguesia brasileira, que é uma proto-burguesia vivendo num tempo post-burguês, com a posição de uma verdadeira burguesia, cercada de condições ainda favoráveis ao seu

predomínio: Uma burguesia plenamente realizada como classe, num país de capitalismo plenamente desenvolvido, dotada, no seu próprio país e no exterior, de excelentes possibilidades de investimento, uma tal burguesia só pode existir se afirmando como burguesia e só pode resistir às forças que procuram destruí-la acentuando seus princípios e seus objetivos, ainda que para tal precise se tornar reacionária. Tal é o caso da burguesia americana, e tal a razão de seu reacionarismo. Diversamente, a burguesia brasileira, insuficientemente configurada, num país subdesenvolvido, onde as instituições liberal-democráticas já se acham desacreditadas sem jamais se terem plenamente realizado, o predomínio da burguesia decorre menos daquilo que ela possui do que daquilo que ela faz, e portanto se estriba menos na propriedade privada dos meios de produção do que na sua aptidão a dirigir, técnico-financeiramente, o processo de produção.

Neste caso, como explicar as tendências ideológicas e econômicas da burguesia brasileira? A resposta a tal pergunta faz remontar ao colonialismo. Espiritualmente, o colonialismo estabeleceu a tradição de as elites brasileiras se considerarem à luz de exemplos estrangeiros, assim contribuindo para que se magnificassem as semelhanças e se ocultassem as diferenças entre nossas classes dirigentes e as estrangeiras que fôsem tomadas por modelo. Economicamente, o que ainda mais importa, o colonialismo fez de nossa burguesia uma classe de latifundiários e de comerciantes. Ao produtor de artigos primários, de origem vegetal ou mineral, interessa a manutenção de um baixo nível de vida no interior do país, como condição para um baixo salário, que é por sua vez condições de lucro, em se tratando de produtos cujos preços de venda são quotados no exterior. Ao comerciante, exportador de matérias primas e importador de produtos acabados, interessa a conservação do país em estágio subdesenvolvido, porque assim persiste o comércio internacional no controle de toda a respiração econômica da nação, cobrando um verdadeiro imposto privado sobre o fluxo da riqueza. E como o produtor de artigos primários e o atacadista do comércio internacional, em virtude do colonialismo econômico, foram as duas modalidades segundo as quais se constituiu a burguesia brasileira, seus interesses dirigiram as atitudes políticas e econômicas de nossa burguesia.

A burguesia latifundiária e mercantil, tendo nos Estados Unidos o grande comprador das matérias primas brasileiras e o grande supridor dos artigos de nossa importação, se encontra na total dependência daquele país, ao qual se acha vinculada não somente por uma completa solidariedade ideológica, mas inclusive por con-

tratos de exportação, importação, e representação. Daí a tendência para o total satelitismo e para a ativa participação na cruzada anti-soviética. Essa mesma burguesia, necessitando de mão-de-obra barata e submissa, tem, necessariamente, de ser reacionária. Enfim, formando seus lucros em operações intermediárias e especulativas, e aplicando suas rendas em investimentos não produtivos, notadamente em imóveis, esse setor de nossa burguesia não pode deixar de reivindicar o mais completo liberalismo econômico, tôdas as interferências do Estado para controlar preços, defender saldos cambiais e disciplinar investimentos redundando, imediatamente, em danos emergentes e lucros cessantes para os latifundiários e mercadores.

Acontece que, de há alguns anos para cá, e de um modo geral a partir da Revolução de 1930, o extraordinário surto da industrialização modificou os quadros de nossa burguesia, passando a burguesia industrial a contribuir muito mais, para a renda nacional, de que qualquer dos dois outros setores de nossas classes dirigentes. Diversamente da latifundiária, a burguesia industrial tem o maior interesse em criar um grande mercado interno, para o que necessita de elevar o padrão de vida da população. E, diversamente da burguesia mercantil, aspira a reduzir o papel da importação no processo econômico do país.

Enquanto o liberalismo econômico favorece os setores da burguesia dedicados a atividades intermediárias e especulativas, os controles do Estado e a sua própria interferência na prática direta de atividades de produção e circulação de bem, desde que se processem em termos tecnicamente apropriados e moralmente idôneos, favorecem a burguesia industrial nos setores reservados à sua atuação, porque aumentam as oportunidades de investimento e regularizam as condições econômicas da produção.

Ocorre, todavia, que a burguesia produtiva, defrontando-se com uma atitude de classe já definida e em face de seus interesses e envolvida pela organização e propaganda já montadas pela burguesia colonialista, tem sido levada a posições ideológicas totalmente contrárias à suas conveniências. Nesse sentido, a alienação em que se encontra a burguesia industrial é muito mais profunda do que a experimentada por nossas classes dirigentes, na fase do colonialismo. O erro do colonialismo consistiu em supor inalterável um passado proveitoso e por isto sacrificar as possibilidades do futuro. O erro da indústria brasileira, ao seguir a reboque dos latifundiários e comerciantes, é sacrificar, no presente, suas possibilidades de expansão econômica e de domínio político e, no futuro, suas próprias possibilidades de sobrevivência,

por se aliar aos dois setores superados da burguesia, condenando esta, como um todo, e a indústria, em particular, a ser liquidada pelas novas forças ascendentes do país.

Na verdade, o problema brasileiro consiste em elaborar e aplicar uma fórmula que, na base dos fatores existentes e das forças em jogo, logre assegurar o desenvolvimento econômico e cultural do país, promovendo, no mesmo passo, a elevação das condições da vida das massas e sua participação na direção do processo social. Nas atuais condições do mundo e do país, essa fórmula só pode ser posta em prática na base de uma frente comum de que participem a burguesia industrial, a classe média e o proletariado. Sem embargo do reconhecimento de que os interesses dessas classes, futuramente, tendam a se disarticular, elas se encontrarão, por um longo tempo, vinculadas por interesses comuns. O de que se trata, agora, é de consolidar e desenvolver as forças produtivas do país; de completar a formação da nacionalidade, mediante a incorporação das massas, que permanecem culturais, econômica e politicamente marginais, elevando-se suas condições materiais e espirituais de vida e assegurando-se-lhes a participação na autodeterminação da comunidade; de reorganizar o mecanismo do Estado, que permanece em estágio cartorial, ligado às suas origens latifundiárias, submetendo-se-o ao regime do planejamento científico, da execução eficiente e do controle honesto dos resultados. E para isto é necessário, internamente, um movimento de união nacional das forças de vanguarda. E externamente, a manutenção de boas relações com todos os países, desligando-se o Brasil, de uma vez por tôdas, de sua subordinação para com os Estados Unidos e de qualquer participação nas aventuras imperialistas dos dois Super-Estados que se disputam a hegemonia do mundo.

E' certo que os problemas brasileiros, condicionados, na forma anteriormente exposta, pelos problemas do nosso tempo, não comportam uma solução autônoma. Desde logo, é preciso levar em conta o fato de que os problemas sociais, diversamente dos relativos à natureza, não admitem soluções concludentes. Como já foi assinalado no início desta exposição, "todos os tempos são críticos porque são tempos do homem, cuja condição no mundo é essencialmente crítica, no sentido mesmo da etimologia do termo, que significa separação e abismo." Solucionar os problemas de uma época ou de um país, portanto, significa encaminhar o processo dialético da história da linha de superação de seus termos precedentes. Ora isto mesmo, voltando ao termo recém-aludido, não é possível, num sentido mais amplo e profundo, quando se

trata de enfrentar a problemática de um país no âmbito de uma crise que afeta a tóda a época e à própria cultura.

Dever-se-á concluir, dessa verificação, a inanidade de todo esforço de superação da crise de uma comunidade determinada, como a brasileira, quando previamente não se assegure a superação da crise que afeta à própria época e à própria cultura de que essa comunidade faça parte?

Na verdade, temos aí um problema que apresenta dois aspectos distintos.

De um lado, importa reconhecer que a ordem lógica das relações de condicionamento não corresponde à ontológica. Em outras palavras: é certo que não se pode superar a crise de uma comunidade determinada, como a brasileira, sem superar a crise da época e da cultura de que essa comunidade faz parte. Ocorre, todavia, que as relações do homem com sua cultura se processam por intermédio de sua época e que suas relações com a própria época se processam por intermédio de sua comunidade. Por tal motivo, o esforço de superação da crise da cultura se realiza no esforço de superação da crise da época e a crise da época é superada mediante a superação da crise da comunidade. Não tem portanto sentido real, senão apenas ideal, o defrontar-se do homem com sua cultura e sua época. O homem se defronta com outros homens, naquele modo específico que é o de conviver com eles em sociedade. Vale isto dizer, conseqüentemente, que os homens não se realizam sôzinhos, senão na sua comunidade e juntamente com ela. E assim todo o esforço de superação da crise de uma comunidade está referido tendencialmente à superação da crise da época e da própria cultura.

O outro aspecto do problema anteriormente formulado, analogamente a este, é o das relações entre as crenças substantivas e as adjetivas. E' certo que aquelas informam a estas, ou seja, especificando, é certo que a crise do cristianismo condiciona a das ideologias que regulam nossa vida social. As crenças substantivas, no entanto, não surgem como produto de uma inteligência e de uma vontade intencionais. Elas são fundamentantes e não fundamentáveis. Seus aparecimento, no curso da história, está sujeito, sem dúvida, a condições objetivas de possibilidade. Mas o fato de efetivamente se constituírem, de uma certa forma e num certo lugar e tempo, adquirindo vigência e validade, é algo que transcende as relações imediatas de causalidade. Como todo o fundamento, no sentido metafísico do termo, elas são infundamentadas. Ocorre, apenas, que as crenças adjetivas, as ideologias, com relação as quais opera causalmente a ação intencional

da inteligência e da vontade, transcendem, às vêzes, o nível de simplesmente ideológico, constituindo-se um fundamento de cultura, em crenças substantivas. E aí surge uma nova civilização ou se transfigura em novos termos uma civilização autivante. Tal efeito a ninguém é dado provar deliberadamente. Como nas relações do homem com a época, mediatizadas pela comunidade, ou do homem com a cultura, mediatizadas pela época assim, nas relações do homem com as crenças substantivas, mediatizadas pelas ideologias, o que lhe é dado fazer é se aplicar na elaboração destas, na forma mais autêntica possível. As ideologias profundamente autênticas, ou seja, as representativas de uma formulação dialéticamente superadora dos problemas ideais e reais de uma determinada época, propendem a transcender o nível do ideológico, constituindo-se em crenças substantivas. Tal ocorreu com a ideologia dos guerreiros homéricos, que se transfigurou na cultura helênica. Tal sucedeu com a ideologia dos pescadores hebráicos, que se transfigurou na cultura cristã. Tal, em nossos dias, poderá ocorrer com a ideologia que lograr superar a crise da nossa época.

Vale dizer, portanto, que o esforço de superação da crise de uma comunidade determinada, como a brasileira, está referido, tendencialmente, à superação da crise de nossa própria cultura. E tóda a história do mundo se encontra potencialmente comprometida no processo histórico de qualquer comunidade. Nem há maneira de se realizar a história do mundo senão como efeito transcendente da história de uma comunidade, nas suas relações com as demais. Nem há outra forma de se vencer a crise de uma civilização senão como efeito transcendente da superação de crise de uma comunidade.

PERSPECTIVAS DA CONJUNTURA ECONÔMICA

Oficialmente informou-se nos EE.UU. que a produção industrial havia declinado, em fevereiro, a um nível 10 por cento inferior ao atingido em junho passado. O desemprego, outro índice decisivo, continua a subir, à razão de 700.000 por semana, tendo ultrapassado 5,2 milhões em princípios de abril, segundo algumas fontes mais ou menos oficiosas. Ninguém contesta o fenômeno, mas apenas a exatidão das cifras. Há formidáveis estoques a liquidar, calculados por algumas fontes autorizadas em cerca de 3/4 do produto nacional bruto em um ano.

O governo norte-americano, como é do seu dever, mostra-se não exageradamente alarmado, mas alarmado em todo o caso. Procura semear certa desconfiança nas suas próprias estatísticas e sobretudo no valor delas para fundamentar prognósticos, mas, por via das dúvidas, vai preparando seu pequeno "New Deal" para enfrentar a borrasca, caso ela desabe novamente. Mantém em estoque um programa de obras públicas, classificado segundo sua divisibilidade, custo, etc., enquanto vai pensando na maneira de financiá-los. Sob certo ponto de vista, pelo menos quanto à concepção, seria um "New Deal" às avessas, pois começou com uma redução dos impostos, *para que o povo gaste o dinheiro poupado como lhe aprouver*. Só o que não está claro é como pode o governo financiar obras públicas de envergadura, se renuncia aos próprios recursos ordinários.

Pelo crédito, talvez. O Executivo pressiona junto ao Congresso — e não obtém aplauso algum — no sentido de ser elevado o teto para a dívida pública federal. Suposto que consiga isso, afinal, ainda será mister resolver o problema da subscrição dos novos empréstimos internos. É certo que em fevereiro obteve êxito uma importante operação de refinanciamento, pela qual mais de uma dezena de bilhões de dólares de títulos de dívida que chegavam ao vencimento foram trocados por outros das mesmas categorias, pagando juros maiores e gosando de regalias fiscais que os anteriores não tinham. Mas uma coisa é conceder prorro-

gação, *com mora*, pois é isso o que se dá, de uma dívida cuja cobrança imediata é, pelo menos, duvidosa, e outra é atrair dinheiro novo pelo mesmo caminho.

No exterior, principalmente na Europa, não há nada que induza a dissimular o alarme. Nem mesmo a perspectiva acenada por alguns economistas de que provavelmente a crise não passará de uma "recessão" como a de 1949, pelo duplo motivo de que essa recessão foi suficiente para obrigar o governo britânico a desvalorizar a libra esterlina e de que só cedeu com a guerra da Coréia. Não é de somente uma flutuação que conduz a tais resultados ou exige tais medidas.

A reação noutra quadrante, na Rússia, é mais cautelosa. Eugenio Varga mostra-se mais reticente do que Colin Clark nos seus prognósticos de crise. Sublinha o agravamento inequívoco da "crise geral do capitalismo", mas não se atreve a marcar para este ano a "crise de super produção", que é como uma crise dentro ou por cima da crise. A crise geral representa um agravamento constante das condições gerais em que funciona a economia capitalista, ao passo que as crises cíclicas são movimentos mais breves dentro da grande onda.

A atividade precípua da ciência econômica capitalista busca enfrentar a crise cíclica. Criou-se nos últimos 25 anos uma verdadeira arte de comprimir os extremos, no sentido de uma mediana, mas agora começa-se a duvidar de que os instrumentos de ação sobre a conjuntura conservem sua primitiva eficiência, depois de usados sucessivas vezes. Após cada intervenção, a moeda está um pouco mais esclerosada, o crédito público mais inextensível e o próprio aparelho do Estado, que usa esses instrumentos, fica menos obediente ao comando central, mais preguiçosa e ineficiente. Simultaneamente, o motor último da crise torna-se mais poderoso. Noutros termos, os instrumentos deixam de funcionar à medida em que os economistas se aperfeiçoam no seu manejo, com o resultado de que estes estão sempre muito bem preparados para enfrentar "a crise anterior", na ironia de Colin Clark, mas não a próxima".

As mudanças já operadas no conjunto da economia mundial pelas sucessivas crises, inclusive através de duas guerras mundiais e outros tantos ciclos de revoluções comunistas, sugere que a crise está realizando seu trabalho e conduzirá eventualmente a uma situação que se parecerá tanto com a presente como esta se parece com a de há 25 anos. Mas, e é isso o que importa, não há absolutamente nada que nos assegure qual a feição que terá a próxima crise, quais serão a sua evolução e seu desfecho, ou quando virá.

Seria temerário asseverar que o capitalismo não sobrevivera a ela e até que não encontrará uma prosperidade maior que as anteriores. Sabemos que há uma situação de crise latente, ameaçando tornar-se aguda, e que obriga a certas medidas e transformações estruturais mais ou menos profundas, que vão mudando continuamente o facies da economia e da sociedade, como alternativa para o colapso. Até há pouco pensava-se que o sentido último dessas medidas e mudanças seriam o armamentismo e a guerra, mas agora duvida-se fundamentalmente disso.

O capitalismo lutou contra a última crise por dois meios principais:

a) pela autarcização progressiva das economias nacionais dos países mais desenvolvidos;

b) pelo armamentismo e pela guerra.

Tornara-se patente que a produção de equipamento crescera além das necessidades da produção mundial tal como era feita em 1929, isto é, nos quadros de uma ampla divisão internacional do trabalho. Em consequência disso, a crise revelou uma curva muito diferente da clássica, uma vez que nenhuma reanimação dos negócios era suficiente para saturar a capacidade da indústria pesada e exigir sua ampliação — dando início ao processo de recuperação. Estava quebrado, conseqüentemente, o delicado mecanismo que, automaticamente, fazia com que a cada prosperidade se seguisse uma crise, que preparava o caminho para nova prosperidade.

Mas se a produção de bens de equipamento era grande demais para a economia tal como existia então, não o seria se cada nação tentasse produzir dentro de suas próprias fronteiras tudo o de que carece. Os países industriais forçariam a produção de matérias primas e viveres antes importados dos países agro-primários e mesmo de produtos industriais antes importados de outros países industriais. Isso fazia surgir de chofre a necessidade de construir setôres e indústrias inteiras, em condições, por definição, das menos favoráveis, isto é, exigindo equipamento mais pesado que o usual.

Por outro lado, a própria crise e a autarcização suscitaram o aguçamento dos choques de interesses entre as diversas potências de modo que traziam em seu seio o germe de uma corrida armamentista e de uma guerra. Estes, por um lado implicavam numa demanda *potencial* enorme de armamentos e, por outro, na possibilidade de destruição de parte da indústria excedente.

O armamentismo foi o instrumento decisivo de combate à última crise. Em primeiro lugar, as armas são, em si mesmas, má-

quinas; em segundo, exigem a criação de fábricas especiais, para o que se fazem mister mais máquinas; em terceiro, a demanda criada por estas últimas encomendas podem saturar a capacidade da indústria supridora dessas máquinas, exigindo sua própria ampliação. Segue-se que, melhor que qualquer outro produto, o armamento podia inverter a situação geradora da crise, isto é, revelar uma "insuficiência" no setor da economia responsável pelo suprimento de bens de equipamento, e, pelos investimentos forçados tanto nas indústrias diretamente supridoras de armamentos, quanto nas que equipavam estas últimas, determinar uma intensificação do processo de criação de renda monetária, pela via da parcela dos investimentos, elevando a conjuntura. A economia reencontrava sua perdida saúde.

Finda a guerra mundial, muitos economistas que não haviam criticado devidamente o processo, encantados com o tremendo sucesso das experiências anteriores, principalmente na Alemanha e nos EE.UU., julgaram-se de posse de um remédio infalível contra a crise. A acreditar nêles, esta seria um fato vencido, do passado.

Mas o recurso tinha limites. Em primeiro lugar, a indústria de bens de equipamento expandida para atender ao brusco aumento da demanda acima descrito, guardou sua capacidade ampliada. Em segundo, as fábricas de armamentos não foram destruídas e, por muitos anos ainda, serão modernas e capazes, de modo que uma demanda adicional de armamentos não bastará para forçá-las a uma ampliação substancial. Em terceiro, os próprios armamentos construídos para a última guerra e depois dela, e ainda usáveis ou novos em folha, embora comecem a obsolescer, ainda não estão obsoletos. Conseqüentemente, o uso do armamentismo como instrumento de combate à crise encontra a seguinte primeira limitação: as encomendas terão que ser de tal vulto que superem em tal medida a capacidade da indústria de armamentos existente, que obrigue esta última a fazer tal massa de encomenda de armamentos que sature e exija a ampliação da indústria de equipamentos de base.

Isto cria um grave problema de finanças públicas, uma vez que será o Governo quem terá que fazer as encomendas iniciais. A experiência norte-americana demonstrou que a capacidade da indústria de armamentos cresce muito mais rapidamente do que a capacidade do governo de pagar as encomendas necessárias para mantê-la em pleno funcionamento e *exigir sua ulterior e substancial ampliação*. Tendo aceito o desafio para essa corrida, o governo de Truman perdeu, como era natural, e encontrou

a própria derrota nas últimas eleições. Porque, guarde-se bem, não basta que as encomendas sejam mantidas em determinado nível, mas que este suba ininterruptamente. Sem isso, cessam os investimentos na indústria de armamento e na indústria de bens de equipamento básicos, de modo que a criação de renda torna-se inferior ao suficiente para manter o pleno emprego dos fatores, sem o que temos a crise.

O economista belga R. L. Larcier assim tenta caracterizar essa situação (revista "Synthese"):

"Quer parecer, pois, que a economia americana, tendo-se adaptado a produzir ao mesmo tempo canhões e manteiga, apresenta atualmente um excedente de produção de 10 a 15% que tem que ser colocado ou exportado..."

O novo governo norte-americano parece suspeitar de que, embora a produção de canhões seja realmente excessiva (inclusive também no sentido estratégico e não apenas no econômico e financeiro, pois, afinal, um soldado não pode usar dois fuzis) a de *manteiga*, isto é, de bens de consumo, talvez não o seja. Isso explica a redução dos impostos, que o presidente Eisenhower, em sua mensagem anual apresenta como destinada a deixar que os próprios cidadãos gastem o dinheiro ao seu alvedrio — o que implica em induzi-los a consumir mais. Não sabemos se há algum economista que acredite que, numa situação como a dos EE.UU., com formidáveis estoques de bens de consumo a colocar, um aumento do fundo de consumo privado da ordem de US 5 bilhões possa ter o mais leve efeito sobre a conjuntura, mesmo no caso de ser real esse aumento, o que é discutível, pois, afinal, os impostos são diminuídos num momento em que as rendas particulares também o estão sendo, como consequência da queda da atividade geral.

Mas não nos parece acertado deduzir do fato de que os antigos (de 20 anos apenas) instrumentos de combate à crise econômica estão gastos, que agora essa mesma crise se desenvolverá sem peias até a liquidação do capitalismo, como muitos gostariam que fosse. A presente crise se anuncia num contexto muito diferente do da anterior.

Em primeiro lugar, a crise é menos *mundial* que a de 1929. O antigo mercado mundial desdobrou-se numa constelação de mercados nacionais, cada um dos quais sujeito a suas próprias condições. Em segundo, um terço da população da terra foi excluído do mercado *internacional* que substituiu o antigo e é pre-

ciso examinar como reagirá ele sobre a parte restante, na medida em que se reanimem as trocas, como começa a acontecer.

A autarcização das economias nacionais não teve, naturalmente, os mesmos efeitos sobre todas elas. É certo que os EE.UU. se tornaram muito mais auto-suficientes do que antes e que a Europa Ocidental reduziu ponderavelmente suas importações de viveres e produtos primários do mundo sub-desenvolvido. Entretanto, no presente momento, a superprodução só se afigura irreduzível nos EE.UU. A economia europeia está ajustada à absorção de um volume de bens e serviços que é representado pela sua própria produção, *mais* as doações e empréstimos norte-americanos, correspondentes ao déficit de suas próprias contas. Segue-se que se essa economia deixar de receber ditos empréstimos e doações e tiver que equilibrar suas próprias contas correntes com os EE.UU., haverá no mercado europeu margem para a colocação de bens e serviços em igual medida, seja de origem nacional, seja importada. O pagamento dos compromissos assumidos pela Europa para com os EE.UU., que começam a vencer-se, exigirão que as importações europeias de procedência norte-americana se ajustem em nível inferior ao das exportações europeias para os EE.UU. — como nós próprios, no Brasil, já estamos fazendo. O mercado europeu poderá, assim, absorver uma quantidade adicional de bens e serviços de valor igual à importância do resgate dos compromissos assumidos, *mais* o atual déficit europeu no comércio com os EE.UU.

A produção dessas mercadorias terá que ser alcançada ou pela criação de novas atividades substitutivas no interior da economia europeia, ou pelo aumento das importações de outras procedências que não os EE.UU. Em ambos os casos é provável que haja certa intensificação nos investimentos, para assegurar o necessário aumento da produção. Consequentemente, intensificar-se-á o processo de criação de renda, de modo que a demanda real a satisfazer pode realmente ser superior à acima indicada. Segue-se que a crise norte-americana pode determinar uma elevação do nível da atividade econômica na Europa, e não o contrário, como em 1929. Os países mais independentes da Europa, com a Inglaterra à frente, estão claramente manobrando em vista dessa possibilidade, inclusive através do aumento do intercâmbio com o mundo comunista.

Tal saída, naturalmente, não traria nenhum consolo para os EE.UU. Ao contrário, a "décröchage" da economia europeia da norte-americana implicaria numa brusca retração das exportações dos EE.UU. e, portanto, em agravamento da crise. A diferença

estaria, relativamente a 1929, em que os EE.UU. seguiriam sózinhos seu próprio destino, porque o volume global do comércio internacional não declinaria, uma vez que os países comunistas tomariam o lugar deixado vago na Europa pelos EE.UU.

Mas o mundo não pode ficar indiferente a uma crise nos EE.UU., porque essa crise geraria fascismo, como a outra o fez na Europa. Acresce que a ninguém beneficiaria o fato de haver uma nação rica e poderosa contorcendo-se na agonia de uma crise que necessariamente seria muito pior do que a anterior, pelos seus efeitos em sofrimento humano. Esse país padece de um mal que é exatamente o oposto do que aflige mais de metade da humanidade, isto é, tem uma indústria de bens de equipamento exageradamente grande, criada não à medida de suas necessidades reais e duradouras, mas de necessidades momentâneas, artificialmente excitadas. Se for possível orientar uma parte da produção dessa indústria para o desenvolvimento dos países atrasados do mundo, resolver-se-ão simultaneamente dois problemas.

A Europa não pode, claramente, absorver tais equipamentos muito menos sob a forma pela qual isso teria que ser feito, isto é, como importação de capitais. Ela própria está gerando capitais exportáveis em medida crescente.

O mundo comunista tampouco pode resolver diretamente o problema. A intensificação do comércio entre os EE.UU. e os países comunistas, como preconiza Harold Stassen, teria que ser feito nas mesmas bases em que o comércio europeu com os mesmos países, isto é, em estritas bases de compra e venda. Assim, cada dólar de mercadoria norte-americana escoada para a Rússia ou para a China, significaria um dólar de mercadoria chinesa ou russa escoado nos EE.UU. e a economia norte-americana não pode encontrar conforto senão na exportação *sem retorno*.

A exportação de capitais para os países sub-desenvolvidos do mundo capitalista está sujeita a limitações diferentes das que estão impondo a exclusão dos capitais norte-americanos da Europa. A formação autóctone de capitais é aí insuficiente e o será mais ainda quando a crise estreitar o suprimento de bens importados. Em dezenas de países será mister criar indústrias e setores inteiros, de modo que não há limite visível para o volume dos capitais aplicáveis. A limitação aí é de outra natureza, isto é, decorre da situação de insolvabilidade a que a própria pressão norte-americana para exportar levou as contas externas desses países. Para preparar um substancial movimento de capitais, portanto, urge primeiramente demonstrar que nossos países poderão não apenas manter um orçamento cambial equilibrado *com os*

países dos quais desejamos importar capitais, como um balanço cambial superavitário.

A compressão pura e simples das importações talvez não resolva o problema, uma vez que, impedindo o capital nacional de converter-se em bens de investimento, pode freiar os próprios investimentos e... precipitar uma crise. Mas a exploração de novos mercados, que permita gerar o saldo favorável em dólares *sem comprimir as importações*, isto é, pela ampliação das exportações, pode, simultaneamente elevar o nível da atividade interna — preparando portanto o campo para investimentos novos, nacionais e estrangeiros — e criar a solvabilidade que é condição precípua para que possamos organizar, uma importação vultosa de capitais, em condições como é mister — a uma taxa de remuneração muito inferior à atual.

Esse será, possivelmente, o principal efeito da volta do mundo comunista, ao mercado mundial. Indiretamente, isto é, através dos países sub-desenvolvidos, está contida aí a possibilidade de desencadear-se uma tal corrente de capitais, primeiro norte-americanos e depois europeus, para esses países, que baste para restaurar a saúde econômica dos países em crise, por um período que não pode ser curto, uma vez que seu limite é o subdesenvolvimento.

AS TRÊS POSIÇÕES E A NOVA ORIENTAÇÃO

São três as posições que se entrecrocaram no seio da atual política soviética: a anti-imperialista, a da coexistência pacífica e a de pacificação efetiva. (*)

Agora, para melhor compreendê-las e explicá-las assim como para prevêr os largos traços da sua possível evolução, vamos inseri-las no sistema de coordenadas da história bolchevique, relacionando-as principalmente com certos "pontos marcantes" que balisam a curva de desenvolvimento do regime soviético, e por fim estudar a dinâmica da sua interação.

A' Paz contra o Imperialismo

Os partidários da linha de "paz contra o imperialismo" sabem evidentemente que a ofensiva agora representa um grave risco para a URSS, mas um risco que tem de ser aceito pois, muito embora os resultados dessa política audaciosa sejam bastante duvidosos, há ainda possibilidades de êxito, as quais cumpre transformar rapidamente em realidades, desde que tais possibilidades tendem a desaparecer com o passar do tempo, num prazo que não parece muito longo.

Molotov e seus seguidores, portanto — e quando falamos em Molotov fazêmo-lo sempre com a reserva de que ele pode vir a ser substituído na liderança dos anti-imperialistas por outro mais inflexível, talvez um militar no estilo do marechal Sokolovski, já que é conhecido o hábito molotoviano de acomodar-se — o chanceler e seus seguradores, diziamos, querem correr os riscos da ofensiva contra o imperialismo porque pensam que sem o lançamento já de uma política revolucionária-mundial chegará o momento em que esta será impossível, e em que não haverá para a URSS risco algum mas a certeza mesma da derrota.

Numa atitude extrema, portanto, e para não perder a iniciativa, que seria vital nesta hipótese, a URSS deveria mesmo aceitar desde logo a possibilidade de envolver-se diretamente numa "guerra revolucionária" afim de evitar sua própria destruição, dentro em

(*) Ver Cadernos n.º 1, p.p. 21-58.

pouco, por uma "guerra preventiva" do adversário. Não agir assim seria marchar com seus próprios pés para a derrota, seria em suma, sobretudo para aqueles ainda sensíveis à ideologia de Outubro, uma imperdoável traição ao seu papel histórico de vanguarda revolucionária.

De certo modo a situação assemelha-se à discussão do Problema da Paz nos dias inseguros de 1918, Molotov ocupando hoje a posição tomada então pelos "comunistas de esquerda" chefiados por Bukharin. Estes, na verdade, defendiam ardentemente a "guerra revolucionária".

E quando se falava nos riscos desta política, replicavam que não havia risco algum, porquanto o Poder Soviético àquela altura já havia perdido o seu caráter socialista-operário, havia-se tornado puramente formal, e só com a ajuda do proletariado internacional, especialmente dos operários europeus, isto é, só com a ajuda da revolução operária pelo menos européia, ou no mínimo da revolução alemã, poderia o Soviete Russo readquirir o seu conteúdo e marchar realmente para o socialismo.

A "guerra revolucionária" seria um apelo dramático a esta ajuda, ao mesmo tempo que um incentivo sem igual para a "revolução proletária", seria "a própria revolução desencadeada nos campos de batalha".

Neste passo audacioso, portanto, não havia nada a perder, a não ser um Poder esvaziado de sua substância, e um Poder que só lhes interessava assegurar como operário-socialista, o que, por sua vez, só seria possível — insistiam — com a ajuda da revolução européia, especialmente da revolução alemã.

Note-se que nessa época todos os bolcheviques estavam em tese de acordo com a "guerra revolucionária", as divergências quanto a esta concentrando-se principalmente em torno de Lênin que defendia a imediata assinatura da paz, pela impossibilidade material absoluta de continuar a guerra *naquele momento*.

Entretanto esta paz seria apenas uma pausa para tomar fôlego, e a "guerra revolucionária" — defendia o próprio Lênin — devia ser preparada e encetada no prazo mais curto e logo que possível.

Na verdade, como é sabido, ela foi mesmo tentada contra a Polônia, sendo detida às portas de Varsóvia, por Pilsudski, num episódio militar muito conhecido, sobretudo pelo papel de estrategista que nele teve o célebre general Weygand.

Mutatis mutandis, tais idéias revolucionário-internacionais ainda devem encontrar ressonância naqueles que se mantêm fiéis à letra e ao espírito do leninismo compreendido à maneira protes-

tante de Trotski e não à maneira católica de Stalin — os quais não podem esquecer que o estado-maior de Outubro lançou-se ao assalto fazendo apêlos à revolução mundial e apontando mesmo a flagrante iminência desta — tanto mais quanto hoje não é o conteúdo socialista-operário que está em jôgo na URSS mas a própria existência material do Poder Soviético e da Rússia como Estado soberano, em face às ameaças da destruição atômica e da hegemonia mundial dos EE.UU.

Para os que, portanto, vão à bíblia leninista na fonte, interpretam-na segundo o seu próprio entendimento, sem levar em conta e axegese do Santo Ofício e acreditam particularmente no seu Apocalipse que é a Teoria do Imperialismo, a Paz não pode ser senão aquela pausa para tomar fôlego, defendida por Lênin em 1918.

Tal é o caso dos zhdanovistas.

O Programa Máximo

Mas se quanto à política externa a linha anti-imperialista assemelha-se àquela da “guerra revolucionária”, quanto à política interna ela toma uma posição semelhante à defesa de “programa máximo” levada a efeito pela “oposição de esquerda” (chefiada por Trotski) quando a NEP esgotou as suas possibilidades e repôs na ordem do dia o problema da industrialização. Nessa ocasião, de fato, duas posições extremas surgiram em face deste problema: aquela já citada que defendia um “programa máximo” de industrialização, e uma outra — a do “bloco de direita” dirigido por Bukharin — que defendia um “programa mínimo” de desenvolvimento industrial, baseado fundamentalmente na incrementação, por meio de incentivos econômicos, da produção agrária, e na importação de equipamento à custa dos excedentes exportáveis desta produção.

Contra esta linha, esposada também, então, pelo “centro” dirigido por Stalin e pelo governo soviético, levantou-se vivamente a “oposição de esquerda”, acusando-a entre outras coisas, de estar com isto conduzido a URSS, internamente ao restabelecimento do capitalismo, e externamente a uma completa submissão às potências imperialistas.

O argumento básico da “oposição de esquerda” pode ser resumido na “teoria da acumulação primitiva socialista”, exposta por um de seus líderes, Preobrazhenski, a qual, em síntese, é a seguinte:

Em um país tão atrasado como a Rússia, a “acumulação primitiva socialista”, isto é, a expropriação revolucionária dos meios

de produção realizada pela Revolução socialista, não colocava nas mãos do Estado aquela base econômica necessária ao estabelecimento da sociedade socialista, em virtude justamente do baixo nível das forças produtivas existentes no país.

Era preciso, então, criar rapidamente essa base, construindo principalmente uma grande indústria, para o que se fazia necessária expropriar o campesinato, através sobretudo da manipulação dos preços industriais pelo Estado, isto é, pela aplicação a fundo da força do Estado como agente econômico de acumulação de capitais.

A industrialização tornaria a URSS mais independente do mundo capitalista, entre outras coisas porque armaria o Exército Vermelho de modo a prevenir uma intervenção estrangeira e a servir de respaldo à política internacional-revolucionária do Poder Soviético, a única que seria capaz de resolver em favor do socialismo as contradições do regime soviético, oriundas do atraso russo.

A oposição de esquerda, em suma, tinha objetivos máximos tanto interna como externamente, a saber: de um lado a industrialização intensiva e do outro a revolução mundial.

O mesmo acontece no presente com os partidários da linha anti-imperialista.

De fato, se a sua posição em política externa é aquela do esquema revolucionário-mundial exposto por Zhdanov e Molotov, em política econômica interna sua posição foi exposta por Voznessenski — então presidente da Comissão Central de Planejamento do Estado — numa obra posteriormente condenada pelo próprio Stalin, e cujos argumentos essenciais foram resumidos em artigo, (reproduzido aliás pela imprensa ocidental) sob o título “A economia soviética de guerra durante a guerra”. Este título aparentemente rebarbativo era explicado com o argumento de que existia e devia continuar e existir na URSS uma economia soviética de guerra durante a paz, ou seja aquilo que os teóricos alemães da economia de guerra denominam Wehrwirtschaft (economia de defesa).

As implicações políticas e econômicas desta concepção de Voznessenski — impregnada daquele voluntarismo politicista característico do bolchevismo dos dias heróicos (que proclamava orgulhoso, “não há fortalezas que os bolcheviques não possam conquistar” são transparentes e dispensam qualquer comentário.

E na verdade, a ascensão do zhdanovismo foi assinalada em todo o campo soviético pela adoção de ambiciosos planos industriais, expropriação de kulaks, coletivização agrária, etc., etc., ao

mesmo tempo que pelo expurgo drástico de todos aqueles que por motivos vários se opunham a esta política, acusados então de sabotar a construção do socialismo (Gomulka na Polônia, Kóstov na Bulgária, Rajk na Hungria, etc.)

A expulsão de Tito do Kominform é um dos episódios mais expressivos que demonstram a natureza das dificuldades encontradas pela aplicação do programa máximo nos satélites da URSS, as quais constituem o substrato daquele "desvio" que oficialmente foi designado como "titoísmo".

O Programa Mínimo

Mas se a linha anti-imperialista assemelha-se à defesa esquerdista do programa máximo, a linha de pacificação efetiva, defendida por Beria, corresponde à defesa do programa mínimo feita pelo bloco direitista que tinha em Bukharin, Tomski e Rikov seus líderes mais conhecidos.

O objetivo expressamente proclamado do bloco direitista era evitar que os sacrifícios exigidos pelo programa máximo roubassem ao Estado Soviético seu apóio operário-camponês, provocando a rutura da aliança que existia entre o proletariado e o campesinato, em virtude da imposição das tarefas demasiado ambiciosas daquele programa. A industrialização, como já assinalamos, deveria fazer-se à custa dos excedentes exportáveis da agricultura, o que implicava evidentemente no estabelecimento de comércio amistoso com os países capitalistas, fornecedores de equipamentos.

Tal programa não alimentava porisso mesmo planos militares ambiciosos nem tampouco, no campo exterior, uma política oficial do Estado Soviético demasiado audaciosa, depositando então todos as esperanças de progresso do socialismo na luta internacional da classe operária, isto é, numa luta social desenvolvida no nível das classes e não naquela luta política desenvolvida no nível dos Estados.

Assentava portanto sua *policy* tanto interna como externamente nos elementos de ordem estruturária (condições econômicas, situação das classes, etc.), e não nos fatores super-estruturários — políticos e outros — em que se apoiava, tanto quanto nos econômicos, a "oposição de esquerda".

Essa concepção cujos antecedentes remontam aos mencheviques, a Plekhanov, a Martov e mesmo a Prokovski (o professor moscovita de História, autor da conhecida "Causas Econômicas da Revolução Russa") incorria tal como a destes, segundo o julgamento dos leninistas, no erro do economicismo e do espontaneis-

mo, que consiste essencialmente em subestimar-se a importância do "movimento consciente", em especial o papel do Partido político e da ocupação do Poder, na determinação do desenvolvimento histórico-revolucionário.

Em circunstâncias um pouco diferentes, mas que repõem diante da URSS problemas que são essencialmente os mesmos de então, a linha Béria representava a defesa nítida de um programa mínimo. Com efeito, havendo observado:

a) que externamente a política anti-imperialista só conseguira incentivar e fortalecer uma aliança anti-soviética, industrial e militarmente muito mais poderosa que a URSS;

b) que a economia de guerra dos países ocidentais, especialmente em virtude dos recursos norte-americanos, poderia realmente fabricar "canhões e manteiga", superando assim as contradições internas do seu campo, pelo menos durante o tempo necessário a vencer a URSS, e sobretudo porque;

c) a Wehrwirtschaft soviética caminhava perigosamente para uma Mangelwirtschaft (economia de deficiências) ou seja, mais precisamente, para uma falta aguda de bens de consumo e de certas matérias primas.

Havendo observado tudo isto, dizíamos, a linha Béria procurava conjurar o perigo externo pela "pacificação efetiva" e internamente buscava poupar sobretudo aos operários e camponeses soviéticos a continuação dos sacrifícios que lhes são impostos pelo terrível peso morto dos programas armamentistas. Pois, em verdade, se nos países de produção *per capita* mais elevada tais programas representam pesados ônus, nos de produção *per capita* mais baixa acarretam inevitavelmente demasiados sacrifícios, em particular aos operários, comprimindo seu fundo de consumo de uma maneira que se aproxima demasiado daquele "ponto de resignação", abaixo do qual o protesto violento é praticamente inevitável.

Protesto, note-se, que já vinha surgindo no mundo soviético, sem que a polícia de Béria o reprimisse e talvez mesmo com a secreta ajuda dela.

Hoje, na verdade, após o expurgo de Wilhelm Zaisser (Ministro da Segurança da Alemanha Oriental) e seus seguidores, podemos dizer que as manifestações de Berlim foram um episódio da luta de Béria pelo programa mínimo e se não interessavam e nem foram provocados pelos russos em geral interessavam e foram pelo menos consentidos e protegidos por certos russos, os partidários daquele programa, tendo sido reprimidos justamente pelo maior adversário destes, o Exército Vermelho.

Curiosa, sem dúvida, note-se de passagem, é essa aproxima-

ção entre policiais e operários, ocorrida no campo soviético e não sómente nele. . .

Na Rússia, entretanto, ela tem sida maior que em outras partes, possuindo mesmo certa tradição, pois sob o título de Zubatovismo — do nome de Zubatov, chefe de polícia do Tzar que chegou até a organizar e dirigir greves — já entrou para a História.

O Centrismo Político

Colocado entre o bloco direitista da pacificação efetiva e o bloco esquerdista do anti-imperialismo, o centro-stalinismo de Malenkov ocupa a posição clássica do oportunismo político, obedecendo em tudo á dinâmica própria deste último. O centro político, na verdade, é ambivalente ou, para usar uma comparação química, é anfótero: tanto dá reações ácidas como básicas dependendo sua acidez ou basicidade de que o meio em que se apresenta seja básico ou ácido respectivamente.

Sua dinâmica própria consiste em buscar a todo instante um ponto de equilíbrio entre as tensões opostas dirigidas para a direita e para a esquerda.

O "lugar geométrico" desses pontos de equilíbrio constitui a linha de menor resistência, uma linha politicamente neutra, isenta de direitismo e de esquerdismo, e que na política soviética recebe a conhecida designação de "linha justa".

Mas como busca desses pontos ideais de equilíbrio é feita empiricamente, pelo velho método da tentativa e erro, resulta que o movimento próprio do centro político é um constante oscilar entre a direita e a esquerda, um movimento vibratório, amortecido quando diminuem as tensões divergentes, intensificado quando crescem as referidas tensões.

Tal é, em suma, a dinâmica do stalinismo.

Com efeito, apoiando-se inicialmente na direita (Bukharin, Tomski, Rikov) Stalin esmagou a esquerda dirigida por Trotski. Em seguida, adotando o programa interno da esquerda (e com isto conseguindo o apóio de muitos dos seus membros) mas repudiando sua política externa, que era a do comunismo mundial, enveredou pelo caminho dos planos quinquenais e da coletivização agrária, esmagando então o bloco direitista, mas adotando externamente uma política oportunista de direita, elaborada aliás por um antigo líder menchevique, Martinov.

A justificação teórica desta política é a sua conhecida concepção do "socialismo num só país", segundo a qual a URSS possuía tudo que era necessário para a construção da sociedade

socialista, tese que é a mais completa rutura com o espírito e a letra do leninismo (para não falar do marxismo) e mesmo com outra tese do próprio Stalin, datada de 1924.

Por discordarem basicamente do "socialismo num só país" e do oportunismo em política internacional, foi que na década dos 30 esquerdistas e direitistas, e mesmo alguns centristas inseguros como Komenev e Zinoviev, foram indistintamente expurgados e fisicamente eliminados nos afamados "processos de Moscou".

Após a II Grande Guerra, a linha de desenvolvimento pacífico possuía ainda um programa máximo interno, enquanto externamente continuava a repudiar a linha revolucionário-mundial, e isto numa ocasião em que situações revolucionárias se haviam criado, em virtude do conflito, em várias partes do mundo, inclusive na Europa (na França e na Itália, por exemplo).

Erá curioso, então, ver por toda parte o comunismo oficial a conter o ímpeto das massas, classificando de "provocação" a qualquer tentativa sua mais audaciosa.

Entretanto, fermentos de uma política esquerdista já haviam surgido á época mesma do "desenvolvimento pacífico": tais foram os casos da rebelião na Grécia e da Indochina, onde Ho Chi Minh desprezando as diretrizes da linha soviética encetou uma guerra de libertação nacional, tendo sido, ambos os casos, muito possivelmente, amparados na sombra pelo bloco esquerdista do Politburo.

A Oscilação do Centro

Foi porém com a criação do Kominform, em 1947, que Zhdanov pôs em vigor uma nova linha, de caráter acentuadamente esquerdista, acrescentando ao programa máximo interno, o programa máximo externo da "paz contra o imperialismo".

Amparando-se na direita, o centro começou então a conter os ímpetos esquerdistas do Zhdanovismo, o XIX Congresso havendo marcado um ponto alto dessa contenção, consagrando oficialmente as teses de Stalin, em particular a teoria do "comunismo num só país", segundo a qual não só o socialismo mas igualmente o comunismo encontra na URSS tudo o que é necessário para a sua construção, tese esta que repudia francamente a perspectiva da estratégia de Zhdanov.

No XIX Congresso, entretanto, a força da esquerda era ainda o bastante sensível para fazer o centrista Malenkov colocar-se taticamente um pouco à esquerda de Stalin, na questão das possibilidades da guerra.

Mas o centro depois de conseguir essa vitória no XIX Con-

gresso se preparava de certo para esmagar, possivelmente, esta vez, de um só golpe, a ambos os blocos laterais, demasiado incômodos por estarem constantemente a puxar para o seu lado a "linha justa".

Tal era, sem dúvida, a significação do Processo dos Médicos, executado por Sergei Ignatiev (o qual, note-se desde logo, não foi reabilitado depois da condenação de Beria), manobra que começando por apanhar os direitistas terminaria por envolver também os componentes da esquerda, sob a mesma acusação de "desvacionismo", e de traição.

A morte de Stalin, ocorrida em meio a certos acontecimentos pouco esclarecidos, modificou o curso dos fatos, refortalecendo momentaneamente tanto a esquerda como a direita, nesta última havendo mesmo tomado a iniciativa política, entre outras coisas com a absolvição dos médicos acusados e com a reabilitação dos partidários de Béria na Geórgia.

Foi então que amparando-se na esquerda o centro malenkovista esmagou a liderança da direita, condenando à morte Béria e seus auxiliares mais próximos.

Já agora, porém, adotando internamente o programa da direita e procurando amparar-se desde modo nas forças sociais que o sustentam busca contrabalançar as forças da esquerda e conter o programa externo anti-imperialista que eles teimam em sustentar, através de Molotov.

E' justamente em face dessa manobra que nos encontramos no momento.

A Nova Orientação

O objetivo imediato do centro é de um lado conter o "desvio de esquerda" em política exterior, e do outro desafogar um pouco a situação interna melhorando os níveis de consumo da população.

Naquela contensão do programa máximo externo é possível que alguns maximalistas, talvez alguns generais mais irrequietos, sejam também levados à barra do Tribunal e julgados pelos trabalhadores judiciais soviéticos em ritmo stakhanovista, tal como Béria que, como se sabe, foi julgado, condenado e executado no prazo de seis dias, um verdadeiro record mundial, à maneira de Stakhanov.

Por outro lado a melhoria dos níveis de consumo está sendo buscada presentemente sobretudo através da troca, no mercado externo, de bens de produção por bens de consumo e certas matérias primas estrangeiras, isto se fazendo sem dúvida afim de

evitar-se um maior desenvolvimento do setor de produção de bens de consumo em desfavor do setor de bens de produção.

Entretanto, se os objetivos a alcançar no que respeita à "construção do comunismo" e ao fortalecimento das Forças Armadas não forem abandonados, ao menos em grande parte — e certamente o malenkovismo não pretende tal coisa — é fóra de dúvida que o nível de consumo voltará a baixar ou no mínimo estacionará em uma certa altura que, dentro em pouco, se mostrará de novo deficiente.

Por outras palavras, a "máxima satisfação das necessidades materiais e culturais" só se fará na medida em que não prejudique aqueles outros objetivos máximos essenciais.

No que respeita á linha exterior a política de paz do centro não se dirige *imediatamente* como a de Zhdanov-Molotov, á derrubada do imperialismo, mas tão sómente a ampliar o mais possível o período de paz. E na verdade o instrumento que o centro usa para tal política — o Movimento dos Partidários da paz — tanto pela sua composição como pela sua estrutura e seus métodos de trabalho é apenas um veículo de propaganda pacifista, é uma força pacifista e não "anti-guerreira", naquele sentido particularmente caro aos leninistas, de uma força capaz de transformar a "guerra imperialista" em guerra civil e em Revolução.

A classe-operária, além disso, não será o esteio dessa política, embora de palavra se continui, como de costume, a proclamar a liderança do proletariado. É que esta liderança é, na verdade, identificada *ex definitione* como a liderança política dos P.C., o que frequentemente tem muito pouco a vêr com a classe operária propriamente dita.

Os objetos socialistas, por sua vez, serão adiados pelos P.C. para um futuro mais ou menos remoto e na ordem do dia se colocarão apenas as reformas burguesas ou, quando muito, as revoluções burguesas dos países mais atrasados.

Tudo isto está, aliás, perfeitamente de acôrdo com a própria política interna do centrismo soviético que, no fundo, não passa de um reformismo ao modo de Bernstein, sua concepção básica remontando mesmo ao Lassalismo. Era Lassale, com efeito, quem imaginava o socialismo como a construção de fábricas e mais fábricas pelo Estado.

A teoria stalino-malenkovista da construção do socialismo e do comunismo em um só país, identificado *par definition* (como diria Thorez) o socialismo e o comunismo com a execução dos planos quinquenais, é uma volta áquela velha concepção lassa-

lista, condenada veementemente por Marx, que viu nela uma desonra para o Partido Proletário que a adotasse.

Em suma, o stalinismo esqueceu a advertência kautskiana de que aos socialistas não cabe desempenhar o papel histórico que compete à burguesia; observação que foi esquecida ademais pelo próprio Kautski e que, de resto, é bastante duvidosa, uma vez que ha socialistas e socialistas, os quais cumpre distinguir com cuidado.

Tudo isto nos dá, em largos traços, o limite para o qual tende a linha centrista, ou seja, a chamada Nova Orientação da política soviética, uma posição entretanto que ainda não foi alcançada porquanto o centro continua, solicitado por sensíveis tensões divergentes, a oscilar entre a direita e a esquerda, buscando os pontos de equilíbrio da "linha justa".

A Nova Orientação, em suma, ainda não foi perfeitamente assentada e aceita sem objeções no seio de todos os P.C., os quais, de fato, estão no momento convocando e realizando seus Congressos, cujo objetivo, sem dúvida, é o de firmar a "linha justa", liquidando as pendências em curso.

Ha, na verdade, indicações muito claras de resistências que se estão fazendo, em alguns casos ao maximalismo, em outros ao minimalismo dos programas em choque. (Na Polônia e na Tchecoslovaquia, por exemplo, a tendência dos atuais dirigentes é para o programa máximo interno; enquanto na Hungria é francamente para a direita. Já na Indochina a tendência para o esquerdismo em política exterior — isto é, para a continuação da "guerra de libertação" — parece ser predominante).

Tudo isto, sem nenhuma dúvida, favorece ao jôgo do centro malenkovista, propiciando-lhe elementos para a manipulação da conhecida técnica dos contrapesos.

Assim, para os esquerdistas ele acenará com a provisoriidade — ao modo da N.E.P. — daquela política interna de direita e com a volta ao programa máximo em curto prazo.

Para os direitistas já acena com a atual política de desafio interno, à qual promete acrescentar a contenção do maximalismo em política exterior.

Para uns e outros, portanto, aparecerá o malenkovismo como a solução mais cômoda do momento, e talvez obtenha que uns e outros abandonem parte dos seus programas próprios e se congreuem em torno de um intermediário — máximo internamente e mínimo externamente — justamente aquele do "comunismo num só país" e da paz como tática, assentada no XIX Congresso.

A tendência dominante, de fato, parece ser a de uma solução favorável a Malenkov mas não está excluída de todo a possibili-

dade de um "18 Brumário" retardado, que coloque um militar à testa do regime soviético, para ocupar a função de "vozhod" até há pouco desempenhada por Stalin, e que defenda o maximalismo em política exterior, por razões próprias de natureza militar, facilmente compreensíveis.

A Conferência de Berlim

Um teste que dará boas indicações à intensidade da luta que se está travando e quanto aos seus mais prováveis vencedores será a próxima Conferência dos Quatro Grandes, a realizar-se em Berlim, com o debate, principalmente, do Problema Alemão.

A Alemanha Oriental, com efeito, deve ser, no esquema molotoviano, um elemento muito mais da política externa do campo soviético, do que da sua política interna.

Por outra, deve ser vista muito mais sob a perspectiva do comunismo mundial e do internacionalismo proletário, do que sob o prisma do "comunismo num só país".

A política deste para com a Alemanha estava, na verdade, delineada na obra de Walther Ulbricht "Reconstrução Socialista", vinda a público em começos de 1953.

Significava ela uma renúncia *de fato* à Reunificação alemã — embora a propaganda continuasse, como de costume, a agitar este problema — através da mais completa integração da República Democrática nas tarefas internas do campo soviético, particularmente no que respeitava à produção pesada.

Isto na verdade produziria, como, de fato, começou a produzir, uma tamanha diferença entre os níveis de consumo da população trabalhadora oriental e os da ocidental, diferença evidentemente favorável a esta última, que qualquer pretensão de reunificar o país seria rechaçada pelos próprios soviéticos, de vez que a reunificação ser-lhes-ia inevitavelmente desfavorável, em virtude do descontentamento da população oriental.

A renúncia à "reconstrução socialista" é portanto uma condição indispensável a uma efetiva política de Reunificação alemã, a qual, por sua vez, é um dos mais audaciosos passos que a política externa soviética pode executar, inscrito como inevitavelmente se achará numa estratégia "anti-imperialista" e numa política de massas destinada a lutar pelo poder, de baixo para cima, na Alemanha, num apêlo em suma àquela Revolução Alemã que sempre foi uma das esperanças mais caras dos leninistas e de todos os internacionais-proletários, sem a qual — afirmava Lênin ao seu tempo — o Poder Soviético estaria irremediavelmente perdido.

Agora bem: aquele programa de "reconstrução socialista" foi abandonado mais ou menos desde a morte de Stalin e há vários indícios de que Ulbricht se encontra em franco desprestígio no seio do Partido alemão.

A Conferência de Berlim servirá então para nos mostrar se a Rússia pretende realmente a reunificação alemã ou se vai preferir reeengajar a República Democrática às suas tarefas internas de construção do "comunismo num só país", informando-nos ao mesmo tempo qual a tendência dominante, si a Zhdanovista se a malenkovista, no seio da Direção Soviética.

As Forças Sociais

Já nos referimos, de passagem, às forças sociais que estão por trás das três posições em luta na política soviética.

Vejamos agora, mais de perto, embora rapidamente, quais são essas forças e suas principais características.

A *grosso modo* podemos dizer que por trás de Molotov estão os setores radicais, as "profissões ideológicas" e os altos setores militares; que Béria era o representante dos setores imediatamente ligados à economia (gerentes, técnicos, operários e camponeses) e que Malenkov é o expoente da burocracia do Estado e do Partido que é, hoje, um Ministério de Agitação e Propaganda.

As "profissões ideológicas" (professores, estudantes, escritores, jornalistas e "teóricos" em geral) são, com efeito, os mais sensíveis aos argumentos e ao espírito politicista do zhdanovismo, seja pelo radicalismo que elas encarnam, seja porque a sua especialidade de "produtores de ideais", os obriga até por dever profissional ao trato íntimo com teorias e ao aguçamento da sua sensibilidade em face ao valor intrínseco das mesmas, como instrumentos para a ação.

Se acrescentarmos a isto que a teoria oficial da URSS é o marxismo-leninismo — embora até há pouco sujeito à interpretação oracular de Stalin — não será difícil compreender que a *Intelligentzia* radical, usando a sua própria cabeça, tenha chegado muitas vezes à conclusões diferentes dos proclamados pelo *magister* indiscutido, e embora proclamando formalmente sua fidelidade ao mesmo, se tenha encaminhado por vias esquerdistas e revolucionário-mundiais, para o esquema Zhdanov. Esta ligação do zhdanovismo às "profissões ideológicas" é tanto mais ilagrante quanto a ascensão de Zhdanov foi iassinada justamente pela sua intervenção no trabalho ideológico, ditando a linha a respeito da Filosofia, da Literatura e da Arte soviética.

Mas não são os ideólogos marxistas-leninistas, evidentemente, os mais poderosos sustentáculos materiais da linha zhdanovista.

Com efeito, são os setores mais elevados das classes armadas que, as mais das vezes por motivos bem diferentes dos primeiros, sustentam a linha maximalista.

Se os generais e marechais soviéticos defendem, por motivos óbvios, o armamentismo no programa interno, por outro lado vêm no programa revolucionário um ótimo disfarce ideológico para um expansionismo grão-russo ressureto, situado bem na tradição da sua carreira militar, isto é, da sua profissão de conquistadores de vitória guerreiras.

A este propósito é bom salientar que Zhdanov mesmo participava desse nacionalismo grão-russo que, por exemplo, hoje se compraz em apresentar como invenções e descobertas russas tudo que há de avançado nas ciências e nas técnicas modernas.

E de fato ele não só proclamava o povo russo "o primeiro entre os iguais" povos soviéticos, como também perguntava embevecido diante do espelho: "onde encontrareis um povo e um país como o nosso?", estendendo assim a superioridade do povo russo sobre todo o mundo.

Nesta ordem de idéias, aliás, a liderança do socialismo é um destino especialmente reservado pela deusa História aos seus filhos eleitos, os grão-russos...

Mas prossigamos, passando ao programa mínimo.

Este de fato era, como ainda é, uma reivindicação dos setores propriamente econômicos da sociedade soviética, vale dizer, daqueles que estão com a tarefa imediata de execução do programa armamentista e da "construção do comunismo" e que entre outras coisas enfrentam a cada instante o perigo de ser acusados de sabotagem por não haverem sabido vencer dificuldades, às vezes materialmente insuperáveis, surgidas na execução dos ambiciosíssimos planos econômicos.

Essas forças, havendo perdido o aliado que tinham no Ministério do Interior, encontram-se no momento praticamente desarmadas, de vez que os únicos instrumentos de ação que lhes restam são a greve e a sabotagem econômica, numa palavra, a desobediência civil, proibida e punida severamente pelas leis soviéticas como traição, e virtualmente impossível de efetivar-se em larga escala na URSS.

Tais forças, entretanto, ainda contam com alguma influência, porquanto os centristas estão buscando amparar-se nelas afim de contrabalançar o "desvio de esquerda" da política exterior maximalista, mas dificilmente os direitistas conseguirão nessa aliança

levar a melhor sobre a burocracia do Estado, que se encontra de posse deste como se ele fôsse sua propriedade.

A burocracia do Estado constitui, na verdade, desde o advento do stalinismo, a mais sólida base social da política soviética e a que lhe tem deixado marca mais profundas e inconfundíveis.

A Burocracia

Antes de tratar particularmente da burocracia soviética, vejamos como Marx caracterizava o fenômeno burocrático, numa passagem muito significativa da sua "Crítica da Filosofia do Estado de Hegel", e tomando evidentemente por modelo sua versão prussiana.

"O espírito burocrático — escreve Marx — é um espírito totalmente jesuítico, teológico. Os burocratas são os jesuitas do Estado e os teólogos de Estado. A burocracia é a *república sacerdote*".

Esse jesuitismo da burocracia tanto pode ser conciente como inconciente.

Entretanto — acrescenta Marx — "é necessário que também chegue a consciência e se faça então jesuitismo intencional, quando seu opositor é o saber".

Mais ainda: "O espírito da burocracia é o "espírito formal do Estado". Em consequência, ela faz um imperativo categórico do "espírito formal do Estado" ou da falta de espírito *real* do Estado. A seus próprios olhos, a burocracia é a última finalidade do Estado.

Como a burocracia faz dos seus fins "formais" seu conteúdo, entra em toda parte em conflito com os fins "reais". Está obrigada, pois, a dar o formal como conteúdo e o conteúdo como formal.

Os fins do Estado se transformam em fins da burocracia ou os fins da burocracia em fins do Estado."

Em seguida, após haver caracterizado a burocracia como "uma hierarquia do saber" Marx acrescenta:

"A burocracia é o Estado imaginário junto ao Estado real, é o espiritualismo do Estado".

Tudo tem então dois significados: um real e outro burocrático.

O saber é duplo e o mesmo acontece com a vontade.

Mas — observa — "o ser real é tratado segundo seu ser burocrático", irreal. E não é só: "A burocracia possui o ser do Estado, o ser espiritual da sociedade é sua *propriedade privada*."

O espírito geral da burocracia é o segredo, o *mistério* guardado em seu seio pela hierarquia, e com relação ao exterior, por seu caráter de corporação fechada. O espírito do Estado, se é conhecido por todos, como também a opinião pública, aparecem

ante a burocracia como numa traição a seu mistério. A *autoridade* é, em consequência, o princípio da sua sabedoria e a *idolatria* da autoridade constitui seu sentimento.

Porém no próprio seio da burocracia "o *espiritualismo* se faz *materialismo* sórdido, se transforma no materialismo da obediência passiva, da fé na autoridade, do *mecanismo* de uma atividade formal fixa, de princípios e idéias e tradições fixas."

Entretanto, "do mesmo modo que a burocracia é, por sua parte, esse materialismo sórdido, seu espiritualismo sórdido aparece no fato de que ela quer *fazer tudo* isto é, faz da vontade a causa primeira".

O burocrata, de fato, "vê no mundo um simples objeto de sua atividade".

Além disso, "tomado individualmente, a finalidade do Estado se faz sua finalidade privada: é a luta pelos postos mais elevados; é preciso abrir caminho".

Em suma: "O Estado não existe já senão em forma de espíritos burocráticos diferentes e fixos, cujo vínculo é a subordinação e a obediência." A ciência *real* aparece como vazia, assim como a vida real parece morta, pois as ciência e vida imaginária "apresentam-se como o ser".

A Burocracia Soviética

A burocracia soviética, a que esta caracterização marxista ajusta-se como uma luva á mão correspondente é quem, na verdade, em virtude do monopólio de Estado, controla toda a economia soviética, e através dela toda a "sociedade civil" da URSS.

Era o próprio Stalin, com efeito, quem indicava como diferença fundamental entre o regime soviético e o regime capitalista o fato de que neste a direção do Estado se acha nas mãos dos senhores da economia, enquanto naquela é, ao contrário, a economia que se acha nas mãos do Estado, vale dizer, da burocracia.

Resulta disto que na URSS toda a sociedade acha-se impregnada do "espírito formal do Estado", isto é, do jesuitismo e da teologia do Estado. Todos aqueles traços apontados por Marx na burocracia se encontram, sem dúvida, de uma maneira flagrante, na sociedade soviética, que é o modelo mais completo de república — sacerdote já surgido na História.

Em particular registremos a duplicidade do saber — um real e outro burocrático — que domina a vida da inteligência soviética.

Assim, por exemplo, enquanto o zhdanovismo se apresentava burocraticamente como stalinismo, suas premissas implícitas

vão-se encontrar *realmente* na teoria do Super-Imperialismo, de Kautski, e na teoria da Revolução Mundial, de Trotski, impossíveis de conciliar com a teoria de Stalin.

O esquema estratégico de Zhdanov é, com efeito, uma tentativa de evitar o Super-imperialismo, dado como possível por Kautski, através da Revolução Mundial, concebida por Trotski e tido como realizável a curto prazo de acordo com a concepção do "capitalismo agonizante".

Isto quer dizer, pois, que tanto pelas suas premissas, cuja veracidade não vamos discutir, como pelos seus objetivos, cuja viabilidade também não discutiremos, o zhdanovismo assenta-se em bases econômico-históricas.

E isto é verdadeiro, inclusive para os militaristas grão-russos, para quem um dos motivos especiais de apoio ao maximalismo reside sem dúvida na convicção da superioridade econômica do ocidente, crescente com o passar do tempo, aliada ao conhecimento daquela tese de Engels, a respeito da História militar, segundo a qual no poder econômico se encontra o "fundamental da própria força" armada.

Aqui os extremos se tocam: também econômico-históricas são as premissas do minimalismo inclusive dos seus objetivos, os quais, segundo vimos, remontam ao economicismo e ao menchevismo dos Plekhanov e Prokovski (A diferença entre os extremos, de fato, reside apenas nas previsões quanto a Guerra e a Revolução Mundial, que os maximalistas calculam simultâneas e para logo, enquanto os minimalistas prevêm a última para uma data mais afastada. Isto aliás é o que explica a já citada conversão de maximalistas em minimalistas, ocorrida por exemplo com Bukharin, que passou do "comunista de esquerda" a "oposicionista de direita") Apenas o stalinismo, na verdade, (e o malenkovismo seu continuador) que é uma concepção eminentemente burocrática de conhecimento e da História — substitui o pensamento de bases econômico-históricas pela técnica de manipular frases e fazer reservas mentais, afim de "justificar" o que julga oportuno e útil realizar a cada momento — pelo jesuitismo intencional e pela teologia de Estado, em suma.

A burocracia soviética, com efeito, pensa hoje, por exemplo, em eludir as dificuldades históricas que se lhe apresentam, por meio de um ativismo partidário que se baseia na "vontade de paz" dos povos, fazendo desta, portanto, a causa primeira da manutenção da paz, esquecida assim do determinismo histórico que ela própria formalmente apresenta como fundamento da sua concepção e segundo o qual o homem fez sua história, é verdade,

mas a faz nas condições dadas pela natureza e pela história anterior.

(Assim, note-se, temos de novo o duplo saber: um saber *real*, voluntarista, o outro *formal*, determinista).

Outro aspecto que devemos assinalar, mesmo de passagem, é a transformação que a burocracia soviética faz do conteúdo em formal e do formal em conteúdo no que respeita ao Socialismo.

Assim é que os traços formais do socialismo (nacionalização, planificação, etc.) são dados como seu conteúdo e o conteúdo do "socialismo" (condições econômicas, situação das classes, etc.) é dado como formal: v. g. Stalin afirmando nas suas teses que as categorias econômicas do salário, mais-valia, trabalho excedente etc., são simples *formas* na URSS, sendo preciso mesmo mudar-lhes os nomes.

Finalmente, observe-se que enquanto seja o direitismo seja o esquerdismo acarretariam pelos seus efeitos profundos transformações na URSS, o centrismo burocrático busca apenas conservar a sociedade soviética tal como ela é, vale dizer, com a burocracia dominando-a até que ela fique bastante forte para que com as suas próprias forças possa vencer os ocidentais, instaurando então seu poder burocrático sobre todo o mundo.

A seus próprios olhos a burocracia soviética é, em suma, a última finalidade do Estado Soviético.

O Próximo Futuro

E' fora de dúvida que a política mundial se encontra hoje determinada, predominantemente, pela interação entre os dois polos do poder constituídos pelos EE. UU. e pela URSS.

Além disto também é evidente que as transformações ocorridas em um desses polos produz inevitavelmente modificações no comportamento do outro e por esta via nas suas relações mútuas.

Agora bem: a ascensão dos republicanos ao Poder nos EE. UU. parece ter dado a estes a iniciativa política, de modo que, na medida em que isto fôr verdade, poderemos enunciar, *a grosso modo*, a seguinte "equação de diferenças", referente às posições dos citados polos:

a posição soviética no próximo futuro será igual a posição soviética no presente, *operada* (em virtude da iniciativa norte-americana) pela posição americana no presente.

Como a presente política norte-americana tende cada vez mais a encaminhar-se segundo a linha indicada pelos Três Mosqueteiros" do anti-comunismo ianque — que também são quatro —

a família dos Mac (Mac Arthur, Mac Carran e Mac Carthy) e mais Foster Dulles, linha que equivale a um máximalismo norte-americano, é possível que haja então, de parte do poder soviético, uma reação igual e contrária — o que implica na vitória da linha maximalista na URSS — ou uma reação de adaptação, o que significaria uma vitória da linha minimalista, ao nosso ver menos provável no momento.

De qualquer forma, no caso de um maximalismo norte-americano parece pouco provável o êxito da linha centro-oportunista de Malenkov pois a diminuição ou mesmo a anulação da pressão soviética sobre os ocidentais pode ser contrabalançada pelo crescimento da pressão americana sobre os seus próprios aliados.

Com efeito, a principal consequência da II Grande Guerra reside justamente no fato de os EE. UU. haverem saído dela o bastante fortes para realizar uma integração econômica política e militar dos países Ocidentais, ou seja, para desempenhar em relação ao Campo Ocidental o mesmo papel que a Rússia desempenha com relação ao Campo Oriental.

ASPECTOS DA QUESTÃO COLONIAL

Um conjunto de manifestações complexas, envolvendo aspectos intimamente ligados, — e que tanto interessam aos sociólogo da história e ao antropólogo, como ao etnólogo e ao político, é ao economista. — constitui o que hoje se tem por hábito chamar “ascensão dos nacionalismos coloniais”, inegavelmente um dos maiores problemas políticos de nossa época.

Devido às contradições que ele revela e aos conflitos que ele provoca, as relações entre as grandes estruturas político-econômicas se transformam profundamente.

E as relações de potência — espinha mestra do contexto internacional — graças à desproporcionalidade que as configura atualmente, insere no seio mesmo de várias nações o angustiante problema de influências estranhas ao seu próprio destino. De tal maneira, que um jornalista francês pôde descrever o “período presente da história da humanidade, como um período de colonialismo generalizado.” O que, se não é inteiramente correto, se se tenta fugir a uma visão esquemática e jornalística da história, ao menos nos deixa claro que nenhuma interpretação do nosso tempo é válida sem uma análise das relações de submissão e de domínio.

Pretendemos, no momento, esboçar em rápidos traços alguns aspectos do colonialismo na África, onde ele se apresenta com as suas linhas mais marcantes.

No entanto — e isto faz com que alguns vetores do “problema africano” venham para o primeiro plano no mundo contemporâneo — essas linhas estão em fase de profunda transformação.

Causas visceralmente intrincadas umas nas outras, separáveis apenas metodologicamente, tais como uma fase técnica de colonização se substituindo a uma fase político-administrativa a consequente proletarização de enormes massas, a formação de uma *intelligentzia* autóctone, a ruptura dos grandes mercados da Ásia e da Europa de leste, a estratégia do Pacto do Atlântico, o desforço do capitalismo europeu entre a zona soviética e a zona do-

lar, e, sobretudo, o impacto do imperialismo econômico americano, investindo, direta ou indiretamente, grandes capitais, contribuíram para precipitar a dinâmica de mais um continente, e abrir novas, e talvez surpreendentes perspectivas nos atuais horizontes da história.

Não seria possível, todavia, um real enquadramento de, ao menos, cada uma das situações mais representativas da questão colonial na África — e em qualquer parte do mundo — sem que se determinem os fatores internos e externos que a definem e que a delimitam como tal. Só depois de uma análise destes fatores, é que poderemos seguir, aqui ou ali, na Tunísia ou na Rhodesia, no Marrocos ou no Congo, a maneira pela qual eles operam como um todo e como situação. Tal é o objetivo deste estudo. Não de uma forma exaustiva, pois isto fugiria ao âmbito do presente trabalho, mas como problematização da matéria e suprimento de alguns dados fundamentais.

Grosso modo, duas categorias definem o quadro colonial; a exploração econômica e o apóio da mesma sobre uma dominação política. Na sua concretização, porém, ele vai assumindo um rosto que lhe é próprio, apresentando um conjunto de características, variáveis, quanto à preponderância de uma ou de outra, no bojo desta ou daquela de suas múltiplas frentes, mas, de qualquer maneira, sempre presentes. R. Kennedy, no seu "The Colonial Crisis and the Future", assim as enumera:

- 1 — "color line".
- 2 — dependência política.
- 3 — dependência econômica.
- 4 — realizações "sociais" quase inexistentes.
- 5 — falta de contacto entre os indígenas e a classe colonizante.

Georges Balandier, por sua vez, estabelece uma série de algumas das principais condições necessárias para a configuração de uma dependência colonial:

- 1 — dominação imposta por uma minoria estrangeira, étnica e culturalmente diferente;
- 2 — afirmação dogmática de superioridade racial;
- 3 — maioria autóctone econômica e culturalmente inferior;
- 4 — encontro de duas civilizações heterogêneas resultando na dominação da autóctone;
- 5 — fundamental antagonismo das relações existentes entre estas duas sociedades, que se exprime pela servidão a que é condenada a sociedade colonizada;

6 — necessidade, para manter a dominação, não somente de recorrer á força, mas ainda á um sistema de pseudo-justificações e de comportamentos estereotipados.

Na realidade, o quadro é bem mais complexo, e a nosso modo de ver, preferimos a tendência de alguns autores de escola francesa, tais como o próprio Balandier, Wallon, Gurvitch, etc. que, deixando-se penetrar pelos dados da filósofia existencial contemporânea consideram defeituoso tal tipo de caracterização, pois a "questão colonial", só pode ser apreendida realmente enquanto situação. Suas modificações são profundas e constantes e seguem um ritmo rápido. Daí a exigência de ser focalizada no seu conjunto, enquanto sistema, e sobretudo, de não ser esquecida a sua historicidade, a sua data.

Se usarmos uma das perspectivas que se nos oferecem, a histórica, salta logo aos olhos o seu caráter distintivo: a sociedade colonizada é mero instrumento da sociedade colonizante. E, aí, a história nos é dada a partir desta última. Desde a velha fábula da "missão civilizadora", passando por uma gama de pretextos auridos nas sucessivas ideologias que justificaram a colonização, até o atual "defesa da civilização cristã", uma auto justificativa de pseudo-razões, uma brutal ruptura entre a teoria e os fatos, uma série de mal-tendidos e de "bonitas mentiras", marcam essencialmente, sua profunda inautenticidade; as lantejoulas do humanitarismo cobrindo, quasi sempre, uma exploração pura e simples. (1)

Mesmo os autores não marxistas, trazem á luz o parentesco existente entre a relação metrópole-colônia e a relação capital-trabalho. (Toynbee usa a terminologia "proletariado interior" e "proletariado exterior", ao se referir a este aspecto das lutas de nosso tempo). E como traço dominante da situação colonial surge o clima crescente de tensão e de conflito que se estabelece entre as relações da sociedade colonizada com a sociedade colonial.

A busca de matérias primas para as indústrias da metrópole, a consequência de um parque industrial diminuto, ou mesmo inexistente, nas colônias; a exploração, em grande escala, exportação e importação beneficiando apenas as sociedades comerciais que as controlam; uma sólida "distância" entre a sociedade colonial e a sociedade colonizada; encerramento e manutenção da sociedade colonizada nas atividades de plantio, mão de obra, e do-

(1) «O ocidente toma cada vez mais a inconsciência de seu pensamento como pretexto, como meio de elidir as realidades do sofrimento velado e da «joie serieuse» (Rainer Maria Rilke).

mesticidade, são algumas das outras facetas que ela nos apresenta, quando olhada sob este ângulo (Kennedy).

Empregando uma perspectiva política, já tocamos diretamente nas relações de dominação e de submissão. É o mecanismo em marcha de todo um aparelho administrativo-judiciário encarregado de assegurar, dominante, o poder colonial. E o colonialismo, assim, se vê caracterizado por uma somatória de gestos, tais como: impedir a formação de uma ideologia nacional ou criação de uma inteligência, quebrar toda unidade política de envergadura, desviar ou aniquilar todo e qualquer movimento organizado das massas proletárias, fragmentar etnias importantes (com a fixação de fronteiras arbitrárias em separando povos da mesma origem étnica, ou reunindo estruturas sociais diversas), atingir a "alma" de cada povo, desvirtuando e corrompendo a sua história e a sua cultura.

Se, no entanto, giramos inteiramente o nosso prisma, e focalizamos o processo pelo qual se efetua a "tomada de consciência" dos povos colonizados, novos elementos nos possibilitarão uma compreensão mais funda do problema.

Atravesando as reações primárias, confusas e á base de ressentimento, os fenômenos de contra-aculturação (onde o retorno ou tentativa de retorno, aos valores e instituições antigas, surge revestido de um novo sentido que nem sempre eles possuíam), as reações globais, de base essencialmente racial, e, quasi sempre não ultrapassando o nível psicológico, chegamos àquelas de cunho nitidamente político, que condicionam e informam diretamente os movimentos nacionais.

Estes últimos "surgem das categorias sociais que sofrem a situação colonial como um limite ao seu desenvolvimento, ou daquelas que, em virtude desta situação, são mais particularmente despojadas". Em suma, da burguesia indígena e de uma *inteligência*, por um lado, e de um proletariado colonial, por outro. É já uma fase de plena oposição ativa, só de possível configuração nos países que atingiram um certo estágio de evolução, econômica e culturalmente.

Sem nenhuma pretensão de definir ou de exaurir características, e considerando especialmente o continente africano, cinco aspectos se nos afiguram importantes:

- 1 — Racismo e situação colonial
- 2 — Imperialismos econômicos e situação colonial
- 3 — Questão social e situação colonial

4 — Consciência internacional e situação colonial

5 — Situação internacional e situação colonial.

1 — *Racismo e situação colonial.*

Mais uma vez a estrutura internacional pressiona, gera e força a expansão exacerbada de forças econômicas exclusivas, á busca de um poder crescente. Mais uma vez o caráter de dominação se infiltra como "carte du jeu".

Mais uma vez os fundamentos racistas revelam, então, a sua presença e a sua marcha.

Indispensável para uma verdadeira compreensão das situações de dependência em geral, e em particular da colonização, é o exame dos fundamentos racistas da exploração capitalista, (1) e dos modos, nem sempre velados, de sua eficácia.

O colonizador só o é, "tranquilamente", porque traz no fundo de si mesmo aquele desprezo pela raça ou etnia colonizada. Só exerce, de fato e de direito, a sua dominação, porque se sente repousado, como diz Balandier, "sobre uma ideologia, um sistema de pseudo-justificações, de racionalizações". A tal ponto, que R. Kennedy encontra na "color line" o fundamento de todo o sistema colonial. E na verdade, repetimos, não se pode atingir a realidade colonial, se fizermos abstração do capitalismo ou do racismo: qualquer que seja a sua gênese, atualmente eles vivem intimamente ligados.

Qual o movimento fundamental de todo racismo? Atribuir á natureza de sua vítima, aquilo que é apenas o resultado das condições que a cercam. Aquele conjunto de circunstâncias que envolvem o algeriano ou marroquino, o negro do Congo ou de Kenia, são carregados de um sentido, de uma significação, vindos do exterior, a princípio, e que depois acabam por invadi-lo, por imobilizá-lo, transformando-o em "natureza". E, como sintetizam muito bem Moscat e Peju, "a situação se fixa em destino". Assim, o árabe, por exemplo, é, por definição, um indivíduo que rouba, talhado para o "bas-fond" e para o crime, falso e perigoso. (Basta correr os olhos na maioria dos jornais parisienses — e aqui, mais uma vez, aparece a relação colonialismo-racismo: em França, o "preconceito do negro" existe em bem menor escala — para se verificar, como todo atentado, toda violência, toda desordem, que

(1) Num dos números da revista «Life», por exemplo, lemos: «no último dezembro, os fanáticos nacionalistas se revoltaram em Casablanca, assassinando sete franceses». Esqueceram-se de centenas e centenas de marroquinos que foram, então, praticamente massacrados... e que os sete franceses foram mortos em consequência de um ódio encurralado e como represália.

se conheçam os culpados, recebe, de antemão, a adjetivação e a suspeita de provir da algerianos. Esquecidos de que — e são numerosos os estudos e pesquisas sobre a situação dos norte-africanos em França — as estatísticas policiais não corroboram esta presunção, e, sobretudo, de que os milhares de norte-africanos na metrópole são “duplamente proletários”.)

De modo igual, “the black man” é “naturalmente” incapaz para determinadas tarefas, biotipologicamente predisposto ao trabalho servil, com uma sensibilidade “feita para” suportar situações que o branco consideraria insuportáveis.

Diversas são as exteriorizações do racismo, variando de acordo com o tempo e lugar.

Nos territórios da sociedade colonizada, ele vive o seu apogeu; e nas épocas da crise sua manifestação é violenta e aberta. Atualmente, em Kenia, o terrorismo Mau-Mau deu uma marcha-ré na história da ascensão deste território: todo kikuyo que tem uma reivindicação a fazer é considerado Mau-Mau, e sem uma boa dose de racismo não seria possível acontecer o que nestas regiões têm acontecido: o número de indígenas mortos é escandalosamente superior ao número de feridos, o que tem provocado, aliás, debates mal-humorados, na Câmara dos Comuns em Londres, entre conservadores e trabalhistas, denunciando estes o “shoot kill”, e a notícia que estourará na imprensa londrina, de que os encarregados da repressão costumavam fazer apostas para ver “quem matava mais”. E quando já existe a configuração de um proletariado e de um movimento enquanto tal, a luta de classes, se confundindo com a luta de raças, aparece, então, revestida de uma violência inacreditável.

2 — Imperialismos econômicos e situação colonial

O imperialismo colonial é uma das formas do imperialismo econômico. E a situação colonial, na África, entra, agora, em fase de profundas e radicais mutações, justamente porque novas e poderosas forças econômicas e financeiras vieram acelerar, modificar, e talvez quebrar o binômio “metrópole-colônia”, até então seguindo, mais ou menos, um ritmo próprio.

No período que sucedeu à guerra, a Europa, profundamente abalada na sua estrutura econômica, voltou os olhos para os territórios que possuía na África. Foi a época dos grandes projetos, dos grandes planos. Contudo, por uma série de erros, de conflitos e de impossibilidades, implicados no próprio contexto comercial-político-financeiro de suas colônias ou protetorados, e, sobretudo, por-

que a política das metrópoles era uma coisa e a “política” dos colonos era outra, os resultados, pouco a pouco, foram aparecendo diminutos, quando não desastrosos.

Edifícios públicos de grande porte, pontes pomposas, rodovias bem tratadas servindo a interesses outros que os dos territórios, etc. representando um gasto quasi sempre inútil. O porto de Abidjan por exemplo, equipado a preço elevado e de forma a mais moderna, ficou inutilizado nos seus 3/4, pois a região não pode fornecer um tráfico suficiente. Na melhoria da vida indígena, na transformação da agricultura, que poderiam oferecer caminhos, nada, no entanto havia sido feito. Nem seria possível fazê-lo, dada a resistência dos colonos. E além disso, até bem pouco tempo, os capitais privados se recusavam a uma exploração a longo termo.

A Inglaterra, no último relatório do “Colonial Development Corporation” fez expressa confissão deste fracasso. Em Tanganika, por exemplo, êle fôra total. Estes fracassos eram tanto mais graves quanto as nações européias se defrontavam, e se defrontam, com um problema: o abastecimento de matérias primas. Os imensos recursos minerais da África ainda são pouco explorados, e os que tem sido mais intensamente, nestes últimos anos, são, em sua grande parte, diretamente em proveito dos americanos do norte (cobalto, cromo, cobre, na Rhodesia, chumbo e zinco no Marrocos, cobalto no Congo etc.)

Consequentemente, uma dependência crescente obrigava a Europa a sofrer uma sangria constante para a compra de suas matérias primas, sangria essa não compensada pela exportação de produtos acabados.

O desligamento da China e das “Democracias Populares”, a revolução no Viet-Nam — eram outros importantes fatores que pesavam na formação e no engrossamento desta dependência. Foram inclusive os mesmos fatores que forçaram o capitalismo colonial a aceitar e buscar uma aliança, com os capitais norte-americanos.

Procurando sair deste impasse, a assembléia consultiva do Conselho da Europa, em 1951, provocou e fez o relatório de Strasbourg, aprovado quasi unânimemente. Em que medida a Europa, e os países dependentes de além-mar, poderiam constituir, entre a zona coletivista e a zona dolar, uma terceira zona econômica, capaz de permitir um equilíbrio? Era esta a sua pergunta central.

Tratava-se, em última análise, da velha concepção alemã de uma Eurásia. A estratégia própria ao sistema do Atlântico, porém, o crescimento acelerado dos investimentos privados vindos

da América do Norte, o Plano Marshall, o Banco Internacional de Desenvolvimento e Reconstrução, o Ponto Quatro, etc, estavam em pleno funcionamento. E, como diz Francis Jeanson, a Euráfrica vai passando a ser um "eufemismo, sob o qual os europeus vão descobrindo, cada dia um pouco mais claramente *quelque Amerafrique*".

No entanto, e por isso mesmo, se intensifica, sob a proteção de um forte protecionismo alfandegário, o intercâmbio entre as metrópoles e as respectivas colônias (no caso da União Francesa, 40 % das exportações de França são absorvidas pelos seus territórios de além-mar), e continua o afluxo de capitais, ou mesmo de instalações industriais que não se sentiram em segurança no continente europeu; os capitais indo-chineses também já se transferiram para o Magheb, principalmente; os alemães, cuja indústria pesada, em plena reconstrução está privada, atualmente, dos seus tradicionais "debouchés" do Leste Europeu e da Ásia, vão se firmando em novas bases, a partir do Oriente Médio, e de maneira rápida e progressiva. Grandes sociedades da Alemanha Ocidental, em particular a Siemens, Ferrosaal, Hoch el Tief, já firmaram contratos para a construção de centrais elétricas, e de uma usina siderúrgica, no Egito. Depois de 20 de Agosto de 1953, data em que foi exilado o sultão do Marrocos, a Liga Árabe tomou a decisão de boicotar os produtos franceses; o Paquistão, a Líbia, e o Egito, romperam importantes contratos com firmas de França; tudo isso vem colaborar no aumento da exportação alemã de automóveis e de objetos manufaturados.

O liberalismo econômico, de onde saíra a situação colonial, volta-se contra esta, expondo-a aos azares da concorrência, disposto a modificá-la em prazo curto, transformando-a num tabuleiro, onde jogam as grandes estruturas econômicas, inclusive sem prever as consequências sociais desta revolução industrial em vista.

3 — Questão social e situação colonial

Sem admitir que a situação colonial, assim como a própria história dos homens, possa ser reduzida à luta de classe, ou possa ser inteiramente abarcada pela virtual ortodoxia marxista, temos que reconhecer, no caso da situação colonial, a preponderância do aspecto econômico, gerando e justificando, de certo modo, a sua comparação, o seu paralelismo e o seu parentesco profundo com a questão social. Em última análise, seria viável a possibilidade de uma identificação entre coloniato e proletário. Nos dois

casos, trata-se de uma população produtora de toda riqueza, excluída de todas as regalias políticas ou econômicas, e constituída em "classe oprimida", conforme concluiu P. Reuter. Para um marxista, é justamente sobre essa identidade que repousa a ação combinada do proletariado e dos povos coloniais.

E' esta predominância, na situação colonial, do aspecto econômico, com relação aos demais aspectos, que motiva o quasi abandono dos interesses locais, fazendo passar ao segundo plano, não só as necessidades dos produtores autóctones, como as condições de vida das massas indígenas. E a relação pauperismo-colonialismo progride como um todo. Ela é menos o efeito de uma política deliberada do que do livre desenvolvimento dos interesses privados. Bastaria citar os exemplos da Argélia, mantida como um país exclusivamente agrícola, pela vontade de seus colonos, e onde a produção de vinho aumenta cada vez mais, e o trigo, alimento de base, é descuidado de tal maneira que o seu decréscimo assustador é uma das causas primeiras da emigração algeriana, conhecida como a "emigração da fome"; do Kenia, onde o "posho" (farinha de milho), valendo sete vezes mais o seu preço, ameaça os kikuyios de uma fome eventual (tornada próxima com o terrorismo mau-mau, que resulta no abandono dos campos de colonização pelos trabalhadores agrícolas); ou, já em regiões escolhidas pelo gigantismo industrial, como o Marrocos, onde os "bidonvilles" (favelas) proliferam (em Casablanca, só os de Ben M'Sik e Carrières Centrales contém cerca de 60.000 pessoas cada um).

Tal ocorre, na verdade, porque a situação colonial tem sido, até agora, o domínio onde os grandes interesses econômicos e financeiros encontram a mais fraca oposição. Somas fantásticas são empregadas, mas, em geral, servindo apenas aos interesses da colonização. O nível de vida dos autóctones é deixado de lado. No Marrocos, por exemplo, até 1947, 1 bilhão e 330 milhões de francos já foram empregados no habitat de 350.000 europeus, enquanto que apenas 841 milhões para os 8.000.000 de marroquinos. O que se vê, pois, é o nível de vida das massas decrescendo progressivamente, sob o duplo efeito do crescimento demográfico e de uma concentração econômica. Quasi sem freios, a exploração capitalista corre atrás do maior lucro. Até recentemente, as populações indígenas não eram representadas, nem em matéria sindical, nem em matéria política. Atualmente, no plano sindical, elas são combatidas arduamente; no plano político, surgiram, em toda África, desde 1948, uma série de

mistificações: as "representações indígenas", a sôlido da colonização.

E' o rigor mesmo desta exploração que, suscitando o mal estar e a revolta nas massas, se torna um dos mais sérios obstáculos ao exercício da dominação política, instalando dois antagonismos que pesam, e muito, no processo colonial.

Primeiro, instala-se o antagonismo entre os interesses econômicos dos colonos e o interesse político de seus governos. Posteriormente, quando a dependência negativa (ou passiva) — tão comum nos povos de primitivo contexto cultural, aquela que não só é aceita, mas é desejada, em vista de segurança que cria e fornece — ascende ao estágio de dependência positiva (ou ativa), que aparece ligada a uma situação social geradora de sofrimentos e de instabilidade, as relações de dominador e dominado são postas a nú, desmascarando o antagonismo entre dois termos em marcha para um ponto crítico.

Desde então, as duas noções de injustiça social e de dominação estrangeira, as duas aspirações de elevação no nível de vida e de emancipação da tutela colonial, se ligam estreitamente no espírito e nos gestos povos colonizados. E assim, o pauperismo acirrador das reivindicações proletárias, entre como um dos elementos modificadores dos chamados movimentos nacionais. Modifica-se o cenário destas mesmas reivindicações nacionais. A massa irrompe, abruptadamente, na tensão quasi dialógica entre a potência dominante e uma minoria indígena privilegiada. Foi o que aconteceu em dezembro de 1952, no Marrocos: a tensão entre o partido Istiqlal e o Quai d'Orsay foi sangrentamente conturbada, e evoluiu rapidamente para o estágio conflitual. Na África do Norte, principalmente, a enorme importância dos imperativos militares, relegando ao segundo plano os fatores econômicos, permite uma ressonância sui-generis das perturbações causadas por esta irrupção das massas. O importante, para os Estados-Unidos, é que, ali, seja mantido um equilíbrio de dominação, na medida em que este facilite o controle e a manutenção de pontos estratégicos, de bases aéreas e navais, de vias de comunicação, e também de um contingente potencial de tropas indígenas. Neste sentido, uma das repercussões de uma crise aguda nos problemas do plano social interno, poderia ser a tentativa de um deslocamento, não mais sub-reptício, porém repentino, de estensos setores da África do Norte — "liberando-se" de sua rígida condição colonial — para a "tutela e a proteção" da América do Norte. Isto faz que aumente a dependência de Paris com relação a Washington, pois o deflagramento, ou não, de consequências deste tipo depende intimamente do processo e das posições

que inserem o governo de França na atual situação européia. Estas, mantidas e fortalecidas, tais como se acham, viriam, por sua vez, de encontro às reais conveniências dos Estados-Unidos: a manutenção e o fortalecimento dos vigentes estatutos coloniais. Inegavelmente, não é de suas intenções favorecer os movimentos nacionais. Tanto assim que, até agora, não só aceitam, como corroboram ativamente na fabricação e na rotativação de uma pseudo-realidade: a "ligação profunda" entre nacionalismo e comunismo, que os colonos e a administração francesa lhes apresentam.

E se se fizer "necessário", este deslocamento a que nos referimos linhas atrás, a contra gosto êle seria tentado: certos interesses privados norte-americanos, é verdade, seriam beneficiados, mas a estratégia político-militar norte-americana seria obrigada a um desfôrço maior, e se situaria em terras ainda mais movediças: os movimentos nacionais, sobretudo dos países árabes, obedecem a uma dinâmica que lhes é própria, buscam fixações no seu próprio contexto cultural, atendem ao profundo e insubstituível apêlo de um destino que lhes é peculiar, e se orientam para a formação e o desenvolvimento de estruturas sócio-político-econômicas que não se estreitarão mais nos quadros rígidos e unilaterais de uma situação colonial. E regeitarão, assim, todo e qualquer colonialismo, venha êle da França, dos Estados-Unidos ou da Rússia. Sômente a obra em comum de um plano, visando a autêntica elevação do nível de vida das massas árabes permitiriam, no caso presente, às potências do ocidente, o resguardo, mais ou menos tranqüilo, sem grande usança de armas e de mortes, de sua influência política, de suas bases, e de suas alianças. Dada porém, a estrutura liberal de sua economia, o que acontece é o agravamento da luta de classes e a precipitação da questão nacional em termos críticos. E então, para detê-los, só a força. E a força paradoxalmente, é o seu fermento mais poderoso e eficaz.

4 — Consciência nacional e situação colonial

Kwame Nkrumah, presidente do conselho executivo da Costa do Ouro, numa de suas referências à evolução das reações que tendem à aquisição de uma diretiva expressamente política, enumera os seus "resultados inevitáveis":

- a) — aparecimento de uma *intelligentia*;
- b) — despontar de uma consciência nacional entre os povos colonizados;

c) — aparecimento de um movimento da classe trabalhadora;

d) — desenvolvimento de um movimento de libertação nacional.”

Conforme já prenunciamos em linhas anteriores, duas são as categorias sociais que, a princípio, vão se tornando germen e receptividade de idéias e realizações contrárias ao statu-quo colonial. Uma, constituída pelos que sofrem a limitação do caráter restrito e dependente da economia local e pelos que lutam pela defesa de suas terras ou pela valorização de seus produtos, ou seja, por uma burguesia indígena e pelos donos de plantação indígenas. A outra é constituída por uma *intelligentzia*, asfixiada por uma legislação e por uma prática discriminatórias, e aspirando ao cumprimento de seu destino enquanto tal. Os proletários coloniais, em geral, manifestam-se mais tarde, trazendo as bases e a exigência vital de atos mais concretos. Quanto ao desempenho e à importância destes últimos, que crescem continuamente em razão do progresso da urbanização e da ampliação dos investimentos do capital, já fizemos algumas rápidas observações no Parágrafo antecedente. Este desempenho refletiu-se, sobretudo, na luta pelo sindicalismo — um dos fatores essenciais da atual etapa de algumas situações coloniais. Os tiroteios de Sfax, o assassinato de Ferhat Hached, os tumultos sangrentos de Casablanca, a tensão na Rhodesia do Norte, etc. são traços marcantes de sua marcha. (O sindicalismo agrário, em geral, não existe, pois quasi sempre é esmagado nas suas primeiras manifestações).

No entanto, as forças coloniais, em sua mais antiga oposição, vem procurando deter, com igual tenacidade, a formação de autênticos quadros de intelectuais.

Este é um outro elemento imprescindível, no estudo da formação e do desenvolvimento de uma consciência nacional. Dentro do contexto colonial, em última análise, — e dando ao termo o seu mais profundo e real significado — vamos tocar com o dedo no problema da Educação.

Malgrado a administração colonial e as distâncias, quasi todos os líderes africanos dos movimentos nacionais são homens que se formaram em universidades européias ou norte-americanas.

Kwame Nkrumah frequentou, durante oito anos, a Lincoln University, nos Estados-Unidos; Jomo Keniatta, fundador da União Africana do Kenia, estudou em Londres; em Cambridge, Mutesa II, o kabaka de Buganda, foi colega do filho do atual secretário das colônias do Império Britânico; M' Hamed Ali, o ini-

ciador do movimento sindicalista na Tunísia, doutorou-se na Alemanha em ciências políticas e econômicas; e é raro um dirigente ou intelectual nacionalista da África do Norte, tão próxima do continente europeu, que não tenha passado pela Sorbonne, ou Montpellier ou Lyon, ou pelo menos habitado Paris.

Lá, eles tiveram um largo contato com a “liberty” ou “liberté” que as metrópoles reservam para o seu consumo interno, pouco desejosas de as exportar para as colônias; lá, conviveram com franceses, ingleses, ou norte-americanos, não racistas e bem diversos dos que haviam conhecido como colonos; lá, principalmente, eles estudaram, sentindo-se cada vez mais africanos.

Não bastam, porém, esforços isolados. E as forças coloniais são as primeiras a sabê-lo. Como condição básica para o reconhecimento das reivindicações progressivas a que tendem as colônias, no seu impulso de emancipação, firmam um contexto cultural e político capaz de auto-determinar-se os meios reais de levar uma educação às massas, no entanto, são descurados o quanto é possível, ou sofrem verdadeira sabotagem, quando são “arrancados” da administração, ou são dirigidos e bitolados, quando já em fase de algum desenvolvimento.

Como ilustração poderíamos citar alguns exemplos. No relatório dos Estados Gerais da Colonização, (1) obra do colonato, preocupado em “salvar o império francês”, notamos a seguinte resolução “que, notadamente seria contrário á razão e ao interesse público, conceder o direito de cidadania francesa a todo homem sem discriminação e qualquer que seja o seu grau de evolução ou de moralidade”. É um longo e minucioso relatório, abordando uma série de problemas diversos. No entanto, nenhum estudo ou tópico foi consagrado á questão do ensino — o que revela o nível em que se deseja que fique o “grau de evolução ou de moralidade” dos indígenas. E esta é a maneira de agir, predominante, dos colonos. A colonização, enquanto tal, traz no seu bojo o constante cuidado de impedir a estruturação e o desenvolvimento equilibrados dos elementos aptos para, no interior do grupo colonizado, ir delineando a consciência e a realização do seu próprio destino. Na Argélia — por exemplo, até data próxima, a língua árabe era praticamente considerada como “estrangeira” e, o seu ensino não era realmente ministrado nas escolas públicas. Hoje, já existe um verniz de

(1) Resultado de duas reuniões: uma, em 5 de setembro de 1945, em Douala, outra, a 30 de julho de 46, em Paris. Tratava-se, sobretudo, de impedir a realização dos projetos constitucionais da União Francesa, então na assembleia constituinte. Feito por colonos vindos do Senegal, da Guiné, do Sudão, da Costa de Marfim, do Cameroun, do Congo Médio, do Gabou, do Tchad, de Oubangui e de Madagascar.

“arabe preparatório” nas escolas primárias onde somente 10% das crianças em idade escolar estão matriculadas), (1) mas continua não havendo ensino secundário árabe, nem universidade, pois, o plano de escolarização total, visado pelo decreto de 27 de novembro de 1944 (e cuja execução foi confiada ao Governador, escapando assim aos serviços de Educação Nacional) vem tropeçando, sistematicamente, na administração. (2)

Quando, sob esse ângulo, os povos colonizados vão tentando eles mesmos, realizar aquilo que a administração descarta, como no caso dos Oulemas da Argélia que, sem nenhuma subvenção dos poderes públicos, já chegaram a estabelecer cerca de 160 escolas primárias para mais ou menos 30.000 alunos, ou no caso dos kikuyus, do Kenia, que despendem de suas próprias rendas cerca de 50.000 libras anuais para as “escolas independentes” (o que representa um grande sacrifício, pois o “revenu” médio é menos de 2 libras por mês), são vistos com máus olhos, cercados de mil e uma dificuldades, quando não são, essas escolas, consideradas perigosos centros subversivos.

A industrialização crescente, de que resulta uma proletarização crescente e que possibilita um contato maior e cotidiano dos autóctones entre si, e, portanto, a recriação de centros de vida social que a dominação européia havia destruído (o que também, de forma mais complexa e menos eficaz, acontece com os fenômenos de aculturação religiosa); o progresso técnico que acompanha essa industrialização, exigindo e co-formando espontaneamente um certo grau de conhecimentos, e cooperando, assim, para também introduzir numa atmosfera de “progresso” a psicologia do colonizado (o homem que vive na asfalto, como diz, entre carros e buzinas, entre dínamos e máquinas, entre cinemas e radios, adquire, mesmo se o deixarmos sempre nas posições mais humildes, uma carga mais densa de aspirações, de necessidade, e de desejos, que lhe dá, mais nitidamente, o peso e o colorido de sua própria realidade): o contexto internacional e a importância, para os dois grandes blocos que se enfrentam, das posições quase decisivas do continente africano, sobretudo as do norte; o combate à ideologia

(1) No Marrocos, onde o obscurantismo também prevalece, apenas 7% das crianças de 6 a 14 anos encontram lugares nas escolas do protetorado.

(2) Identicamente, o culto mussulmano «fol, pura e simplesmente, confiscado pela administração», nos relata Daniel Guerin, citando um significativo trecho do relatório da Associação dos Oulemas de Argélia, apresentado, em 1950, na assembleia algeriana: «o governo criou, na Argélia, um culto novo, ao qual ele deu o nome de Islam Algeriano, e que não é outra coisa do que uma administração religiosa instituída com o objetivo de consolidar as posições do colonialismo em terra algeriana».

marxista, portanto, pesando como “carte du jeu”, e transformando em um “perigo” potencial para os atuais dominadores o homem colonizado que sabe lêr; (1) o desempenho cada vez mais ativo de uma inteligência autóctone que, dada a impossibilidade de evitar “in totum” um intercâmbio de idéias no mundo de hoje, preenche continuamente os seus quadros e suas aspirações de um real poder político; todo esse conjunto, em suma, traça em cores mais fortes e carregadas o problema da educação, — e seu mais rutilante aspecto: a formação de uma ativa consciência nacional — nos limites e no processo de algumas situações coloniais.

5 — Política internacional e situação colonial

Se passarmos os olhos, rapidamente, no mapa do “auxílio dolar” que se dirige ao continente africano, a própria direção e o volume mesmo das cifras iriam nos revelando as duas zonas de interesse imediato dos Estados- Unidos:

I — posições estratégicas

II — matérias primas.

I Sómente no Maghreb (Tunisia, Marrocos, Argélia) eram absorvidos até recentemente, quase 40% do montante total que uma especificada ajuda oficial estendia a regiões de toda a África. E por que? Uma das razões fundamentais nos é dada pelo general Piolet, inspetor geral das forças aéreas de além-mar, no número de novembro de 1951 de “France Outremer”: “A África autoriza todas as manobras, tanto em direção à Europa como em direção à Ásia... sua própria massa é uma defesa contra as surpresas do adversário, e permite preparar, no maior segredo, as operações ofensivas dirigidas contra ele”. Ou então, pelo número especial da revista *Life*, sobre a África, onde é citado um oficial da força aérea: “as bases na Europa podem nos dar mais 10% de poder de ataque, mas Marrocos nos dá 90% mais de “poder de ficar”, e a redação da revista se referindo às dimensões das obras e ao número de americanos, conclue “are evidence the U.S. means to stay.”

(1) «Devemos educá-los, não somente por motivos de humanidade, mas para os fazer mais úteis. É necessário para nós que os nativos sejam capazes de lêr as simples instruções do manejo das maquinárias. Mas se um homem pode lêr as instruções para se servir de um trator, ele pode também lêr o Manifesto Comunista. Si ele pode escrever, ele pode comunicar com os seus companheiros, e organizar» (trecho de um artigo de S. Cloete, autor sul-africano e bestseller nos EE. UU., para a «Life»).

Cinco grandes bases os Estados Unidos estão construindo em terra marroquina. Duas estão em pleno funcionamento: de Sidi Slimane e de Nouaceur. E' devido ao feitiço ciclópico e ao conseqüente alto custo destas bases (estão orçadas em \$ 450.000.000), que a segurança do Marrocos, e portanto as oscilações tumultuosas de seu despertar político, têm uma especial significação aos olhos de Washington, que as acompanha, assim, em íntima vigília.

Assegurando e ampliando o quadro de suas posições militares, correlatamente são ampliados e assegurados os quadros dos investimentos e empréstimos oficiais, das inversões do capital privado. Por isso é que as agências noticiosas se referem a uma onda de investimentos privados americanos, sobretudo na África do Norte, que os atrai mais e mais, na proporção diréta da segurança que, ali, se lhes oferece: estão bem vivos na memória do capital a derrocada de seus bilhões de dólares investidos na China, e a instabilidade sangrenta de certas dominações coloniais.

Embora no plano sócio-político interno, pela intrusão de novas e aperfeiçoadas modalidades de um imperialismo econômico, tecnicamente e materialmente bem equipado, haja, às vezes, um conflito com os colonizadores "à moda antiga", de exploração direta e imediata, latifundiária e feudal, as exigências de ordem estratégica, realçando a necessidade de posições militares e econômicas no interior de algumas situações coloniais, trazem como o problema de primeiro plano, a imposição de duvidosos esquemas que assim vêm, constituir a mais atual e vigente das racionalizações ou pseudo-justificações do colonialismo.

O mundo, ignoradas a complexidade e a riqueza original das grandes estruturas humanas, especificadamente fincadas na história e diversas umas das outras, sofre, no plano de sua própria humanidade, a irrealidade brutal de um totalitário meridiano de Tordesilhas, fruto monstruoso de um monstruoso moralismo: o Mal é Moscou, Washington é o Bem Absoluto. (1)

E disto têm feito largo e habilidoso uso as forças coloniais na sua luta contra os movimentos nacionalistas. Na África do Norte, por exemplo, onde os problemas oriundos de uma expansão e de um desenvolvimento rápidos aceleram e destacam o seu contexto no bojo das demais situações coloniais, os colonizadores, pela sua rádio sua imprensa, suas agências, sempre procuraram dar a entender aos Estados-Unidos e ao mundo a existência de

(1) Rejeitamos, de igual modo, o possível reverso da medalha: Washington é o Mal, o Bem é Moscou, assim como toda e qualquer simplificação, em termos de um moralismo absolutista, que na realidade é uma falsificação do existente sob uma cômoda abstração.

uma fusão entre o comunismo e o nacionalismo, ou seja, que as bases americanas se acham seriamente ameaçadas. No entanto, as declarações de Habib Bourguiba, prisioneiro na ilha de Galite, (2) dirigente do Neo-Destour (nova versão do extinto Partido Liberal Constitucional Tunisiano), são bem claras a esse respeito. E' êle próprio quem descreve como Ferhat Hached, ao saber da dependência que ligava a C. G. T. francesa ao partido comunista, se desligou, em 1944, e constituiu a U. G. T. T. (União Geral dos Trabalhadores da Tunisia). Resultado: foi atacado pelos dois lados, tanto pelo colonato francês que se engajava ferozmente em obstar um movimento sindical se formando em Tunis (e, principalmente, pelas suas repercussões no Marrocos ou na Algeria), como pelos comunistas que o acusaram de "dividir a classe operária". Malgrado todos os fuzilamentos policiais de que foram vítimas os sindicalistas — tais como em Sfax, Djebel, Djeloud, Pontinville etc., a U G T T reagiu, com diz Bourguiba, "acentuando sua tendência anti-comunista": rompe os laços com a F. S. M. (Federação Sindical Mundial) e se decide pela filiação à C.I.S.L. (Confederação Internacional dos Sindicatos Livres).

De igual forma, os acontecimentos se embrulham no Marrocos. O que os franceses, e todos os que representavam o capital colonizador, mais temiam ali, era a formação de um sindicato independente como a U.G.T.T. de Tunis; teria êle muito mais força, pois, em terras marroquinas, a industrialização é mais ativa do que em qualquer outra região do Maghreb. O importante era forçar, e manter, as "provas" de uma aliança com os comunistas: por lei, os sindicatos marroquinos tinham que ter 50 % de franceses no comité-diretor. Como conclui A. Werth, do "New Statesman and Nation", a Residência "exige, deste modo, que haja comunistas na direção de todo sindicato". Contudo, o Istiqlal, partido da burguesia cultivada indígena, lutava pela criação de um comité cem por cento nacionalista. Foi então que a morte de Hached, em Tunis, e os sangrentos distúrbios por ocasião da parada sindical de protesto, quatro dias depois, em Casablanca, vieram bem a propósito. Era então controlador civil em Casablanca, o célebre e poderoso Sr. Boniface, hábil em "acontecer" acidentados e distúrbios, toda vez que a repressão destes fôsse uma retomada, ou reforço das posições do colonato francês. (Já em abril de 1947, algo semelhante havia acontecido: o residente geral era o Sr. Erik Labonne, promotor da industrialização e libe-

(2) Ben Youssef, secretário do partido, está exilado; Hedi Nouira, secretário adjunto, assim como Mohamed Masmondi, presidente da Federação do Neo-Destour em França, está preso; a grande maioria dos líderes neo-destourianos também está encarcerada; Ferhat Hached foi assassinado.

ral — o que não agradava ao colonato vigente; no dia 9, o sultão iria pronunciar, em Tanger, um discurso com trechos favoráveis à França, o que, naturalmente, iria significar a recompensa de melhores ouvidos para uma ou outra de suas reivindicações; exatamente no dia 8, estoura um "acidente" no bidonville de Ben M'Sik: 70 mortos, 65 marroquinos; resultado: Labonne é substituído, o sultão modifica o discurso, e o colonato restabelece a sua mão de ferro). Desta vez, o trágico dezembro em Casablanca foi rendoso de três lados: primeiro, o delegado norte-americano na ONU, Sr. Jessup, ante a grave ameaça de um "complot nacionalista-comunista" que pairava sobre a segurança e os interesses dos E. U., abandonou a causa da independência do Marrocos, votando contra a emenda do Paquistão; segundo, todos os líderes nacionalistas e sindicalistas foram presos, assim como cerca de 10.000 intelectuais, é denunciada a coalisão "existente" entre o partido comunista e o Istiplal, e, conseqüentemente, é interdita a imprensa deste; terceiro, preparou-se o ambiente para o golpe de 20 de Agosto de 1953 que, quando sobreveio, sacrificou o sultão à "política" do colonato. Si Thami El Glaoui, pachá de Marrakech, "l'homme de paille" do colonato e da administração, enfeita o sultanato vazio com Moamed Beni Maley yArafa, um idoso fantoche nas suas mãos. (El Glaoui, pela cessão do subsolo pertencente a uma de suas tribus, recebeu 20 % nas ações da Omnium, também chamada "Grupo Glaoui", e como preço de sua "fidelidade" vem recebendo outra série de polpudas recompensas, além do direito de explorar e pressionar todo o sul do Marrocos, onde rola a sua limousine sob os ódios vergados de uma população sugada vorazmente, até os ossos: o "tergib", por exemplo, o imposto agrícola, é proporcionalmente mais elevado para o indígena do que para o colono: este paga 332 frs. o hectare, enquanto que aquele paga 419 frs. ou seja, mais 24%, e em muitas de suas regiões o trabalhador nos campos não recebe salário algum: trabalha como um escravo).

Em suma, resultou tudo numa vitória completa do colonialismo. Mas, os atentados se multiplicam, as prisões se enchem, e em todo país se estende uma série de atos de resistência aberta. Marrocos vive um ambiente igual ao de Paris antes da liberação. O nacionalismo ingênuo, confiante nas promessas da potência colonial, morreu em dezembro em Casablanca, com o golpe de 20 de agosto.

Mas o colonialismo aprendeu que é suficiente silabar o nome de Stalin — hoje, de Malenkov — e pendurar uma suspeita nos bastiões da estratégia do Ocidente, para que a máquina do Bem

se ponha em marcha, e algum benefício lh'o reserva. O processo é sempre o mesmo, invariável. A manutenção dos pontos estratégicos é rigidamente revestida de uma missão divina: a garantia do triunfo das forças do Bem. Quem se lhes opuser, estará servindo à disseminação do Mal sobre a face da terra; toda reivindicação dos trabalhadores das usinas, das minas, ou dos campos, traz (tem que trazer!) o selo de Malenkov; todo movimento de emancipação nacional é a "mise en pratique" de maquinação obscuras nos corredores do Kremlin; enfim, todo adversário do capitalismo colonizador é comunista! E está fechado o circuito, a auréola, desta terrível cruzada de salvação da humanidade. Estamos em puro regresso a fase do: "Queimarei as vossas vilas e as vossas casas, cortarei vossas árvores frutíferas, e não culpeis a outrem que senão vós mesmos, pois diante de Deus, sou perfeitamente inocente de tais desastres". (1)

II — As matérias primas constituem o outro ponto de convergência do "auxílio dolar" no continente africano. Atualmente, passam por uma fase de significativo incremento, não só a exploração das abundantes riquezas minerais da África, como também o plantio de suas culturas de arroz, algodão, cacau, borracha em estado natural, óleos vegetais — e o café, além de outros.

Se desdobrarmos os 392 milhões de dólares que se dirigiram a países determinados (sem falar nos outros 356 milhões que foram distribuídos por regiões, ou nas inversões privadas do capital norte-americano, que atingiram a 349 milhões de dólares em 1950, e que se elevaram, até 1952, a 504 milhões), podemos salientar algumas de suas linhas mais gerais:

a) — Tunísia	— \$ 19.359.100
Marrocos	— \$ 68.044.000
Algeria	— \$ 85.163.000

Inegavelmente é a África do Norte a situação colonial de maior importância, e que se reflete sobre as demais. Lá, estão as mais valiosas bases americanas da periferia do continente europeu; lá, os movimentos nacionalistas e sindicalistas já existem em fase de plena maturação e dentro de combativas estruturas; lá, a industrialização caminha a passos rápidos, e os gran-

(1) Trecho da proclamação do governador geral Bugeaud, ainda em fase de conquista de algumas regiões da Algeria, em 1845. Vale lembrar, ainda o massacre de Constantinópolis, um século depois, em 1945, onde foram dizimados mais de 40.000 algerianos... ou o de Madagascar, em 1947/48, onde o número de malgaches mortos chegou a perto de 90.000.

des interesses econômico-financeiros se entrecruzam, se juntam, se degladiam; lá, os investimentos privados norte-americanos aumentam continuamente, girando suas atividades em tórno das relações de exportação-importação, da mineração, e da distribuição de produtos petrolíferos.

Data de 7 de abril de 1906, e foi o resultado da conferência de Algesiras, a assinatura de um tratado internacional, consagrando a soberania do sultão do Marrocos, a integridade dos Estados, e a liberdade econômica sem desigualdade entre as potências que o assinaram, reconhecida a influência preponderante da França. Era a aceitação do princípio da "porte ouverte". Hoje, em Haia, os franceses, prevenindo-se contra a concorrência que atinge a todo país em fase de industrialização nascente, lutam pela caducidade deste tratado. (Mas, em compensação não querem rever o Tratado de Protetorado, arrancado de Moulay Hafid, em março de 1912, e cuja revisão tem sido um constante alvo, não só do povo marroquino, como do sultão deposto em agosto de 1953 e, agora exilado em Taiti). Há alguns anos atrás, os EE.UU. lutavam pelo ato de Algesiras, para facilitar, sobretudo, as operações de divisas de um certo número de comerciantes norte-americanos, estabelecidos no Marrocos. Quando porém, em 1948, a França decidiu restabelecer o regime de licenças de importação, não somente sobreveio uma furiosa campanha da "Associação dos Comerciantes americanos no Marrocos", como o seu presidente, Sr. Robert Emmel Rodes, foi a Washington e provocou um acordo com o Quai d'Orsay, assinado em dezembro de 1948, que mantinha a regulamentação das trocas pela autoridade do protetorado, mas abria, largamente, as portas aos produtos dispensados de licença, em particular ás peças destacadas de automóveis e aos elementos de base da coca-cola.

Surgiu, no entanto, o conflito, quanto á liquidação das importações anteriores a 1948, e o próprio plano Marshall foi, então, posto em causa. Na Corte de Haia (recurso pelo qual os franceses suspendiam o conflito, e o crédito Marshall não seria interrompido), a França terminou, enfim, por verificar que, desde o momento em que os americanos levantaram a questão da representação de Marrocos pelo seu governo, não era só o ato de Algesiras que estava em-jogo, mas o estatuto mesmo do Marrocos.

Dentro da colônia, dois grandes grupos se enfrentam: os Colonna, os Borgeaud, os Aucouturier, os Mas, exploradores de fraca técnica, latifundiários e negociistas, seguindo uma política colonial de práticas retardarias, apoiados por todo um funcionalismo parasitário e europeu, e os Walter, os Moureux, os Boussac, re-

presentando um capitalismo bem equipado e moderno. Para os primeiros, a conservação do estatuto colonial e a exploração intensiva dos indígenas é uma questão de vida ou de morte; já os segundos, pertencem á categoria dos colonialistas que preferem fazer algumas concessões aos nacionalistas, dado o estado de agitação e de terror reinante na África do Norte. Chefiados pelo grupo Walter, representam a presença de um espírito paternalista. Em Zellidja, os operários marroquinos recebem 80 a 120 frs. por hora, (três vezes mais do que o salário habitual); não há sindicatos, porém. Isto devido ao impulso que a exploração do zinco e do chumbo tomou nesta região. Há quasi 10 anos atrás, Stettinius concedeu aos Walter uma ajuda de \$ 210.000, em troca da participação no seu capital da Newmont Mining Corporation e da St. Joseph Lead Company, do grupo Morgan. Desde então, devem estar recebendo dos Estados Unidos (ECA e outros) cerca de \$ 8.000.000, reembolsáveis em remessas de metal. Em 1947, os americanos ficaram com 49% das ações, e Zellidja se transformou na Societe Nord-Africain du Plomb, S.A. (a própria filha do banqueiro Boyce Thompson, fundador da Newmont Mining, é a vice-presidente da Cia. e a sua principal acionista.) Com os créditos e a ajuda dos técnicos americanos, passou a ser a mais moderna empresa de Marrocos: calcula-se que nesse ano de 1954 a sua produção diária atingirá a 5.500 toneladas.

No entanto, no plano político, o seu espírito paternalista se confunde com o feroz reacionarismo dos possuidores de outros capitais investidos no Maghreb. Isto porquê o capital industrial, nesta região da África, é intimamente ligado com o capital agrícola. Quasi todos os grandes proprietários de terras têm interesses em companhias de petróleo, zinco, fosfatos, estradas de ferro, organizações bancárias etc., assim como várias companhias possuem grandes extensões de terras (só a Cia. de Fosfatos e da Estrada de Ferro de Gafsa, que produzia, até 1952, 90 % do ferro, e 70 % do fosfato tunisianos, possui 30.000 hectares). E mesmo os colonialistas mais avançados sobre o plano técnico, e os mais humanos (ou os mais inteligentes) sobre o plano das relações com os trabalhadores, não se esquecem de que, além de sua audácia e de sua inteligência excepcionais, um dos fatores deste imenso sucesso é a riqueza do sub-solo marroquino. Ora, sobre os benefícios realizados em Zellidja, por exemplo, ao Estado cherifiano chegam apenas magros impostos. Tanto assim, que os Walter, como seus companheiros, se esforçam e se esforçarão por impedir a vinda de um regimen que, no Marrocos, poderia pousar a questão da propriedade do solo e do sub-solo.

b) — Até data recente, a África supria 22 % do cobre do mundo, 55 % do seu ouro, 98 % do seu diamante. Na expectativa de uma futura duplicação do consumo de matérias primas — e sobretudo em caso de guerra — os Estados-Unidos não se esquecem de que a riqueza do solo e do sub-solo daquele continente poderão fornecer às suas indústrias apreciáveis quantidades de cobre, cobalto, platina, urânio, manganês, ouro, chumbo, zinco etc., assim como uma ponderável remessa de alimentos em estado natural.

Justamente nos territórios onde se localizam as mais importantes sedes da exploração dos minerais africanos, é que os investimentos significativos continuam sendo feitos:

África do Sul	— \$ 81.600.000
Libéria	— \$ 35.566.700
As duas Rhodesias	— \$ 25.830.100
Congo Belga	— \$ 19.079.200

Se verificarmos que à Nigéria e à Costa do Ouro, com os seus 28 milhões de habitantes, ou ao Kenia, que conta com uma população de 5 milhões e meio, couberam apenas, e respectivamente, \$ 3.450.100 e \$ 340.000 (limites entre os quais oscilam quasi tôdas as outras cifras), e que a pequenina Libéria é povoada por sômente um milhão e meio de homens, irá se tornando clara a eleição da busca de matérias primas como o fiel da balança.

A Libéria, onde em 1926, a Firestone Rubber planou um milhão de acres de seringais, é hoje um representativo centro de produção da borracha. Contudo, de suas empresas, salienta-se pelo seu crescente desenvolvimento, a "Libéria Mining Co", em grande parte regida pela "Republic Steel".

Uma das regiões do mundo mais ricas em tôda uma gama de minerais é o cinturão que começa no Congo, atravessa as duas Rhodesias e o Transvaal, e segue para a África do Sul. Recorde-se que a Rhodesia do Norte, juntamente com a Rhodesia do Sul e com o Niassaland, formam, atualmente, uma Federação. Resultou tal federação da vitória do Partido Federativo nas últimas eleições, tendo sido planejada e realizada por Wellensky, o que tantos distúrbios e descontentamentos vem suscitando entre os autóctones, pois estes, assim, se veriam entregues, de vez, aos colonos, e, o que é mais grave, sofreriam as desastrosas consequências de estabelecimento de fronteiras artificiais, agrupando

povos de raças e de estágio cultural diversos. Aliás, foi justamente o temor de uma Federação da África Oriental, abarcando estas colônias e mais Kenia, Tanganika, e Uganda, que está na base dos últimos acontecimentos desta última região, e que culminaram com o "raptô" do Kabaka atual de Buganda. Nessa região, na Rhodesia do Norte, os dois grandes grupos de mineração do cobre são a Anglo American Corporation e a Selection Trust. No Congo, os Estados-Unidos extraem a metade do seu urânio; e convém lembrar que 75 % do cobalto ocidental vem do sub-solo congolense, assim como 9 % do cobre.

Quanto aos alimentos em estado natural, deixamos de lado os muitos e variegados aspectos que a questão oferece, para lembrar o que, há pouco, escreveu o Diário de Notícias do Rio de Janeiro: "fomentando a cafeeicultura na África, (os americanos) chegarão a dois resultados: aumentam a produção e, consequentemente, conseguem a baixa dos preços; ficam a salvo dos altos custos que a inflação e o custo de vida, assim como as condições do trabalho agrícola, no Brasil, determinam. Ser-lhes-á possível oferecer preços mais reduzidos para o café, dentro de algum tempo".

M. F. O.

TENDÊNCIAS PARA A NEGOCIAÇÃO

A Conferência de Berlim, iniciada com declarações solenes de que seria inútil, imoral e inadmissível chamar a China à mesa de debates, terminou precisamente por essa chamada, como seu único resultado sensível. Vai haver uma nova conferência, em Genebra, (supostamente) para discutir apenas os problemas do Extremo Oriente, com a participação daquela mesma China vermelha com a qual não se pode negociar. Não é preciso ser profeta para saber que aí se discutirá realmente todo o destino do mundo, pois não há meio algum de evitá-lo; e que tais discussões têm tôdas as chances de sucesso, o qual, se não for registrado na letra dos tratados — o que não é essencial — provavelmente o será nos fatos — que é o que importa.

Ocorre que é impossível separar a questão da Europa da questão da Ásia. Na Ásia o comunismo construiu um balanço de forças que lhe é nitidamente favorável, ao passo que na Europa esse balanço favorável não existe. Se as fronteiras entre os dois mundos tivessem que ser alteradas pela luta política e militar, provavelmente o mundo capitalista ganharia terreno na Europa e perderia na Ásia. Assim, a tendência elementar da política de cada um dos dois mundos consiste em promover uma "détente" — como se convenciou chamar agora — naquele setor onde se sinta mais fraco. O Ocidente — apesar das declarações belicosas de personalidades norte-americanas — deseja obter a "détente" na Ásia; o Oriente, na Europa.

O resultado desse duplo balanço de forças é que, embora evitando esforços menores na Europa, o Ocidente alcança aí certos resultados, ao passo que na Ásia, onde se produz o esforço principal, a situação não cessa de piorar para êle.

Tal estado de coisas parece conter em si mesmo o germe de uma generalização do conflito, que se iniciaria na Europa ou na Ásia, conforme a iniciativa coubesse ao Ocidente ou ao Oriente, mas um exame de quais são os interesses econômicos de cada uma das partes em presença e da coerência que possa haver entre esses interesses e o balanço de forças acima esboçado nos conduzirá a

conclusões diferentes. São os seguintes, aproximadamente, os dados do problema:

1 — Ambos os mundos em presença estão em crise, embora as duas crises sejam o oposto uma da outra, a saber: o mundo ocidental não dispõe de mercado suficiente para sua produção industrial e, por isso, está interessado em conquistar mercados; isto é, incorporar à sua órbita regiões não industrializadas. O mundo oriental ampliou consideravelmente seu próprio mercado e não dispõe de indústria à altura da potencialidade dêste, de modo que está interessado, seja em incorporar regiões altamente industrializadas, seja em ganhar tempo para ampliar seu parque industrial.

2 — Ambos os mundos se compõem de regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. A fronteira entre êles está de tal modo traçada que na Ásia tem regiões subdesenvolvidas de um lado e outro, ao passo que na Europa há, de ambos os lados, regiões plenamente desenvolvidas.

A simples enumeração desses fatos óbvios sugere a conclusão de que a busca do equilíbrio interno do mundo oriental o impede no sentido da incorporação das regiões plenamente desenvolvidas industrialmente da Europa, isto é, em primeiro lugar, a Alemanha Ocidental; ao passo que, para os mesmos fins, o mundo ocidental teria que reincorporar as regiões subdesenvolvidas da Ásia e, em primeiro lugar, a China. O fato de a China já ter procedido à reforma agrária não diminui essa última tendência, mas o contrário, porque essa reforma só mediatamente conduz ao socialismo. Imediatamente o que ela criou foi um campo excepcionalmente propício para a expansão do mercado capitalista.

Em síntese, pois, temos que os interesses econômicos imediatos impelem em sentidos diametralmente opostos aos sugeridos pelas possibilidades resultantes do duplo balanço de forças, ou melhor, que cada um dos dois mundos pode avançar precisamente no setor onde não é do seu interesse econômico avançar — onde talvez lhe conviesse, sob o mesmo ponto de vista, recuar. Não fossem os inconvenientes políticos e militares, seria interessante para o mundo oriental abandonar, por exemplo, a China ao sul do Iangtsé, como, nas mesmas condições, seria proveitoso para o ocidente abandonar a Alemanha Ocidental. No primeiro caso obter-se-ia uma considerável elevação do índice de produção industrial per capita, criando-se assim condições mais propícias para o equilíbrio de uma economia socialista; no segundo, afastar-se-ia do estrito mercado que resta ao capitalismo um concorrente tão formidável quanto a Alemanha.

Essa contradição encontra eco no comportamento prático das

duas forças em presença, especialmente no caso do Ocidente, pois o Oriente há muito que optou pela "détente" geral, revelando melhor consciência da trama interna do processo. Com efeito, não obstante sua posição militar e politicamente favorável na Europa e desfavorável na Ásia, é na Ásia que se verifica o esforço sério para a reconquista das posições perdidas para o Ocidente, ao passo que na Europa trava-se uma ofensiva verbal, incapaz de conduzir a qualquer resultado prático ponderável. Tal política está evidentemente condenada a fracasso global, porque contraria a regra essencial de estratégia que manda atacar onde o balanço das forças em presença seja favorável. E' que a economia ocidental nada teria a ganhar, nem a curto, nem a longo prazo, com a reincorporação da Alemanha Oriental, da Áustria, da Tchecoslováquia, etc. Isso agravaria sua crise, e a tomada de consciência desse fato está sendo feita através da defesa intransigente dos interesses comerciais britânicos e franceses, conducentes ao debilitamento da Alemanha.

A circunstância de ser o balanço de forças militares e políticas favorável ao Oriente na Ásia e desfavorável na Europa nada tem de acidental nem é transitória. Resulta do fato constante de que a dinâmica interna da economia capitalista conduz a uma situação tal que favorece economicamente as regiões industrializadas à custa das subdesenvolvidas ou agroprimárias (termos de intercâmbio, etc.) ao passo que, como a experiência de 36 anos o revela, a economia socialista tende para um certo nivelamento do grau de desenvolvimento de todas as regiões, o que implica na canalização de recursos produzidos nas áreas desenvolvidas, para as subdesenvolvidas. Consequentemente, uma vez que o mundo capitalista dispensa a suas áreas já desenvolvidas um tratamento preferencial, com o sacrifício das outras, obtém nelas uma coesão política relativamente mais sólida que a conseguida pelo mundo comunista nas suas, e, inversamente, pelas mesmas razões, o mundo comunista obtém nas suas áreas subdesenvolvidas dividendos políticos muito mais altos que os conseguidos pelo adversário nas suas.

O desenvolvimento da luta no Extremo Oriente se faz sob esse signo. Não há provavelmente força política e militar capaz de arrancar ao comunismo o domínio das posições conquistadas na Ásia. Em consequência, toda a diplomacia européia se orienta para obter a "détente" na Ásia e, pouco a pouco, essa linha está sendo imposta aos EE. UU. Para isso muito contribui a política comunista de acenar com a possibilidade de exploração do vasto mercado chinês, que, afinal, a indústria comunista não está em

condições de saturar, mas essa orientação tropeça com certas cláusulas não explícitas acrescentadas pelo alto comando vermelho, a saber: a "détente" na Europa. Em troca da aceitação na Ásia de limites para sua área de influência menos vantajosos que os que permitiria fixar o balanço das forças militares e políticas em presença, exige-se que o adversário faça o mesmo na Europa. O Kremlin quer uma Alemanha inofensiva ou tão inofensiva quanto possível, e planeja obter esse resultado por qualquer das duas alternativas seguintes: a retirada das forças norte-americanas, sem as quais a Europa não representaria nenhuma ameaça para a Rússia; ou a permanência da atual divisão da Alemanha, deixando o exército soviético a alguns dias de marcha do Atlântico, quaisquer que sejam os resultados ulteriores de tal marcha.

Em tal situação seria ingênuo procurar lêr o futuro da luta no Extremo Oriente nas estrelas que governam a sorte das esca-ramuçãs e batalhas aí, porque se assim fôsse não haveria esperança alguma — não só na China, Coréia e Indochina, mas em todo o continente asiático e ilhas próximas, inclusive o arquipélago japonês — para o Ocidente. As marchas e contramarchas na Indochina nada significam, salvo para quem ainda não alcançou a compreensão desse estado de coisas. O comunismo não pode de- sejar desligar esse país, pelo menos economicamente, da França, e esta, tão prontamente quanto leve a cabo as negociações que são do seu evidente interesse, começará a cobrar dividendos muito superiores aos jamais obtidos durante todo o seu turbulento domínio da região, mesmo porque é extremamente duvidoso que algum dia a exploração da Indochina tenha contribuído para enriquecer a economia francesa — se por economia francesa entendermos algo mais que alguns grupos de negociastas, cujos lucros têm sua verdadeira origem nas "despesas de soberania" da própria França.

Em favor da "détente" na Ásia, como parte cada vez mais importante, militam os interesses econômicos japoneses. Durante algum tempo a posição do Japão, como retaguarda e arsenal dos exércitos que combatiam na Coréia, afastou esses países do imperativo de conquistar mercados para escoar sua produção industrial. Graças a isso foram amortecidos os choques inevitáveis com os interesses econômicos europeus, indianos e mesmo norte-americanos, ameaçados mais uma vez de serem desalojados da antiga "área de co-prosperidade". Mas a guerra da Coréia cessou e parece quase impraticável reacendê-la, porque se alguma coisa mudou nas condições que impuseram a trégua ao Ocidente, essa coisa foi o fortalecimento daquelas mesmas condições. Assim, o Japão

está novamente em disponibilidade e terá que lutar para não se deixar sufocar por uma crise econômica talvez fatal para o próprio futuro do regime capitalista no país.

Certos meios economistas europeus especulam com as dificuldades para o Japão de explorar o mercado chinês. É evidente que essa operação não pode ser precedida da ocupação militar da China, porque está crescendo militarmente, enquanto o Japão diminui, isto é, faltam a Tóquio os meios de ação. Mas, uma vez que o mercado chinês está disponível e é o próprio governo de Pequim quem o oferece ao Japão, todo o problema se cinge em saber como as duas economias se podem articular, isto é, investigar em que medida são complementares.

É certo que a economia japonesa, como todas as economias capitalistas, se orienta para a auto-suficiência e alcança notáveis êxitos nesse terreno. Quer isso dizer que se reduzem sem cessar as necessidades de importação, de modo que, embora o mercado chinês possa absorver quantidades ilimitadas de produtos japoneses, dificilmente encontrará no Japão mercado suficiente para assegurar o pagamento regular dos bens importados. Por outro lado, dado o contexto político do problema, é inviável uma exportação massiva de capitais japoneses para a China, de modo que o problema perdura.

Não obstante, a complementariedade pode ser estimulada de duas maneiras:

1) — O Japão eliminaria de sua pauta de importações dos EE.UU. todos os produtos suscetíveis de serem fornecidos pela China. Como o balanço de contas japonês com os EE.UU. é pesadamente deficitário, essa é uma operação que, apesar de todos os óbices políticos, far-se-á afinal, sem dúvida alguma.

2) — A superprodução japonesa, agravada pela compressão crescente dos salários, e que não pode ser combatida, nessas condições, a não ser através de uma política de rigoroso estímulo aos investimentos, pode ser bastante reduzida desde que a China oriente suas compras não para aqueles setores da indústria nipônica que já estão plenamente desenvolvidos, mas para setores cuja capacidade possa ser rapidamente saturada e que, para sua ampliação, exija investimentos caracterizados por uma baixa razão capital-produto.

Ora, a China não apenas pode orientar dessa maneira seu comércio com o Japão, como isso corresponde perfeitamente aos seus interesses. É indispensável que o Japão seja solicitado a fornecer em quantidades crescentes equipamento pesado de toda

a sorte e que se recusem as ofertas de certos bens de consumo, tais como os tecidos. Isso corresponde igualmente aos interesses japoneses, porque os investimentos feitos na indústria pesada levantarão sua conjuntura econômica e, dependendo apenas da intensidade do processo, pode até interromper a marcha para a autarcização que, particularmente nas condições japonesas, não se pode fazer senão à custa de considerável quebra do nível de produtividade do trabalho.

O IMPERIALISMO OUTRA VEZ NA OFENSIVA

A política do Hemisfério, durante os últimos meses, se tem caracterizado pela retomada da ofensiva imperialista. A Argentina, ante a pressão econômica e política, voltou a abrir suas portas aos Estados Unidos. A Bolívia, cujo regime parecia, a princípio, tomado de grande vigor revolucionário, capitulou, em parte, dadas as condições difíceis do mercado do estanho. A Guiana Inglesa, por sua vez, praticamente perdeu o regime de liberdades que adquirira, dados os resultados inesperados do pleito que levou ao poder os esquerdistas de Jagan. A Guatemala, enfim, continuou resistindo, mas sofreu séria derrota, na recente Conferência Panamericana, e o Chile, depois de tentar alargar seu comércio de minérios para as regiões do Leste Europeu, capitulou também, pressionado pela política econômica do Departamento de Estado.

Nas outras nações, acontecimentos vários verificaram-se que não podem ser examinados em seus detalhes, nas suas consequências e na sua significação, dada a escassez de dados.

A aprovação da chamada Declaração Anti-Comunista (com apenas um voto contra da Guatemala, e duas abstenções — Argentina e México) não deixa margem a dúvida quanto aos propósitos do imperialismo em relação à América Latina: Washington, com a volta dos republicanos, se mostra decidida a conseguir a integração total do continente, em sua política internacional e, já agora, não somente sob pressão econômica, mas também sob pressão bélica. E' a volta, sob nova forma, à política de antes de Roosevelt.

Claro que, se estes são os propósitos, diferentes são as condições que defronta a Casa Branca. De qualquer maneira, o jogo de forças contra ou a favor de tal política só poderá ser determinado pelas políticas internas de cada nação americana. Sem o anteparo soviético com que conta a Ásia, somente a união dos débeis governos anti-colonialistas existentes no sul do Hemisfério parece abrir caminho para novo recuo dos Estados Unidos.

Bolívia — um Dilema

A situação boliviana encontra-se um tanto ou quanto obscura. De qualquer modo, pelo escasso noticiário que chega ao Brasil,

nota-se a existência de uma surda mas veemente disputa entre o Poder de Direito — representado pela Presidência e o Ministério — e o Poder de Fato — consubstanciado na Central Operária. Os trabalhadores armados, que sufocaram novo levante dos falangistas, mantêm-se na sua política de vigoroso anti-imperialismo. Em fevereiro último, levantaram-se, em grandes manifestações contra a Conferência de Caracas, denunciando seu caráter anti-democrático, sobretudo tendo em vista a questão guatemalteca. O Governo, no entanto, embora tenha feito restrições à posição dos Estados Unidos e à da maioria das delegações nacionais, quanto à mesma questão, votou a favor da chamada Declaração Anti-Comunista.

O motivo da disputa parece residir no problema do mercado do estanho — produto quase único de exportação daquele país. Os Estados Unidos são o maior comprador deste metal à Bolívia. Em virtude de tal situação, podem controlar o seu preço internacional. Em tempo de paz, podem mesmo diminuir largamente suas compras. O governo boliviano — tendo em vista que a nação precisa importar a maior parte de subsistência — não pretende, porisso, entrar em choque com Washington. Mesmo porque já conseguiu, após a visita da Missão Milton Eisenhower, emprésticos e outras vantagens.

A massa operária, não vê o problema pelo mesmo prisma. Considera, por exemplo, que semelhante aliança pode redundar numa paralização do processo revolucionário interno. E numa posição internacional reacionária que termine por comprometer a própria sorte do regime instalado com as "jornadas de abril".

— Mas, qual seria a solução apontada pela Central Operária, em tão difícil conjuntura? Não é fácil a resposta. — Estarão os trabalhadores bolivianos patrocinando uma aliança com a Argentina, nas bases daquela já concertada com o Chile, ou de acordo com o ponto de vista extramado dos trotskistas do POR, que pregavam (e devem continuar pregando) a extensão do movimento revolucionário a áreas mais vastas e, portanto, de maior capacidade de resistência?

Parece mais viável a posição favorável a uma aliança platina. Na verdade, há algum tempo atrás, o governo boliviano tentou uma guinada em tal sentido. As negociações pareciam ir avançadas, quando esteve no Brasil uma alta personalidade daquele país. Num banquete oferecido à mesma, o Sr. João Neves da Fontoura, representando a política pró-Estados Unidos defendida pelo Itamarati, pronunciou discurso em que, por meias palavras, ameaçou romper os nossos convênios com a Bolívia, em torno de

ferrovias, comércio e exploração de petróleo, no caso de vir a tomar corpo o que o chanceler denominou de "política de blocos regionais".

Isto parece demonstrar que o governo daquele país procurava satisfazer as aspirações operárias anti-norte-americanas. E se isto é verdade — o que parece claro — então tudo se desfez em virtude da política patrocinada pelo Brasil.

* * *

Quanto ao mais, há a registrar a aprovação da reforma agrária, baseada nos mesmos princípios da lei guatemalteca de 1952.

A Guatemala

Desde o desaparecimento da efêmera Federación de Centro América, que reuniu as nações daquela região do continente, após a libertação da Espanha, a Guatemala, como de resto todos os outros Estados vizinhos, passou à órbita do imperialismo britânico e norte-americano. Ao processo desagregador da Federación não foram estranhos os Estados Unidos e a Inglaterra, interessados ambos estes países em que nenhuma daquelas nações contasse com forças suficientes para resistir ao impacto de suas companhias e de seus governos.

Registrando aqui e ali, esparsamente, em sua história de povo independente, alguns governos democráticos e progressistas — governos estes que chegaram mesmo a tentar um esboço de reforma agrária e mais a estabelecer o divórcio, o laicismo do Estado e outras conquistas sociais, já no século XIX — a Guatemala, enfraquecida pelas disputas regionais com os vizinhos e mais agitada pelo caudilhismo interno, passou a maior parte de sua vida dominada por regimes despóticos. Estrada Cabrera dominou a nação por vários decênios. Outros caudilhos vieram. E Jorge Ubico completou a lista deles, já neste século.

Ora, são três milhões de criaturas, vivendo num solo fértil, com saídas para dois mares. Ali se produz bem o café e, sobretudo, a banana, que é a riqueza mais importante da América Central. A posição geográfica do país, no arcabouço do continente, é das mais importantes. Domina claramente o mar dos Caraíbas e suas terras baixas e seus portos são locais magníficos para bases aéreas e navais de grande importância, sobretudo tendo em vista a defesa do Canal de Panamá ou de qualquer outro que se abra, nas redondezas, ligando Atlântico e Pacífico.

Antes que este detalhe de sua importância estratégica, o potencial econômico da Guatemala chamou para si a atenção das grandes nações industriais. Logo no século passado, os capitais ianques se estabeleceram, de várias formas, no território. Nas últimas décadas do século passado, foram sobretudo estradas de ferro as formas de penetração.

A fase mais importante desta política, no entanto, começa em 1901, quando a "United Fruit Company" consegue do governo guatemalteco um contrato para transporte de correspondência do país em seus vapores. Munida deste convênio à primeira vista sem importância, "La Frutera" — como é mais conhecido aquele trust — aproveitando as facilidades decorrentes da situação, inicia uma plantação de bananas, nas margens do rio Motagua. Os negócios prosperam, dada a riqueza natural da gleba e, em 1924, na data de 7 de novembro, consegue a companhia, firmada na evidência de sua ocupação efetiva, um contrato de arrendamento, naquela região do país.

Daí em diante, tudo marcha a passos rápidos. Desenvolvendo seus negócios, a companhia adquire novas concessões; as estradas de ferro passam para o seu controle, através de interpostas pessoas e outros processos. Enfim, chega um momento em que toda a Guatemala está presa às garras do grande polvo, tendo até os seus portos em mãos da poderosa "Frutera".

Oscar de León Aragón assim descreve a situação, em 1950:

"... (A "United Fruit") ... não se dedica exclusivamente à produção de banana, mas explora também todas as nossas linhas férreas, por meio dos Ferrocarriles Internacionales de Centro América. É proprietária também dos portos de San José e Puerto Barrios, os quais explora por meio da mesma companhia ferroviária. Desta forma, controlando um dos nossos principais sistemas de transportes e as portas de entrada de nossas fronteiras marítimas, lógico é que influa de maneira considerável no desenvolvimento econômico da Guatemala e que qualquer outra empresa, nacional ou estrangeira, para poder desenvolver-se, necessite estar bem relacionada com a "Frutera".

"A costa do Atlântico — continua aquele autor — é coberta, em quase sua totalidade, por seus vapores da Gran Flota Blanca. No sul da República, ainda que não cheguem seus vapores, com a regularidade verificada no Atlântico, tem contratos com outras companhias de transporte marítimo, por meio das quais cada uma delas delimita seu campo de operações". (Ver "Los Contratos de la United Fruit Company y las Compañías Muellersas de Guatemala", obra daquele autor).

O movimento emancipador

Se esta penetração do capital alienígena, em sua fase inicial, teve caráter progressista, desenvolvendo a precária economia agrária país, a recta altura ela passou a ser um tropêço na marcha da Guatemala. Sufocando os capitais indígenas, nos seus liames poderosos, mantendo o povo guatemalteco em condições de vida as mais difíceis, dados os altós lucros que pretendia, a "United Fruit" passou a sofrer cada vez maior combate, não sómente de parte do operariado, que exigia melhores condições de vida, como de parte da inteligência do país, que se via folhida em seus propósitos de dirigir os destinos de sua própria pátria. A tal movimento não foi estranho mesmo o setor mais progressista do exército, onde se congregavam muitos representantes daquelas duas camadas da população nacional.

Este fenômeno coincidiu com o aceleração do processo de penetração imperialista. Chegou a vez do aproveitamento da situação estratégica da Guatemala. O ditador Ubico fez concessões de caráter militar aos Estados Unidos da América, cedendo bases para a defesa do Panamá e dos mares circunvisinhos.

A campanha emancipadora e democratizante — porque aliado ao ideal emancipador estava o da destruição do caudilhismo interno — tomou, com estes acontecimentos, cores cada vez mais fortes. E veio o levante de 1944.

Naquele ano, período final da Segunda Grande Guerra, os universitários, unidos a setores operários de vanguarda e à ala democrático-nacionalista do Exército, numa jornada de apenas 48 horas, derrubou o governo reacionário, prendeu e deportou os generais, dissolveu o Congresso títere e convocou eleições para uma assembléia constituinte.

Surgiu, assim a Carta de 11 de março de 1945. Voltou a Guatemala, por aquele documento, a pugnar pela Federación de Centro América; as Forças Armadas passaram a ter uma organização democrática, com o seu chefe nomeado pelo Congresso, e todas as conquistas populares a ter efetividade, com o reconhecimento do divórcio, do laicismo do Estado, do matrimônio de fato, dos filhos naturais e mesmo adulterinos. Estabeleceram-se, ademais, as bases para uma ampla reforma agrária.

A lei respectiva logrou aprovação, afinal, em 1952. Por ela, a "United Fruit" perdeu muitas de suas terras. Recebeu, em troca, bonus do Estado e em quantias referentes às declarações de valor feitas pela companhia, que eram irrisórias, naturalmente, para evitar o pagamento de impostos...

Por outro lado, o Poder Público começou a estudar um modo de defender as suas riquezas contra os interesses privados das companhias ferroviárias e portuárias, enquanto estudava uma legislação de imposto de renda — tributo até então desconhecido no país. Além disso, uma legislação trabalhista passou a vigorar, defendendo os nacionais guatemaltecos, funcionários e trabalhadores do poderoso trust.

Diante de tais atividades é de ver as razões pelas quais se moveu toda esta campanha que visa, hoje, o governo de Jacobo Arbenz, eleito por cerca de dois terços de eleitorado de Guatemala e mantenedor, até agora, das franquias democráticas, inclusive no que se refere à liberdade de imprensa e reunião no país.

Trata-se, claramente, de uma disputa política e econômica. Sob a capa de combate ao comunismo internacional, o quem deseja, de fato, o Departamento de Estado e defender os interesses postergados da "United Fruit" e conseguir as bases cedidas por Ubico, com o que garantirá seu domínio sobre o canal de Panamá. As acusações de bolchevismo feitas contra aquela nação não têm qualquer razão de ser, como veremos em seguida.

1 — O processo de tomada do poder

Se é verdade que o atual governo guatemalteco subiu ao poder por força de um movimento revolucionário, não é menos verdade que tal movimento nada teve que ver com a ideologia ou a linha política determinada pela União Soviética. Ao contrário, os postulados da revolução foram todos plenamente calcados no modo de enteneder a democracia, no Ocidente, o que está bem claro na Constituição de março de 1945 e nos atos posteriores. Estes atos foram, entre outros, a garantia do pluripartidarismo, da liberdade de imprensa e de reunião e as eleições gerais para o Executivo e o Congresso. Nenhum de tais atos foi posteriormente negado. Pelo contrário, mantêm-se até hoje, embora tenham sido utilizados até para uma tentativa de invasão do país por forças estrangeiras, como ficou provado amplamente, em documentos publicados pelo governo guatemalteco, em janeiro deste ano.

(Ver "Noticias de Guatemala", nos. 39, 40 e 41).

2 — A reforma agrária

A lei de reforma Agrária de modo algum pode ser considerado um documento calcado nos processos revolucionários do bolchevismo. A rigor não há uma expropriação, segundo os postu-

lados marxistas, mas uma desapropriação, na forma tradicional. Também não pretende mesmo estabelecer o socialismo nas relações camponesas. Segundo a lei, em seu artigo primeiro,

"A reforma agrária da revolução de outubro tem por objeto liquidar a propriedade feudal do campo e as relações de produção que a originam, para desenvolver a forma de exploração e métodos capitalistas de produção na agricultura e preparar o caminho para a industrialização de Guatemala".

Apenas o pagamento das indenizações não foi feito em dinheiro — porque Guatemala não o tem, desde que continuamente explorada pelo trust — nem o cálculo das mesmas se fez pelo justo preço, mas pelo valor declarado. Sobre esta última decisão, diz Tulio Benites, que justifica, num livro ("Meditaciones de un Católico ante la Reforma Agraria") a lei, sob o ponto de vista dos documentos da Igreja:

"O Estado não tem a culpa de má intenção dos fazendeiros e, para calcular o montante da indenização deve guiar-se por algo e nada melhor que a voluntária, livre declaração que os fazendeiros fizeram do valor de suas fazendas, na matrícula fiscal". (pág. 78 da obra citada).

3 — Os comunistas no governo

A campanha eleitoral de Jacobo Arbenz foi levada a efeito por um agrupamento partidário denominado "Frente Democrática", composto de quatro partidos: da Ação Revolucionária, Revolucionário Guatemalteco, da Renovação Nacional e Guatemalteco de Trabalhadores. Somente o último é acusado de comunista, porque, de fato, nêle se reúnem os elementos do Partido Comunista do país.

No entanto, na constituição do novo governo, todos os partidos acima referidos ocuparam postos de mando, sendo ainda cinco pastas entregues a elementos independentes. De modo algum se verificou um predomínio do Partido Guatemalteco de Trabalhadores. Apenas se verifica uma maior presença sua, nas organizações operárias e camponesas — o que melhor demonstra o grau de combatividade de tais elementos que o prestígio do governo em seu favor. Assim mesmo, é bastante revelador o fato

de existirem apenas 4 deputados comunistas, no Congresso Guatemalteco, composto de 46 membros.

4 — Relações internacionais

O artigo 32 da Constituição de março de 1945 diz:

"Garante-se o direito de associação os distintos fins da vida humana, conforme a lei. Proíbe-se o estalecimento de instituições e associações monásticas, assim como a formação e o funcionamento de organizações políticas de caráter internacional e estrangeiro. Não ficam incluídas nesta proibição as organizações que propugnem pela União Centro Americana ou as doutrinas panamericanas ou de solidariedade continental". (os grifos são nossos).

Esta aí plenamente estabelecida a boa vontade de Guatemala para com a política do Hemisfério. Contra esta afirmação, não houve um só fato posterior. O país não tomou uma única medida frontalmente contrária à solidariedade do continente, restringindo-se apenas à salvaguarda de sua soberania o que, de resto, não suscitou um único problema. Sabedor de que a Conferência de Caracas seria contra sua situação nacional, nem assim recusou o comparecimento, embora sempre defendendo sua posição e firmando, sem medo, sua política. Derrotada, a sanção que tomou está plenamente enquadrada nos postulados da linha internacional americana, apelando para o Conselho da ONU.

Enfim, embora sempre apoiada pela União Soviética, em sua luta contra os Estados Unidos, assim mesmo não tomou, até o momento, nenhuma posição que possa ser interpretada como formando partes do bloco de nações liderado por aquela potência. Ao contrário, ainda em janeiro, em sua nota sobre o *complot* descoberto contra a sua soberania, a Secretaria de Propaganda e Divulgação da Presidência do país assim se expressava:

"Esta campanha se baseia fundamentalmente na muito conhecida calúnia propagada em série de que "Guatemala é uma cabeça-de-praia do comunismo internacional" e de que "Guatemala ameaça a segurança do continente americano". Todo mundo sabe que tais mentiras são um pretexto para ter as mãos livres para intervir abertamente nos assuntos internos de Guatemala e amputar assim a independência e a soberania da nação. Também é do conhecimento geral e esta é uma nova ocasião propícia para afirmá-lo outra vez, que o governo de Guatemala não é satélite de nenhuma potência ou governo estrangeiros e que não só não ameaça a segurança e a paz de nenhum país senão que é partidário

acérrimo da não-intervenção nos assuntos internos dos demais Estados e de que se dêem os passos necessários para reforçar a paz mundial e a segurança internacional".

O caso dos armamentos

O último episódio deste caso — que apaixona, atualmente, a opinião americana — se refere à compra de armamentos, por parte da Guatemala, a países do Leste europeu. Os Estados Unidos afirmam agora, que tal fato põe em perigo a segurança do continente. Seria esta transação a "prova provada" da periculosidade guatemalteca.

O governo daquela nação centro-americana já provou suficientemente que: 1) as armas compradas não são do porte nem na quantidade necessária para a formação de um foco de inquietação na zona do Canal de Panamá; 2) que solicitou tais armas dos Estados Unidos, e que as mesmas lhes foram negadas por aquela nação; 3) que pretendeu também efetuar o negócio com uma nação neutra — a Suécia — não o conseguindo, por causa da interferência do Departamento de Estado, o qual fez ver àquele país escandinavo que o "assunto o desagradava" (*New York Times*, 20 de maio, pág. 2).

O Sr. John Foster Dulles, no entanto — que, juntamente com o Sr. Spruille Braden, é acionista da "United Fruit", conforme denunciou, há pouco, o Sr. Manuel Galich, embaixador guatemalteco, em Buenos Ayres — continua em suas acusações. E se baseia, sobretudo, no fato de que a Guatemala não ratificou o Tratado do Rio de Janeiro, nem votou a favor da chamada Declaração Anti-Comunista de Caracas.

— Serão suficientes tais razões para justificar a presente campanha contra o país, campanha que ameaça terminar, a todo momento, num golpe armado, camuflado numa revolta interna?

A posição suspeita do Sr. Foster Dulles, como acionista da "Frutera" e mais a falta de fatos concretos de agressão (porque não é agressão, evidentemente, deixar de ratificar tratados e dar votos contrários, nas conferências interamericanas) respondem suficientemente a tal pergunta...

C.L.A.

A DENÚNCIA JOÃO NEVES

O discurso atribuído ao Sr. Perón e tido como havendo sido pronunciado pelo mesmo, em dezembro de 1953, na Escola Superior da Guerra da Argentina, teve multiplicados os seus efeitos, sobre o público brasileiro, quando se divulgou a notícia de que o Sr. Neves da Fontoura, ex-ministro do Exterior, iria, com base nesse discurso e em outros documentos, apresentar uma gravíssima denúncia contra o presidente Getúlio Vargas, acusando-o de alta traição.

Antecipada, em resumo, pelos vespertinos do dia 3 de abril, a entrevista-denúncia do Sr. João Neves foi publicada na íntegra pelos matutinos do dia 4, alguns dos quais, como o *Diário de Notícias*, para melhor esclarecimento do público, divulgaram também, no presumido original, o suposto discurso do general Perón.

O discurso do general Perón

O discurso atribuído ao general Perón consiste numa interpretação da nova política exterior argentina, interpretação essa motivada especialmente, como declara o presumido orador, pelo seu desejo de explicar as razões pelas quais, contrariamente a suas intenções, o governo argentino, julgando embora essencial, para o destino da Argentina e dos países latinoamericanos, a integração econômica e política da América Latina, não logrou realizá-la, até o presente, pelo fato de o presidente Getúlio Vargas, depois de se haver formalmente comprometido com tal política, cujo primeiro passo seria o restabelecimento, em novas e mais sólidas bases, do pacto ABC, se haver esquivado de dar cumprimento a suas promessas. Justificando a tese da integração econômica e política da América Latina, e particularmente da reorganização do pacto ABC (Argentina-Brasil-Chile) o orador observa, de um lado, que a reunião das pequenas unidades — família, tribo, etc. — em unidades maiores é uma lei do desenvolvimento histórico. De outro lado, salienta que, na época presente, caracterizada pela superprodução, pela técnica e pelo su-

perpovoamento, os dois principais objetivos, na competição entre as nações, são os recursos alimentícios e as matérias primas. Assim sendo, o futuro do mundo e a posição que nêlo ocuparão as nações dependerá de suas reservas em alimentos e matéria prima. Ante essa constatação, observa o orador que a América do Sul, pelas suas diversas condições, detem atualmente a maior reserva de alimentos e de matérias primas do mundo, o que, em si mesmo, lhe assêgura extraordinárias possibilidades históricas. Como, no entanto, os países latinoamericanos sejam, isoladamente muito débeis para resistir à pressão das grandes potências, o fato mesmo do continente sulamericano ser tão rico de reservas alimentares e de matérias primas induzirá os países mais poderosos a se apoderar de tais resrvas, em detrimento dos países deste continente. Assim sendo, não sómente para se habilitar ao exercício de um grande papel histórico, como, simplesmente, para sobreviver, os países sulamericanos devem se integrar econômica e politicamente, com o que poderão constituir uma unidade tão poderosa quanto as maiores do mundo. Essa integração, necessária pelas duas razões acima indicadas, é considerada pelo orador como devendo ser uma tarefa argentina, uma vez que a Argentina dispõe de condições para exercer a liderança continental e que o fato de tomar a iniciativa da integração econômico-política da América do Sul a confirmará nesse posto de liderança. Para alcançar esse objetivo, o passo inicial é a formação do bloco Argentina-Brasil-Chile. E para lograr a formação desse bloco, revela o orador que, mais preocupado com o apôio de base do que com as articulações de cúpula, procurou adquirir a adesão dos movimentos populares que, no Brasil e no Chile, caminhavam para conquistar o poder. E é então que narra como, tendo assentado todo esse programa com os candidatos Vargas e Ibañez, só conseguiu executar, depois que ambos assumiram o poder, a parte relativa ao Chile, porquanto o Sr. Getulio Vargas, sob pretextos diversos, nunca chegou a realizar a parte que lhe cabia na tarefa. Finalizando seu discurso assinala o orador que insiste em narrar todos esses por menores por não desejar passar á posteridade como um cretino, que não houvesse compreendido o alcance e a necessidade da integração econômica-política da América Latina, a começar pela América do Sul, e nesta, pelo pacto Argentino-Brasil-Chile.

A denúncia do Sr. João Neves

O discurso atribuído ao Sr. Perón, acima resumido, recebeu um formal desmentido da embaixada argentina no Rio de Janeiro,

quando se divulgou seu texto no Brasil, declarando aquela embaixada que se tratava de um documento apócrifo e que o general Perón jamais havia pronunciado semelhante discurso.

Tal desmentido encerrou, oficialmente, o caso, embora as forças oposicionistas, no Brasil, procurassem manter as discussões sobre a matéria. E nessa altura que o Sr. João Neves anuncia sua entrevista-denúncia, vindo, afinal, a publicá-la, como acima foi, nos matutinos no dia 4 de Abril deste ano.

A entrevista do Sr. João Neves consiste, basicamente, num intento de mostrar que o discurso atribuído ao Sr. Perón é autêntico e exprime, efetivamente, a política internacional do governo argentino. São igualmente verdadeiras as articulações que o Sr. Perón alega ter mantido com o Sr. Getulio Vargas. Todo o esforço deste, na chefia do governo brasileiro, se orientou no sentido de executar o pacto ABC. E se tal não se verificou, deve-se unicamente á resistência oposta por ele, Sr. João Neves, no seu posto de ministro do Exterior do Brasil. Tal foi o motivo pelo qual, divergindo do presidente da República, insistiu em se conservar no cargo, uma vez que só assim, declara na entrevista, poderia obstar ao criminoso intento de se subordinar o Brasil á Argentina, e de se romper as diretrizes do panamericanismo. "Toda a divisão das Américas há de ser contra a América; a união, em seu benefício", observa o ex-chanceler. E em proveito da "América" lutou, por todo o tempo em que esteve no governo, contra qualquer tentativa de integração dos povos latino-americanos. Em apôio dessas declarações, o Sr. João Neves menciona diversas provas ou indícios, como as entrevistas que o Sr. Perón mantinha com personalidades brasileiras, fora dos canais oficiais do Itamarati, a conspiração que se tramava no catete, á revelia do Ministério do Exterior, de que eram partes o próprio Sr. Getulio Vargas, os Srs. João Goulart e Batista Luzardo e outros. E se refere, finalmente, ás cartas secretas que entre si trocaram os presidentes da Argentina edo Brasil.

Efeitos da entrevista

Como era de se esperar, a entrevista do Sr. João Neves provocou de início uma enorme agitação política. A oposição udenista endossou a tese do ex-chanceler e propôs a decretação do *impeachment* contra o presidente da República, acusando-o do crime de alta traição, ao mesmo tempo em que solicitava ao governo, para melhor se orientar, fôsse indagado qual o pensamento do *State Department* a respeito da matéria. A grande imprensa fez

côro com a oposição, verberando o Sr. Getulio Vargas com a maior veemência.

Do lado do governo, diversamente, houve uma enorme reserva. Os líderes da maioria desapareceram do Congresso. O Itamarati se limitou a uma contestação puramente de forma, reiterando a não autenticidade do discurso do general Perón, proclamada pela própria embaixada argentina. Os demais ministros permaneceram silenciosos. Somente o Sr. Lourival Fontes, secretário da Presidência, veio a público, por intermédio de *O Globo*, impugnar a acusação do Sr. João Neves e defender o Sr. Getulio Vargas. Em síntese, sustentou o Sr. Lourival Fontes que os fatos alinhados pela acusação do Sr. João Neves eram fantasiosos e careciam de qualquer prova. A própria permanência do Sr. Neves à frente da pasta do Exterior era um dementido à sua atual denúncia, pois nem seria crível que o mesmo permanecesse no cargo, se o presidente da República agisse por fora dos canais oficiais do Itamarati, nem o presidente da República o manteria nesse posto, se desejasse seguir uma política diversa da do chanceler. Acrescentou ainda o secretário da Presidência que toda a política efetivamente seguida pelo Sr. Getulio Vargas era um dementido à acusação e que as cartas trocadas com o general Perón eram de pura cortezia. E então, depois de salientar que não poderia tomar a iniciativa de publicar as cartas, resumia o conteúdo de cada uma delas, indicando tratar-se, realmente, de missivas de mera cordialidade diplomática.

O problema em jogo

A suscinta recapitulação dos fatos, constante dos itens anteriores, tem por finalidade reconstituir, para os leitores, os principais elementos da questão, afim de lhes permitir formar uma opinião sobre o mérito da mesma. Um dos aspectos mais característicos do ruidoso caso, de fato, é a circunstância de nem os numerosos acusadores, nem os raros defensores do Sr. Getulio Vargas terem entrado na análise objetiva do problema pôsto em foco. Realmente a matéria comporta três questões essenciais: 1ª) Será autêntico o discurso atribuído ao general Perón e serão verídicos os fatos apontados pelo Sr. João Neves, tendentes a indicar que o Sr. Getulio Vargas se manifestara favorável ao pacto ABC? 2ª) Autêntico ou não o discurso, e verídicos ou não aqueles fatos, terá o Sr. Getulio Vargas, efetivamente, procurado seguir uma política tendente a promover a integração latinoamericana, particularmente a integração argentino-brasileiro-chilena? 3ª) Haja ou

não o Sr. Getulio Vargas adotado a política referida no item anterior, importaria a mesma, em tese e necessariamente, em consequências detrimenais para o Brasil, a tal ponto que a simples aceitação, em tese, dessa política, importasse na prática de uma traição aos interesses nacionais?

E' característico do debate que se travou em torno desse caso, como antes assinalamos, o fato de que nenhuma das partes enfrentou a terceira questão. O Sr. João Neves, a oposição e a grande imprensa, em geral, respondem afirmativamente à primeira questão e alegam, quanto à segunda, que o presidente Vargas tentou seguir uma política integracionista, só não o fazendo por causa da vigilância do Sr. Neves da Fontoura. No que se refere à terceira questão, o Sr. Neves se limitou a afirmar sem qualquer justificação, inclusive sem explicar melhor o que entendia por "América", que "toda a divisão das Américas há de ser contrária à América; a união, em seu benefício".

Contestando o ex-chanceler, o Sr. Lourival Fontes, firmando-se nas questões preliminares, impugnou a autenticidade do discurso atribuído ao Sr. Perón e a veracidade dos fatos alegados pelo Sr. Neves (1ª questão) e negou que a política exterior do Sr. Getulio Vargas coincidissem com o pan-latino-americano (2ª questão).

Na verdade, os argumentos apresentados pelo Sr. Lourival Fontes forçaram a oposição a renunciar às grandes expectativas que havia formado em torno do caso, que foi sendo discretamente abandonado até mesmo pelos mais extremados líderes udenistas. Mas ficou em aberto o que, a nosso ver, constitui o principal aspecto da questão. Pois se, diversamente do que implicam as premissas da acusação do Sr. João Neves, se chegasse à conclusão de que a integração latino-americana representa uma política vantajosa para o Brasil, o que haveria a criticar, no governo Vargas, seria o fato de não a ter levado adiante, ficando desde já patente que a principal responsabilidade por esse grave erro teria cabido ao Sr. João Neves da Fontoura.

Antes de apreciar, ainda que suscintamente, essa terceira questão, importa delimitar o âmbito dentro do qual a discussão da matéria pode ser objetiva e útil. Assim, é necessário excluir dessa discussão, de um lado, as apreciações que possam merecer os governos Perón e Vargas, e, de outro lado, tudo o que se refira ao *modus faciendi* dessa integração latino-americana, em geral, e da argentino-brasileiro-chilena, em particular. De fato, no que se refere aos governos Perón e Vargas, é possível formular contra os mesmos as mais diversas críticas, que serão justas ou injustas de acordo com as circunstâncias e os pontos de vista. Entrar nesse ter-

reno, todavia, é fugir da questão essencial, uma vez que a tese latino-americana se apresenta com uma política de longo alcance e duração, concebível independentemente dos defeitos e das qualidades que possam apresentar os governos argentino e brasileiro que a realizarem, e destinada a produzir efeitos muito além do prazo em que esses governos possam se encontrar no poder. Por outro lado, tampouco tem sentido entrar em minúcias sobre o *modus faciendi* de tal política, uma vez que o que se discute é sua validade em tese. Assim sendo, deve-se reconhecer, com relação aos governos, que, máis ou bons, são os que no momento existem de fato e de direito. E em relação ao processo pelo qual se viesse a realizar a política em aprêço, que êle constituiu uma decorrência da preliminar aceitação da tese, sendo de supôr-se que os países latinoamericanos interessados, e, em particular, o Brasil, a Argentina e o Chile, procurassem, na concretização dessa política, orientá-la nos termos que melhor conviessem aos seus respectivos interesses nacionais.

A integração latinoamericana

Estabelecidas as preliminares acima, que juízo se deva formular sobre a integração latinoamericana, a começar da argentino-brasileiro-chilena?

Se examinarmos os termos em que usualmente se considera a questão veremos que êles pecam pela admissão prévia de duas teses completamente improcedentes. A primeira é a de que, como disse o Sr. João Neves prejudicar a unidade das Américas é prejudicar a "América". A segunda, é a de que todo estreitamento de relações e vínculos entre o Brasil e a Argentina é prejudicial ao Brasil, uma vez que a Argentina, notoriamente, deseja exercer a hegemonia latinoamericana.

E' inconcebível, realmente, que essas duas teses tenham podido encontrar aceitação na opinião pública brasileira. Limitemos a observar, com relação à primeira, que ela consiste num processo meramente vocabular de emprestar uma unidade e homogeneidade aos países americanos que êles nunca tiveram, não têm e jamais poderão ter. De fato, é puramente fortuita, no que se refere à estrutura econômico-social dos países deste hemisfério, a circunstância de tanto o continente do Norte como o do Sul serem "americanos". Omitidas as semelhanças que decorrem do fato de ambos serem continentes de colonização européia, descobertos na mesma época, semelhanças que tendem cada vez mais a perder qualquer significação, a verdade básica, sob qualquer aspecto,

do econômico ao político, do étnico ao cultural, é que os continentes americanos abrigam dois tipos integralmente distintos de países: os anglo-saxônicos e os latinos. A disparidade entre a América inglesa e a América latina, se apresenta as vantagens dos contratos econômicos e culturais, aqueles ensejando a complementaridade das trocas, estes, o estímulo da diferença de idéias e de sentimentos, passou a apresentar, depois que essas diferenças assumiram a extraordinária proporção que hoje ostentam e depois que os Estados Unidos se viram lançados, pela lógica objetiva de sua economia, na disputa expansionista da hegemonia mundial, um perigo que supera de muito as vantagens. Tais fatos, de tão óbvios, dispensam maiores esclarecimentos. Acrescentemos apenas que, mesmo para os que julgam — contrariamente à nossa opinião — que é fatal a divisão do mundo entre os blocos americano e soviético, nenhuma oportunidade havendo para uma terceira posição, que poderia constituir uma terceira força, mesmo para estes é evidente que a inclusão dos países latinoamericanos na órbita de influência de Washington pode se dar de muitas maneiras, sendo exemplo das duas possibilidades extremas as relações entre os Estados Unidos e a Alemanha, de um lado, e de outro lado as existentes entre aquele mesmo país e as nações árabes do Oriente Próximo. Não pode haver nenhuma dúvida, portanto, que os interesses latinoamericanos não coincidem nem poderão jamais coincidir total ou mesmo predominantemente com os norte-americanos, e, portanto, que, para o Brasil, nem tôdas as formas de "panamericanismo" são convenientes, sendo notoriamente detrimenais para nós aquelas que nos exponham à pressão ianque sem nenhuma arma de contrapartida, sem nada que nos permita evitar que nossa inserção na esfera norte-americana se reduza a um satelitismo colonial. Nesse sentido, sustentar que qualquer divisão entre as Américas, isto é, que qualquer forma de procurar resguardar, no seu terreno específico, as diferenças de interesse econômico, cultural e político, entre os países americanos, importa num prejuízo à "América", significa referir-se a uma entidade mítica, a "América", que, na prática, se reveste de expressão concreta em termos de América do Norte.

A outra tese improcedente, na base de cuja aceitação a-crítica se impede qualquer visão inteligente dos interesses brasileiros na América Latina é a que sustenta que tôdas as formas de estreitar as relações e os vínculos brasileiro-argentinos implica em prejudicar o Brasil e em favorecer a Argentina. Aceitar essa tese é justamente aceitar o axioma que se encontra pressuposto nas versões mais primárias do peronismo. Pois o peronismo, em política

exterior, tanto comporta uma interpretação inteligente como outra puramente emocional e primária. Esta última é a que afirma, na base de um patriotismo argentino a-crítico, que postula emocionalmente a fatalidade da superioridade argentina sobre os demais países latinoamericanos, em geral, e sobre o Brasil, em particular, que tôdas as formas de estreitamento das relações argentino-brasileiras importarão em vantagem para a Argentina. Ocorre, todavia, que o fenômeno da "superioridade", além de complexo e diferenciado, conforme os setôres a que se refira, é variável, no tempo e no espaço, e condicionado por fatores susceptíveis de análise objetiva. Se, em vez da aceitação mítica da tese da superioridade argentina, que decorre de um complexo de superioridade, por parte dos argentinos que o aceitem, e de um complexo de inferioridade, por parte dos brasileiros que o aceitem, igualmente destituídos de fundamento, substituirmos a análise objetiva das situações, verificaremos que, nem no passado histórico, nem no momento presente, nem no futuro previsível, o Brasil teve, tem ou terá que temer uma hegemonia argentina, sendo, pelo contrário, mais razoável que esse temôr se localize, como de fato ocorreu e ainda ocorre do lado argentino. E é uma demonstração da lucidez do general Perón, sejam quais forem as críticas que possamos lhe dirigir, sob outros aspectos ou por outras razões, o fato de êle, não ignorando as vantagens que decorreriam para o Brasil — diversamente do que presume o Sr. João Neves — de um estreitamento econômico das relações brasileiro-argentinas, advogá-las assim mesmo, por entender ser esta a única forma de os países latinoamericanos poderem sobreviver ao entrechoque dos expansionismos ianque e soviético.

Não passam, portanto, como acima se indicou, de mitos sem qualquer fundamento as teses que proclamam, de um lado, a identidade entre os interesses de todos os países americanos, de tal sorte que "tôda a divisão das Américas há de ser contra a América; a união, em seu benefício". E, de outro lado, que sustenta ser detrimental para o Brasil todo estreitamento de nossas relações econômicas ou políticas com a Argentina. A falta de procedência dessa alegação é de tal ordem que dispensa maior análise e se revela a simples enunciação de seus absurdos. Tanto que é de se suspeitar, quando tais teses são sustentadas por pessoas que, de ofício, deviam ter algum conhecimento das questões em jogo, que essas mesmas pessoas se encontrem, de fato, a serviço de interesses de um dos dois blocos que ora se disputam a hegemonia do mundo.

Realmente, interessa ao expansionismo soviético manter a di-

visão dos países latinoamericanos entre si, especialmente a divisão entre o Brasil e a Argentina, porquanto o efeito dessa divisão é a impossibilidade de surgir outra força, além dos comunistas, apto a defender as reivindicações latinoamericanas contra o intervencionismo ianque. E interessa à América do Norte confundir os países latinoamericanos com o conceito ambíguo de "América" e de "panamericanismo", para evitar, assim a formação de uma poderosa frente latinoamericana, que teria condições de resistência, contra os Estados Unidos, enormemente superiores as que podem oferecer isoladamente mesmo as maiores nações latinoamericanas.

Confirmando essas observações, no caso da entrevista-denúncia do Sr. João Neves, é sintomático o fato de a oposição udenista pela pessoa do deputado Aliomar Baleeiro, ao endossar as acusações do ex-chanceler, se ter apressado em solicitar a opinião do Departamento de Estado, dos Estados Unidos, sobre a questão em jogo. Fato suficientemente significativo, por si mesmo, que dispensa comentários.

Feitos esses esclarecimentos preliminares, pode-se entrar no âmago do problema. Que representa, para o Brasil, a integração latinoamericana, em geral, e o estreitamento dos vínculos que nos ligam à Argentina e ao Chile, em particular? Como é evidente, a idéia de "integração" tem de ser concebida em termos muito relativos. De um lado, porque os países latinoamericanos já estão suficientemente caracterizados, como nações e como Estados, para que fôsse possível ou aconselhável uma integração absoluta. Nesse sentido, qualquer tipo de integração dos países latinoamericanos terá de respeitar a plena independência e soberania de cada um deles e suas características nacionais. De outro lado, porque esses mesmos países sob outro aspecto, estão insuficientemente desenvolvidos e amadurecidos para que a integração se pudesse estabelecer em moldes rígidos e uniformes, pois tal importaria em prejudicar o posterior desenvolvimento e as posteriores diferenciações de cada um deles. Essas duas limitações, decorrendo da realidade dos fatos, são imperativos que se fariam sentir ainda quando alguns, por idealismo romântico ou por causa de suas aspirações nacionalistas de hegemonia, tendessem a preconizar uma fusão total da América Latina.

Que resta, então? Na verdade, resta uma enorme área de interesses econômicos, culturais e políticos susceptíveis de integração. Assinalemos somente os mais importantes.

Tais seriam:

1º) No plano econômico:

1) A organização de condições propícias ao comércio latinoamericano, visando ao aumento do volume de trocas, à valorização das exportações latinoamericanas para outras áreas, ao estabelecimento de preços favoráveis para as importações latinoamericanas e à defesa dos balanços de pagamento da América Latina, mediante, especialmente:

- a) a promoção de trocas diretas entre os países latinoamericanos, sem a intermediação encarecedora dos Estados Unidos e de certos países europeus, e o aumento e a diferenciação do comércio inter-latinoamericano;
- b) a instituição de um sistema de compensações cambiais entre os diversos países latino-americanos, para suas mútuas relações e relações com outras áreas e a criação de uma entidade semelhante à União Européia de Pagamentos;
- c) o estabelecimento de um sistema latinoamericano de proteção das exportações da América Latina, ampliação de seus mercados e diversificação de seus itens, e defesa das importações latinoamericanas, assegurando o equilíbrio dos balanços de pagamento da América Latina com as outras áreas;

2) A instituição de um plano latinoamericano de desenvolvimento econômico, a que correspondessem planos nacionais de desenvolvimento econômico, de sorte a:

- a) coordenar, na medida em que o permitam as exigências de defesa nacional, a produção dos países latinoamericanos, de sorte a assegurar a melhor produtividade, os menores custos e a complementaridade econômica da área, evitando-se as produções concorrenciais, encarecedoras dos produtos;
- b) concentrar recursos comuns em finalidades comuns, em proveito das economias latinoamericanas, mediante a organização de explorações mistas de matérias primas ou de indústrias mistas de transformação;

- c) submeter a um estatuto internacional latinoamericano o aproveitamento de produtos raros e o empreendimento de atividades particularmente complexas ou dispendiosas, como o petróleo, a energia atômicas, etc., desta forma superando as limitações dos capitais e da técnica nacionais, sem cair sob o domínio dos trustes internacionais ou sob a pressão dos blocos expansionistas;

O fomento geral à economia latinoamericana, permitindo sua expansão horizontal e vertical, seu desenvolvimento capitalístico, mediante a separação dos processos de produção de caráter feudal ou artesanal, e a defesa do mercado latinoamericano para os produtos da própria área.

IIº) No plano cultural:

1) Formação da consciência latinoamericana, como superação dos complexos coloniais de inferioridade ou das tendências inautênticas à imitação de padrões norte-americanos ou europeus incompatíveis com as possibilidades ou necessidades latinoamericanas.

2) Concentração de conhecimentos e de técnicas pouco desenvolvidos, na América Latina, em proveito comum.

3) Vulgarização de nossa língua, nos países hispânicos e do espanhol, no Brasil, visando a criar condições para um maior intercâmbio cultural, especialmente a ampliação do mercado latinoamericano de livros dos países da área.

III) No plano político:

1) Instituição de um sistema de solidariedade e segurança coletiva da América Latina, que preveja a ação comum em defesa de cada um dos países latinoamericanos e estabeleça o regime de consulta prévia para os negócios que afetem a um ou mais países latinoamericanos, em suas relações com terceiros, de sorte a proporcionar condições eficazes de resistência contra as pressões expansionistas das grandes potências.

2) Criação de condições para uma política mundial latinoamericana, destinada a evitar a guerra, a reduzir as pressões expansionistas e a fixar uma terceira posição, não comprometida com as

outras duas, apta a salvaguardar os interesses latinoamericanos e os de outros povos interessados, igualmente, em não ser absorvidos pelos dois blocos em luta, como parte dos povos europeus, asiáticos e africanos.

3) Estabelecimento de uma Comunidade de Defesa Latinoamericana, independente dos expansionismos americano e soviético, capaz de garantir condições mínimas de segurança para a terceira posição latinoamericana e conducente, no âmbito da América Latina, a suprimir a possibilidade de guerras entre países latinoamericanos e a afastar suas forças armadas de intervenções políticas nos respectivos países.

Se essas são as possibilidades que realisticamente se oferecem para uma integração latinoamericana, como já o reconheceram órgãos neutros e qualificados, como a CEPAL e outros, convirá ou não tal política ao Brasil?

A simples enunciação dessa política, no nível de suas possibilidades práticas, já importa numa resposta afirmativa. Na verdade, a integração latinoamericana representaria, em termos efetivos, o que, em termos puramente nominiais, representa a Organização dos Estados Americanos e o panamericanismo. Provem isso do fato de que o que torna inviável — como instrumento efetivo e do recíproco interesse dos países — a Organização dos Estados Americanos e o panamericanismo é, precisamente, o fato de não existir “América”, como expressão uniforme e homogênea de interesses. Num organismo dividido, sob todos os aspectos, por interesses divergentes, onde os Estados Unidos pretendem obter dos países latinoamericanos as facilidades de que necessitam em matérias primas e em legislação sobre capitais estrangeiros e o apoio político-militar de que carecem, dando, em troca, compensações sobretudo verbais, e onde os latinoamericanos pensam poder arrancar recursos dos Estados Unidos em troca de falsas promessas de solidariedade, de fato, o que se verifica, é uma comédia de enganos, cujo resultado prático e efetivo só favorece à parte mais forte, que são os Estados Unidos. Diversamente, a integração da América Latina permitiria aos países desta a única vantagem que é possível obter nas relações internacionais, que é a cooperação para fins comuns entre partes dotadas, relativamente, da mesma força. Enquanto a idéia de “América” encobre um mito e um rótulo elegante para a hegemonia dos que são América, *tout court*, em relação aos que são latinoamericanos, a América Latina exprime uma realidade econômica, cultural e política, na qual, a despeito das diferenças existentes

entre os países que a compõem, a identidade dos interesses e sua mútua complementaridade é real e, sobretudo, é necessariamente crescente, conforme, no curso do tempo, se tornam cada vez mais desprovidos de sentido histórico os países latinoamericanos, considerados individualmente, e cada vez mais dependente, portanto, para sua simples sobrevivência, da mútua integração. Assinale-se, a esse respeito, que essa crescente necessidade de integração, verificável em todos os setores, é, de certa forma, absoluta, no que diz respeito às possibilidades de desenvolvimento econômico dos países latinoamericanos, possibilidades essas de cuja realização depende o destino desses países. Decorre esse fato, como o reconhecem pacificamente todos os economistas não comprometidos com interesses antinacionais, da circunstância de o desenvolvimento latinoamericano somente ser possível através da industrialização (sem prejuízo, evidentemente, de outros requisitos) e da industrialização da América Latina, dada a falta de densidade dos mercados nacionais, de um lado, e da impossibilidade, de outro lado, dos produtos industriais latinoamericanos concorrerem em outros mercados com os americanos e europeus, dessa industrialização latinoamericana, repetimos, só ser possível se para ela se abrirem os mercados dos próprios países latinoamericanos, para esse fim adequadamente integrados.

Brasil-Argentina

Não pode haver dúvida, como vimos, de que a integração latinoamericana é vantajosa e, mais do que isto, indispensável, para os países da América Latina. Isto não obsta, como foi assinado, ao fato de que tal integração deva ser entendida em termos relativos e tenha de processar-se gradualmente. Resta a saber, no que se refere ao problema em tela, se tal integração deva começar pelo estreitamento dos vínculos brasileiro-argentino-chilenos e se, particularmente, convém ao Brasil sua mais íntima aproximação da Argentina.

Como já foi observado, a tese de que todo estreitamento das relações brasileiro-argentinas é detrimental para o Brasil e favorável para a Argentina é tão absurda e improcedente como a que sustenta que os países latinoamericanos só devem se relacionar entre si mediante os mesmos vínculos que relacione cada um deles à América do Norte. Convém, no entanto, examinar um pouco mais de perto o problema das relações brasileiro-argentinas.

Como é evidente, embora nem os argentinos esclarecidos nem os brasileiros conscientes da significação de seu próprio país pos-

sam-levar a sério a tese da "superioridade argentina", é impossível se ignorar o fato de que os argentinos aspiram à liderança latinoamericana. É certo que outra não é a aspiração brasileira. E se é menos usual se exprimir, no Brasil, tal aspiração, isto se deve, além de a outros importantes fatores, às diferenças psicoculturais existentes entre os dois países, cuja raiz se encontra na diferença entre o caráter português e o espanhol, diferenças essas que levam os brasileiros, em geral, e a diplomacia brasileira, em particular, ao habitual cuidado de evitar tôdas as manifestações expansionistas; desta forma ressaltando a cordialidade de suas relações com terceiros e facilitando a obtenção de vantagens objetivas pela não evidenciação do propósito de as alcançar. Isto não obstante, embora a aspiração de liderança latinoamericana ou continental seja compartilhada pelo Brasil, é indubitável que a Argentina a persegue com mais afincamento e continuidade e nela se emprega mais eficazmente. Dever-se-a, todavia, concluir daí que é perigoso, para o Brasil, o estreitamento de seus vínculos com a Argentina?

O esclarecimento da questão importa na necessidade de se distinguir o problema da aproximação brasileiro-argentina, como primeira etapa da integração latinoamericana, do problema da liderança da América Latina ou do continente sulamericano.

Consideremos, inicialmente, este último. O problema da liderança é raramente encarado em termos apropriados, em virtude de suas conotações emocionais. Em tese, todos os países e todos os indivíduos aspiram à liderança. Importa, todavia, fazer duas distinções fundamentais. No que se refere à aspiração de liderança, é necessário distinguir a pretensão subjetiva de conquistá-la das possibilidades objetivas de exercê-la. No que se refere ao fenômeno social da liderança, cabe diferenciar suas formas cooperativas de suas formas agressivas. Se, à luz dessas suscintas mas essenciais distinções, considerarmos o problema da conquista e do exercício da liderança latinoamericana ou sulamericana, verificaremos, no que tange às aspirações de desempenhá-la, que as mesmas só importam na medida em que encontrem bases objetivas para tal. E no que diz respeito à forma pela qual venha a se exercer uma liderança na América Latina, verificaremos que ela tenderá a ser tanto mais cooperativa quanto mais integrados se encontrarem os interesses dos países latinoamericanos e, inversamente, tanto mais agressiva quanto mais os países latinoamericanos, por terem permanecido desunidos e se houverem desenvolvido autarquicamente, caminharem para formas concorrenciais agudas e irremediáveis.

Aplicando-se essas observações ao caso brasileiro e argentino, chega-se as seguintes conclusões: 1) A Argentina se encontra mais preparada que o Brasil para a conquista da liderança, não somente por tal objetivo ser mais intensa e nitidamente concebido pelos argentinos do que brasileiros, como pelo fato de a Argentina dispôr, no momento, de condições de ação mais eficaz. Salientaremos, sobre este último ponto, apenas dois aspectos. De um lado, o fato de a Argentina ter uma renda *per capita* muito mais elevada que o Brasil, o que resulta genericamente numa eficácia maior para seus empreendimentos. De outro lado, o fato de a Argentina ter logrado atingir a um grau bastante evoluído de maturidade política e por essa razão dispôr de um Estado e de um Governo aptos a exercerem suas funções, enquanto, muito ao contrário o Estado e o Governo brasileiro, continuam sendo cartoriais, arcaicos e destituídos de capacidade de ação. 2) Em compensação, o Brasil é o país latinoamericano que dispõe de melhores condições naturais para a liderança, em virtude de sua imensa superioridade em recursos naturais e humanos e em razão do fato de se encontrar, industrialmente, num estágio bastante superior ao dos demais, inclusive a Argentina. 3) Enquanto as principais deficiências das condições para o exercício da liderança, no caso da Argentina, escapam à interferência do povo e do governo argentinos, o contrário se verifica no caso do Brasil. 4) O fato de o Brasil não exercer ou não vir a exercer a liderança latinoamericana, deixando que tal função seja desempenhada pela Argentina, depende, portanto, muito mais do Brasil do que da Argentina e não pode, desta forma, ser imputado ao estreitamento das relações brasileiro-argentinas. 5) Na medida em que o Brasil, ante as aspirações de liderança da Argentina, reagir mediante a acentuação de seu afastamento da Argentina e, particularmente, dos projetos de integração latinoamericana que aquela persegue, nessa mesma medida contribue exatamente para facilitar o exercício da liderança pela Argentina, porquanto: a) deixa subsistir e se agravarem as suas atuais deficiências internas; b) deixa se constituir um bloco regional de que não participa e cujo resultado é a formação de um poder supranacional tendencialmente hostil ao Brasil e favorecedor da Argentina; c) perde as oportunidades de se beneficiar da integração latinoamericana, assim impedindo sua própria expansão econômica, em geral, e industrial, em particular.

E assim somos conduzidos a considerar o outro problema anteriormente apontado, que é o das relações brasileiro-argentinas, propriamente ditas. Reconhecido o fato de que as possibilidades de liderança da Argentina dependem mais da omissão brasileira

do que da ação argentina, importa esclarecer que vantagens poderiam advir para o Brasil do estreitamento de suas relações com a Argentina e, em geral, da integração latinoamericana a partir de um mais profundo entrosamento brasileiro-argentino-chileno.

Como se salientou inicialmente, como preliminar da discussão de todos esses problemas, a questão tem de ser considerada em tese, uma vez que o *modus faciendi* desse entrosamento depende da aceitação dessa tese. É indiscutível que apresenta a maior importância a forma pela qual se realize tal entrosamento, que tenderá a ser detrimental para o país que não souber compreender e defender adequadamente seus interesses. Observe-se apenas que, para que esse entrosamento tenha condições de viabilidade, será necessário que cada uma das partes leve em conta os interesses essenciais da outra. É sempre possível que, na prática, motivos diversos impeçam os negociadores de um ou de ambos os países a respeitar os interesses fundamentais do outro. Mas aí nos encontraríamos diante de um impasse que seria bilateralmente prejudicial. Admita-se, portanto, que as negociações venham a ser bilateralmente equilibradas, afim de se apreciar o mérito do entrosamento brasileiro-argentino. Que vantagens decorreriam do mesmo?

A primeira observação a se fazer, a esse respeito, é a de que o entrosamento brasileiro-argentino seria uma etapa inicial do entrosamento latinoamericano, ou pelo menos sul americano. Nesse sentido, portanto, aplica-se ao mesmo tudo o que já foi dito com relação à integração, em geral, da América Latina.

Desde logo, porém, haveria vantagens especificadas, para ambos os países, na sua mais íntima articulação, realizáveis mesmo antes de se concluir a integração latinoamericana e até mesmo na hipótese de esta não vir a se realizar. Positivamente, o entrosamento brasileiro-argentino possibilitaria a ampliação do mercado para os produtos específicos de ambos os países, facilmente aproveitável, no caso dos produtos não concorrenciais, e ajustável, por acordos, no caso dos produtos que, embora concorrenciais, encontrem melhores condições de produção em um dos dois países. Negativamente, daria a ambos os países uma oportunidade, que em breve terá desaparecido, de concertarem suas produções-exportáveis de acordo com um plano comum, desta forma impedindo o agravamento da concorrência com relação a todos os artigos cujo mercado consumidor deva ser supranacional e não possa ser competitivamente internacional.

É sob este último aspecto que o entrosamento brasileiro-argentino seria mais vantajoso, mas, por outro lado, mais difícil de se realizar. De fato, embora a Argentina seja a mais ardente

defensora da tese da integração econômica latinoamericana, e do pacto ABC, em particular, sua política econômica persegue, notoriamente, finalidades autárquicas, incompatíveis, genericamente, como o entrosamento econômico que defende. Ante essa contradição, ou bem a política integracional da Argentina terá de ser puramente verbal, e só poderá conduzi-la a um expansionismo de tipo imperialista, à custa dos países mais débeis da América do Sul — caso em que a prática, por parte do Brasil, de um verdadeiro integracionalismo, liquidaria com tôdas as possibilidades de expansão da Argentina, ou bem a Argentina aceita organizar com o Brasil um plano de complementaridade econômica, resguardando-se, de ambos os lados, os imperativos de segurança nacional. Dada a circunstância de a primeira alternativa poder ser fatal para a Argentina, se o Brasil adotar as providências adequadas, está até certo ponto ao alcance do Brasil conduzir a Argentina para um sadio complementarismo econômico com nosso país. A importância desse complementarismo nunca será demasiadamente encarecida. Ele representa a forma excelente e, talvez, única, de países como o Brasil e a Argentina vencerem seu subdesenvolvimento na presente etapa histórica, caracterizada pelo imperialismo e pelo hiperdesenvolvimento das grandes potências.

Conclusão

Como se verifica pelo exposto, a tese subjacente na denúncia do Sr. João Neves e nas acusações dirigidas ao Sr. Getúlio Vargas pela oposição e pela grande imprensa, mais do que im procedente, é incompatível com o interesse nacional. A integração latinoamericana, a começar pela brasileiro-argentina, é uma medida indispensável para que os países da América logrem realizar suas possibilidades históricas. Evidentemente, como foi salientado, essa integração terá de ser relativa e gradual, suficientemente flexível e cuidadosamente estudada. Importa distinguir, por isso, como o fizemos, entre a tese da integração latinoamericana, particularmente no que se refere ao estreitamento das relações brasileiro-argentinas, e as condições e o *modus faciendi* de tal integração. Mas se é certo que o Brasil correria graves riscos se fossem mal negociados os acordos destinados a concretizar tal política, ou mal executados os acordos que viessem a ser firmados, não é menos certo que o isolacionismo, dentro da América Latina, constitui, desde logo e efetivamente, um suicídio para os países que persistirem nele, como está ocorrendo com o Brasil e como preconiza o Sr. João Neves.

Ne verdade, nesse rumoroso caso ligado ao suposto discurso do general Perón, o que importava e importa não é saber se o discurso é autêntico e se são verídicos os fatos apontados pelo Sr. João Neves. Autêntico ou não o discurso — e tendemos a acreditar que o seja — é natural que a versão argentina da integração latinoamericana seja argentinófila e que os propósitos do governo platino, dentro de tal política, sejam os de favorecer o seu país, ainda que a custa de prejuízos para os demais. O que importa, nesse caso, é esclarecer as vantagens que, em princípio, possam decorrer para o Brasil de uma política latinoamericanista, particularmente de um estreitamento das relações brasileiro-argentinas. Reconhecidas essas vantagens e o fato de superarem, em tese, aos inconvenientes, o que compete ao Brasil não é adotar uma vergonhosa e injustificável atitude de receio da Argentina, ou de subordinação para com os interesses de terceiras potências, mas, muito ao contrário, empreender, como a Argentina, um esforço inteligente e eficaz no sentido de promover, dentro da linha geral dessa política, a forma mais conveniente para o Brasil. O latinoamericanismo tanto comporta uma versão argentinófila como brasileirofíla. Dentro dos méritos gerais do latinoamericanismo, prevalecerá a posição do país que souber melhor organizar seus interesses nacionais com os interesses coletivos da América Latina, posição essa que o Brasil está em melhores condições de ocupar que qualquer outro país latinoamericano, dada a nossa não necessidade de expansionismos agressivos.

E assim é que a tese implícita na entrevista-denúncia do Sr. João Neves resulta totalmente falsa e, mais do que falsa, altamente nociva aos interesses nacionais. O que é de criticar-se, na política do Sr. Getúlio Vargas, não é sua adesão, real ou suposta, ao latinoamericanismo, crítica que formalmente é improcedente, como bem salientou o Sr. Lourival Fontes. O que é de criticar-se, no governo Vargas, é sua falta de visão quanto à importância de uma política latinoamericanista, e sua falta de capacidade para levá-la adiante, em termos adequados, vencendo, inclusive, as resistências, que, por ingenuidade ou má fé, se organizaram no Brasil contra a indispensável estruturação econômica, política e cultural dos interesses latinoamericanos.

SITUAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA

SITUAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA

Flagrante da situação

A atual situação brasileira apresenta, como nota mais característica, o enfraquecimento do poder civil. Tal fenômeno exprime, certamente, uma acentuada perda de substância por parte do Governo. Não se trata apenas, no entanto, de um processo de desprestígio e debilitamento do Governo, por muito que tal processo seja uma das facetas mais salientes da questão. O fenômeno é mais amplo, por atingir, igualmente, os partidos de oposição e tôdas as agremiações políticas, em geral. O enfraquecimento do poder civil, que ora se verifica, é um agravamento da crise institucional do país, de uma crise que se origina do desajustamento geral e profundo que afeta as bases e as condições de vida coletiva brasileira, mas que se manifesta, particularmente, na crescente inadequação das instituições para com a realidade social.

O climax da crise política, nestes últimos meses, se verificou por ocasião do pronunciamento de fevereiro, com a entrega, ao ministro da Guerra, do documento hoje conhecido como "memorial dos coronéis". Dessa data para cá, conseguiu o Governo, muito mais do que seria de supôr-se, reconquistar parte do terreno perdido, restabelecendo seu predomínio, no Congresso, e sua autoridade, sôbre as fôrças armadas. Nem por isso, entretanto, se acha debelada a crise política de que o pronunciamento de fevereiro foi o episódio mais espetacular, entre outras razões porque, como acima foi dito, o fenômeno de enfraquecimento do poder civil, que se vem processando, não se restringe ao debilitamento do Governo.

Na verdade, o que ocorre, é uma perda de substância do po-

der civil, ou seja, do Estado como vontade e ação, no sentido de que as instituições oficialmente representativas da sociedade civil por outro lado, outras instituições substitutivas estejam sendo carecem, de fato, de sua presumida representatividade, sem que, forjadas. Essa a principal característica que diferencia o profundo descontentamento, hoje reinante entre todas as camadas da população, dos descontentamentos que costumam preceder à eclosão das revoluções. As grandes revoluções não acusam propriamente, o enfraquecimento do poder civil, mas apenas do poder dos governos em exercício e da capacidade de predomínio das classes até então dirigentes. Nas épocas pre-revolucionárias, o poder escapa das mãos que o detinham para se deslocar na direção das novas forças ascendentes. Tal não é, presentemente, o caso do Brasil, por muito que se encontrem maduras, sob outros aspectos, diversas das condições propiciadoras de uma revolução. O que ora se passa neste país é um afrouxamento de todos os vínculos políticos, uma ataraxia crescente das instituições, um divórcio cada vez maior entre as fórmulas e a vida.

Tais características, e a circunstância, nada ocasional, de os momentos mais agudos da crise terem sido provocados pelo que constituiu (a despeito dos eufemismos de que se fez uso) um verdadeiro pronunciamento militar, conduzem, facilmente, à impressão de que o enfraquecimento do poder civil encontra sua causa num fortalecimento do poder de interferência das forças armadas. Tampouco é acertada, no entanto, tal interpretação.

Desde logo, por motivos que escapam à bitola deste comentário, conviria retificar alguns falsos conceitos a respeito do "poder militar". Todo o poder é civil, no âmbito da sociedade civil. E o que se chama, usualmente, de governos militares, representa apenas, conforme os casos, ou uma expressão pretoriana da luta de classes, ou uma conversão das forças armadas em casta, transformando-se estas numa aristocracia militar que impõe seu predomínio com o auxílio das armas. De qualquer modo, sem entrar em minúcias teóricas a respeito dessas questões, basta comprovar, no caso brasileiro, que o Exército é demasiado representativo da nação para que se pudesse confundir com u'a milícia mercenária,

de tipo pretoriano, a serviço dos interesses da classe dominante. E que esse Exército, por outro lado, é suficientemente aberto e diversificado, quanto à sua composição, para que se pudesse atribuir-lhe um caráter de casta.

Se o Exército, na atual conjuntura, exerceu, e ainda exerce, um papel saliente, tal é devido, de um lado, ao fato de que, no conjunto das instituições brasileiras, ele se conserva como uma das mais autênticas e efetivamente representativas, e, de outro lado, à circunstância de que, opostamente ao que sucede com os exércitos pretorianos ou os exércitos de casta, o nosso mantém suas tradicionais vinculações com a classe média, cujo descontentamento exprime e orienta, e permanece aberto a todas as classes sociais, figurando como a corporação de acesso mais democrático do país.

A crise do Governo

Tanto nos efeitos quanto nas causas, a atual crise do Governo apresenta semelhança com a de 1945. A grandeza e a miséria da política do Sr. Getúlio Vargas, desde 1930, e particularmente desde os dois últimos anos do Estado Novo, tem consistido no fato de ela ultrapassar, demasiadamente, as linhas rotineiras dos governos de simples manutenção do *statu quo*, sem lograr, por outro lado, atingir uma visão econômico-social suficientemente profunda e renovadora.

Como em 1945, o Governo perdeu suas bases por se haver afastado da classe dirigente sem conseguir conquistar para si um apoio social suficientemente amplo e estruturado entre as demais classes. A diferença de 1945, porém, sobram-lhe, desta feita, elementos de resistência e razões de legalidade bastantes para se conservar no poder. O principal traço de semelhança entre a situação atual e a de 1945 é a oposição ao Governo das forças latifundio-mercantis. Num caso como no outro, a fração dominante da burguesia, que é seu setor comercial, sentiu-se ameaçada pela política social e trabalhista do Governo. Num caso como no outro, o Governo tentou transferir sua base social para as classes trabalhadoras, quando estas não estavam em condições nem tinham o

preparo para arcar com o peso de tal responsabilidade. E em ambos os casos, a burguesia industrial — cujos interesses deveriam conduzi-la a apoiar uma política de renovação social — e a classe média — cujos interesses exigem a ampliação do dirigismo econômico-social — em ambos casos, repetimos, essas duas classes agiram contrariamente á orientação que lhes seria mais proveitosa, e se aliaram á burguesia mercantil.

Os motivos que ocasionaram tais posições são muitos e complexos. Houve, por parte da burguesia mercantil — que é a classe mais consciente e melhor organizada do país — a nítida compreensão de que a política do Governo, orientada para a industrialização do país, a proteção da indústria nacional, a ampliação do mercado interno, a defesa dos preços agrícolas e a luta contra a carestia — seja qual fôr a margem de êxito que haja obtido em tais propósitos — contitua uma ameaça contra o predomínio de uma classe cujos interesses estão intimamente ligados ao capitalismo estrangeiro expansionista, á manutenção do subdesenvolvimento e do colonismo no Brasil e á persistência de uma economia de escassez. Acrescente-se, por outro lado, que a política trabalhista do Governo, tanto nos seus aspectos positivos quanto na sua dimensão demagógico-eleitoralista, provocava crescente pânico nas classes conservadoras, que já viam se aproximando a hora da implantação de um regime sindicalista, de base operária. A esse profundo e generalizado receio se deve, em grande parte, o fato de a burguesia industrial — a cujos principais interesses atendia a política do governo — não se ter percatado de tal fato. E como a burguesia industrial — que é a base da verdadeira burguesia nacional — ainda não tenha atingido suficiente consciência de classe e continue confundindo seus interesses com os da burguesia mercantil, sob a enganosa rubrica comum de “classes produtoras”, assim permanecendo sob a liderança do comércio, o alarma causado pela ameaça do sindicalismo trabalhista levou a indústria a fazer causa comum contra o Governo.

No que tange á classe média, sua crescente oposição ao Governo se origina, de um lado, como ocorre com a indústria, da insuficiente compreensão, por parte da pequena burguesia, da li-

nha de seus verdadeiros interesses. De outro lado, porém, e esse é sem dúvida o fator predominante, é o próprio Governo o principal responsável pela hostilidade que tem com êle, atualmente, a classe média.

O primeiro aspecto da questão (alienação da classe média) pode ser explicado pelo fato de que a classe média é a que mais sofre a influência da imprensa, particularmente no Brasil, onde a falta de densidade cultural impede que a propaganda mercantilista dos grandes jornais — totalmente a serviço do comércio e do expansionismo norte-americano — seja contrabalançada pela crítica independente através de livros e revistas. Desta forma, a classe média brasileira, que continuará dependendo, basicamente, do Estado, cujas possibilidades de expansão estão ligadas à expansão da área de interferência econômica daquêle e cujo nível de salários se organiza em função dos padrões de vencimentos públicos, é conduzida à posição suicida de defender um néo-liberalismo cuja instituição lhe seria fatal.

E' ao próprio Governo, todavia, como anteriormente foi dito, que cabe a principal responsabilidade pelo afastamento da classe média. A esse respeito importaria indicar alguns aspectos fundamentais. O mais relevante, dadas as características peculiares à pequena burguesia, é a questão moral e ideológica. Esse assunto é estudado mais detidamente em outro trabalho publicado no presente número, sob o título “O moralismo e a alienação das classes médias”. Remetendo os leitores para esse estudo, limitamo-nos a observar que o Governo tem sofrido o pesado onus de carregar em sua sequela personalidades extremamente desmoralizadas perante a opinião pública, (com ou sem razão, não importa para o caso) onus esses que, embora, até certo ponto, representem o inevitável preço dos compromissos políticos, são devidos, em maior margem, à interferência de sentimentos pessoais e à influência das cliques palacianas, coisas essas, portanto, que o Governo, em defesa de sua posição e até mesmo de sua sobrevivência, poderia corrigir, se fizesse uso de maior austeridade e energia.

Há mais, porém. O desprestígio moral do Governo, que lhe retira o apôio da classe média, decorre menos, no fundo, do apôio

que dá a essas personalidades comprometidas do que do fato de não ter sido capaz de traçar uma orientação ideológica para as classes médias. O Estado Novo, que representou, originariamente, uma fórmula política de base e tendência pequeno-burguesa, se arruinou a partir do momento em que seus dirigentes se afastaram da classe média. Desorientada com a falência de seu ideal político, de tendência fascista, a classe média manifestou a propensão, nos fins do Governo Dutra, de se inclinar para a esquerda. A tal propensão muito deveu a eleição do Sr. Getúlio Vargas, que não soube, todavia, uma vez no poder, orientá-la convenientemente, abrindo campo para uma ativa participação da pequena burguesia na vida política do país. O caráter primário e inautêntico do trabalhismo janguista afastou da esquerda a classe média, devolvendo-a à liderança da burguesia mercantil, no mesmo passo em que alarmava a indústria e a conduzia, igualmente, a fazer causa comum com o comércio.

Além desse fator moral e ideológico, porém, cabe assinalar outros motivos para o desprestígio de Governo junto à pequena burguesia. Tais são a contínua elevação do custo da vida — não contrabalançada pela repartição da responsabilidade política com a classe média — e a crescente perda de eficácia da aparelhagem administrativa. Vale observar, a este respeito, que nunca, na história administrativa do Brasil, se empreendeu um maior esforço de planejamento do que o realizado pelo atual Governo. O Plano de Desenvolvimento Econômico, os planos para o aproveitamento e a expansão das fontes de energia — Plano do Carvão Nacional, Petrobrás e Eletrobrás — e os planos para o desenvolvimento das regiões mais afrazadas — Plano de Valorização do Amazonas, Hidroelétrica do São Francisco e Banco do Nordeste — juntamente com o projeto de reforma administrativa, constituem um extraordinário arcabouço para a racionalização e o impulsionamento da ação governamental. A tais planos, no entanto, não correspondeu um efetivo empenho de execução e, sobretudo, um esforço de coordenação da administração pública em função dos mesmos. Persistiram, agradavelmente, a rotina e a ineficiência dos serviços públicos. E é um fato sintomático que, de todos os novos

planos, o único praticamente rejeitado pelo Congresso, sem que o Executivo haja apresentado a necessária resistência, foi o de reforma administrativa, cujo projeto original — já extremamente tímido — foi reduzido a um conjunto de disposições inócuas. Assim é que, a despeito de sua notável obra de planejamento, o Governo tem se mostrado péssimo administrador. E a classe média, afastada de qualquer participação política ou ideológica na vida pública do país, e experimentando as dificuldades que decorrem do encarecimento da vida e da ineficácia dos serviços — particularmente sensíveis no que se refere às utilidades urbanas, como água, transporte, luz, telefone etc. — é levada a uma atitude de revolta diante dos exemplos de imoralidade administrativa, permanentemente trazidos a público e exacerbados pela grande imprensa. Daí sua crescente hostilidade para com o Governo e sua inserção na órbita de influência das forças mercantis.

Ante essa hostilidade das forças latifúndio-mercantis, a que se associaram, pelos motivos acima indicados, a burguesia industrial e a classe média, o Governo conta, apenas, com o insuficiente amparo do proletariado. O campesinato, compreendendo-se, nesta classificação, os colonos e os trabalhadores agrícolas, ainda permanece fora do processo ativo da vida pública e continua submetido à dominação ou à influência latifundiária. Sómente o proletariado, por isso, oferece alguma superfície de apoio ao Governo. Tal apoio, no entanto, representa uma base insuficiente para sua estabilidade. Insuficiente, de um lado, pelas limitações que ainda caracterizam o proletariado brasileiro, de formação recente, relativamente pouco numeroso, concentrado na região Sul, inculto, mesmo em função de padrões elementares de cultura obreira, e desprovido da articulação, por isso que os sindicatos continuam sendo órgãos de cúpula, de pouca penetração nas massas operárias. A essas insuficiências, que partem do proletariado mesmo, se acrescem, com efeito multiplicador, as que proveem da própria política trabalhista do Governo. Na verdade, esta se revela desprovida de qualquer base teórica e sua aplicação, quase sempre empreendida por intermédio de agentes sem idoneidade, tem predominantemente fins personalistas, ambos esses moti-

vos fazendo que o trabalhismo oficial seja u'a mescla espúria de demagogia paternalista e de mistificação coletiva. E' certo que, a despeito de tudo isso, há um sentido social na política do Govêrno, enquanto são nitidamente reacionárias as tendências da oposição. E' certo que os setores mais conscientes do proletariado, sem se deixarem iludir por tal trabalhismo, compreendem o que há nêle de efetivo amparo, para suas reivindicações, e de real progresso social e político. Isso não obstante, os vícios do trabalhismo oficial, agravando as limitações que decorrem da relativa fraqueza do proletariado brasileiro, tem por consequência desproteger tanto o proletariado como o Govêrno. E assim é que nem aquêle retira os benefícios — sobretudo em termos de fortalecimento e estruturação da classe e tomada de consciência de seus problemas — que poderia colher do fato de o Govêrno em exercício aspirar a ser um Govêrno trabalhista, nem o Govêrno logra encontrar, na classe proletária, o apôio de que necessitaria para enfrentar as fôrças latifundio-mercantis.

Verifica-se, portanto, como de início salientamos, uma acentuada perda de substância por parte do Govêrno, que, hostilizado pela classe mercantil, não soube conservar o apôio da burguesia industrial e da classe média e não logrou, tanto em virtude das já referidas limitações do proletariado como, sobretudo, por causa de sua própria incapacidade e insinceridade, encontrar bases suficientes no proletariado.

A crise dos partidos

Não é apenas o Govêrno, no entanto, que experimenta esse debilitamento político acima apontado. Na verdade, o enfraquecimento político do Govêrno, como já foi salientado, constitúe um aspecto particular, por importante e específico que seja, de um fenômeno mais geral, que é a perda de substância do poder civil. E se a crise do Govêrno, conforme se viu, é devida, em parte, aos erros de sua estratégia e à incapacidade de formular e pôr em prática uma política criadora, apta a reconstituir-lhe, com base nas classes proletária, pequeno burguesa e industrial, o apôio que lhe negam as fôrças latifundio-mercantis, essa crise resulta igual-

mente, por outro lado, do debilitamento geral que experimentam as instituições políticas, notadamente a partidárias. Tanto quanto o govêrno, está em crise a oposição, que não se mostra capaz de traçar rumos próprios, em substituição aos que crítica e não encontra, em seus próprios quadros, homens suficientemente representativos para a liderança, sendo forçada a procurar, nas fôrças armadas, chefes para a luta contra o Govêrno.

Uma análise mais profunda desse fenômeno, pela variedade e interdependência de seus aspectos, extravasaria a bitola do presente comentário. Limitemo-nos a referir, numa rápida apreciação da questão, seus pontos fundamentais. Em síntese, pode-se dizer que a crise dos partidos se revela tanto na inconsistência interior de nossas agremiações políticas, como na sua falta de correspondência para com a realidade dinâmica do país. Internamente, os partidos carecem de base ideológica e de orientação programática, e se ressentem da falta de um mínimo de unidade de ação e de comando. Ideológica e programaticamente, todos os nossos partidos são iguais — salvo o PC, semelhante os congêneres internacionais, e o Partido Socialista dotado de sentido próprio mas desprovido de significação política. Os demais se confundem na mesma falta de idéias e de orientação. Considerados como instrumentos de ação política, nossos partidos não apresentam a menor homogeneidade, compondo-se, de fato, de diversos sub-partidos e facções, cada uma das quais, no respectivo âmbito regional, trava lutas e engenera alianças contraditórias com as de outras secções estaduais do mesmo partido e as de sua direção nacional.

Quando ao que se refere à posição dos partidos, na dinâmica econômica, social e política do país, o que se observa é a crescente discrepância entre nossos partidos e o processo de desenvolvimento do país, manifestando-se aqueles cada vez menos aptos a compreender este e, sobretudo, cada vez mais hostis ao desenvolvimento econômico-social.

Por que se verifica tal estado de coisas? Por que carecem de ideologia e de programas, bem como de coesão interna, os nossos partidos? Por que lhes falta a aptidão para interpretar,

orientar e promover o processo de desenvolvimento econômico-social do país, que se desenrola à revelia e com a oposição deles?

A explicação desse fenômeno se encontra, de um lado, na extraordinária heterogeneidade econômico-social do país e, de outro lado, no processo segundo o qual se vem travando a luta de classes no Brasil.

No que se refere ao primeiro aspecto, observe-se que a sociedade brasileira é hoje uma das mais heterogêneas do mundo, do ponto de vista da idade histórica e dos padrões econômico-culturais de seus diversos núcleos, que vão do neolítico ao mais contemporâneo, compreendendo amplos grupos apenas superficialmente ocidentalizados e u'a maioria da população só parcialmente integrada nos padrões atuais da vida, o que se verifica tanto nos meios rurais como, inclusive, nos urbanos, onde se registra um elevado índice de marginalidade. Nos meios rurais, por outro lado, ainda subsiste, como forma predominante de produção, a agricultura de plantação ou a extrativa, empreendidas segundo processos rudimentares. E se conservam, embora em fase de transformação, a propriedade latifundiária e os hábitos patriarcais da República Velha.

Essa profunda heterogeneidade do meio social brasileiro e o fato de que o mundo rural, primitivo e arcaico, permaneça impregnado de hábitos patriarcais, acarreta, como primeiro efeito, a fragmentação e a falta de unidade interna dos partidos. A legislação eleitoral criou a ficção dos partidos nacionais. Ajustando-se a ela, os partidos se apresentam como tais. Mas a unidade nacional dos partidos, como unidade expressa (omitida a unidade implícita e subjacente, oriunda dos interesses de classe) se restringe, praticamente, aos rótulos, porque a heterogeneidade da sociedade civil e sua descontinuidade social, particularmente nos meios rurais, impõem a fragmentação dos partidos em múltiplas facções regionais, cujos interesses imediatos são específicos. São essas mesmas condições, por outro lado, que ocasionam a falta de sentido ideológico e programático dos partidos.

Para as agremiações políticas que exprimem os interesses pre-

valentes no meio rural, como é o caso, em primeiro lugar, do PSD, depois, da UDN e, a seu modo, do PSP, é impossível a manutenção de qualquer sentido ideológico e programático. A organização clientelística desses partidos, como associação eleitoral de núcleos dotados de interesses específicos e locais, exige que tal associação, ressalvados os comuns interesses da classe dominante, se estabeleça sem compromissos direcionais, mas apenas na base da composição contratualística dos interesses. E a estrutura latifundiopatriarcal dos meios rurais impede tôdas as formulações analíticas, econômico-socialmente fundamentadas, porque nem as massas rurais têm consciência crítica de seus interesses, nem a classe dominante pode permitir, sem suicidar-se, que tal consciência seja despertada ou desenvolvida.

Para os partidos com raízes urbanas, como acontece, igualmente, com a UDN e o PSP e como se verifica com as agremiações tipicamente citadinas, como o PTB, a falta de unidade interna e de sentido ideológico e programático, ou resulta, no caso dos partidos urbano-rurais, das contradições próprias a tal hibridismo, ou provem da inautenticidade política dessas agremiações, em virtude do fato de elas serem, na verdade, instrumentos manipulados por chefes caudilhescos, a serviço de suas próprias ambições, como ocorre com o PTB e o PSP.

O outro aspecto do problema, relativo à discrepância entre os partidos e o processo do desenvolvimento econômico-social do país, além de provir, até certo ponto, da falta de autenticidade política dos partidos, maior ou menor conforme os casos, decorre, sobretudo, do fato de que a dinâmica político-eleitoral não corresponder à econômico-social. Este é um fenômeno da maior importância, que ainda não foi devidamente analisado, embora constitua o principal fator da crise institucional ora experimentada pelo país.

Em poucas palavras, tal fenômeno consiste na perduração da hegemonia político-eleitoral dos interesses dominantes, no meio rural, sobre os que prevalecem, economicamente, nos meios urbanos, a despeito de estes, na economia geral do país, já serem os

que mais pesam. Embora o eleitorado urbano (maiores de 18 anos, alfabetizados) seja superior ao rural, a votação rural predomina sobre a urbana por causa da grande concentração daquela (manipulada clientelisticamente) em oposição à dispersão desta, e ainda por causa da enorme margem de fraude que se verifica no interior, onde, conforme recente inquérito do IBOPE, o número de votos apurados excede, em média de 30 %, o número do de eleitores.

Assim sendo, as forças dominantes no meio rural brasileiro logram prevalecer na política partidária, imprimindo-lhe suas características e seus interesses. Tais interesses, já suprados na dinâmica do processo econômico-social do país, são a conservação de situações de fato e de valores que resultam contrários ao desenvolvimento nacional. Daí essa discrepância entre os partidos e a dinâmica econômico-social do país, discrepância que se manifesta mais visivelmente no Congresso, onde se faz menos sentir a ação corretiva dos interesses urbanos e onde, por isso, se patenteia o sentido retrógrado e reacionário de nossas maiorias partidárias. E como as forças latifundiárias estejam, tácitamente, aliadas à burguesia mercantil, o poder eleitoral daquelas, reunido ao poder financeiro desta, forma um poderoso bloco de influência que orienta segundo seus interesses os grandes partidos (PSD — UDN — PSP) e os instrumentos de formação da opinião pública — grande imprensa, rádio, televisão. Tal orientação, intuitiva e espontânea, por parte dos latifundiários, é consciente e organizada, por parte da burguesia mercantil, que para tal dispõe de uma bem articulada rede, em todo o país, de associações comerciais, além do sistema de representação sindical, este último encimado pela Confederação do Comércio e, o que mais importa, auxiliado pelo SESC, com suas ramificações por todo o território nacional e sua arrecadação privada de um verdadeiro tributo.

O quadro acima esboçado dá-nos a chave para a compreensão da crise partidária e do debilitamento, em geral, do poder civil. Em resumo, o que se verifica é a supeditação do sistema e do mecanismo político-partidário aos interesses dominantes nos meios rurais, com a consequente prevalência de tais interesses sô-

bre os que, efetivamente, promovem o desenvolvimento do país. Do ponto de vista econômico-cultural, tal prevalência implica no enfraquecimento e na neutralização dos valores da cultura urbana — que tende a ocidentalizar e a modernizar o país — e importa no consequente prolongamento da sobrevivência da cultura primitiva e arcaica do campo — que tende à estagnação e à retrogradação.

Essa a razão pela qual, além de se verificar uma crise partidária, se processa um debilitamento geral do poder civil. Pois a sociedade civil, impulsionada, a despeito das forças latifundio-mercantis, para seu desenvolvimento econômico-social, experimenta a necessidade de atuação do poder civil como instância apta a orientar, coordenar, auxiliar e promover esses esforços de desenvolvimento. Mas o poder civil, que é o Estado como vontade e ação, sendo uma decorrência do processo político-eleitoral, se ressentido das limitações e sofre as influências estagnantes e retrogradadoras que lhe imprimem as forças latifundio-mercantis. E assim se estabelece a crise da poder civil, como processo de desajustamento entre um Estado de base latifundio-mercantil e uma sociedade civil dependente, cada vez mais, da impulsão urbano-industrial e necessitada, cada vez mais, de desenvolvimento econômico e social e de racionalização administrativa.

Posição do Exército

Nas circunstâncias acima descritas, avulta a importância do Exército, tanto porque, como instituição, se encontra menos afetado pela crise que atinge o poder civil, como porque, enquanto instrumento de ação, se depare com um terreno que poderia ser propício à manifestação e à imposição dos interesses que representa e da vontade dos chefes que o dirigem.

Institucionalmente, o Exército, além de exercer as funções constitucionais de órgão da defesa nacional, desempenha, de fato, embora não de direito, o papel de intérprete da classe média brasileira. As diferenciações profissionais estabelecem, sem dúvida, uma

divergência entre os setores civil e militar da classe média. E a medida que se expande e se torna mais complexo o setor civil da classe média, o Exército tende a perder aquela função político-social de órgão da pequena-burguesia. Em compensação, porém, tal função lhe é naturalmente devolvida quando a classe média entra em crise e não encontra instituições civis aptas a representar seus interesses.

Houvesse o PTB mantido as tendências que renunciava em 1950 e houvesse o trabalhismo oficial persistido naquela orientação, e outro seria, sem dúvida, o atual panorama político. Da mesma forma, se a UDN tivesse sido capaz, seguindo a linha que procurou traçar-lhe o grupo da "Esquerda Democrática", de enveredar por um caminho próprio, renunciando a suas pretensões de ser, nos meios rurais, um partido representativo dos grandes proprietários e não se deixando tutelar, nos meios urbanos, pelos interesses mercantis, e outro seria, também, o atual panorama político. Tanto na primeira como na segunda hipótese, a classe média civil disporia de seu próprio órgão político, não experimentando a necessidade de refluir para o Exército.

Tal não havendo ocorrido, o Exército retomou a posição pararevolucionária de intérprete da classe média, como se verificou em 1945 ou, mais nitidamente, em 1889, com a diferença, porém, na verdade essencial, de nem o Exército apresentar a unidade que tinha em 45 e, sobretudo, em 89, nem as condições permitirem uma solução política, para o país, especificamente pequeno burguesa.

De fato, tal como se passou com o setor civil da classe média, o Exército não está orientado por uma linha própria. A direita, refletindo o mesmo processo de alienação conservadora que afeta as camadas superiores da classe média, se encontra sob a hegemonia ideológica das forças latifúndio-mercantis. Diversamente, a esquerda militar, demonstrando maior sensibilidade política e melhor compreensão dos imperativos do desenvolvimento econômico-social, procura organizar uma aliança entre o proletariado, a pequena burguesia e a indústria, sem ter logrado, todavia, êxitos assinaláveis. Na competição entre as duas tendências, a direita

militar, apoiada pelas classes dominantes, logrou uma importante vitória, com a derrota da ala estilaquista no Clube Militar e a demissão do general Estilac Leal do Ministério da Guerra, em 1953. No corrente ano, porém, o quasi golpe de fevereiro obrigou o Governo a enfrentar a luta com as forças conservadoras, a que se tinha esquivado em 1953, e assim, apoiando-se na esquerda militar, afastou das posições de comando os dirigentes da outra ala. O resultado desse embate foi a vitória tática do centro, com a nomeação do general Zenóbio da Costa para a pasta da Guerra.

Tal panorama revela, de um lado, a impossibilidade, nas atuais condições brasileiras, de se formular e seguir uma política especificamente pequeno-burguesa, fato esse que também se verifica, de modo geral, nos demais países ocidentais. De outro lado, indica que, a despeito da crise das instituições civis abrir perspectivas para a interferência decisiva do Exército, que permaneceu, como instituição, menos afetado por tal crise, o Exército, enquanto instrumento de ação, está cindido em duas alas irreconciliáveis, cujas divergências só tendem a se agravar.

Persiste, assim, a crise em cadeia do poder civil. A crise do Governo, não obstante seus motivos específicos, é um caso particular da crise dos partidos. A crise destes últimos, notadamente pelo fato de a classe média se ver privada de um órgão próprio para a expressão de seus interesses, acentua o papel político do Exército, abrindo-lhe amplas perspectivas de interferências. Mas o Exército, a despeito de continuar exprimindo os interesses da classe média, experimenta, como o setor civil desta, a impossibilidade de formular e pôr em prática uma solução pequeno-burguesa para o país, e se divide entre uma direita, sob a liderança ideológica da frente latifúndio-mercantil, e uma esquerda insuficientemente articulada com o proletariado e a indústria nacional e por isso ainda não dotada de condições para exercer o papel que poderia desempenhar.

Considerações finais

A crise do poder civil exprime o agravamento da inautenticidade de nossas instituições políticas. Mas estas só se revelam

inautênticas quando apreciadas em função da dinâmica do processo econômico-social. Os partidos brasileiros são perfeitamente representativos da estática social, caracterizada pela sujeição das massas camponesas aos interesses latifundiários, pela prevalência, nos meios urbanos, da classe mercantil, e pela alienação, aos interesses desta, da burguesia industrial e da classe média. O poder eleitoral do latifúndio e o financeiro da burguesia mercantil asseguram a manutenção do *statu quo* político, que, por sua vez, contribui para a preservação do *statu quo* econômico-social. Essa representatividade estática e passiva, todavia, acarreta a inautenticidade dinâmica das instituições e dos partidos, por torná-los inaptos a interpretar a inadiável necessidade de desenvolvimento econômico-social do país e por conduzi-los, na prática, a contrariar os esforços de desenvolvimento.

Há um Brasil arcaico e um Brasil contemporâneo, um Brasil primitivo e um Brasil ocidentalizado, um Brasil de economia primária e rudementar e um Brasil de economia diferenciada e de elevado moral tecnológico. O Brasil do primeiro tipo domina o do segundo, do ponto de vista político-eleitoral. O Brasil do segundo tipo dirige o do primeiro, do ponto de vista da dinâmica econômico-social. Aquele, controla as maiorias parlamentares, enquanto a burguesia mercantil, a que está associado o latifúndio, manobra a grande imprensa. Mas este já é o que participa, em maior grau, na formação da renda nacional e na alimentação tributária do Estado. temos, por isso, que em Estado de bases camponesas e tendências as mais reacionárias tem por missão principal atender às necessidades de uma economia urbana e industrial e satisfazer às reivindicações das classes vinculadas a tal economia — a burguesia industrial, o proletariado e a classe média. O efeito de tal discordância é a inautenticidade das instituições, em relação à dinâmica econômico-social do país, inautenticidade essa de que resulta a atual crise política brasileira. Concomitantemente, fazem-se sentir as consequências do subdesenvolvimento e da impossibilidade de se o superar, na forma e no tempo devidos, na base do sistema político vigente.

Ante o exposto, e resumindo a análise da situação política brasileira com a sumária indicação dos meios de superação da atual crise, verifica-se o seguinte:

a) O Brasil é um país subdesenvolvido, entre outras razões, porque têm prevalecido, até hoje, as forças contrárias ao seu desenvolvimento. Tal ocorreu, por sua vez, porque os sistemas econômicos e as classes sociais que, em determinado momento, lograram satisfazer às mais urgentes necessidades do país, subsistiram depois como economias obsoletas e classes parasitárias, em virtude do fato de, por falta de concorrência, e de outros estímulos que incitassem à modernização das técnicas produtivas e dos sistemas de dominação social, terem encontrado maior proveito na manutenção do *statu quo*. Assim ocorreu com a classe latifundiária e assim, ocorre, atualmente, com a burguesia mercantil.

b) A heterogeneidade econômico-social do Brasil, atualmente, impossibilita qualquer composição espontânea dos interesses em jogo e priva de sentido tôdas as tentativas de compromisso entre os mesmos. Tal situação se agrava diante do fato de que, ante o rumo que tomam os acontecimentos internacionais, e o perigo de vir a se constituir, em prazo relativamente curto, um imperialismo mundial sob a hegemonia dos Estados Unidos ou da Rússia, o Brasil só logrará realizar um destino histórico se promover rapidamente seu desenvolvimento econômico-social.

c) A solução da crise brasileira, em prazo curto, o que vale dizer, em prazo útil, somente é possível mediante a adoção de medidas de estrutura, gerais, profundas e integradas num conjunto sistemático e planejado. Tais medidas importam no estabelecimento de uma frente comum, econômica, social, e política, que mobilize as forças e os interesses mais aptos a promover o desenvolvimento nacional, impondo, prevalência desses interesses e dessas forças sobre os interesses e as forças comprometidos com o *statu quo* e o subdesenvolvimento. Essa é também a única maneira de se superar a multiplicidade contraditória de tendências e

de padrões econômico-sociais, decorrente da heterogenidade do país.

d) Os interesses e as forças susceptíveis de serem mobilizados para a formação dessa frente comum são os relacionados com o aumento, a diversificação e o aperfeiçoamento tecnológico da produção nacional. São, basicamente, a indústria nacional, o proletariado e os setores não parasitários da classe média.

e) Nenhum partido brasileiro, atualmente, representa, ou pode representar, essas forças e, principalmente, sua associação política para a promoção do desenvolvimento nacional. Somente um movimento novo, portanto, apoiado nessas forças e liderado por seus mais significativos representantes políticos, militares, sindicais, e pela inteligência não comprometida com a defesa dos interesses reacionários, poderá levar a cabo esse grande esforço de salvação nacional.

TRÊS ETAPAS DO COMUNISMO BRASILEIRO

TRÊS ETAPAS DO COMUNISMO BRASILEIRO

1. Aparte a fase inicial que vai da sua fundação em 25 de março de 1922 até 1945 — e que poderemos denominar a primeira ilegalidade — período que exige, sem dúvida, um estudo mais cuidadoso, em vista da escassez de documentação a respeito, excetuando esse período, dizíamos, as atividades do P.C. do Brasil podem ser divididas em três etapas bem nítidas, uma das quais recentemente inaugurada com o lançamento do novo Programa do Partido (1 de janeiro de 1954).

Tais etapas são:

- 1ª) O desenvolvimento pacífico;
- 2ª) O anti-imperialismo;
- 3ª) A Nova orientação.

Vejamos-las mais de perto.

2. O “desenvolvimento pacífico” inicia-se com a vinda do Partido Comunista à legalidade, em 1945, ou mais particularmente, com a libertação do seu líder, o Sr. Luiz Carlos Prestes, pois foram os pronunciamentos deste que assinalaram as características daquela política, a qual deveria ser o prologamento na paz da linha de “unidade dos três grandes” e de “união nacional” estabelecida já durante o conflito, logo após o ataque alemão à U.R.S.S.

Tal linha de “desenvolvimento pacífico” defendia internacionalmente a mais estreita colaboração entre os 3 Grandes Aliados no seio das Nações Unidas e internamente lutava pela consolidação da “União Nacional” de todo o povo brasileiro forjada na luta contra o Nazi-fascismo.

Neste propósito defendia um *governo de coalizão*, estabelecido à base de um *programa mínimo*, configurando uma política em suma que seria dirigida contra unicamente “os restos fascistas enquistados no aparelho do Estado”.

Com efeito, o Programa Mínimo de 10 pontos apresentado, então, pelo P.C. era bastante moderado e visava apenas melhorar momentaneamente a situação do país, tratando de desenvolver um pouco suas forças produtivas, sem tocar na sua estrutura social nem nas suas instituições dominantes.

Basta indicar que à respeito da política operária o P.C. defendia, então, apenas aumentos de salários obtidos pacificamente por meio de entendimentos com os patrões, e chegava mesmo a preconizar a colaboração dos operários com estes, afim de aumentar a produção nacional, condenando ademais qualquer atitude anti-patronal, especialmente qualquer tentativa grevista como "provocação reacionária".

E' de assinalar-se também a posição tomada então pelo Partido Comunista em face da questão Agrária e do capital estrangeiro.

Com efeito, tanto nos discursos do Sr. Luiz Carlos Prestes como nos demais pronunciamentos partidários defendia-se apenas "a distribuição de terra nas proximidades dos grandes centros e das vias de comunicação", medida que em uma de suas entrevistas, dada a público no Sindicato dos Marceneiros do Distrito Federal, o próprio Sr. Prestes fazia questão de explicar não se tratava de Reforma Agrária, mas tão só de uma providência destinada a melhorar o abastecimento das cidades.

Quanto ao capital estrangeiro o P.C. se pronunciou em favor da participação do "capital não colonizador" no desenvolvimento do país, inclusive na exploração do petróleo.

Estavamos, em suma, a esta altura, num período em que o Sr. Prestes conferenciava com líderes das "classes produtoras" — tais como os Srs. João Daudt de Oliveira, Francisco Matarazzo, Roberto Simonsen, etc. — buscando conquistá-los para a sua política de "união nacional".

Tal política, note-se desde logo, fundamentava-se nas teses de que: a) "o imperialismo saíra da guerra de dentes quebrados"; b) a democracia avançava em todo o mundo, e c) o mundo marcha para o socialismo.

Era, em suma, uma política que se colocava deliberada e firmemente na linha daquele famoso discurso do Premier Stalin, pronunciado ao fim da guerra, no qual ele afirmara: "Com a vitória sobre o nazismo entramos realmente numa nova época. Terminou o período de guerra e começou o período de desenvolvimento pacífico" pronunciando que se transformou imediatamente em axioma fundamental da política comunista em todo o mundo.

3. Entretanto, à medida que no após guerra se agravavam os desentendimentos internacionais entre os 3 grandes, a linha comunista oficial saía dessa posição "oportunista de direita", deslocando-se paulatinamente para posições de "esquerda".

O primeiro indício dessa mudança, de repercussão internacional, veio a público com a destituição do Sr. Earl Browder da

chefia do P.C. norte-americano, fato ocorrido em 1946 pouco depois de uma severa crítica dirigida publicamente, em abril desse ano, pelo Sr. Jacques Duclos — porta-voz do P.C. francês — à política oportunista e "liquidacionista" esposada pelo veterano líder dos comunistas ianques.

Este, com efeito, anteriormente dissolvera o Partido Comunista, transformando-o numa anódina Associação Política (pecado que é qualificado oficialmente como "liquidacionismo") e externamente defendia uma política de acórdos à maneira de Teerã — ampliados de modo a abranger a economia e a política de todo o mundo — numa espécie de cartelização em escala mundial, tendo por base carteis soviético-anglo-americanos. Tal política foi severamente condenada pelo substituto do Sr. Browder — o atual chefe do P.C. norte-americano, Sr. William Z. Foster — quem, nas habituais críticas e auto-críticas partidárias, apontou como um dos principais erros do seu antecessor, a subestimação do perigo imperialista norte-americano e o consequente desarmamento ideológico e orgânico do Partido diante desse perigo. Este foi, sem dúvida, um dos primeiros sintomas de que *alguém* dentro dos P.C. lutava por fazer valer a clássica teoria leninista do Imperialismo, justapondo-a às teses então vigorantes.

A partir de então o tema do Imperialismo, especialmente do imperialismo norte-americano, voltou a ser explorado pela linha comunista oficial em todo o mundo. Em particular, esse tema pode ser encontrado nas "Teses para o IV Congresso" do P.C. do Brasil, extranhamente pôsto ao lado das teses do desenvolvimento pacífico, que eram, tanto pelas suas premissas como pelas suas consequências práticas, a negação mesma da teoria lenista do imperialismo.

4. Com efeito, em 1947 foi convocado o IV Congresso do Partido Comunista do Brasil a realizar-se em 23 de maio do mesmo ano. Tal Congresso não chegou a reunir-se pois foi surpreendido nas suas reuniões preparatórias, pela cassação do registro do Partido, a 6 de maio do referido ano.

Entretanto, as teses que seriam discutidas por esse órgão máximo do Partido já haviam sido amplamente divulgadas pela imprensa comunista e constituem um importante subsidio, ao lado dos debates travados em torno delas, para o conhecimento da política comunista então vigente e das suas transformações posteriores. Tal política, como já o dissemos, se traduzia por uma curiosa mistura eclética de teses anti-imperialistas com as teses do desenvolvimento pacífico. Com efeito, entre as inúmeras teses, desenvolvidas através de 99 parágrafos afirma-se que;

1) terminou o período de guerra e começou o período de desenvolvimento pacífico;

2) a derrota militar do nazismo modificou a favor da democracia a correlação de forças sociais no mundo inteiro;

3) o socialismo saiu vitorioso da guerra contra o nazismo;

4) o Imperialismo norte-americano é a fortaleza principal das forças reacionárias do mundo inteiro, em substituição dos fascistas da Alemanha, Itália e Japão;

5) a agressividade do imperialismo ianque é consequência do seu próprio desenvolvimento e tremenda concentração do capital monopolista durante os anos de guerra. O orçamento militar norte-americano fala bem alto da preparação guerreira do imperialismo;

6) é impossível a guerra contra a União Soviética, pois para fazer tal guerra seria preciso antes quebrar a vontade de paz do povo norte-americano, submetê-lo pela força e dominar por completo os povos dos demais países capitalistas, das colônias e semi-colônias. "E isto evidentemente não é mais possível, depois da guerra contra o nazismo";

7) as forças democráticas lutam contra o imperialismo e crescem as contradições do campo imperialista. Guerras patrióticas e nacionais, desenvolvem-se pelas colônias e semi-colônias, nas Filipinas, na Indo-China, na Indonésia, na Índia, no Iran, na Grécia, etc... São tôdas elas, no fundo, direta ou indiretamente, contra o imperialismo americano, pela paz mundial e pela democracia;

8) a contradição americano-soviética é uma das contradições básicas no mundo. Mas as contradições dominantes são: entre o povo norte-americano e os reacionários norte-americanos; entre os monopolistas americanos e os ingleses, e entre o imperialismo ianque e os povos coloniais e semi-coloniais;

9) a democracia avança e o mundo marcha para o socialismo, enquanto o imperialismo norte-americano marcha para o ocaso de uma crise sem precedentes;

10) na política interna, a despeito das atividades da camarilha fascista enquistada no Governo, "a democracia avança e cresce o nosso Partido";

11) será impraticável a união contra o comunismo e crescem, ao contrário, as condições favoráveis à mais ampla união de tôdos os democratas e patriotas contra a exploração do nosso povo pelo capital estrangeiro colonizador;

12) é possível realizar a Reforma agrária, dentro da Constituição;

13) exigem solução urgente os problemas da Revolução democrático-burguesa no país;

14) só o proletariado será capaz de dirigir de maneira consequente a revolução democrático-burguesa;

15) o desenvolvimento pacífico poderá ser interrompido pela violência dos dominadores contra a lei e a Constituição;

16) as massas devem ser organizadas para defender a Constituição e para conter a violência dos dominadores pela violência popular.

Este é um resumo ilustrativo do amontoado de incongruências e de afirmações irrealísticas que constituíam as chamadas "Teses para o IV Congresso" bem representativas da confusão resultante do deslocamento para a "esquerda" efetuado a partir do fim da guerra, e cujo lance mais dramático, além da criação do Kominform, foi, sem dúvida, o pronunciamento de fidelidade incondicional à URSS prestado por todos os líderes comunistas do mundo, inclusive pelo Sr. L. C. Prestes. Tal pronunciamento, com efeito, foi um chamado à ordem que marcou o fim das "linhas independentes", adotadas após a dissolução do Komintern e uma volta evidente à "linha geral". No caso do Brasil representou, sem dúvida, uma das armas mais eficazes que o Sr. Luiz Carlos Prestes ofereceu aos seus adversários — mas é fora de dúvida que além desta, não lhe restava, no momento, outra alternativa senão a desgraça política dentro do seu próprio partido.

5. Entre os debates travados em torno das citadas teses, cumpre ressaltar, pela inegável autoridade intelectual do seu autor, o levantado pelo Sr. Caio Prado Junior sobre a questão da Reforma Agrária. O Sr. Caio Prado Junior, que é talvez o único teórico marxista do Partido Comunista Brasileiro, e que porisso mesmo mantém sua autonomia intelectual, não se deixando levar para a mera repetição mecânica de chavões de propaganda, levantou uma questão que conduziria provavelmente ao único debate interessante do Congresso, se lhe dessem oportunidade de defender o seu pensamento.

Este pensamento, frontalmente contrário à tese oficial sobre a Reforma Agrária, resume-se nas afirmativas de que:

a) jamais houve feudalismo no Brasil;

b) a produção agrária, no Brasil, sempre foi uma produção para o mercado;

c) a estrutura econômico-social da fazenda brasileira se aproximava muito mais da fazenda de escravos romana do que de qualquer formação social representativa do feudalismo;

d) a economia agrária do Brasil já era, portanto, desde o início, uma economia capitalista baseada na grande empresa;

e) em consequência, a distribuição de terras preconizada pelo Partido era uma medida anti-econômica e reacionária;

O fechamento do Partido, decidido pela justiça eleitoral no dia 6 de maio de 1947, nos roubou a oportunidade de observar as discussões que muito possivelmente seriam realizadas em torno deste problema, e que viriam a constituir, sem dúvida, um importante subsídio para o entendimento da ideologia e da programação do P.C.B.

6. Por uns instantes após a cassação do seu registro, o P.C. com os seus chefes ainda resguardados pelas imunidades parlamentares — ficou como se nada houvesse acontecido e tudo marchasse de acordo com suas teses e com seus planos.

E' verdade que protestou com veemência, que apontou indignado a "violência fascista" do governo, etc..

Mas tudo ocorreu como se o seu fechamento — que, segundo todos os indícios, o apanhou de surpresa — não tivesse maiores consequências para o seu destino político.

Pouco depois, entretanto, descobriu que o Governo do gal. Dutra não possuía nenhum apoio social. Não era apoiado nem pela burguesia, nem pelos latifundiários, nem pelas classes médias, nem pelo proletariado.

Sustentava-o, apenas, a camarilha fascista enquistada no aparelho do Estado e agrupada em torno de alguns generais nazistas, que eram citados nominalmente.

Deste modo, nada seria mais fácil do que derrubar esse Governo; bastaria, com efeito, exigir-se, por todo o país, através da imprensa, de comícios e manifestações diversas, a "Renúncia de Dutra".

E foi de fato o que fez o P.C.B., colhendo mais um flagrante insucesso, cuja previsão, aliás, não exigia nenhum dom profético, e podia ser feita por qualquer aprendiz de política brasileira.

Mas, tão de repente, e com a mesma desenvoltura com que se haviam atirado a essa campanha, os líderes comunistas voltaram a oferecer apoio ao governo do Sr. Dutra, garantindo que ainda era tempo de esse governo voltar atrás no caminho reacionário porque enveredara e, demitindo os fascistas que ocupavam postos de responsabilidade, emcaminhar-se pela via democrática que lhe apontava a C.E. do P.C.B..

Tais manobras seriam absolutamente infantis e totalmente inexplicáveis não fosse o fato de que ocorreram justamente quan-

do se dava a ascensão internacional do zhdanovismo. Com efeito, o ano de 1947 foi assinalado pela ascensão política da linha Zhdanov, cujo ponto culminante foi a criação do Kominform, ocorrida nesse mesmo ano na célebre Conferência dos Nove Partidos, realizada em Varsóvia.

À luz desta observação a campanha pela "Renúncia de Dutra" foi somente uma aplicação precipitada da linha zhdanovista, cujo absoluto fracasso, entretanto, deu aos adversários brasileiros dessa linha, força bastante para fazer o Partido voltar à posição anterior, a qual, com pequenas concessões verbais ao esquema anti-imperialista pode de fato ser mantida até o mês de agosto de 1950, naturalmente que amparada pelos anti-zhdanovistas do P.C. da U.R.S.S., isto é, pelos "centristas" e "direitistas" do Comitê Central soviético.

7. Com efeito, foi somente nessa data, quando entre outros fatos já morrera o criador da nova política anti-imperialista e se agravava intensamente a situação internacional, que o Partido Comunista do Brasil veio a adotar oficial e plenamente o esquema estratégico do anti-imperialismo.

Tal adoção se deu, na verdade, com o lançamento do chamado "Manifesto de Agosto", cujas notas tônicas eram em resumo:

a) a Revolução Agrária anti-imperialista;

b) o confisco e a nacionalização das principais empresas do país, especialmente das empresas imperialistas.

c) a formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional e de um Exército Popular de Libertação, com o fim de realizar os objetivos anteriores, por meio da derrubada do regime vigente e da instauração de um regime de Democracia Popular. Para a aplicação desta nova linha o Partido Comunista deveria organizar "as ações mais altas e mais vigorosas" do proletariado e do povo, protestos, passeatas e greves, até chegar aos choques armados com os odiados "inimigos de classe".

Através dessa luta persistente e audaciosa é que se forjariam a F.D.L.N. e o Exército Popular — este último devendo adotar, inicialmente, segundo as experiências de luta fornecidas por outros países coloniais e semi-coloniais, a tática de guerrilhas. Por esta época as publicações oficiais do P.C.B. divulgavam com amplitude as "experiências" das duas revoluções russas, da China, da Indo-china, etc., chegando mesmo a minúcias nas suas instruções para a luta.

A perspectiva era então, nitidamente a da iminência da "guerra imperialista" dirigida contra a União Soviética, e de transformação deste conflito em guerra de libertação nacional e em revolução, pelas forças comunistas de todo o mundo.

Era, em suma, a perspectiva da estratégia anti-imperialista delineada por Zhdanov e Molotov.

8. Entretanto, todos os esforços para aplicar a nova linha, nas condições oferecidas pelo Brasil, só serviram para mostrar à Direção comunista brasileira o quanto ela estava afastada das realidades nacionais.

De fato, seus apêlos à luta revolucionária não tiveram nenhuma ressonância profunda e todas as suas tentativas de passar à luta armada (Porecatu, etc.) redundaram em completo fracasso, pois ao que parece seus seguidores não chegaram a assimilar nem mesmo a tática de guerrilhas, que é uma técnica quase instintiva de fazer guerra nos países atrasados.

A verdade é que só conseguiram algum êxito na luta por reivindicações estritamente econômicas, em particular nas greves por aumentos de salários, fracassando porém sempre que queriam introduzir conteúdo sectário nesses movimentos.

Em suma, a F.D.L.N. e o Exército Popular continuaram a existir apenas no papel dos seus manifestos e na imaginação dos seus relatórios.

Não fosse o fato de que a luta interna no P. C. da URSS tivesse vindo introduzir radicais modificações nesse esquema, e os dirigentes do PCB ainda estariam hoje arrêgmentando e dispondo em ordem de batalha o seu sonhado Exército de Libertação Nacional.

Acontece porém que na URSS as dificuldades internas e externas surgidas no caminho da linha zhdanovista deram força aos adversários externos desta política, os quais, liderados por Béria, pugnavam por uma *pacificação efetiva* com o mundo ocidental.

Entre estas duas posições extremas colocou-se a clássica política "centrista" de Stalin, defendendo o princípio da "coexistência duradoura e da competição pacífica" com os países capitalistas.

O desenvolvimento da luta entre estas três facções, que no momento ainda continua, já foi tratado em outra parte desta revista. Aqui basta dizer que a chamada Nova Orientação Política, surgida após a morte de Stalin é a expressão mesma do fato de que aquela terrível disputa interna, travada no estado-maior do PC russo, ainda não chegou a um resultado decisivo: ela expressa, realmente, a indeterminação política que resulta da atual disposição de forças no seio do C. C. do P. C. da URSS.

O novo Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil, vindo a público no dia 1º deste ano, é a versão brasileira da Nova Orientação Política, e marca o início de uma terceira etapa

do Comunismo no Brasil, neste seu desenvolvimento de após-guerra que estamos apreciando em largos traços.

9. Logo à primeira vista surgem as diferenças entre o Novo Programa e o Manifesto de Agosto.

Com efeito, é certo que o Partido Comunista continua a defender a formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional (F.D.L.N.) e que objetiva, tal como antes, conquistar o poder através desta organização política.

Mas desde logo é bom observar que no novo Programa o P. C. renuncia completamente à formação do Exército de Libertação Nacional — força armada que o Manifesto de Agosto imaginava constituir segundo o exemplo da Revolução chinesa.

Paralelamente há que registrar por igual que aquela F.D.L.N. deverá constituir-se, agora, em torno de um programa extremamente moderado, um programa "burgues progressista" tal como o de 1945, e dirigido contra unicamente o "imperialismo norte-americano", do mesmo modo que o "desenvolvimento pacífico e a união nacional" se dirigiam somente contra os remanescentes do fascismo.

É aliás o próprio sr. Luiz Carlos Prestes quem sublinha estas diferenças, no seu Informe sobre o novo Programa.

Ele, na verdade, aponta que: "Enquanto agora proclamamos expressamente que "o governo democrático de libertação nacional não confiscará as empresas e os capitais da burguesia nacional", no programa de agosto de 1950 reclamávamos textualmente a nacionalização dos Bancos e de "todas as grandes empresas industriais e comerciais de caráter monopolista ou que exerçam influência preponderante na economia nacional". Levantávamos ainda a "completa nacionalização das minas, das quedas d'água e de todos os serviços públicos".

Igualmente, o novo Programa não levanta o problema da nacionalização da terra, limitando-se a apontar a "confiscação das grandes superfícies de terra pertencentes aos latifundiários" e sua distribuição gratuita — como propriedade privada — aos sem terra que as queiram trabalhar.

Em suma, como diz o referido Sr. Prestes, no novo projeto de Programa se deixam intocadas as *bases do capitalismo*, quer dizer, mais precisamente, as bases do capitalismo *privado*, de modo que enquanto o Manifesto de Agosto pretendia abertamente conduzir o país para o socialismo de modelo soviético, o novo projeto de Programa pretende apenas conduzi-lo "a um futuro feliz e radioso" — o que é somente uma dessas frases inócuas tomadas ao repertório lírico da propaganda soviética, impregnada desse lirismo de

péssimo gosto, que só encontra rival á sua altura na obra literária do sr. Plínio Salgado (e que, por exemplo, afirma deslumbrado: "o comunismo é o amanhã que canta") lirismo porque os publicistas "agit-props" vêm substituindo a antiga linguagem revolucionária de Outubro, numa mudança de estilo bem característica da mudança de conteúdo da ação e dos projetos sociais do PC russo.

Deste modo, só resta do antigo Manifesto de Agosto, agora condenado confessadamente pelos seus desvios "esquerdistas" o objetivo de chegar ao poder em curto prazo.

Tal objetivo, de fato, estabelecido no citado Manifesto, é mantido no novo Programa o qual, de resto, leva em si uma autêntica plataforma de governo em via de tomar posse.

E, na verdade, o novo Programa aponta como tarefa principal do Partido Comunista a substituição não só do atual regime "feudal-burguês" por outro, "democrático-popular" mas também a substituição do atual governo — mais uma vez indicado como "atual governo de Vargas" — o que, evidentemente, encurta bastante o prazo em que os seus autores esperam chegar ao poder, capitaneando a Frente Democrática de Libertação Nacional.

Numa palavra, o P.C.B. espera agora alcançar em curto prazo o objetivo do Manifesto de Agosto, agitando um programa de direita capaz de contentar todos os atuais opositoristas ao governo do Sr. Getulio Vargas. Por outras palavras, o P.C.B. pretende capitalizar em seu favor a agitação levada a efeito presentemente pela "oposição moralista" ao atual governo, do mesmo modo como esta última pretende capitalizar para si a oposição do P. C. B., executando ambos, presentemente, um tipo de oposição, aliás; de que o P. C. foi, sem sombra de dúvida, um pioneiro no país.

De fato, bem antes do atual "frisson" moralista, que lavra nos arraiais da Oposição, o P. C. instruiu seus comandados, especialmente seus representantes nas diversas câmaras do país, afim de denunciarem os escândalos e a corrupção administrativos e a dedicarem um especial cuidado à obtenção de provas e testemunhos convincentes de tais fatos.

E' de salientar que tais instruções foram rigorosamente cumpridas, com denúncias levadas a público pelos representantes comunistas em diversas partes do país (como, por exemplo, em Pernambuco) não obtendo maior repercussão, sem dúvida porque, entre outras coisas, falta aos militantes do P. C. o talento e os meios jornalísticos exigidos para uma campanha desse tipo.

Seja como fôr, encontramos-nos nos dias presentes entre o fato

inesperado de se haver estabelecido uma política interna como que uma aliança tácita, *no fundamental, que é a questão do poder* entre a "Imprensa Popular", órgão oficial do P. C. B., e os órgãos da "oposição moralista" sem que evidentemente desapareça a sua mútua hostilidade em matéria de política internacional.

Em suma, por motivos opostos, mas igualmente anti-nacionalistas, os comunistas brasileiros, e os "moralistas" são companheiros de viagem pela mesma trilha que conduz — segundo eles esperam — à derrubada do atual governo do Sr. Getulio Vargas. Evidentemente, menor que os anteriores, o presente equívoco dos dirigentes comunistas brasileiros, pois que, de certo, um dos principais objetivos da "oposição moralista" é a eliminação até mesmo dos órgãos semi-legais (jornais, livrarias, editoras, etc.) do P. C. B., que estão atualmente em funcionamento, a aplicação aos comunistas e simpatizantes, de leis de exceção, segundo o figurino norte-americano.

Pois o verdadeiro programa da "oposição moralista" é a imitação servil do "american way of life" e o seu moralismo não é sinão a tradução nativa do famoso puritanismo protestante, tão caro ainda hoje a vastos círculos norte-americanos e, em particular, aos banqueiros da puritana cidade de Boston...

10. A subordinação dos P. C. aos esquemas estratégicos da URSS — que é um fato normal em todos os países — surge porém bastante agravada entre nós pela evidente debilidade política dos líderes do P. C. brasileiro — debilidade, diga-se de passagem, que só encontra paralelo na incapacidade dos seus mais acirrados inimigos, os líderes da Ação Integralista Brasileira.

Com efeito, esta debilidade não lhes permitindo de um lado constituir uma sólida base política no país, de outro lado, em virtude da inexistência desta base, torna-os mais vulneráveis nas suas relações internacionais, especialmente com os dirigentes do P. C. da U. R. S. S., os quais, porisso mesmo, enfeixam em suas mãos os destinos políticos de todos eles, numa proporção em que, por exemplo, não enfeixam o destino de um Mao Tse Tung nem de um Ho Chi Minh. Tal incapacidade política decorre em primeiro lugar, da profunda aversão que a maioria dos líderes do P. C. B. devota a qualquer teoria autêntica e a qualquer atividade autêntica do pensamento.

De fato, excetuando o Sr. Prestes, que teve a instrutiva experiência do "tenentismo" e, além de sua formação de técnico militar, apresenta uma reconhecida formação político-teórica, embora que adquirida esta última em péssimas condições psicológicas, durante a prisão, e dentro de um sectarismo muito estrito

— excetuando êsse líder e também o Sr. Astrogildo Pereira, que tem uma notória formação de intelectual, os demais membros do Presidium do C.C. são marcados todos pelo mais estreito empirismo, vale dizer, são recortados todos segundo aquêlê modêlo, misto de praticismo e de ignorancia teórica, que constitui hoje a figura exemplar do “funcionário de Comitê” dos P.C. de quasi todo o mundo.

Acresce a isto que a própria capacidade política do Sr. Luiz Carlos Prestes acha-se reduzida, sinão anulada, pela sua falta de contacto com outras fontes de informação e de pensamento que não sejam aquelas da Comissão Executiva do Comitê Nacional (atual Presidium do Comitê Central) das quais êle, desde a sua anistia, é um virtual prisioneiro.

Pois, na verdade, o Sr. Prestes apenas saiu de uma prisão física para essa clausura intelectual que é hoje o chamado Presidium do C.C., onde a sua condição de antigo “tenente” o faz suspeito aos olhos dos “funcionários de Comitê”, que alimentam profundas desconfianças do Prestismo, obrigando-o a policiar suas próprias opiniões até mesmo mais do que o necessário, para evitar que lhe atirem a pecha desagradável e perigosa de “caudilho”. Deste modo, o Sr. Prestes, o único que poderia imprimir ao P.C.B. uma orientação própria, em virtude da influência que lhe dá a legenda do seu nome, é conduzido a esquecer sua própria experiência brasileira, adquirida nas marchas da Coluna Invicta e mesmo na fracassada revolta de 1935, afim de submeter-se às diretivas que são defendidas pelos seus companheiros de liderança do Comitê Central, geralmente copiados, quase letra a letra, de análises partidárias de outros países, que são impostas à realidade brasileira sem o mais leve exame crítico.

E' verdade, que a “linha geral” imposta internacionalmente de cima para baixo, quase que obriga a isso, mas é preciso salientar que é a debilidade ideológica dos dirigentes do P.C.B., o principal responsável pelo baixissimo nível teórico de sua política pois que outros P.C. — embora igualmente jungidos à “linha geral”, tal como o P.C. francês — denotam muito maior vitalidade intelectual e uma muito maior consciência dos seus próprios problemas.

Basta observar que excetuado o Sr. Caio Prado Junior, não há no Brasil nenhum comunista — particularmente nenhum dirigente do P.C. — que tenha publicado qualquer obra realmente valiosa sobre qualquer aspecto teórico ou prático da política ou da ideologia do Partido, pois na verdade não podem ser considerados como tais, aqueles informes e outros documentos do

P.C.B., cada um dos quais refuta o anterior, e são, de per si, nulos por si mesmos, dada a pobreza do seu conteúdo, para não falar na monotonia sem fim de sua forma, servilmente imitada dos relatórios soviéticos.

Numa palavra, a verdade é que não têm faltado militantes ao P.C.B., mesmo nas difíceis condições da ilegalidade, militantes que são atirados a arremetidas frustradas logo depois consideradas errôneas, para em seguida serem lançados a arremetidas novamente errôneas, e assim por diante.

Tem-lhe faltado, isto sim, liderança política, pois até mesmo para executar uma “linha geral” pre-estabelecida por outrem, é necessário inteligência política, iniciativa própria, conhecimento vivo dos problemas históricos, capacidade enfim para aplicar à fórmula algébrica pre-estabelecida os dados aritméticos fornecidos pela realidade local.

Mas nem mesmo isto chegou a entender a maioria dos líderes do P.C.B., que se limita a repetir sem cessar — segundo a técnica da propaganda comercial contemporânea — os slogans mais em voga no PC da URSS ou da China, etc., demonstrando com isto o enorme grau de alienação da política comunista no Brasil, que é, aliás, façamos-lhe justiça, tão só um dos aspectos da generalização que afeta à vida brasileira no presente.

Mas o pior em tudo isso é que a manipulação, com fitos unicamente estratégicos ou táticos, pelo PCB, de certas concepções basicamente válidas sobre o desenvolvimento brasileiro e sobre a política mundial, vale dizer, de temas tais como o da legítima defesa nacional contra o imperialismo, do desenvolvimento industrial, da situação operária, da questão colonial etc., compromete gravemente tais concepções, onerando-as com o passivo das suas falácias partidárias, que não decorrem de tais concepções mas sim — e a despeito delas — decorrem das idiosincrasias políticas dos seus manipuladores.

Tal fato é, sem dúvida, o principal resultado negativo da atuação política do comunismo brasileiro, pois significa, em última análise, um pesado ônus para as forças que lutam pelo desenvolvimento nacional.

11. Aparentemente reconhecendo a deficiência política da direção comunista brasileira, e por ela se penitenciando, o Sr. Prestes, após citar uma passagem de Stalin sobre a “nítida diferença entre a revolução nos países imperialistas, nos países que oprimem outros povos, e a revolução nos países coloniais e dependentes, nos países que sofrem a opressão imperialista de outros” escreve no seu último informe:

“Sem partir desta base teórica não é possível determinar com justeza o caráter da revolução em nosso país. A direção do Partido não assimilara suficientemente, esses ensinamentos básicos de leninismo e por isso, ao formular em 1950 o programa do Manifesto de Agosto, não levou em consideração todas as características da revolução democrático-popular nos países coloniais e dependentes, revolução anti-imperialista e anti-feudal”.

Os erros anteriores são, portanto, postos à conta da não-assimilação dos princípios teóricos básicos do leninismo.

Em que pese à veracidade desta auto-crítica no que se refere às deficiências teóricas da direção do P.C.B., é preciso acenar que, a menos no que toca aos companheiros do Sr. Prestes, o reconhecimento daquela deficiência de assimilação da teoria leninista é apenas uma fórmula verbal, usada sistematicamente para “justificar” os constantes reajustamentos da linha política, que eles realizam passivamente, sempre que recebem instruções para fazê-lo, sem demonstrações, na verdade, de possuir qualquer convicção vivida sobre qualquer ponto dos programas em questão.

Numa palavra, a deficiência essencial do P.C.B. é, ao lado daquela incapacidade de assimilação teórica, a *obediência passiva* aos esquemas estratégicos soviéticos, sejam quais forem as diretrizes e os objetivos destes.

Tal subordinação, na verdade, é o que obriga aos atuais dirigentes do P.C.B. depois de, pelo menos 8 anos de estudo e de aplicação das suas concepções “confessarem” oficialmente que ainda não assimilaram suficientemente as teses elementares das suas “teorias”, que, de resto, não têm nada de profundas ou de impenetráveis, e estão ao nível de qualquer entendimento mediano.

Pois, de fato, não são esses conhecimentos “leninistas-stalinistas” os inassimiláveis pelos dirigentes do P.C.B. — e sim outros bem mais importantes: aqueles que constituem tanto nos seus aspectos filosóficos, históricos e econômicos, como nos seus aspectos políticos, estratégicos e táticos, o núcleo da problemática do nosso tempo.

12. Em resumo, podemos registrar a respeito do P.C.B. sobretudo a sua subordinação automática à estratégia política da U.R.S.S., além, evidentemente, da existência no seu seio de profunda ignorância teórica dos problemas contemporâneos, especialmente dos problemas brasileiros.

Ao mesmo tempo, e em parte consequência desse mesmo desconhecimento da problemática de nossa época, ocorre ainda apontar nas análises políticas do P.C.B., um grave erro na apreciação da correlação de forças do campo mundial, o qual se traduz

em sua cega confiança na superioridade econômica, política e militar do “Bloco Oriental” sobre o “Bloco Ocidental” — mais particularmente, da U.R.S.S. sobre os E.E.UU. — e suas consequentes previsões desarrazoadas quanto ao resultado de um possível conflito entre os dois blocos.

Por outro lado, intimamente ligado ao anterior, surge implícito nos projetos sociais do P.C.B. o grave e irreparável erro teórico que consiste em identificar a “vitória do Socialismo”, vale dizer, o advento histórico de uma sociedade socialista em escala mundial, a uma simples vitória militar ou política da U.R.S.S., quando, na verdade, o problema mesmo da realização histórica do Socialismo é uma questão ainda em aberto, que está a desafiar o vigor do pensamento dos teóricos da História e a audácia revolucionária dos políticos contemporâneos.

Por fim, decorrendo inevitavelmente desta cadeia de deficiências e de erros — e completando-a — as diversas análises incongruentes da situação brasileira, feitas mais para “justificar” os desacertos antes cometidos do que para ajustar efetivamente a política partidária à realidade nacional.

E em virtude disto tudo, a adoção de linhas políticas que ora se aproxima, perigosamente, do terrorismo de fundo anarquista (aventurismo, golpismo, etc.) ora se tiram ao mais franco “oportunismo de direita”, oscilado, assim, constantemente, ao sabor das conveniências estratégicas e táticas — bem ou mal, pouco importa — da U.R.S.S.. E’ fóra de dúvida, portanto, que o prosseguimento da atual linha comunista — a chamada Nova Orientação — bem como a sua mudança para outra orientação qualquer não serão resolvidos no C.C. do P.C.B..

Serão decididos, isto sim, no C.C. do P.C. da U.R.S.S., onde, é importante registrar que, segundo tudo o denuncia, prossegue a acirrada luta entre o “centro” malenkovista e a “esquerda” molotoviana.

Os discursos da última campanha eleitoral soviética apontam, de fato, as mesmas profundas divergências, ainda não solucionadas, entre as linhas “anti-imperialista” e de “coexistência pacífica” com o capitalismo.

Na verdade, enquanto o Sr. Molotov apontou incisivamente o “perigo de guerra” e a necessidade de as forças armadas soviéticas serem constantemente fortalecidas para enfrentar esse perigo, o marechal Bulganin, insistindo no mesmo tema, afirmou peremptório: “a U.R.S.S. não tem tempo a perder” afirmativas estas que correspondem, nitidamente, às teses do anti-imperialismo.

Ao mesmo tempo, ocupando posições notoriamente contrá-

rias às anteriores, o presidente Vorochilov afirmou, repetindo letra por letra uma passagem da autoria de Béria — que “as forças armadas soviéticas já têm tudo que é necessário para defender a pátria socialista de uma agressão” — enquanto o premier Malenkov fazia sua afirmativa de que “uma nova guerra mundial será o fim da nossa civilização”, palavras tanto mais estranhas na sua boca porquanto, além de terem sido proferidas antes pelo presidente Eisenhower, chocou-se frontalmente com a afirmação do próprio senhor Malenkov, no seu Informe ao XIX Congresso, sobre a vitória inevitável da U.R.S.S. numa terceira guerra mundial.

Numa palavra, ao contrário dos Srs. Molotov e Bulganin, os Srs. Vorochilov e Malenkov tomaram na última eleição soviética, posições nitidamente “pacificadoras”.

Ademais, vale acentuar que nos últimos dias estão se reavivando, na imprensa soviética (no “Trud”, no “Pravda” e no “Estrela Vermelha”) as atividades dos anti-imperialistas e que o Sr. Khrushchev, atual secretário do Comitê Central, embora que jogando ainda com uma perigosa duplicidade, parece estar cada vez mais comprometido com os “esquerdistas”, pois a tanto nos leva a crer o seu recente ataque a Lisenko e seus seguidores, os quais, como se sabe, foram apenas instrumentos dos anti-zhdanovistas na sua luta contra o antigo chefe de Lenigrado.

Mas, finalmente, seja qual for a sua nova orientação política, o P. C. B., pelo caráter das forças que procura arregimentar e pela sua incansável obstinação no trabalho de proselitismo é uma organização política capaz ainda de influir — tanto positiva como negativamente — na vida do país.

No entanto, a menos que suas deficiências e seus erros anteriores sejam rapidamente sanados — o que a esta altura parece bem difícil — a sua influência será progressivamente *negativa* pelos ônus crescentes que acarretará às forças que lutam de maneira autônoma pelo desenvolvimento nacional — desenvolvimento, acentue-se de passagem, que deverá processar-se ainda dentro dos limites estruturais e institucionais do capitalismo, embora que de um capitalismo cada vez mais “socializado”, vale dizer, propriamente, de um regime capitalista cada vez mais coletivizado, ou seja, de um regime dotado dos meios materiais e institucionais destinados a produzir uma aceleração funcional e adequada aos processos de acumulação, concentração e centralização de capitais, que constitui a missão histórica a ser realizada pelo Capitalismo no Brasil.

QUE É O ADEMARISMO?

Uma força em marcha

Conforme se aproxima a data das eleições de outubro, vai se tornando cada vez mais nítida a superioridade do ademarismo sobre as demais facções políticas que pretendem disputar o governo de São Paulo. No ponto em que se encontram as coisas, e a menos que sobrevenham profundas e imprevistas modificações, pode-se prever com segurança que o Sr. Ademar de Barros, ou o candidato que ele indicar, sucederá ao governador Lucas Gorcez. E como o ademarismo tenha importantes raízes em todo o território nacional, a conquista do governo de São Paulo, quer pela ampliação material de seus meios de ação, quer pelo prestígio político de que irá cercá-lo, lhe proporcionará condições muito favoráveis para a disputa das eleições presidenciais de 1955, situando o ademarismo entre as forças habilitadas para a sucessão do presidente Vargas.

Contrastando, entretanto, com a importância que já apresenta e com as possibilidades com que se defronta no futuro próximo, o ademarismo é um fenômeno político recente e muito pouco estudado. A vulgaridade pessoal do Sr. Ademar de Barros e de suas declarações, fazem o ademarismo objeto do desprezo das pessoas cultivadas e parecem reduzi-lo a um nível indigno de um estudo sério. Por outro lado, a falta de originalidade ideológica do ademarismo e o fato de que emprega processos que, aparentemente, não diferem dos velhos métodos da política de clientela (utilização do coronelismo, nos meios rurais, arregimentação de eleitores a trôco do emprêgo e favores diversos, etc.) induzem muitos a julgar que o ademarismo é apenas um pessedismo mais ativo, que procura acrescentar, ao seu eleitorado rural, um eleitorado urbano conquistado à custa dos usuais processos demagógicos. Observe-se, ainda, que a derrota experimentada pelo Sr. Ademar de Barros, na disputa da Prefeitura de São Paulo, nas eleições de 1953, difundiu, precipitadamente, a impressão de que sua carreira política estava encerrada. (Vide *Cadernos de Nosso Tempo*, nº 1 pág. 99). Para tal impressão muito contribuiu, também, o atual espírito moralista suscitado pelas recentes campanhas de recuperação moral, prevalente naqueles meios

burgueses e pequeno-burguêses que formam a opinião pública aparente. E como o moralismo das classes conservadoras seja por estas generalizado, indevidamente, para as outras camadas e regiões do país, julgou-se que o grande eleitorado brasileiro não aceitaria mais um candidato notoriamente marcado pela corrupção.

Tôdas essas interpretações do ademarismo são evidentemente superficiais. E não menos superficial é a recusa a considerar, com a maior seriedade, um movimento político em plena ascensão, capaz de empolgar, dentro de dois anos, a presidência da República. Torna-se imperativo e urgente, por isso, saber o que venha a ser o ademarismo.

Que é o ademarismo?

A análise do que seja e represente o ademarismo, por isso mesmo que êle se apresenta sem características ideológicas marcadas, exige, inicialmente, que se proceda a uma distinção entre esse e os demais fenômenos e manifestações políticos brasileiros.

Assim, cabe reconhecer, em primeiro lugar, que o ademarismo não é uma expressão típica da política de clientela, embora se utilize de métodos clientelísticos. E' certo que o ademarismo se acha estruturado, nos meios rurais, em uma forma análoga à do P.S.D. O eleitorado rural de base do ademarismo está enquadrado em diretórios locais, dirigidos por chefes políticos semelhantes aos cabos eleitorais do P.S.D. E os diretórios estaduais contêm elementos representativos dos chefes políticos locais, cujo prestígio se apoia na sua capacidade de lhes prestar favores clientelísticos. Isto não obstante, as relações do Sr. Ademar de Barros com seu eleitorado rural não são em nada semelhantes às relações dos chefes pessedistas com seu eleitorado correspondente. Enquanto estes se baseiam na sua capacidade de articular os chefes políticos estaduais, que, por sua vez, articulam os chefes locais a estes últimos incumbindo o contacto directo com os eleitores, é o Sr. Ademar de Barros, pessoalmente quem tem influência sobre o eleitorado rural de base. Tal influência, à despeito de suas permanentes incursões pelo interior, não decorre de contactos directos com a massa rural. Sua influência é pessoal, mas se exerce por via remota, através da popularidade de sua pessoa. Desta forma, cabe reconhecer que o ademarismo é distinto do P.S.D., constituindo o apêlo emocional que realmente mobiliza o eleitorado rural de base, ao partido competindo, unicamente, a tarefa de organizar um eleitorado já previamente conquistado pelo Sr. Ademar de Barros e de proporcionar a esse eleitorado facilidades ou protecção, para que perma-

neça fiel ao chefe e possa, oportunamente, votar de acôrdo com suas instruções. Desta forma, enquanto os chefes pessedistas dependem do jôgo partidário e seu êxito está intimamente ligado à eficácia de sua máquina eleitoral, o Sr. Ademar de Barros é quem dá ao seu partido substância política, motivo pelo qual, em lugar de depender do partido, tem o partido na sua completa dependência e assim pode exercer uma autoridade pessoal e ilimitada que nenhum outro chefe político — salvo, talvez, o Sr. Getulio Vargas — está em condições de exercer.

Considerando-se, sob outro ângulo, o ademarismo, verifica-se que êle tampouco é uma expressão típica da política ideológica, embora o apêlo que o Sr. Ademar de Barros exerce sobre o seu eleitorado tenha o caráter de uma ideologia primária e infusa. Tal se verifica com relação ao eleitorado rural do Sr. Ademar de Barros e constitui mais uma diferença entre esse seu eleitorado rural e o do P.S.D. Mas, é sobretudo o fato de o Sr. Ademar de Barros dispôr de um amplo eleitorado urbano, compreendendo uma parcela do proletariado e da pequena burguesia, o que parece sugerir um vínculo ideológico entre o chefe pessedista e seus liderados. Analisadas todavia, as declarações do Sr. Ademar de Barros e os documentos do partido, não se encontrarão outros elementos ideológicos além dessa verborragia pseudo-social que hoje abunda em tôdas as manifestações políticas, por mais reacionários ou conservadores que sejam os seus verdadeiros propósitos. Há mais. Na medida em que o Sr. Ademar de Barros tenha logrado formular algumas idéias e esboçar normas programáticas, tais idéias e programas se enquadram no mais estricte espírito de capitalismo colonialista. Nem o Sr. Ademar de Barros oculta seus propósitos de manter e consolidar o capitalismo nacional, especialmente em sua forma mercantil, nem faz segredo do fato de pretender se ajustar, completamente, à política do imperialismo americano. Assim, além de não ter um conteúdo ideológico preciso e peculiar, o ademarismo é um movimento reacionário no que se refere ao estatuto da produção e às relações entre a economia nacional e o imperialismo capitalista.

Neste caso, que é o ademarismo? A classificação que lhe convêm já tem sido inúmeras vezes utilizada na linguagem corrente. O ademarismo é um populismo. O que ainda não se fez é a conceituação desse fenômeno e sua configuração, nas condições brasileiras. Por influência marxista, têm-se confundido os movimentos de base popular com os movimentos de esquerda. Presume-se que as posições reacionárias são unicamente assumidas pelos membros das classes dominantes. E há uma igual propen-

são a julgar que as manifestações políticas de ampla base popular têm um caráter progressista e inovador. Essa terá sido, possivelmente, a razão que levou o próprio Sr. Ademar de Barros a chamar seu partido de "progressista", com o que não empregava um artifício para ocultar o caráter reacionário do movimento que fundava — caráter esse de que não tinha nem tem consciência e para o entendimento do qual lhe faltam as necessárias categorias de compreensão — mas incidia, ele mesmo, nessa identificação entre as manifestações de massa e o progressismo.

Nada é mais falso, porém, que a identificação entre os movimentos de massa e os movimentos de esquerda. Os movimentos de esquerda são o produto de uma ação liberadora das classes dominadas, baseada numa consciência de classe e orientada por uma teoria da sociedade que identifique e interprete o fenômeno da espoliação social, revelando a medida em que o mesmo decorre da vigência de uma ordem político-jurídica que assegura, para a classe dominante, determinados privilégios e as condições para os manter, no âmbito da classe. Diversamente, os movimentos de massa se realizam como expressão confusa e primária de aspirações instintivas da massa, permanecendo dentro do âmbito de condicionamento da classe dominante e das relações de espoliação.

A massa não é uma classe, nem uma aliança ou articulação de classes, nem, mesmo, formalmente, um conjunto de classe. A massa é o conglomerado multitudinário de indivíduos, relacionados entre si por uma sociabilidade periférica e mecânica, que Gurvitch denominou de sociabilidade de massa. Historicamente, as massas são o produto final da espoliação de classe. As massas helenísticas e romanas eram constituídas, basicamente, pela coorte de escravos, libertos e clientes do patriciado antigo. As massas ocidentais resultaram da formação da mão de obra exigida pelo capitalismo industrial, mediante a proletarianização dos camponeses e dos artesãos.

As massas, por isso mesmo, são originária e basicamente um fenômeno proletário, uma consequência da proletarianização. Mas se distinguem do proletariado, como classe, por lhes faltar a consciência e o sentimento de classe. As massas são um fenômeno de objetivação social em que permanecem inconscientes de sua condição os indivíduos que a compõem. Tal condição, porém, configura um tipo humano próprio, variável conforme as demais influências de lugar e tempo, mas determinado pela especificidade das relações de massa. Esse tipo humano é o homem-massa. A esse tipo humano corresponde um determinado estilo

de vida, que é o estilo de massa. É o tipo psico-social a que se convertem os homens que sofreram o fenômeno de massificação. Era o escravo ou o liberto, nas massas antigas. É o proletário inconsciente de sua própria condição e reduzido à posição de átomo da massa, na civilização ocidental. Persistindo o fenômeno da massificação, e não se verificando a reestruturação do proletariado massificado pela consciência de classe e por sua organização como classe espoliada o tipo psico-social do homem-massa transcende o âmbito da massa e tende a se tornar o protótipo humano de toda a comunidade. Opera-se a segunda massificação, a massificação superestruturária, que atinge as classes dominantes e transforma todos os valores e padrões de conduta da comunidade na qual se processe tal fenômeno. Esse o fenômeno que ocorreu com Alexandria e com o Império Romano e que tende a se verificar na cultura ocidental, nos países em que as classes espoliadas não lograram atingir a consciência e a organização de classe.

O populismo, de que o ademarismo é a expressão brasileira, constitui a manifestação política das massas que persistiram como tais, por não terem seus membros logrado atingir a consciência e o sentimento de classe e por tender a se generalizar, como protótipo da comunidade, o tipo psico-social do homem-massa.

Características do populismo

Como se verificou nas considerações precedentes, o populismo é o fenômeno político característico das massas. O surgimento do populismo, por isso, depende, no que se refere a suas condições histórico-sociais de possibilidade, da conjugação de duas condições. De um lado, é necessário que, numa determinada comunidade, se tenha verificado o fenômeno da massificação. E que, ocorridas as formações de massas, o proletariado originariamente massificado não tenha superado as relações de massificação, adquirindo consciência e sentimento de classe e se organizando, como classe, para a luta de libertação econômico-social. De outro lado, é necessário que a classe dirigente, convertida em classe dominante, parasitária do processo social, tenha perdido sua representatividade, ou seja, sua aptidão para dirigir o processo social com um mínimo de eficácia, em condições e para fins que atendam a um mínimo das necessidades dos diversos estratos da sociedade e satisfaça às necessidades essenciais da comunidade como um todo. Perdida a representatividade, a classe dirigente, transformada em classe dominante, perde, igualmente,

seu poder criador e sua exemplaridade, deixando de criar os valores e os estilos de vida informadores da conduta média da comunidade. Verificando-se essas duas condições, tendem as mesmas a se conjugar para a produção desse efeito específico, que é o populismo, conforme a massificação superestruturária vai estendendo o tipo psico-social do homem-massa para a própria classe dominante.

Não basta, todavia, para que surjam as manifestações de populismo, que se verifiquem suas condições histórico-social de possibilidade. Tais condições, de per si, são necessárias, mas não suficientes, para que ocorram, em grau significativo, essas manifestações de populismo, especialmente as que alcancem ou ameacem seriamente alcançar a direção social. Para tal se faz mister uma terceira condição, que é o aparecimento do líder populista, do homem carregado de um especial apêlo às massas, apto a mobilizá-las politicamente para a conquista do poder.

O apêlo que exerce o líder populista sobre as massas representa o equivalente, nas sociedades que já experimentaram a massificação super estruturária, do apêlo carismático, nas sociedades onde ainda não se mecanizaram nem rigidificaram as relações de sociabilidade. Esse carisma de massas, que cabe denominar de "populidade", consiste, essencialmente, numa capacidade de mobilizar os homens-massa — quer pertençam aos estratos proletarizados da sociedade, nos quais se originou a massificação, quer aos estratos superiores, atingidos pela massificação superestruturária — para fins político-sociais que representam a realização das aspirações psico e sócio-instintivas dos homens-massa constituem objetivos em si mesmos e imediatamente atrativos, dentro de uma ordem de valores imanente ao tipo psico-social dos homens-massa e em virtude, no que se refere ao líder populista, do fato de os homens-massa reconhecerem nele o seu mesmo tipo psico-social do homem-massa.

É interessante observar que o líder populista pertence raramente aos estratos inferiores da sociedade, a regra geral, muito ao contrário, sendo a de tais líderes saírem da classe dominante, quando esta já se encontra bastante afetada pela massificação superestruturária. A razão desse fenômeno se encontra na diferença, já salientada, entre o proletariado consciente de sua condição e de seus interesses de classe e o proletariado massificado. Somente no primeiro caso logram os membros da classe proletária, enquanto tais, acesso aos postos de liderança, constituindo-se tal liderança na própria luta de liberação econômico-social. Diver-

samente, o proletariado massificado, sobretudo depois de se processar a massificação superestruturária, atua dentro dos condicionamentos das relações de espoliação existentes entre a classe dominante e os estratos inferiores da sociedade, e a "proletarização" a que conduzem os movimentos populistas opera seus efeitos mais no plano superestruturário dos valores de conduta do que na estrutura das relações econômicas e das relações de poder. Assim, o populismo alexandrino dos Ptolomeus e o populismo do Império Romano se realizaram sob a direção dos generais egressos do patriciado ou formados na carreira das armas e já divorciados, quando de origem plebéia, de sua condição original.

E' certo que o fascismo italiano e alemão, este último muito particularmente, foram movimentos de caráter populista, dirigidos por homens egressos de estratos proletários. Tal se verificou, no entanto, porque o populismo fascista, especialmente o nazista, ademais de movimentos populistas, no sentido anteriormente analisado, foram igualmente o resultado de um profundo ressentimento nacional, experimentado mais vivamente pelas classes médias. Assim é que a ascensão de Hitler se realizou por etapas, a primeira das quais foi a conquista, pelo antigo pintor de paredes, de um estatuto pequeno-burguês. E' nessa qualidade, e não como líder proletário, que Hitler é convocado para organizar o novo governo alemão. E tanto Hitler como Mussolini, seu predecessor no populismo fascista, conquistaram o poder em nome de reivindicações nacionalistas, tipicamente pequeno-burguesas, e só bastante mais tarde intentaram modificações estruturais nas relações econômicas e de dominação, nunca indo ao ponto, todavia, em ambos os casos, de suprimir as relações de espoliação entre a burguesia e as classes não possuidoras.

Esse caráter reacionário do populismo se torna ainda mais claro nas manifestações populistas mais recentes. O populismo americano não se formou no âmbito do proletariado sindicalizado nem teve por instrumento o Partido Democrata, que, desde Roosevelt, veio caminhando para a esquerda e se impregnando de uma ideologia socializante. Muito ao contrário, foi o Partido Republicano que se tornou o porta-voz das aspirações psico e socio-instintivas das massas americanas e foi senador republicano, o Sr. Mc Carthy, que logrou conquistar a liderança do populismo ianque, tendo como bandeira o anti-comunismo e o anti anti-socialismo, plataforma essa que, a despeito de estar orientada especialmente contra o inimigo externo, trás em si, explícita e implicitamente, um conteúdo essencialmente reacionário.

No Brasil, o populismo do Sr. Ademar de Barros representa,

em termos brasileiros, o equivalente do populismo macartista. Na medida em que o ademarismo contém algum sentido programático, este, como já se indicou, é tipicamente reacionário, conduzindo, internamente, a um fortalecimento da burguesia mercantil e externamente, ao estreitamento da subordinação econômica e política do Brasil ao imperialismo americano. Tais características do ademarismo já eram visíveis desde sua campanha eleitoral de 1946. E se o Partido Comunista cometeu o erro imperdoável de dar pleno apoio ao Sr. Ademar de Barros — apoio ao qual deveu esta sua eleição para governador de São Paulo — tal incompreensão da verdadeira significação do ademarismo se origina na tendência, já indicada, de os maxistas confundirem os movimentos de massa com os movimentos de esquerda, não distinguindo as formações proletárias, como formações de classe, das simples formações de massas.

Infraestrutura do ademarismo

Como frequentemente ocorre com os fenômenos sociais, o ademarismo, depois de se constituir como um importante e crescente movimento político, serviu para indicar, *a posteriori*, a medida em que o Brasil é um país propenso para os movimentos populistas. De fato, transportando-se a análise do fenômeno populista, linhas atrás esboçada, para o quadro brasileiro, observa-se como se verificam, no Brasil, as condições histórico-sociais que ensejam o aparecimento de tais movimentos.

De um lado, nós deparamos com um processo de massificação não acompanhado pela formação da consciência e da organização de classe pelo proletariado brasileiro. A urbanização (que já contém em germe a massificação) se processou antes da industrialização. E esta, realizando-se rapidamente, notadamente depois que a deflagração da guerra de 1939 separou o país de suas fontes usuais de suprimento de produtos acabados, provocou, de uma forma igualmente súbita, a constituição de um exército de trabalho recrutado nos meios rurais, motivo pelo qual o operariado brasileiro é predominantemente composto de trabalhadores egressos do campo ou filhos de camponeses. Daí o fato de o proletariado massificado não ter logrado atingir a consciência de sua condição de classe nem se ter organizado, como classe, para a luta de liberação econômico-social. Assim é que a legislação trabalhista, em lugar de resultar das reivindicações operárias, foi promulgada de cima para baixo pelo Estado, nos períodos em que este foi dirigido por representantes da classe média, que ha-

viam conquistado o poder revolucionariamente. E ainda hoje, decorridos mais de vinte anos desde a Revolução de 30, a sindicalização, salvo no Estado de São Paulo e, até certo ponto, no Distrito Federal, não é um movimento espontâneo do operariado, mas o produto de uma política governamental.

De outro lado, assistimos à decadência da antiga classe dominante, a classe latifundiária, cuja funções de liderança, em lugar de serem ocupadas pela recém-formada burguesia industrial, cujo predomínio teria estabelecido uma correspondência sadia entre a nova estrutura econômica do país e o mecanismo de dominação político-jurídica, foram preenchidas pela burguesia mercantil, de finalidades especulativas, inconciliáveis com as necessidades de desenvolvimento econômico decorrentes das novas relações de produção. Esta nova classe dirigente, cuja incompatibilidade com as necessidades econômico-sociais do país a converteram logo em classe dominante, carecendo de funcionalidade e desprovida das tradições que cercavam a classe latifundiária, foi rapidamente afetada pela massificação superestruturária. E assim se completaram as condições propiciadoras da formação de um movimento populista no Brasil, que apenas aguardava, para surgir e se impôr avassaladoramente, o aparecimento de um líder de massas, dotado da necessária "populidade". Tal líder apareceu na pessoa do Sr. Ademar de Barros, com ele surgindo o populismo ademarista.

Intervindo inconscientemente nesse processo, a classe média, em suas diversas tentativas de exercer a liderança social, a partir da revolução republicana, contribuiu para preparar as condições que hoje favorecem o populismo, ao destruir as bases do poder latifundiário sem modificar o regime da produção. Se em 1930 ou em 1937 os dirigentes da classe média, em vez de modificações puramente superestruturárias, houvessem socializado a estrutura econômica do país, teriam provocado, de um lado, a formação do espírito de classe no proletariado e no campesinato brasileiros e, de outro lado, teriam impedido o surgimento e a organização de uma burguesia mercantil especulativa e parasitária. A massificação e o populismo, dela decorrentes, talvez pouco se teriam verificado se a burguesia industrial houvesse substituído a classe latifundiária na liderança do país. Nesta hipótese, ter-se-iam verificado, por via privada, muitos dos efeitos que ocorreriam na outra hipótese, antes considerada, de a classe média radicalizar sua revolução.

Analisando-se as bases infraestruturárias do ademarismo, notaremos que elas são constituídas, nos meios rurais, pelas massas camponesas emancipadas da tutela clientelística dos fazendeiros

e coronéis do interior, e, nos meios urbanos, pelas massas proletárias e pequeno-burguesas desprovidas de consciência e de organização de classe. Os eleitores que o PSD e a UDN (que é, nos meios rurais, um partido complementar do PSD) vão perdendo, no campesinato, são outros tantos eleitores que conquista o ademarismo e que compõem a principal parcela de seu eleitorado. Nos meios urbanos, o proletariado e certas parcelas da pequena-burguesia, de há muito divorciados dos partidos demoliberais, controlados pelas classes dominantes, caminham para o ademarismo na medida em que não se encontrem suficientemente politizados para defender seus verdadeiros interesses e empreenderem, com base nos sindicatos e por intermédio dos partidos de esquerda a luta de liberação econômico-social. A essas massas camponesas, proletárias e pequeno burguesas, o ademarismo reúne parte da burguesia mercantil, cujos interesses de classe se veem protegidos e representados pelas tendências reacionárias do populismo ademaresco, especialmente quando se trate de membros da burguesia mercantil já afetados pela massificação superestruturária, massificação esta ora em estágio adiantado e com inevitável tendência a se expandir.

Conclusão

Como se verifica pelo exposto, o ademarismo é a consequência de condições econômico-sociais que se vieram formando no Brasil a partir da Revolução de 30. E' evidente que ele reflete a personalidade do Sr. Ademar de Barros. E por muito que as condições ensejassem o aparecimento de movimentos populistas no Brasil, tais movimentos não surgiriam sem a intervenção "catalizadora" de um líder dotado da necessária popularidade. E' próprio de tais situações, porém, sempre aparecer, dado um certo lapso de tempo, uma personalidade apta a se valer delas. Tanto que, nas atuais condições brasileiras, se não existisse o Sr. Ademar de Barros, não faltariam homens para tentar preencher esse papel, alguns dos quais, como o Sr. Hugo Borghi, já demonstraram possuir os atributos necessários para tal mister.

O ademarismo é uma força em marcha, que tende, em virtude da prevalência das condições que o favorecem, a conquistar o poder em prazo curto. Esse desfecho será inevitável se não sobrevierem importantes modificações no âmbito político-social do país. Tais modificações, nas condições atuais do Brasil, estão, praticamente, reduzidas a duas alternativas. A primeira, que se anuncia como a mais provável, embora seja a mais prejudicial

para o desenvolvimento econômico e social do país, é a intervenção das forças armadas, representando o estrato superior da classe média, os remanescentes do latifúndio e a parcela da burguesia mercantil contrária ao ademarismo e receiosa do que, no ademarismo, julga ser, por equívoco, u'a manifestação de esquerdismo. A segunda alternativa, seria a formação de uma ampla frente nacional democrática de esquerda, que agremiasse a burguesia industrial, os setores mais esclarecidos das classes médias, incluindo os representantes desses setores na forças armadas, e a parcela politizada do proletariado.

Em ambos os casos, o ademarismo só poderia ser neutralizado através de uma política radicalizante. Nas condições atuais, o centrismo, a que tanto se apegam os conservadores liberais, constitui, precisamente, o terreno propício ao êxito do ademarismo, uma vez que, sob as instituições liberal-democráticas, não operam mais as forças que conduzem a esse tipo de regime, e sim as formações de massa, cuja expressão política, no Brasil, é o populismo ademaresco. Daí só haver as duas alternativas antes apontadas: para a direita, mediante um golpe militar, representativo dos interesses da alta classe média, do latifúndio e de todos os setores da burguesia mercantil que ainda não se dispuseram a aderir ao ademarismo; para a esquerda, mediante a constituição de uma frente nacional democrática de esquerda, representativa da burguesia industrial da *intelligentzia* pequeno-burguesa e das vanguardas proletárias.

O MORALISMO E A ALIENAÇÃO DAS CLASSES MÉDIAS

As campanhas de moralização

Um dos fatos mais característicos da vida pública brasileira, nos últimos meses, é a exacerbação e proliferação dos movimentos que se constituem sob a bandeira da recuperação moral. Como veremos a seguir, tais movimentos, dentro de certas condições, constituem, independentemente de suas vinculações de classe e de grupo, uma sábia manifestação de inconformismo político ou de ortodoxia moral, e a despeito da alienação que grava todas as manifestações de moralismo político, são um importante fator para a manutenção da vitalidade social. Não é disto que se trata, porém, no atual caso do Brasil. As campanhas de moralização que ora se processam não são fenômenos corretivos marginais. São movimentos que adquirem uma intensidade e uma extensão de grande proporção, ao ponto de se constituírem na forma mais importante e ativa de oposição ao governo, (omitida a oposição ademarista, que é velada) passando as campanhas de moralização a se substituir, como instrumento de ação, ao principal partido oposicionista brasileiro — a UDN — e provocando efeitos de tanto alcance quanto o recente golpe branco desfechado pelas altas patentes do Exército.

Cronologicamente, o atual surto de moralismo se originou na luta travada contra o jornal "ÚLTIMA HORA", e seu grupo. Convertido em escândalo nacional o "caso ÚLTIMA HORA", através de uma polêmica em que os adversários do referido vespertino mobilizaram, para a luta, todos recursos publicitários do país, coligando a imprensa, o rádio e a televisão, transformou-se, igualmente, esse escândalo, no maior problema brasileiro. Com isto, formou-se o clima para o moralismo. Todos os problemas nacionais foram transferidos para o plano moral. E nesse plano, polarizados em termos de mal e de bem absolutos. Tudo o que estava ligado a "ÚLTIMA HORA" se transformou em mal absoluto. Tudo o que lhe era adverso, em bem absoluto.

Chegadas as coisas a esse ponto, resultou, como um efeito

inevitável, que os fatos originários da polêmica perderam importância, a dinâmica do movimento de moralização ultrapassando o seu objeto imediato ou aparente. Não interessava mais o fato de o jornal "ÚLTIMA HORA", transferido para o controle de outro grupo, haver liquidado suas obrigações com o Banco do Brasil, assim atendendo ao que constituía o motivo inicial do protesto. O que agora se impunha, para a campanha moralista, era a moralização de todo o país, entendida, naturalmente, segundo as normas fixadas pelo próprios moralizadores. Daí a formação de outros movimentos, como a "Aliança Popular contra o Roubo e o Golpe". Daí o indefinido alargamento dos propósitos moralizantes, que passaram a visar a deposição do Sr. Getúlio Vargas — considerado fonte de todos os males do país, causa de todas as corrupções e ameaça permanente à legalidade — e lograram conduzir as forças armadas a desfechar um verdadeiro golpe branco no presidente da República, que só se mantém no governo em razão das dificuldades que experimentam os chefes militares para promover sua substituição sem alterar o regime constitucional, mas que ficou, praticamente, prisioneiro em palácio.

Percorreram, assim, as campanhas de moralização, no espaço de alguns meses, um imenso caminho. Originadas no nível modesto da luta privada entre dois jornais, e acompanhadas, de início, por um público reduzido, que seguia as peripécias da polêmica como um espetáculo divertido, lograram se transformar num estado de espírito de âmbito nacional, instrumentado por forças poderosas e já agora, em virtude do golpe desfechado pelas altas patentes do Exército contra o Sr. Getúlio Vargas, exercem, quasi abertamente, o controle do país.

Infraestrutura do moralismo

As campanhas de moralização são um fenômeno tipicamente pequeno-burguês. A pequena burguesia, sobretudo a partir da mecanização do capitalismo, é a classe que manobra os meios de produção sem ter a propriedade deles. O que caracteriza as classes médias, portanto, é seu *status*. O pequeno-burguês é um proletário com *status* assemelhado ao do burguês. Essa dependência para com o *status* constitui, psico-socialmente, um poderoso condicionamento para uma visão idealista do mundo, no sentido marxista do termo. Em outras palavras, constitui um estímulo para acreditar que a vontade é o fundamento único do ser. As coisas são isto ou aquilo porque alguém assim as quis. Assim sendo, as coisas serão boas ou más conforme sejam o produto de uma

vontade honesta e esclarecida, ou de seu oposto. Tudo depende, portanto, de os homens que dirigem os acontecimentos serem bons ou máus. Tal é o fundamento do moralismo.

O que seja o bem e o mal é coisa que, em abstrato, interessa pouco ao moralismo. Conforme as condições de espaço e tempo, o moralismo tem caráter dogmático ou relativista. Mas o moralismo de que estamos cogitando, não é o filosófico, e sim o político, embora essas duas formas tendam a se associar. Para o moralismo político, chamado a optar em condições concretas, não importam, todavia, os problemas axiológicos e gnoseológicos do moralismo filosófico. As definições do bem e do mal, em concreto, se fazem, quanto à forma, segundo as crenças vigentes e, quanto ao conteúdo, segundo os interesses da classe, dos grupos ou das pessoas. O que empresta ao moralismo a sua fisionomia particular, porém, é o fato de implicar, essencialmente, no desconhecimento das motivações reais que conduziram a determinada opção. As ações são apresentadas como praticadas por serem boas em si mesmas e em função do bem absoluto e não porque atendam aos interesses do agente. Daí a necessidade de transportar todas as coisas para o plano moral, uma vez que, supostamente, todas as opções seriam uma escolha entre o bem e o mal.

Essas características gerais do moralismo, acima indicadas, não bastam, todavia, para explicar o surgimento e o êxito das atuais campanhas de recuperação moral. Tanto mais que, na mais superficial análise das forças que promovem ou ajudam essas campanhas moralistas, se verifica que por traz delas não se encontram apenas pequeno-burgueses, mas todo um setor da burguesia brasileira — o mais influente e ativo — que é o comércio.

Analisando-se as condições e causas do atual êxito do moralismo, no Brasil, verifica-se, no que diz respeito às primeiras, que elas se relacionam com o crescente desajustamento material e espiritual das classes médias diante da situação econômico-social do país e da política do Sr. Getúlio Vargas. Conforme o havíamos previsto (*Cadernos do Nosso Tempo*, nº 1, pág. 96) o Sr. Getúlio Vargas, a despeito de por duas vezes (1930 e 1937) dever às classes médias a conquista do poder ou sua permanência no mesmo, subestimou a importância dessa classe e a necessidade de satisfazer à suas exigências mínimas. Economicamente, a pequena burguesia — parte da qual havia votado em 1950 no Sr. Getúlio Vargas — se indispôs com o governo conforme se veio acentuando o descompasso entre os ordenados da classe média e o custo da vida. Enquanto os salários do proletariado urbano,

embora com atraso em relação aos preços, foram tendo reajustamento parciais, os ordenados da classe média permaneceram estacionários. É certo que durante o atual governo Vargas já houve um reajustamento do vencimento dos servidores públicos, civis e militares. Mas esse reajustamento beneficiou, quase exclusivamente, as camadas inferiores da classe média, hoje semi-proletarizadas. E é justamente nessas camadas que persiste a popularidade do Sr. Getúlio Vargas, (em concorrência com a do Sr. Ademar de Barros), enquanto a hostilidade contra o mesmo se faz sentir especialmente nas camadas superiores da classe média. Nesse sentido, é sintomático o fato de uma das mais sérias reivindicações contidas no memorial dos coroneis ter sido a de não se permitir que os vencimentos militares fossem iguados aos salários operários. Ademais, a classe média, particularmente suas camadas superiores, têm uma noção muito clara de que seu problema econômico não é resolúvel mediante simples aumento de ordenados, e sim através de uma efetiva contenção do processo inflacionário, ou, pelo menos, através de uma equitativa distribuição, entre as classes sociais, dos onus da inflação. A crescente perda de poder aquisitivo dos ordenados, e a manutenção de um regime econômico dentro do qual todo o peso da inflação recaía sobre os rendimentos fixos, portanto, suscitaram uma profunda indisposição da pequena burguesia contra o governo.

Essa indisposição econômica foi agravada pela orientação que vem adotando a política ostensiva do Sr. Getúlio Vargas e pelas contradições que a caracterizam. Enquanto, de 1930 até 1942, o Sr. Getúlio Vargas fez uma política de classe média, no curso de seu atual governo procurou atender, simultaneamente — e quase sempre contraditoriamente — ao patronato e ao proletariado, predominando, durante o primeiro Ministério, a política patronal (a longo prazo, o Plano Lafer; a curto prazo, as facilidades de crédito dadas pelo Sr. Jafet) e, no atual ministério, a política proletária (formação de uma CGT, defesa de greves, elevação do salário mínimo).

Na primeira fase do governo, a classe média sofreu as restrições econômicas ditadas pela política Lafer, sem se beneficiar das facilidades propiciadas pelo Sr. Jafet, e sem nem ao menos ter a compensação espiritual de se sentir participando de um sério e inteligente esforço de desenvolvimento econômico. O governo aparecia, aos seus olhos, sob o contraditório aspecto de um implacável mecanismo arrecadador, avaro na fixação dos vencimentos, e de um benevolente favorecedor de grupos, para os quais distribuía benesses e facultava negociações de que se achava ex-

cluída a classe média. Daí o ressentimento que facilmente pôde ser despertado contra o grupo Wainer, apresentado como o protótipo dos beneficiários de escandalosos favores governamentais:

Na segunda fase do governo, a atual, a classe média, sempre mais angustiada economicamente, se depara com um governo que lhe aparece como só se interessando pelo proletariado, que procura arregimentar para fins eleitorais, em nome de princípios e segundo processos que se lhe afiguram subversivos. Educada pelas tendências fascistas da era 40, tradicionalmente hostil ao proletariado, do qual se sente psicológica e socialmente tanto mais afastada quanto mais, economicamente, dêle se está aproximando, a classe média vê o governo agitar as mesmas bandeiras que, anos atrás, eram consideradas subversivas e contra as quais o mesmo Sr. Getúlio Vargas, em 1937, a convocou para lutar, instituindo o Estado Novo.

Tais condições, portanto, conduzem a classe média, material e espiritualmente, a se divorciar do Sr. Getúlio Vargas e postar-se em atitude hostil ao mesmo. Isoladamente, porém, essas condições não seriam bastantes para provocar o êxito tão rápido e generalizado das campanhas de moralização. O que causou esse êxito célere e amplo foi o apêlo dado pelas forças latifúndio-mercantis, especialmente por estas últimas, aos movimentos moralistas (financiamentos, imprensa, rádio, televisão).

Diversamente do que se passa com a classe média, a burguesia, notadamente a burguesia mercantil, não é moralista por convicção. O sentimento burguês da vida repousa sobre a propriedade dos meios de produção e conduz, como ocorre com o proletariado que atinge ao nível da autoconsciência, a uma visão realista do mundo. Dá-se, apenas, que o realismo burguês é psicológico, enquanto o realismo operário é sociológico. Reduzido a condição de máquina que aciona máquinas, cujo trabalho é uma coisa que se compra e vende, como as coisas que dele resultam, o proletariado, na medida em que vence o entorpecimento mental de sua condição e atinge a um razoável nível de consciência, concebe o mundo em termos realistas, mas orienta o seu realismo em termos sociológicos, porque a sua experiência pessoal é a da inanidade do indivíduo e a da sua dependência para com o meio social. Diversamente, a burguesia, cujo realismo decorre da consciência do poder condicionante das coisas, desenvolve seu realismo em termos psicológicos, porque sua experiência pessoal é a da manipulabilidade dos negócios e da medida em que estes dependem da

capacidade individual ou das oportunidades favoráveis. Tal psicologismo se desenvolve especialmente na burguesia mercantil, em que o negócio surge desligado do processo de produção das coisas, enquanto a burguesia industrial contrabalança sua experiência da manipulabilidade dos negócios pela de sua dependência para com os fatores de produção. É sintomático dessa diferença o psicologismo da economia inglesa, calcada sobretudo numa experiência comercial, e o sociologismo da alemã, produto de uma experiência principalmente industrial.

Ora bem, esse realismo da burguesia, e sua variante psicologista da burguesia mercantil, que é o setor liderante da burguesia brasileira, não conduziram a burguesia a exprimir, em termos moralistas, seu antagonismo ao governo. Por que o faz? A explicação desse fato dá-nos a chave final para compreender a infraestrutura das atuais campanhas de moralização. Essa explicação é muito simples e se resume em duas palavras: estratégia tática.

A burguesia mercantil, para a qual as origens populares da eleição do Sr. Getúlio Vargas já constituíam uma ameaça, colocou-se, *com a classe*, contra o governo, a partir do momento em que, durante o ministério precedente, se caracterizaram as intenções dirigistas e intervencionistas da atual administração. Não importa o fato de que o Sr. Jafet, pelo Banco do Brasil, tenha proporcionado excelentes negócios a diversos e importantes grupos da burguesia mercantil. Os beneficiários, e seus grupos, individualmente, ficaram solidários com o governo, enquanto este os favoreceu.

Como membros da classe, porém, participaram da mesma hostilidade geral da burguesia mercantil contra o governo porque o dirigismo e o intervencionismo econômico deste constituía um obstáculo para suas pretensões de lucro incontrolado.

Inaugurada a segunda fase do governo Vargas, com o atual Ministério, a burguesia mercantil, no primeiro momento, manifestou-se muito favorável à nova política econômica instituída pelo Sr. Oswaldo Aranha, em nome do liberalismo e da liberdade de comércio. Foi de curta duração, no entanto, esse entusiasmo. De um lado, porque o Sr. Oswaldo Aranha, em boa hora, corrigiu os excessos mercantilistas de seu plano, restaurando a seleção governamental para os investimentos essenciais. De outro lado, porque, a medida em que se aproximam as eleições de outubro, a política do Sr. Getúlio Vargas passou a se caracterizar por suas tendências trabalhistas. Confirma-se, assim, e se consolida, a oposição dos interesses da burguesia mercantil para com a política do Sr. Getúlio Vargas. Ora, a burguesia mercantil, de todas as classes

brasileiras (entendido o termo em sentido restrito) é a que tem maior consciência de seus interesses, a que se encontra melhor organizada para defendê-los e a que dispõe de mais recursos para os fazer valer. Essa é, sem dúvida, a razão pela qual a burguesia mercantil, a despeito do extraordinário surto de industrialização do país, tem conseguido se manter na liderança social, reduzindo a burguesia industrial, contra os próprios interesses desta, à posição de caudatária do comércio. Assim equipada, a burguesia mercantil pôde levar adiante, com grande êxito, seu esforço de neutralização e de desmoralização do governo, esforço esse que culminou com o golpe branco dos coroneis (atrás dos quais agiu um grupo de generais) e está agora orientado para a definitiva deposição do Sr. Getúlio Vargas.

Não podia o comércio, todavia, lutar contra o governo em nome de seus verdadeiros interesses. Estratégicamente, impunha-se à burguesia mercantil conquistar o apoio de uma classe combativa e influente, utilizando-a como massa de manobra. Essa classe só podia ser a pequena burguesia. Taticamente, era indispensável utilizar os apêlos que fossem capazes de mobilizar as massas pequeno-burguesas, e de levantar, especialmente, a adesão do setor militar da classe média. Essa tática só podia ser o moralismo. E aí se encontram as razões profundas da ativa participação da burguesia mercantil nos movimentos de recuperação moral, participação essa que poderia, a primeira vista, causar uma natural estranheza, ante o paradoxo de a bandeira da moralidade ser desfraldada pelos comerciantes. Atrás desse moralismo, no entanto, o comércio defende propósitos muito realistas e imediatos. Evidentemente, como sempre ocorre, em tais circunstâncias, grande parte, senão a maioria da burguesia mercantil, não tem perfeita consciência de sua própria duplicidade, nem se dá conta de que o moralismo que professa, para se opôr ao governo, e que não professa, nos seus próprios negócios e nas suas demais atividades, é um instrumento ideológico a serviço dos próprios interesses. Isto não importa. O que importa é a verificação a que se chega, mediante uma análise objetiva dos fatos, de que, ao se mobilizar contra a CEXIM, sob a alegação de que esta era um mecanismo de corrupção do governo, o que realmente importava ao comércio não era a corrupção daquele órgão — corrupção, aliás, somente possível porque dela era agente e beneficiário o próprio comércio. O que importava, para o comércio, era a extinção dos controles governamentais, era o livre acesso aos saldos cambiais da exportação, de sorte a permitir lucros maiores e mais fáceis. E como hoje não seria mais possível — a despeito das desesperadas tentativas que se vem fazendo para restaurar o liberalismo —

combater os controles governamentais em nome de um suposto direito natural à liberdade de comércio, impunha-se a necessidade de emprestar à luta contra o dirigismo estatal a aparência de uma reivindicação moralista contra a corrupção dos agentes do poder público. Outra não é a razão pela qual a burguesia mercantil, através da imprensa — de que ela tem o absoluto controle, por ser a principal fonte de publicidade — tem procurado generalizar a teoria da “corrupção do Estado”, afim de obrigá-lo a suspender tôdas as formas de controle e de intervenção na economia.

Moralismo e alienação

Decorre o moralismo, como já se indicou, de uma concepção idealista do mundo, segundo a qual a vontade é o fundamento do ser, razão pela qual as relações sociais dependeriam das decisões individuais dos dirigentes. Daí a transposição de tôdas as coisas para o plano moral e seu julgamento em termos de bem e de mal. Daí, por outro lado, a recíproca de que toda visão moral das ações humanas se deve processar em termos moralistas, ou seja, em termos de bem e mal absolutos.

Não é este o local para se criticar, teoricamente, o moralismo político. Limitemo-nos a salientar que, do ponto da sociologia do conhecimento, o moralismo político representa uma superestrutura ideológica de classe média. Considerado no mérito de suas postulações, o moralismo político sofre as limitações decorrentes do idealismo de seus pressupostos, ignorando o que Scheler denominava condicionamentos reais da vida social.

Na verdade, como pressentem os moralistas, as relações políticas apresentam, também, uma dimensão moral e não podem ser julgadas sem referência a essa dimensão. A esse respeito, contudo, há que fazer duas importantes ressalvas à colocação moralista do problema. A primeira, diz respeito à fundamentação dos fatos políticos. Diversamente do que julgam os moralistas, os fenômenos políticos não se originam, exclusiva ou mesmo principalmente, das manifestações da vontade individual, senão que de um sistema de causas e condições dentro do qual a vontade individual é apenas um fator e um fator em grande margem condicionado. A segunda ressalva se relaciona com a valoração moral das manifestações da vontade. O elemento moral, nas relações políticas, não constitui uma opção entre o bem e o mal absolutos. O que é absoluto, na opção moral, é a escolha entre fins que se apresentam no mesmo plano de condicionamento, para a vontade, e a escolha de meios que se apresentam no mesmo plano de eficácia possível, para a razão. Tanto os fins como os meios, toda-

via, são condicionados. Esse condicionamento, externamente ao agente, decorre do sistema de crenças vigentes (condicionamento ideal), das condições econômico-físicas do meio social e natural (condicionamento real) e das possibilidades de interferência (condicionamento pelo acaso). Internamente, o condicionamento resulta da estrutura psico-física da personalidade do agente.

Se examinarmos, à luz dessas brevíssimas indicações, o objeto imediato e aparente das campanhas de moralização que ora se desenvolvem no Brasil, veremos que elas têm uma parcial justificação, na medida em que acusam a inautenticidade da ação político-administrativa do governo. Sejam quais forem os pressupostos ético-filosóficos à luz dos quais se considere a ação político-administrativa do atual governo, é inegável, no puro plano da sociologia moral, que tal ação, de um lado, é susceptível de críticas, no sentido de que permite, e às vezes enseja, atos de favorecimento a pessoa ou grupos, contrariando princípios morais dotados de vigência média em nosso país. De outro lado, ressalta, ainda mais, o fato de que o governo padece de toda sorte de contradições, nas suas relações com os diversos estratos da população e inclusive nas relações internas dos membros e órgãos do governo, uns com os outros. Tais fatos prejudicam a autenticidade do governo, no sentido de afetarem a validade do seu poder e reduzirem, de muito, a eficácia de sua ação, assim lhe retirando as condições de exemplaridade e representatividade de que necessitaria para apoiar, num máximo de consenso, o exercício de suas funções de comando.

Ocorre, todavia, que o moralismo, parcialmente justificável nos limites acima referidos, é induzido a erro e se torna a si mesmo inautêntico ao ignorar a imensa margem de condicionalidade que limita a capacidade de autodeterminação do governo e ao presumir, de um lado, que se devem aos erros ou à malícia do governo as limitações de que padece o próprio governo e, de outro lado, que a simples mudança de homens importaria numa completa mudança da situação.

Na verdade, omitidas as variações individuais, que, numa visão macroscópica, perdem importância, a ação do governo, inclusive no plano em que ela é susceptível de apreciação moral, reflete condições reais e ideais a ele anteriores e sobre as quais a vontade individual dos governantes nada pode fazer. As práticas de favorecimento indébito, que tanto escandalizam os moralistas, são o produto da política de clientela, que decorre do subdesenvolvimento, que provém por sua vez, do vigente regime de espoliação econômica. A falta de sistemática e de eficácia governamental, que tanto fazem bradar contra a interferência econômi-

ca do Estado, são o produto de um Estado Cartorial, que decorre, do mesmo subdesenvolvimento, oriundo, igualmente, da atual economia de espoliação. Se é legítimo e socialmente proveitoso o protesto contra essas manifestações de inautenticidade governamental, tal protesto só tem sentido na medida em que, partindo do diagnóstico da inautenticidade do governo, se aprofunde até as causas e condições dessa inautenticidade e tenda a promover as modificações estruturais capazes de suprimir os fatores que a provocam. E' justamente isto o que deixa de fazer o moralismo. Inconsciente dos fatores condicionantes do processo político, erige os sintomas em causas e desta forma se restringe à crítica individual dos governantes e de seus atos. Tal é o motivo pelo qual, no caso brasileiro, todos os males de que padece o país são atribuídos à malícia do Sr. Getúlio Vargas, o que, exasperando-se o clima moralista, conduziu ao propósito, parcialmente realizado, de se destituir-lo ilegalmente do poder.

O que há de grave nessa colocação, todavia, não é apenas, nem principalmente, o fato de violar a ordem legal. Considerada em si mesma, a ordem legal é adjetiva e se limita a emprestar valor jurídico à situação de fato vigente e ao equilíbrio de forças de que tal situação de fato é expressão. O que há de grave nas manifestações moralistas é seu caráter alienante. Pois, ao investirem contra os governantes, sob o fundamento de que são viciosos e máus, e ao se proporem a substituí-los por outros, as classes médias, *ipso facto*, deixam intactas as condições mesmas em virtude das quais elas se encontram material e espiritualmente desajustadas. Por esse motivo, o moralismo só tem sentido para os que o manipulam taticamente, ou seja, para aqueles que, estando realmente interessados em manter a situação vigente, ou seja, no fundo, um determinado regime sócio-econômico de produção, pretendem obter melhores condições de usufruição de seus privilégios, ou assegurar a manutenção dos existentes.

As atuais campanhas de moralização, portanto, são, um última instância, um movimento pelo qual a burguesia mercantil se utiliza, para seus próprios propósitos, do idealismo das classes médias, alienando-as numa falsa revolução, cujo êxito importaria em consolidar as condições que asseguram o domínio da burguesia mercantil e a espoliação das classes média e proletária, com o inevitável agravamento da inautenticidade do Estado e do governo.

CONDIÇÕES PARA O EQUILÍBRIO DO BALANÇO DE PAGAMENTO DO BRASIL

Introdução — As discussões sobre as condições de equilíbrio das transações externas do país têm se apresentado, no Brasil, em regra, com o mesmo caráter intermitente das crises que lhes servem de pretexto. Nos últimos anos, entretanto, virtualmente desde 1947, desde quando se iniciou o processo de exaustão das reservas monetárias internacionais acumuladas pelo país durante a guerra, o tema empolgou e manteve presa a atenção da opinião pública e passou a constituir-se preocupação constante das autoridades governamentais.

Durante seis anos consecutivos, portanto, os debates se prolongam, sucedendo-se, com frequência fora do comum, revisões concretas no sistema da política econômica externa, sem que se vislumbrem sintomas de normalização, pelo menos nas bases conhecidas nos anos 20, antes da Grande Depressão, ou nos últimos anos da fase preguerra. Alternam-se os pronunciamentos pró ou contra a depreciação cambial, como remédio ideal para restabelecer o equilíbrio, preferindo outros optarem pelos mais variados tipos de controle ou mesmo pela ausência total deles.

Não é nosso propósito, pelo menos por enquanto, participar dessas discussões, mesmo porque são tantas e tão emaranhadas as correntes que se disputam a primazia, que se torna quase impossível distinguir um partido mais sensato. Parece-nos que, a esta altura dos acontecimentos, quaisquer críticas ou sugestões em relação à política cambial ou à de comércio exterior, além de não terem outro mérito senão o de aumentarem a confusão reinante, seriam quanto menos por demais transitórias, isto é, não teriam vigência maior que a de um ou dois meses. Dadas a instabilidade atual das nossas contas externas, sujeitas como estão a fortes pressões internas e externas, e a falta de informações exatas e oportunas sobre as mesmas, qualquer programação de curto-prazo tem que ser irremediavelmente precária.

Esta situação de apalpadelas e de experimentações, de golpes de magia e de regulamentações minudentes, de esquemas espetaulares e controles inconstantes, tenderá a permanecer indefinidamente enquanto a opinião pública em geral e as autoridades res-

ponsáveis em particular não se deram conta, afinal, de que não é possível disciplinar as atividades internas unicamente pela via dos controles das transações externas, quando, ao contrário, estas só serão disciplinadas na medida em que estiverem adequadamente controladas as atividades internas. Em outras palavras, ainda não estão bastante claras as condições objetivas para o equilíbrio de balanço de pagamentos do Brasil, razão pela qual tentaremos propor os problemas.

Condições subjetivas — Os fatos apontados — a persistência da crise e a confusão doutrinária a seu respeito — revelam, com nitidez, se não a falência, pelo menos a geral desconfiança nas soluções ortodoxas para estabilização das transações internacionais do país. Embora a indexação que aí deriva não seja, em si, propícia ao estabelecimento imediato de uma política adequada para alcançar certas condições mínimas de equilíbrio do balanço de pagamentos, significa ela, porém, uma pre-condição de natureza subjetiva para que se encaminhe o problema a uma solução satisfatória, como certamente nunca se verificou na história de nossa política econômica externa. O enfraquecimento do "tabu" de que a liberdade incondicional da iniciativa privada, guiada pelo mecanismo dos preços do mercado, seria a garantia de ajustamentos automáticos, inconscientes e indiscriminados, dos eventuais desequilíbrios, e a contrapartida dessa tendência consistente num maior apelo às normas reguladoras do Estado, constitui um ambiente sem dúvida mais favorável para que o "apparatus" de controles, diretos ou visíveis, indiretos ou invisíveis, indispensáveis para uma política de desenvolvimento econômico, seja planejado objetivamente, sem desnecessários preconceitos libertários, de natureza emocional.

É habitual atribuir-se essa mudança de atitude, no sentido de uma maior intervenção e participação do Estado nas atividades econômicas, ao anseio ou capricho das elites pensantes e dirigentes dos países sub-desenvolvidos que, por um efeito de emulação, buscam racionalizar um processo de aceleração do ritmo de desenvolvimento econômico nos respectivos países, a fim de que atinjam, num determinado prazo, um nível de renda comparável, "per capita", aos dos demais países considerados como altamente desenvolvidos. É mesmo comum encontrar-se, na literatura econômica daqueles países super-desenvolvidos, a referência expressa de que as dificuldades cambiais e outras experimentadas pelos países sub-desenvolvidos, devem-se a que "they live beyond their means". Acontece, todavia, que, na ordem dos fatos, o fenômeno da expansão da área de influência do Estado não é apenas brasileiro, nem só dos países pobres, mas um fenômeno universal, abrangendo

povos que, rigorosamente, pelos seus níveis de renda, não podem ser considerados pertencentes aos "backward countries". Por outro lado, atribuir aquela mudança de atitude às elites dirigentes constitui, pelo menos no caso do Brasil, uma injustiça evidente, já que aquelas ainda continuam a defender, polidamente, um "fair play" que condiz perfeitamente com as mais caras tradições liberais; se o Estado intervier e a economia do país se desenvolve, se as dificuldades se apresentam e os desequilíbrios se tornam aparentes, seguramente que isto acontece, ou tem acontecido, a despeito dessas elites mal compreendidas.

A política econômica do Brasil, em relação às flutuações de seu balanço de pagamentos, bem como em relação a outros problemas internos, nunca se subordinou, até agora, a um processo qualquer de racionalização, muito menos de desenvolvimento econômico. O crescimento mais acelerado de sua economia, nos últimos anos, com os seus corolários, foi, sem dúvida, fruto de circunstâncias favoráveis. Se os controles tiveram alguma contribuição efetiva, como de fato parecem ter tido, deve-se meramente à casualidade. O que sucede neste país, em resumo, é a hesitação de suas elites, enredadas como estão numa teia de equívocos a respeito do problema, os quais poderiam ser sintetizados nos três seguintes:

- 1) desconexão entre os objetivos de política econômica externa e interna;
- 2) antagonismo entre os objetivos de estabilidade e de desenvolvimento econômico; e
- 3) caráter circunstancial e, portanto, transitório dos desequilíbrios.

O primeiro representa um último resquício dos procedimentos clássicos, os quais, considerando a moeda ou a política monetária e fiscal como neutras e, portanto, a taxa cambial inclusive, levam a considerar a política econômica externa como um fim em si mesmo, separado, destinando-se a equilibrar a demanda e a oferta de divisas, ao sabor das flutuações de procura internacional.

O segundo dos equívocos, que tolhem a decisão de nossas classes dirigentes, está na antinomia que se tem teimado em estabelecer entre os próprios objetos da política econômica: desenvolvimento econômico ou estabilidade. Associando o primeiro a várias modalidades de planificação total pelo Estado e o segundo a uma relativa liberdade da iniciativa particular, que contempla os padrões usuais de conduta política do país, a escolha então

entre as duas alternativas propõe-se em termos éticos ou políticos antes que por critérios funcionais de conveniência econômica. Na verdade, não pode haver antagonismo entre os dois objetivos, pela simples razão de que eles não são alternativos, mas complementares. Não há um dilema; poderá haver diferenças de ênfase, ou mesmo uma política de estabilidade, sem objetivos tácitos ou expressos de desenvolvimento econômico, como tem sido tradicionalmente a orientação no Brasil, por exemplo. Enquanto o desenvolvimento econômico pressupõe, em negra, um objetivo definido, premeditado, cujo alcance se persegue num prazo relativamente longo, embora não necessariamente delimitado, a estabilidade econômica almeja objetivos circunstanciais, a curto-prazo, cujo alvos são definidos, via regra, *a posteriori*, variando os mesmos de acordo com a intensidade eventual das oscilações em torno das tendências gerais, definidas para o desenvolvimento a longo-prazo.

A forçada distinção entre aqueles dois objetivos gerais engendra o outro equívoco de raciocínio, que procura elidir a verdadeira natureza dos desequilíbrios patentes de nossa economia. O diagnóstico predileto, cuja fundamentação concreta até hoje ninguém conhece, indica como transitórios e ocasionais os desequilíbrios das transações externas, resultantes de conjunturas internacionais desfavoráveis, e cuja terapêutica correta estaria numa política de estabilização, pura e simples. Confiantes nessa interpretação otimista dos desajustamentos atuais, descaram-se os seus problemas básicos, que, ao contrário, lhe emprestam um caráter secular e estrutural. Não é sem razão essencial que os denominados liberais, aqui como no exterior, são justamente aqueles que advogam essa interpretação.

Condições objetivas — Resta-nos, então, agora, tentarmos encontrar, no amaranhado dessas questões, a linha de maior consistência. Para que não nos percamos em considerações valorativas e em julgamentos precipitados de meios políticos a adotar, devemos começar por definir os objetivos da política econômica externa.

a) Discussão dos objetivos.

Em verdade, as políticas financeiras interna e cambial, em qualquer país, devem ser articuladas e convergentes para o objetivo único de procurar conciliar o equilíbrio interno com o equilíbrio externo. Em outras palavras, não basta tentar assegurar o equilíbrio do balanço de pagamento, mas antes mantê-lo no mais alto nível, sem sacrifício da estabilidade e do desenvolvimento

interno; da mesma forma, pode-se afirmar, reciprocamente, que não é suficiente estimular o desenvolvimento econômico do país, mas fazê-lo sem afetar o equilíbrio das transações externas.

O que sucede, entretanto, é que as possibilidades de alcançar aquela conciliação não são idênticas para todos os países, dependendo das condições econômicas vigentes em cada um, isto é da natureza e intensidade dos seus desequilíbrios. Na medida em que venha a funcionar eficazmente um sistema internacional de cooperação econômica, — não apenas no plano do comércio de mercadorias, mas também no âmbito das transferências de fatores de produção, especialmente capitais e técnica — poderá ser em muito facilitada aquela conciliação nos países sub-desenvolvidos. Enquanto, porém, os organismos de cooperação internacional estiverem confinados aos seus atuais recursos, torna-se problemática qualquer previsão de política econômica nêles baseadas, restando aos países individualmente, ou por acordos recíprocos, instaurarem os controles necessários para alcançar o máximo de desenvolvimento econômico, dentro de condições mínimas de estabilidade.

A posição tradicional, anteriormente referida, de aplicação universal dos instrumentos ortodoxos para compensar as flutuações das contas de balanço de pagamentos, levou os países de estrutura econômica sub-desenvolvida a adotarem, cada um por si, uma das três alternativas seguintes:

1) procurar manter, na medida do possível, o equilíbrio externo, independente das repercussões nas atividades internas, ou seja submetendo o seu equilíbrio interno a um papel passivo de compensação eventual e transitório das flutuações da demanda externa;

2) procurara manter o seu equilíbrio externo, mas sem sacrificar o equilíbrio interno, ou seja transferindo para o exterior, mediante ajustamentos sucessivos e freqüentes na taxa cambial, o seu desequilíbrio interno; e

3) procurar uma posição de compromisso entre os dois extremos mencionados, isto é, uma orientação ambígua, que busca, casualmente, sacrificar o equilíbrio interno quando o desajustamento externo ultrapassa um máximo tolerável, ou, vice-versa, comprometer o equilíbrio externo quando a contenção das atividades internas alcança pressões insuportáveis.

Nem sempre as três alternativas estiveram ao arbítrio dos países sub-desenvolvidos, dado o reduzido poder de barganha que ostentam na política mundial, derivado da grande dependência, em geral, desses países em relação às suas exportações. No Brasil, a regra, até 1930, foi a primeira; nos anos 30, na medida do possível, a segunda, e somente neste após guerra apreciamos a aplicação da terceira alternativa.

b) Natureza dos desequilíbrios do balanço de pagamentos do Brasil.

O Brasil é um exemplo sugestivo de economia em fase de desenvolvimento intensivo e de transformação estrutural. A economia nacional atravessa por um desajustamento fundamental, mercê de um desenvolvimento econômico, cujas origens se encontram na relativa estagnação de sua capacidade para importar, ou seja da demanda externa, face à pressão expansionária da demanda interna.

O lento ritmo de crescimento da capacidade para importar, realmente, tem sido conseguido quase que exclusivamente pelos incrementos das exportações de mercadorias, de vez que, do ponto de vista do balanço de pagamentos, não tem sido relevante a contribuição dos capitais externos, assim como as influências dos termos de intercâmbio, a longo-prazo, revelaram-se antes desfavoráveis do que neutras. Historicamente, êsses incrementos das exportações, abrangendo neste termo tôdas as receitas do balanço de pagamentos, inclusive entradas líquidas de capitais estrangeiros, desempenharam um papel relativamente fraco como fator propulsor da demanda total e, portanto, do desenvolvimento econômico.

Tradicional exportador de produtos primários, cuja procura internacional, em conjunto, tem se revelado inelástica em termos de renda, a economia brasileira esteve sempre sujeita, no passado mais que no presente, a pronunciadas flutuações da demanda externa. A tendência de crescimento desta, num longo período, (1901/1951) pode ser estimada, na melhor das hipóteses, numa taxa média anual de 2%. Admitindo-se que, para um mínimo de equilíbrio interno, a demanda total devesse crescer a uma taxa idêntica à do puro crescimento vegetativo da população do país, evidencia-se, desde logo, a insuficiência daquela taxa de 2% ao ano, quando se tem presente os cálculos e estatísticas demográficas, segundo as quais o incremento populacional médio no Brasil foi de 1.9%, nos anos 20, de 2.1%, nos anos 30, e de 2.5%, entre os dois censos de 1940 e 1950.

A expansão da capacidade para importar, embora relativa-

mente: tenta, foi o resultado, que se confirma pelos dados disponíveis, de um esforço interno de produção para exportação. As influências desfavoráveis dos termos de intercâmbio, por um lado, e a tendência demonstrada à diversificação das mercadorias exportáveis, por outro lado, atestam a interferência de uma orientação conducente a forçar uma maior expansão da demanda externa No largo período já referido. (1901/1951), enquanto o "quantum" das exportações cresceu a uma taxa média anual de 1.62 %, a capacidade para importar, ou seja esse mesmo índice corrigido pelos termos de intercâmbio, cresceu a uma taxa de 1.48% por ano. Esta é uma manifestação evidente da compressão dos custos internos das indústrias de exportação, seja pela melhoria técnica de produtividade, seja pela redução da remuneração real dos fatores de produção nelas empregados, num esforço de assegurar uma certa ampliação de capacidade para importar.

O equilíbrio externo, porém, numa análise *ex post*, foi assegurado, mas com uma decrescente relação exportações/renda nacional bruta; segundo as estimativas mais fidedignas disponíveis, pertencentes ao acervo de pesquisas da Comissão Econômica para a América Latina, aquela relação que, no período 1925/29 deveria ser de 0.15 e, no início do século presume-se tenha sido maior, baixou no quinquênio 1947/51 para 0.11. Este resultado indica, sem dúvida alguma, que a demanda interna cresceu a uma taxa superior à da demanda externa. Com efeito, entre as médias dos quinquênios 1925/29 e 1947/51, nota-se a demanda interna com um ritmo de expansão anual de 3.5% e a demanda externa apenas com 1.9%, fazendo com que a demanda total tenha crescido em média, no mesmo período, a uma taxa anual de 3.3%, que se identifica à taxa de desenvolvimento econômico do Brasil em um quarto de século.

O desenvolvimento bastante mais acelerado da demanda interna, que foi, portanto, o fator propulsor principal da demanda total e, pois, de desenvolvimento econômico do país, só se tornou possível mediante uma transformação progressiva da estrutura de produção interna e não se realizou sem atritos e desajustamentos no balanço de pagamentos, a curto e médio prazo. Na impossibilidade de expandir, em ritmo adequado, a despeito dos esforços dispendidos neste sentido, as atividades tradicionais de exportação e mesmo muitas outras através uma ampla diversificação dos produtos exportáveis, pela falta de estímulo suficiente da demanda internacional, os recursos ociosos derivaram espontaneamente para outros setores em que, pela existência de um mercado já desenvolvido, havia um eventual atrativo de exploração.

Verificou-se, então, na medida em que a competição internacional o permitia, um processo de substituição gradual de importações por novas atividades e ampliação de outras dentro do país, notadamente nos setores manufatureiros e da agricultura de subsistência.

De posse dos dados oferecidos acima, podemos afirmar que estamos diante de um desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos. A pressão demográfica, acompanhada de uma geral elevação dos níveis culturais das populações e de uma mais ampla difusão das técnicas de produção, constituem fatores suficientes para que a taxa de investimentos internos cresça mais rapidamente do que a capacidade para importar. Dada a elevada propensão a importar, que deriva da própria estrutura de produção interna, significa aquele fato que a demanda interna por importações tende a incrementar-se mais rapidamente do que a demanda externa por nossas exportações, acrescidas dos fluxos de capitais estrangeiros, isto é, de capacidade para importar.

A divisão internacional do trabalho, em sua configuração vigente, é a responsável por este desajustamento secular do equilíbrio no comércio entre as diversas áreas do mundo de que é exemplo frizante o Brasil, e, pois, pelos desequilíbrios estruturais nas próprias economias nacionais. Para se ter uma idéia das disparidades na procura do mercado mundial de bens procedentes das várias unidades nacionais, basta resumir aqui alguns índices das elasticidades-renda, calculados por Tse Chun Chang ("cyclical Movements in the Balance of Payments").

A. Países altamente industrializados:

Estados Unidos	2.91
Alemanha	2.00
Reino Unido Unido	1.81

B. Países de tipo menos industrializados:

Suécia	1.50
França	1.23
Itália	0.95

C. Países de produção primária, mineração e agricultura:

África do Sul	1.17
Argentina	0.88
Austrália	0.22

Os coeficientes indicam que, para cada unidade de incremento de renda mundial a demanda no mercado tende a distribuir-se desigualmente pelos inúmeros países supridores; assim, cêrca de 3 vezes aquele incremento significariam aumento das exportações norte-americanas, ao passo que a procura por produtos australianos, por exemplo, seriam apenas 0.22, ou mais ou menos 0.2% de incremento representariam a exportação adicional.

Em contraste com êsse quadro, verificamos que justamente os países que experimentam os menores estímulos da procura do mercado mundial, os que produzem predominantemente e exportam produtos primários, revelam, por isso mesmo, uma alta elasticidade de renda para importações, isto é, a um incremento das suas rendas tendem a crescer proporcionalmente mais as suas importações; enquanto isto, os países industrializados, que recebem os maiores estímulos às suas importações, derivados ao aumento de renda mundial, mostram uma baixa elasticidade-renda interna para a procura de importações. São do mesmo autor já citado os coeficientes resumidos abaixo:

A. Países altamente industrializados:

Reino Unido	1.10
Alemanha	1.20
Estados Unidos	1.27

B. Países de tipo menos industrializados:

Itália	0.94
Japão	1.35
Suécia	1.74

C. Países de tipo de produção primária:

Noruega	1.70
Chile	3.25
Hungria	5.36

Quanto ao Brasil, não são conhecidos ainda cálculos desta natureza, embora o Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas, há muito, tenha encetado a tarefa. Apenas a título ilustrativo, para se avaliar a grosso modo o mecanismo do desajustamento estrutural que vimos nos referindo, podemos tomar coeficientes hi-

potéticos para o Brasil; dada a nossa atual estrutura de produção e a composição de nossas exportações, estaríamos incluídos entre os países agrupados no terceiro tipo. Suponhamos, então, que a elasticidade-renda da procura internacional por nossas exportações seria de 1.4, bases que nos parecem razoáveis por uma comparação com os dois países de igual estrutura. Neste caso, poderíamos estabelecer a redação seguinte: para que a economia nacional pudesse crescer, num longo prazo, guardada as mesmas condições estruturais, sem desequilíbrios em suas transações externas, a uma taxa média anual de 3 %, seria necessário que a renda mundial crescesse numa base mínima de 6 % por ano. Tal hipótese, sem dúvida, é problemática. Levando em conta que as economias dos países altamente desenvolvidos, Estados Unidos e Europa Ocidental, que constituem talvez mais da metade da renda mundial, não crescem, senão excepcionalmente, a uma taxa de 3 %, chegamos à conclusão de que, nas melhores fases, admitidos os coeficientes hipotéticos, a tendência de crescimento das exportações brasileiras seriam de 1.5 % por ano, resultado que não discrepa muito dos dados efetivos do nosso comércio de exportação, já mencionados anteriormente.

c) Comportamento cíclico

Em virtude mesmo desses díspares coeficientes de elasticidade-renda, o comportamento das várias economias nas fases cíclicas da economia mundial é bem diferente. Nas fases de expansão das atividades econômicas no mundo, como, por exemplo, neste após-guerra, os países industrializados e exportadores de manufaturas manifestam uma tendência a grandes saldos em seu comércio exterior; dada a alta elasticidade-renda da procura internacional para seus produtos, em contraste com um baixo coeficiente de elasticidade de sua própria procura de importações de produtos primários, suas exportações crescem proporcionalmente mais que a sua demanda de importações. Ao contrário, nos países sub-desenvolvidos; exportadores de produtos primários, os coeficientes, nessas fases, atuam de forma adversa; a demanda interna de importações amplia-se mais que proporcionalmente ao aumento de suas exportações. Nas fases de descenso, entretanto, a tendência se apresenta inversamente, experimentando os países sub-desenvolvidos uma tendência a saldos em seu comércio e os demais a *deficit*; isto é, aqueles sofrem uma contração da demanda interna por importações maior que a eventual redução de sua capacidade para importar.

Na ordem dos fatos, poderíamos citar, no caso do Brasil, as duas fases: depressão dos anos 30, em que se verificaram os maiores saldos no nosso comércio exterior, à exceção dos saldos forçados durante o período da guerra, e a fase de atual pós-guerra de excepcional expansão da capacidade para importar, associada às maiores dificuldades de equilíbrio de seu balanço de pagamentos. Abstraindo o período anormal da guerra, poderemos confirmar, desde 1920, pelas estatísticas essa tendência.

Períodos	Exportação Média Anual Milhão Cr\$	Saldo Co- mercial Milhão Cr\$	Porcentagem do saldo s/ as export.	Fase
1920/24	2.615	493	19%	Contração
1925/29	3.737	422	11%	Expansão
1930/34	3.024	942	31%	Contração
1935/39	4.961	235	5%	Expansão
1948/52	25.068	— 2196	— 8%	Expansão

d) Efeitos gerais dos controles diretos. Além dos efeitos adversos que, sobre o balanço de pagamento, exerce o desajustamento de estrutura, nas fases expansão da economia, os controles diretos também concorrem, pela ausência de uma orientação básica, para uma distorsão na procura que tende a agravar as pressões sobre as escassas disponibilidades de divisas. Ao serem estabelecidas quotas e outros sistemas de licenciamento de importações para conter uma procura que supera as ofertas de divisas, o critério usual tem sido a essencialidade dos produtos de importação. Por esses critérios são eliminados praticamente os bens de consumo considerados supérfluos ou menos essenciais, em benefício dos outros bens de consumo genérico e essenciais à população, como alimentos, remédios, etc. e dos bens de produção. A demanda não satisfeita pelas importações deriva para o mercado interno, determinando, dessa forma, um novo estímulo dos investimentos internos, que, por sua vez, engendra novas pressões sobre o balanço de pagamentos. Dada a maior dependência relativa da importação de bens de produção do que a importação de bens de consumo, os controles geram um processo de gradativo agravamento das pressões e, assim, o enfraquecimento da eficácia de qualquer controle que se estabeleça sobre as contas externas.

Para melhor compreensão do mecanismo desse desajustamento de caráter institucional, tomemos os dados concretos do Brasil para o ano de 1953. Segundo as tendências reveladas de 1947 a

1952, período sujeito continuamente a controles cambiais e quantitativos sobre a importação, as relações importações com os gastos totais do país seriam os seguintes: para 1% de incremento dos gastos totais em consumo, decorre um aumento de 0.75% nas importações de bens de consumo para 1% de incremento nas inversões totais, 1.25% de aumento nas importações de bens de produção. Partindo de uma hipotética posição de equilíbrio, vejamos:

(Cr\$ bilhões — Preços 1952)

	Gastos totais	Consumo	Investimentos	Demanda Im- portações
1953	368.4	311.7	56.7	47.1
1954	386.5	316.2	70.3	52.6

Entretanto, a capacidade para importar em 1954, seria apenas de 40.2, havendo pois uma procura de importações excedente, que não seria satisfeita, de 12.4. Desviada, compulsoriamente, para o mercado interno, essa demanda deve gerar uma inversão adicional de 4.8, que, por sua vez, determinaria nova ampliação da renda e, pois, uma demanda adicional, direta e indireta, de importações. Na hipótese de se constatar uma situação de pleno emprego dos recursos de produção mobilizáveis, tais procuras derivadas poderiam deflagrar um processo inflacionário interno e tornar menos fácil a contenção da demanda de importações, levando as autoridades inevitavelmente a uma desvalorização cambial e, ao mesmo tempo, procurar contrair a taxa de investimentos. Talvez o processo inflacionário que experimenta o país durante largo tempo encontre sua origem no desajustamento entre a procura e as disponibilidades cambiais, agravado por controles unilaterais, incoerentes, da política financeira e cambial.

e) Bases para uma orientação geral. De modo a evitar as compressões usuais entre os objetivos gerais da política econômica, devemos começar pelos objetivos básicos de uma política de desenvolvimento econômico, para depois cuidarmos dos ajustamentos compensatórios indispensáveis nas fases cíclicas e, finalmente, das correções de curto prazo.

Dado o caráter secular do desequilíbrio do balanço de pagamentos, constitui objetivo de uma política de desenvolvimento a superação desse desequilíbrio, a longo-prazo. Como vimos, a demanda externa é, pois, a capacidade para importar é um dos

fatores limitativos principais na aceleração do ritmo de crescimento econômico do país. A transposição desse obstáculo, obviamente, supõe: a) maior ritmo de crescimento da capacidade para importar, e ou b) maior independência do crescimento econômico interno em relação à capacidade para importar. Mais concretamente, a superação do desequilíbrio depende do crescimento das exportações, por um lado, e, de outro, da diminuição da propensão a importar.

No que se refere ao incremento mais acelerado da capacidade para importar, a não ser que se estabeleça no futuro um substancial e contínuo fluxo de capitais estrangeiros para o Brasil, hipótese remota, parece bastante problemática a política de desenvolvimento. A procura externa escapa ao controle da política nacional e aquela só poderá aumentar na medida em que o país ofereça ao mercado internacional bens e serviços que gozem de alta elasticidade-renda, ou seja manufaturas em geral. A transformação do Brasil em exportador de produtos manufaturados, em escala capaz de assegurar um elevado índice de incremento anual, representa um objetivo ainda por demais longínquo, posterior à fase atual de ampliação do mercado interno; a indústria nacional está ainda na luta pela conquista do mercado interno e não poderá ter, tão cedo, condições para competição externa. Por este prisma, portanto, são muito limitadas as possibilidades de alcançar o equilíbrio estrutural do balanço de pagamentos.

Resta, pois, uma política interna de investimentos que procure acentuar a tendência vigente no sentido de um maior incremento na produção de artigos substitutivos de importação. A análise econômica, auxiliada pelo acervo de dados estatísticos já disponíveis no Brasil, poderia indicar até a intensidade necessária para que essa política logre, num determinado prazo, um certo alívio nas pressões sobre o balanço de pagamento. Como vimos, pelos dados fornecidos anteriormente, as importações totais do país em relação à renda nacional significavam 15 %, aproximadamente, em 1939, alcançando em 1949 aquela percentagem a 13.2 %. Deste modo, calcula-se que, no período 1939/49, teria sido de 5 bilhões de cruzeiros a substituição líquida de importações. Isto é, não fosse a alteração de estrutura das importações, estas deveriam ter sido superiores as importações efetivas para que não houvesse escassês interna dos produtos que realmente foram consumidos. Obedecendo ao mesmo ritmo de substituição, verificado no período anterior mencionado, uma projeção dos dados básicos de renda nacional, gastos em consumo e em inversões, bem como da demanda de importações, indicará que em

1962 a relação importações/renda nacional, para que o equilíbrio no balanço de pagamento seja assegurado, sem desemprego forçado na economia interna ou escassês sensível de bens e serviços, deverá chegar à percentagem de 9.3%. Tal tendência pressuporia uma substituição líquida de importações de 1952 a 1962, da ordem de Cr\$ 23 bilhões, a preços de 1952. Nesta base, somente uma deliberada política de investimentos, orientada no sentido indicado, poderá garantir o equilíbrio do balanço de pagamento, sem redução do ritmo das atividades internas.

A tendência de substituição de importações, efetuada espontaneamente pelas forças econômicas internas, isto é, por falta de uma orientação racional, criou um problema mais grave para os atuais controles das transações externas. As estatísticas acusam que as importações de bens de consumo em relação aos gastos totais de consumo no país diminuíram de 12.9 % para 10 %, enquanto que as importações de bens de produção (matérias primas, combustíveis e equipamentos) em relação aos gastos totais em inversões aumentaram de 24 % para 30 %. Significam estes dados que, praticamente, todo o esforço de substituição de importações concentrou-se nas indústrias de bens de consumo, as quais se basearam, em grande parte, em importações de bens de produção. Donde se conclui que, embora em termos quantitativos tivesse diminuído a dependência da economia interna em relação às importações, houve um agravamento dessa dependência em termos qualitativos. Com efeito, em virtude da alteração na composição de nossas importações, estas tornaram-se de procura mais rígida; isto é, se antes uma contração na capacidade para importar originava uma diminuição no consumo ou nas rendas reais, especialmente nos denominados artigos de consumo conspícuo, atualmente, qualquer contração afetará diretamente o próprio suprimento de bens de produção, determinando queda nos investimentos e redução no nível de emprego produtivo. Deste modo, a política de desenvolvimento deve dar maior ênfase, no futuro, à produção interna de bens de produção substitutivos de importações, antes que à produção de bens de consumo.

Em face da atual estrutura de produção interna e, pois, da composição vigorante nas importações brasileiras, em que os bens de produção vêm assumindo predominância, a política de orientação dos investimentos internos tem de sofrer adaptações que as circunstâncias das fases cíclicas de economia mundial impõe. Historicamente, pela falta de uma orientação deliberada dos investimentos, observa-se, no Brasil, uma tendência acentuada à substituição de importações por produção interna nas fases de contração

das exportações, a qual se relaxa logo que a capacidade para importar inicia uma fase de expansão. Dado, porém, o caráter das repercussões da procura externa sobre o crescimento interno, isto é, o comportamento cíclico do nosso balanço de pagamentos, já exposto anteriormente, o esforço de substituição deveria se dar justamente nas fases de expansão, em que se verifica uma tendência a *deficits* no balanço de pagamentos: nas fases de contração é que se poderia relaxar tais investimentos para dar lugar a outros, denominados de infra-estruturais, em serviços básicos, de pesados impactos sobre o balanço de pagamentos e efeitos sobre a renda mais substanciais.

No caso atual da política de investimentos do Brasil deve se ressaltar, entretanto, uma certa impossibilidade dessa orientação. Pela falta de uma tradição na orientação dos investimentos, as inversões em serviços básicos deixaram de ser feitas nas ocasiões oportunas. Deste modo, na fase presente, em que seria aconselhável diminuir tais tipos de inversões para se dar maior ênfase aos investimentos em atividades produtoras substitutivas de importações, torna-se impossível tal procedimento, dadas as carências flagrantes que se verificam nos serviços básicos, os quais por si mesmo impedem a expansão daquelas atividades produtivas. Em decorrência deste fato, temos uma acirrada competição interna pelos recursos disponíveis, em primeiro lugar pelas indústrias de exportação, em fase de expansão, em segundo, pelos investimentos em serviços básicos, estimulados pelos próprios programas governamentais e, afinal, pelos investimentos nas indústrias manufatureiras e outras de abastecimento do consumo interno já existentes, também em fase de expansão, restando limitadas disponibilidades para o setor de atividades substitutivas de importações. Somente a aplicação de critérios seletivos poderia estabelecer uma escala de prioridades, em que os efeitos sobre o balanço de pagamentos das variadas alternativas de investimentos fossem previstos adequadamente.

Estabelecidos os objetivos de uma política de desenvolvimento a longo-térmo e a orientação anti-cíclica, cujos meios mais adequados contêm-se dentro da própria política interna de investimentos, resta ainda o problema de enfrentar as oscilações ocasionais e acidentais de curto-prazo nas contas do balanço de pagamentos. Uma vez implantados os controles sobre os investimentos internos, torna-se bastante mais fácil a tarefa de equilibrar as transações externas nos curtos períodos de um ou dois anos, bastando para isso os investimentos usuais de contenção ou estímulo às exportações e importações. Desde que a política mone-

tária e fiscal, acompanhada de uma racional tarifa das alfândegas, possa não só determinar o volume dos investimentos mas orientá-los para as aplicações mais convenientes, segundo os objetivos de desenvolvimento econômico e de compensação anti-cíclica, a política cambial, especialmente por um sistema de taxas múltiplas, poderá garantir o equilíbrio do balanço de pagamentos sem grandes atritos e descontinuidades.

No caso de uma política de curto-prazo o problema consistiria tão somente em evitar que as pressões se tornem incontroláveis, isto é, que as margens de arbítrio da autoridade administrativa assumam grandes proporções, como as atuais. Quanto maiores essas margens mais precários tornam-se os critérios de decisão e mais frágeis as resistências a todos os tipos de especulação, de resultados nefastos sobre a política de desenvolvimento econômico, pelas distorções que geram na orientação dos investimentos e pelos efeitos desmoralizantes sobre os controles estatais. De fato, nas condições atuais, em que o dólar pode ser cotado desde Cr\$ 18,72 até Cr\$ 150,00, com inumeráveis gradações intermédias, o extenso campo de arbítrio das atividades administrativas é de molde a criar um clima de aventura e especulação.

f) Conclusões —

O equilíbrio do balanço de pagamentos do país, pelo que foi exposto, parece mais um problema da política interna de investimento do que propriamente de política cambial; aquela fornece as condições básicas para o equilíbrio, enquanto que esta apenas procede aos ajustamentos de curto-prazo. Somente uma íntima articulação entre a política de câmbio, de um lado, e as políticas monetária e fiscal, por outro, podem oferecer condições mínimas de equilíbrio.

O controle dos investimentos não pode continuar a exercitar-se, nos moldes clássicos, apenas sobre o montante das inversões, isto é, com as duas alternativas de deflação e inflação, segundo as flutuações eventuais da demanda externa. Para se conciliar o equilíbrio interno, ou seja uma situação de pleno emprego efetivo, com o equilíbrio das transações externas, dados os desajustamentos estruturais vigentes, a orientação dos investimentos tem que ser exercida também nos vários setores, de modo a prever as repercussões sobre o balanço de pagamentos. Desta sorte, as inversões em atividades substitutivas de importações devem ser incrementadas justamente nas fases de expansão da economia e reduzidas as inversões em serviços básicos, invertendo-se as po-

sições quando o ritmo das atividades acusarem sinais de contração.

Estabelecidos os alvos de longo-prazo de uma política de investimentos e as suas prováveis adaptações de acordo com as oscilações cíclicas, e implantados os controles necessários à sua execução, a política cambial de curto-prazo destinada a equilibrar a procura e oferta de divisas poderá, por um sistema flexível de taxas múltiplas, cumprir a sua missão sem as fricções tão comuns na fase atual de nossa política econômica.

(H. L. R.)

Prezado leitor:

Receba em sua casa, com segurança e economia, pelo correio registrado, todos os valiosos números de CADERNOS DO NOSSO TEMPO.

Para tanto, preencha e destaque o cupom abaixo, enviando-nos juntamente, sob qualquer forma de pagamento, a quantia mencionada.

GANHE o nº 1 grátis, assinando agora do nº 2 ao 5.

Attos, e gratos
OS DISTRIBUIDORES

CADERNOS DO
NOSSO TEMPO

PEDIDO DE ASSINATURA

Distribuidor geral
Editorial Andes, Ltda.
Largo da Carioca, 11 - 2º
Rio de Janeiro.

Senhores:

Peço-lhes inscrever-me entre os assinantes de CADERNOS DO NOSSO TEMPO, por 4 números, a começar do número—. Envio Cr\$ 100,00

(cem cruzeiros) por cheque , por vale postal , por (—)

(assinatura)

Os problemas do nosso tempo na perspectiva do Brasil
Os problemas do Brasil na perspectiva de nosso tempo

em

CADERNOS DO NOSSO TEMPO

Revista de Cultura e Informação Política

publicada pelo

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA SOCIOLOGIA E POLÍTICA

—IBESP—

Assinatura (4 números): Cr\$ 100,00

Preço do número avulso: Cr\$ 30,00

Nome:

Enderêço:

Profissão:

Cidade: Estado:

ENTREVISTA

PALESTRA COM O SR. PAZ ESTENSSORO

O Sr. Victor Paz Estenssoro, contando hoje uns quarenta e cinco anos de idade, é um homem de meia altura, franzino, de olhos esbulhados e boca larga. Sua fisionomia e sua conversa revelam um espírito lúcido e apaixonado, típico do intelectual "engagé" do nosso tempo. Tem aspecto distinto e acolhedor. Embora ajuste sua linguagem ao nível mental do interlocutor ou do auditório, conserva em tôdas as suas manifestações, notável fidelidade a suas idéias e ao seu modo próprio de exprimí-las, que o afasta de qualquer concessão ao público. Tive a ocasião de acompanhar de perto sua atividade, durante alguns dias, em junho do ano transacto, num período de grande azáfama, em que era forçado a se pronunciar sobre as questões mais diversas, diante de pessoas as mais diferentes, desde as concentrações de massa, em comemoração da data nacional boliviana, até as conferências diplomáticas com a missão brasileira chefiada pelo Sr. Negrão de Lima. Em todos esses momentos me deu a impressão de uma profunda autenticidade. Advogado e economista, descendente de uma família típica de classe média, e acima de tudo marcado pela sua condição de intelectual, o Sr. Estenssoro não se deixou falsificar por sua posição de chefe incontestado de um amplo e vitorioso movimento revolucionário popular. Não pretende passar por operário, nem adota, nas atitudes ou nas palavras, a menor nota de populismo ou de vulgaridade, para comprazer às massas. A seriedade de seus discursos e a insistência com que fundamenta, teoricamente, sua apreciação de todos os problemas, mesmo nos improvisos destinados aos trabalhadores, me faziam lembrar a forma pela qual Lenin, Trotszky e os melhores homens da Revolução se dirigiam aos operários russos, ou a maneira pela qual, em nossos dias, Nheru fala às massas indianas.

Essa dignidade intelectual e moral que transparece em todas as atitudes do Sr. Estenssoro não obsta, todavia, a que êle se sinta profundamente vinculado às massas bolivianas, de cuja vida participa ativamente e com as quais mantém uma comunicação humana e calorosa que me pareceu, de ambos os lados, igualmente sin-

rusta-
viano.
r, ho-
com o
e seus
e que
aviam
is da
stado.
pleto
polia-
acha-
cente-
o era
izava
o-mi-
quesa
s vis,
cor-
neiro,
a em
pro-
udal,
a im-
rquia
luxo,
Paris,
via.
, até
aco,
êrno

sch,
ciais
país
ênu-
ação
upe-
inda
tado

cera e natural. Primitivas, sem serem primárias — se excetuarmos uma pequena parcela dos cholos urbanos, que já começa a manifestar o acanhamento do *panem et circenses* — as massas bolivianas tem seus próprios padrões de conduta, produto de fusão das tradições incaicas com o cristianismo e outros valores da cultura ocidental. Encontram-se, assim, a despeito de sua incultura intelectual e técnica, aptas a compreender, no essencial, a mensagem da revolução e a considerá-la com a maior seriedade. Não há nenhum artifício, por isso, na seriedade do Sr. Estenssoro. A seriedade é a característica mesma da revolução boliviana, a ela se devendo a pertinácia com que soube vencer os formidáveis obstáculos que se opuseram á marcha do Partido, notadamente o terrorismo que se sucedeu á derrubada de Villarroel, em 1946, e ao golpe de Estado que anulou as eleições que sufragaram, em 1951, o Sr. Paz Estenssoro.

Depois de alguns contactos protocolares com o presidente Estenssoro, tive o prazer de ser recebido por ele em audiência particular, a pedido do embaixador Negrão e do Dr. Pedro Mailard, médico e secretário particular do presidente, com quem tive relações de cordialidade e simpatia. O Sr. Paz Estenssoro me recebeu em seu gabinete de trabalho, no palacio presidencial, cuja fachada ainda continúa perfurada pelas balas da revolução.

Trocados os cumprimentos iniciais de estilo, fiz questão de salientar ao presidente Estenssoro que não o tinha vindo procurar como turista á cata de sensações, nem como um profissional de imprensa, á procura de notícias raras, mas apenas movido pela minha simpatia para com a revolução boliviana e por meu desejo de extrair de sua experiência os ensinamentos que pudessem ser úteis para a emancipação econômica e social do Brasil. O Sr. Paz Estenssoro me acolheu com a maior cordialidade e passou a relatar á meu pedido, o curso seguido pelo MNR até a conquista do poder.

ORIGENS DO MNR

O Movimento Nacionalista Revolucionário, observou o presidente Estenssoro, foi constituído, formalmente, em 18 de Novembro de 1941, por pequeno grupo de intelectuais, de que faziam parte, entre outros, o próprio Sr. Estenssoro e o atual chanceler boliviano, Sr. Guevara Arze. Desde 1939, todavia, estavam em curso muitas das idéias e das diretrizes programáticas que viriam a ser adotadas pelo MNR. Na verdade, tanto o nacionalismo como o socialismo boliviano encontram suas raízes próximas na

guerra do Chaco e na experiência de absoluto fracasso e frustração a que a derrota, naquela guerra, conduziu o povo boliviano. Todos os setores da população que se dispuzeram a meditar, honestamente, sobre a situação da Bolívia, depois da guerra com o Paraguai — em que este país, a despeito da inferioridade de seus recursos, logrou vencer aquele — chegaram á conclusão de que a oligarquia latifúndio-mineira e seu pseudo-liberalismo haviam arruinado, totalmente, as possibilidades econômicas e sociais da Bolívia. A Bolívia não chegara a se constituir nem como Estado. E a quase totalidade da população, reduzida ao mais completo atraso econômico, social e cultural, era vítima de uma espoliação implacável por parte da oligarquia, a serviço da qual se achavam a imprensa, o ensino, a burocracia e o exército. Acrescentasse, notou o Sr. Estenssoro, que a espoliação do povo boliviano era de caráter tipicamente colonial. Não somente se caracterizava uma total exploração do trabalho pelos oligopólios latifúndio-mineiros como, ademais, havia uma absoluta exaustão da riqueza nacional, cujos recursos minerais eram exportados a preços vis, sem que nem ao menos o país se beneficiasse com as divisas correspondentes, que eram transferidas, a crédito do grupo mineiro, para os bancos estrangeiros. Nenhum investimento se fazia em terra boliviana. E a agricultura, cultivada com os mesmos processos da era colonial e segundo um regime puramente feudal, não bastava para o auto-abastecimento do país, forçando-o a importar até mesmo sua alimentação. Enquanto isto, a oligarquia boliviana levava vida principesca no estrangeiro e se dava ao luxo, por exemplo, de fazer inversões não lucrativas no Metro de Paris, quando nem uma simples escola era capaz de abrir na Bolívia. Todas essas coisas, que a imprensa, a serviço da Rosca, lograra, até certo ponto, ocultar do povo boliviano, até a guerra do Chaco, tornaram-se claras com a derrota e a desmoralização do governo a ela subsequente.

A TENTATIVA DE BUSCH

Foi então, explicou o Sr. Estenssoro, que o coronel Busch, herói da guerra do Chaco, apoiado por um grupo de jovens oficiais idealistas, assumiu militarmente o poder e tentou salvar o país do jugo oligárquico. Busch representava, numa versão ingênua mas apaixonada, o nacionalismo que surgira, no país, em reação á derrota do Chaco e que encontrou uma aceitação inicial superior a dos movimentos socializantes, por isso que, para estes, ainda não estava suficientemente maduro e organizado o proletariado

boliviano, enquanto o nacionalismo exprimia o sentimento dos setores da classe média que não se tinham enfeudado à oligarquia. E' nesse período, disse-me o Sr. Estenssoro, que êle iniciou sua vida pública, sendo eleito deputado quando contava 30 anos de idade.

O episódio mais importante do governo Busch foi a promulgação do Decreto de 7 de junho de 1939, que dava ao Estado o monopólio cambial e obrigava os exportadores a vender ao Banco da Bolívia as divisas da exportação. Tal medida, tão natural e sensata, suscitou a maior reação da Rosca (denominação que se dá na Bolívia ao grupo oligárquico) que retirava os maiores benefícios da manipulação do câmbio. Dois meses depois de baixado aquêle decreto o presidente Busch foi encontrado morto em condições misteriosas. Embora não o afirmasse, senti que o Sr. Estenssoro estava convencido de que fôra assassinado a mando da oligarquia.

Já havia sido lançada, todavia, a semente da emancipação econômica e social da Bolívia. Com um grupo de companheiros, que mais tarde formariam o MNR, o Sr. Estenssoro fundou um semanário, que recebeu o nome de BUSCH, em homenagem àquele herói do Chaco, sendo tal designação a sigla de "Bolívia Unida Sem Classes Humilhadas". Mais tarde, o jornal LA CALLE, de Guevara Arze — o atual chanceler da Bolívia — e de Cespedes, veio reforçar a linha de combate de BUSCH.

No período que se segue, sob o governo de Peñaranda, a oligarquia latifúndio-mineira, sentindo-se no firme controle da situação boliviana, julgou útil deixar funcionar um simulacro de democracia. E' quando o Sr. Estenssoro e mais oito companheiros, procurando retirar o maior proveito da limitada liberdade política que lhes era consentida, empreende, da tribuna da Câmara, um sério esforço de esclarecimento da opinião pública, defendendo as teses e posições do MNR.

A EXPERIÊNCIA VILLARROEL

Em 1945, dois anos depois de fundado o MNR, ponderou-me o presidente Estenssoro, êle e os demais dirigentes do Partido chegaram à conclusão de que nunca poderiam alcançar uma solução decisiva por via legal e parlamentar. O governo — dócil instrumento da Rosca — dava à oposição apenas as condições mínimas para subsistir e assim ratificar a farça de democracia. Nunca obteria o MNR, todavia, a necessária liberdade para eleger u'a maioria parlamentar e muito menos o presidente da República.

Nessas condições, já tendo o Partido alcançado a penetração popular e a organização interna julgadas necessárias, entrou em articulação com um grupo de jovens militares idealistas, liderados pelo então major Villarroel, que seguiam as tradições nacionalistas de Busch. E em 20 de dezembro de 1943 a frente Villarroel — MNR, mediante um golpe militar bem preparado, assumiu o poder quasi sem encontrar resistência.

O regime Villarroel constituiu a primeira experiência de governo do MNR. Não dispunha o MNR, todavia, do controle da situação, que se achava, principalmente, na mão dos militares. Ao MNR foram dados apenas três Ministérios: Fazenda, Trabalho e Agricultura, sendo titular da Fazenda o Sr. Paz Estenssoro. E o grupo de oficiais liderados pelo presidente Villarroel, exceto quanto ao nacionalismo, tipo Busch, estava longe de apresentar unidade ideológica e programática. Ainda assim, pôde o MNR encaminhar o governo para algumas providências decisivas, como o restabelecimento da legislação Busch sobre as divisas da exportação e as leis sociais de proteção aos trabalhadores das minas.

O governo Villarroel, todavia, não chegou a empreender as modificações estruturais exigidas pela situação boliviana. A Rosca contava, no exército, com poderoso apoio e mantinha todos os seus instrumentos de pressão e corrupção. Ademais, o marxismo boliviano (trotskista) naquela época, viciado por um esquematismo irrealístico, entendia que Villarroel representava a extrema direita e a Rosca, o centro liberal, motivo pelo qual a extrema esquerda marxista, para preparar o seu advento ao poder, julgou dever se aliar à Rosca contra Villarroel, quite, posteriormente, a derrubar por sua vez a Rosca (x). Essa aliança deu uma certa base popular à reação, que desta forma pôde articular, conjugadamen-

(x) Querendo, embora, nesta entrevista, limitar-me a transcrever, sem comentá-las, as opiniões do Sr. Paz Estenssoro, julgo indispensável, para que os leitores possam compreender a queda de Villarroel e a subsequente vitória do MNR, observar que, no curso de sua trajetória política, êsse partido, originariamente de tendências direitistas, derivou para a esquerda, tornando-se um partido socializante. Tal interpretação não é admitida oficialmente pelo MNR, que nega suas origens direitistas e timbra em sustentar sua coerência ideológica, ao longo do tempo, afirmando que suas atuais posições são iguais as que mantinha no tempo de Villarroel. Na verdade, embora a atual ala direitista do partido, chefiada pelo Vice-Presidente Siles Suazo, continue numa posição tipicamente pequeno-burguesa e nesse sentido conserve muitas afinidades com as origens do MNR, ela mesma sofreu u'a acentuada declinação para a esquerda, comparável à esquerdização que experimentou o fascismo italiano, no fim da guerra, quando instituiu a efêmera República de Como, de base sindicalista. E se se verificou tal esquerdização com a própria ala direita do MNR, o partido, em conjunto, assumiu uma posição tipicamente esquerdista, incorporando a maior parte do marxismo boliviano.

te, um golpe militar com um levante de massas, na capital, derrubando Villarroel, em 21 de julho de 1946 e o assassinando de uma forma bárbara.

VITÓRIA FINAL

O período subsequente à queda de Villarroel foi extremamente prejudicial aos interesses bolivianos e penosíssimo para o MNR, comentou o Sr. Estenssoro. A maior parte dos dirigentes do Partido, inclusive o Sr. Estenssoro, teve de se exilar nos países vizinhos, enquanto o país era entregue ao jugo dos interesses anti-nacionais. Mas a volta da reação teve efeitos salutares, para a formação da consciência política do povo boliviano. Os marxistas se arrependeram duramente de seu erro. As massas se enquadraram definitivamente no MNR. E um ativo movimento subterrâneo, apesar da falta de quadros, pôde mobilizar o eleitorado em favor do Partido, quando a Rosca, em 6 de maio de 1951, julgando-se senhora da situação, realizou eleições gerais. O que então sucedeu é história recente, do domínio público. Vendo-se derrotada, a Rosca dá um golpe de Estado e instaura uma junta militar para estrangular o país. Mas, cerca de um ano depois, quando se tornaram insustentáveis as contradições da oligarquia, o MNR, apoiado por um pequeno setor do exército e pela massa dos operários, especialmente os mineiros, derrubou, em 9 de abril de 1952, depois de uma terrível luta de três dias, o governo de Urriolagoitia e restabeleceu a soberania da vontade popular.

O PROGRAMA DO MNR

Esclarecidas, pelo Sr. Estenssoro, as origens do Partido e sua trajetória revolucionária, pedi-lhe que se manifestasse sobre o programa do MNR. A esse respeito, o presidente Estenssoro salientou, de início, que o MNR não era, propriamente, um partido, enquanto expressão de uma classe, mas um movimento político baseado numa aliança de classes, em cujos quadros se encontram os setores de vanguarda da burguesia industrial, da classe média, do campesinato e do proletariado. Esse movimento é nacionalista e revolucionário. Nacionalista, por duas razões. Internamente, porque a primeira tarefa política da sociedade civil boliviana é sua transformação numa nação, integrada por objetivos e padrões de vida comuns. Essa integração nacional não foi realizada, até então, porque a oligarquia tinha interesse em man-

ter o povo boliviano como simples massa de trabalho, destituído de qualquer sentido humano e social. Externamente, o nacionalismo é também um imperativo enquanto as relações internacionais se processarem entre Estados nacionais e as diferenças nacionais conservarem suas repercussões econômicas e políticas. Esse nacionalismo, todavia, é e tem necessariamente de ser revolucionário. Somente com a destruição das forças oligárquicas e a liquidação de seus processos feudais de produção será possível formar a nação boliviana. E, numa etapa posterior, somente através da socialização dos principais meios de produção será possível evitar que a espoliação oligárquica, de caráter feudal, seja substituída por uma espoliação burguesa capitalista. Entende, assim, o Sr. Estenssoro que, no presente, e por alguns anos, se impõe uma estreita colaboração das classes progressistas, o que implica na manutenção dessas classes e de suas respectivas posições, contrabalançadas, por um crescente sentido social da produção e por uma vigorosa democracia, de base obreira-sindical. A destruição da oligarquia e de seu regime político e econômico, salientou o Sr. Estenssoro, não pode, de forma alguma, ser considerada como algo de já realizado e definitivo. O simples fato de o MNR ter assumido o poder não acarreta, automaticamente, tal resultado. Não somente o atual regime continua sujeito aos riscos de um golpe militar, que pode ser desfechado com o apóio de forças estrangeiras, como, internamente, a oligarquia só perderá suas possibilidades de recuperar o poder quando se alcançar a modificação estrutural da economia e da sociedade bolivianas. A primeira etapa para essa modificação estrutural foi a nacionalização das minas. A segunda, a reforma agrária. Os resultados daquela, todavia, dependem, ainda, da consolidação interna dos novos modos de produção — dificultada, tecnologicamente, pela falta de capitais — e da consolidação externa do mercado — dificultada, entre outros fatores, pela sabotagem internacional dos interesses ligados ao antigo regime. Quanto aos resultados da reforma agrária, será preciso esperar ainda alguns anos, até que o campesinato boliviano se habitue ao novo estatuto agrário, baseado em três principais formas de produção: a propriedade coletiva, das comunidades indígenas, a pequena propriedade familiar, e a propriedade capitalista, explorada com grandes recursos tecnológicos. Também neste setor a falta de capitais é um fator de retardamento. E por tais motivos, tanto no que se refere às minas como à agricultura, importa manter o regime de colaboração das classes progressistas, afim de que o capital privado, nacional ou estrangeiro, coopere com o Estado e o partido no de-

envolvimento econômico do país. A terceira etapa, dessa fase previa de consolidação, concluiu o Sr. Estenssoro, a ser iniciada, parcialmente, desde agora, e a ser prosseguida depois de atingidos os resultados da nacionalização das minas e da reforma agrária, é a formação de uma indústria nacional, capaz de beneficiar e transformar as matérias primas bolivianas e de satisfazer às mais importantes exigências do consumo interno. É somente depois de vencidas essas três etapas que o Sr. Estenssoro julga se torne possível o aprofundamento da socialização, mediante uma progressiva desprivatização dos meios de produção. Até lá, porém, observa o presidente Estenssoro, é preciso ir elevando sempre as condições de vida das massas trabalhadoras, mediante uma justa distribuição da parcela da renda nacional que, em cada momento, estiver reservada para o consumo.

Ante essa exposição do presidente Estenssoro, ponderei-lhe que êle me parecia demasiado otimista quanto às possibilidades do capital privado nacional, na Bolívia. E manifestei-lhe a opinião de que seria mais viável basear os esforços de desenvolvimento econômico numa associação entre o capital estrangeiro, privado ou público. O Sr. Estenssoro concordou com minha objeção, declarando que, efetivamente, contava, sobretudo, com o capital estrangeiro, associado ao capital público boliviano, (daí seu atual apóio ao convenio petrolífero com o Brasil) em sociedade de economia mista, o que já se estava fazendo para a exploração do petróleo. Isto não deveria, contudo, importar, a seu ver, numa apropriação imediata dos meios de produção, por diversas razões, que vão da má repercussão que a imediata socialização provocaria, nos meios financeiros internacionais, até ao fato de lhe parecer mais eficaz a utilização, em conjunto, do capital privado boliviano com o público, nas etapas iniciais do desenvolvimento econômico do país.

CONCLUSÃO

A essa altura da conversa, já decorrida quasi uma hora, senti-me sem o direito de continuar afastando o Sr. Estenssoro de seus afazeres governamentais, a despeito da boa vontade com que respondia a tôdas as minhas questões. Solicitei-lhe, apenas, que me indicasse, sucintamente, qual era a forma de organização do MNR. Explicou-me o presidente Estenssoro que o partido seguira o modelo tradicional das agremiações políticas de esquerda, conjugando uma organização vertical, por profissões, com uma organização horizontal, por regiões do país. Os núcleos profis-

sionais, sobretudo nas fábricas, têm o caráter de centros de ação direta, para propaganda e para a repressão armada a tôdas as tentativas contra-revolucionárias. A organização oficial do Partido, todavia, é a regional, o órgão central representando os diversos órgãos locais. Paralelamente ao Partido, exerce uma decisiva influência revolucionária a Central Obreira Boliviana — COB — que agremia os representantes de todos os grandes setores operários do país, entidade essa na qual o MNR tem a maioria absoluta. A COB desempenha um importante papel junto ao Partido, quer por constituir a principal forma institucional de vinculação entre o proletariado e o MNR, quer por exercer, sobre este, uma pressão para a esquerda que neutraliza as tendências direitistas de alguns setores pequeno-burgueses.

Tôda essa organização, todavia, só pôde livremente se desenvolver, observou o presidente Estenssoro, depois que, graças à vitoriosa revolução de abril, o Partido pôde liquidar a reação militar. A maior parte do antigo exército boliviano, declarou o presidente, estava definitivamente comprometida com a Rosca. Foi necessário reestruturar completamente o exército, expulsando a maioria dos oficiais, principalmente os generais, e reorganizá-lo novamente, como um exército popular, afim de suprimir o perigo permanente das intencões militares, a serviço da oligarquia. Os exércitos latino-americanos, poderou-me o Sr. Paz Estenssoro, constituem, hoje, o maior, senão às vezes único baluarte das forças reacionárias e imperialistas. Nenhuma revolução progressista e anti-imperialista pode ser levada a cabo sem que previamente se redemocratize o exército.

Com estas explicações finais do presidente Estenssoro, agradei-lhe a gentileza de sua acolhida e me despedi profundamente tocado pela seriedade apaixonada e inteligente, com que aquêle homem se empregava na imensa tarefa de reconstruir, em bases populares e progressistas, a nação boliviana. Sai com a impressão de haver encontrado o maior estadista da América Latina e certo de que a Bolívia estava vivendo sua maior oportunidade para realizar seu desenvolvimento econômico e social.

Helio Jaguaribe

NOTICIÁRIO DO IBESP

Convenio cultural com a CAPES — Inauguração dos cursos

O INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA SOCIOLOGIA E POLÍTICA inaugurou, durante o mês de maio último, seminários em torno de problemas de nossa época, alargando, deste modo, o seu campo de atividades, até então restrito à publicação desta revista.

Tal iniciativa se tornou possível graças a um convênio firmado entre a entidade e a Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nivel Superior (CAPES) à frente da qual se encontra o escritor Anísio Teixeira. Pelo acôrdo em vigor, o IBESP deverá realizar, durante o corrente ano, doze daqueles seminários, em torno de temas que publicaremos ao fim da presente nota.

A cerimônia da abertura se verificou no Auditório do Ministério da Educação e Cultura — onde estão funcionando os seminários, com grande freqüência — tendo comparecido, entre outras autoridades federais, o Sr. Anísio Teixeira, representando, no ato, o Ministro Antonio Balbino.

Em nome do IBESP, falou o companheiro Hélio Jaguaribe, cujas palavras vão publicadas, no início deste número de CADERNOS DE NOSSO TEMPO.

OS SEMINÁRIOS

São os seguintes os seminários que já se encontram em funcionamento ou serão levados a efeito ainda durante este ano:

I. *Seminários de introdução ao estudo de nossa época:*

- 1) Sociologia da nossa época. Estudo histórico-sociológico da formação e da configuração da nossa época, focalizando, particularmente, os fenômenos decorrentes da massificação e da laicização do sentimento da vida.
- 2) Economia no século XX. Estudo histórico-sistemático da economia contemporânea, considerando, simultaneamente, os fenômenos econômicos mais característicos do século XX e a correspondente evolução da ciência econômica.

- 3) A política no século XX. Estudo histórico-sistemático da política contemporânea considerando, simultaneamente, os fenômenos políticos mais característicos do século XX e a correspondente evolução da ciência política e das ideologias.
- 4) A cultura no século XX. Estudo histórico-sistemático da cultura contemporânea, considerando, simultaneamente, os acontecimentos culturais mais característicos do século XX e a correspondente evolução da filosofia e das ciências.

II. *Seminários de introdução ao estudo do Brasil*

- 1) Estudo histórico-sociológico do Brasil. Estudo histórico-sociológico da formação do Brasil e de sua estrutura e superestrutura contemporâneas considerando, particularmente, os principais fatores reais e ideais que condicionaram o processo evolutivo do país.
- 2) História econômica do Brasil. Estudo histórico-sistemático de economia brasileira, considerando, particularmente, a evolução de nossa estrutura econômica e a situação estrutural e conjuntural da economia brasileira contemporânea.
- 3) História cultural do Brasil. Estudo histórico-sistemático da evolução das idéias no Brasil, estudos em função das modificações ocorridas nas condições reais da existência e nas suas mútuas relações de condicionamento.
- 4) Situação atual do Brasil. Análise panorâmica, estrutural e conjuntural, da situação do país, do ponto de vista econômico, social, cultural e político, e determinação das tendências evolutivas.

III. *Seminários sobre o problema do desenvolvimento econômico-social:*

- 1) Teoria do desenvolvimento. Estudo histórico-sistemático da teoria do desenvolvimento econômico-social, considerada especialmente em função do Brasil.

- 2) Condições econômicas do desenvolvimento. Estudo econômico-sociológico das referidas condições, incluindo uma apreciação dos fatores disponíveis e de suas melhores possibilidades de aproveitamento.
- 3) Condições institucionais do desenvolvimento. Estudo sociológico-político das referidas condições, incluindo análise dos elementos ideológicos e programáticos contrários e favoráveis ao desenvolvimento.
- 4) Política de desenvolvimento. Estudo econômico-sociológico dos programas e das medidas em curso de aplicação para promover o desenvolvimento econômico do país, considerando tais programas e medidas em função dos interesses em jogo, e de sua propensão a favorecer ou a obstaculizar o desenvolvimento.

O PROBLEMA DO NEGRO NA SOCIOLOGIA BRASILEIRA

Sobre o problema do negro no Brasil existe uma farta literatura de caráter histórico e sócio-antropológico, produzida por autores estrangeiros e nacionais. Nesta literatura, em sua quase totalidade, está implícito um modo de ver as relações raciais no país que se revela, nos dias que correm, em contradição com as tendências de autonomia espiritual e material do Brasil.

O negro tem sido estudado no Brasil, a partir de categorias e valores induzidos predominantemente da realidade européia. E assim, do ponto de vista da atitude ou da ótica, os autores nacionais não se distinguem dos estrangeiros, no campo em aprêço.

Por conseqüência, a partir de uma posição científica, de caráter funcional, isto é, proporcionadora da autoconsciência ou do autodomínio da sociedade brasileira, importa, antes de estudar a situação do negro tal como é efetivamente vivida, examinar aquela literatura, tendo em vista desmascarar os seus equívocos, as suas ficelles, e, além disso, denunciar a sua alienação.

Aquela literatura é, ela mesma, um material ilustrativo do que há de problemático na condição do negro na sociedade brasileira. Eis por que tratarei, neste estudo, menos do problema do negro no Brasil do que dêste problema tal como êle se configurou nos escritos dos sociólogos e antropólogos.

Esta é tarefa preliminar necessária para a elaboração de uma consciência sociológica, verdadeiramente nacional, da situação do homem de côr brasileiro.

CARÁTER GERAL DA SOCIOLOGIA E DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL

Para a compreensão do nosso problema do negro, é necessário que o estudioso se dê conta de que, de modo geral, os estudos de sociologia e antropologia no Brasil refletem o estado em que neste se encontra o trabalho científico. Até a presente data, não temos, senão em pequeníssima escala, uma ciência brasileira. Nestas condições, o trabalho científico, entre nós, carece, em larga margem, de funcionalidade e de autenticidade. De um lado, porque não contribui para a autodeterminação da sociedade; de outro lado, porque o cientista indígena é, via de regra, um répéteur, hábil muitas vezes, um utilizador de conceitos pré-fabricados, pobre de experiências cognitivas genuinamente vividas e, portanto, uma vítima dos «prestígios» dos centros europeus e norte-americanos de investigação.

Embora os princípios gerais de conhecimento positivo sejam universais, existe, em vários sentidos, uma ciência nacional em todo país de cultura autêntica. Em primeiro lugar, o trabalho científico está sempre, direta ou indiretamente, articulado a um projeto nacional de desenvolvimento — o que transparece nos objetos em que incide. Os problemas científicos radicam-se em situações historicamente concretas, embora possam ser intrinsecamente abstratos. Eis porque a problemática científica é uma coisa na Rússia, outra nos Estados Unidos, outra na França, outra na Inglaterra, outra na Alemanha. O comportamento dos quadros científicos, nesses países, é comandado pelas necessidades práticas da sociedade. Não é ocasional nem gratuito. Quanto mais comandada seja a vida nacional, mais restrições à disponibilidade do trabalho científico.

Além disso, uma ciência nacional se caracteriza pelo fato de que se forma pedestremente, de modo cumulativo, «assente sobre bases próprias, para um crescimento evolutivo regular». Ao contrário, não se elabora revolutivamente, pela justaposição de conhecimentos importantes ou pela mera sucessão abrupta de orientações. Jamais chega a constituir-se uma ciência nacional se as gerações de cientistas não se articulam no sentido de um labor contínuo e se os especialistas de uma mesma época não se organizam para a cooperação.

A inobservância de tais requisitos retarda o aparecimento em nosso país de uma ciência nacional. Ela é notória, por exemplo, em nossa antropologia.

Na verdade, entre nós, a antropologia não chega a constituir uma ciência nacional. Uma coleção de obras não faz necessariamente uma ciência. O que faz uma ciência é um espírito, uma atitude militante de compreensão de uma circunstância historicamente concreta. E a antropologia, no Brasil, está fortemente alienada do meio brasileiro, já por suas categorias, já pela sua temática.

Com efeito, as categorias de nossa antropologia têm sido literalmente transplantadas de países europeus e dos Estados Unidos. Ora, de todas as chamadas ciências sociais, a antropologia, naqueles centros, é a que se tem menos depurado de ingredientes ideológicos. De modo geral, a antropologia européia e norte-americana tem sido, em larga margem, uma racionalização ou despistamento da espoliação colonial. Este fato marca nitidamente o seu início, pois ela começou fazendo dos povos «primitivos» o seu material de estudo. Entre outras, a noção de raça assinalou, durante muito tempo, as implicações imperialistas da antropologia. Sob o signo desta categoria, fortemente impregnada de conotações depressivas, elaboraram-se no Brasil alguns trabalhos considerados representativos de nossa antropologia, entre os quais se incluem principalmente os de NINA RODRIGUES e *Raça e Assimilação* de OLIVEIRA VIANA.

Não faltaram, porém, no Brasil, espíritos como o de SYLVIO ROMERO E EUCLIDES DA CUNHA que, embora não inteiramente livres da obnubilação do conceito de raça, proclamaram a sua desconfiança com respeito ao mesmo e fizeram os primeiros esforços em prol da criação de uma antropologia nacional, assente em critérios autônomos de avaliação de nossas relações étnicas.

Neste sentido, é de muito relevo a contribuição de ALBERTO TORRES e ALVARO BOMILCAR que, antes do atual movimento antropológico, formularam indicações fundamentais para a compreensão do problema racial no Brasil.

Mas a atual antropologia européia e principalmente norte-americana está longe de se ter depurado de resíduos ideológicos. Conceitos igualmente equivocados como o de «raça» tornaram-se basilares no trabalho antropológico. Entre eles, os de estrutura social, o de aculturação, o de mudança social, os quais supõem uma concepção quietista da sociedade e, assim, contribuem para a ocultação da terapêutica decisiva dos problemas humanos em países subdesenvolvidos. Tal orientação, adotada literalmente pelos profissionais de países como o Brasil, constitui-se num poderoso fator de alienação.

Ao contentar-se o antropólogo com descrever os comportamentos como implicações da estrutura social da comunidade, concorre para obscurecer o fato fundamental da precariedade histórica de tais implicações, e quase se faz um apologista do aqui e do agora, ou pelo menos um interessado na inalterabilidade da sociedade particular onde atua. Proceder deste modo em face de uma comunidade préletrada é, sem dúvida, uma experiência enriquecedora para o antropólogo pessoalmente, uma experiência estética, aliás, muito mais do que científica. Mas tal atitude, porisso mesmo, é imperialista e espoliativa.

O significado quietista e imperialista desta tendência antropológica é perceptível ainda mais nos reflexos das noções de aculturação e mudança social. A aculturação supõe o valer mais de uma cultura em face de outra, do mesmo modo como a superioridade de certas raças em face de outras, suposta pela antropologia racista. A aculturação não se faria, assim, pela eugenia, pelo controle de nascimentos e de casamentos; faz-se pela inculcação de estilos de comportamento através de processos sociais formais e informais, diretos e indiretos, mas, em tais processos, admite-se sempre uma variável cultural quase independente e outra ou outras dependentes. Por outro lado, esta antropologia, quando se torna prática ou «aplicada» («applied anthropology»), parece tender a considerar a mudança social em seus aspectos puramente superestruturais, justificando a mudança social através de agências educacionais e sanitárias, antes que através da alteração das bases econômicas e políticas da comunidade.

Na medida em que a antropologia no Brasil se ajusta a este sistema de referências, desserve o país e confunde os interessados no equacionamento dos problemas nacionais. Os nossos grandes problemas «antropológicos» são indecifráveis à luz das categorias habituais daquela espécie de antropologia.

Os nossos grandes problemas «antropológicos» — o do índio e o do negro — são aspectos particulares do problema nacional, de caráter eminentemente econômico e político. Daí que, sem estribar-se numa teoria geral da sociedade brasileira, o antropólogo, em nosso país, se expõe a tornar-se uma espécie de «mercenário inconsciente», um «inocente» útil ou, na melhor das hipóteses, um esteta.

Rigorosamente, é lícito afirmar que num país como o Brasil, o trabalho antropológico terá sempre um sentido dispersivo se não se articula com o processo de desenvolvimento econômico. Na fase em que se encontra, o mero aspecto «antropológico» dos seus problemas é acentuadamente subsidiário. Nossos problemas culturais, no sentido antropológico, são particulares e dependentes da fase de desenvolvimento econômico do Brasil. A mudança faseológica de nossa estrutura econômica automaticamente solucionará tais problemas. Parece, pois, que em nosso meio o insulamento do antropólogo nos quadros res-

tritos e formais de sua disciplina limita as suas possibilidades de compreender exatamente os fatores mediatos, mas básicos, dos problemas que pretende tratar. Nestas condições, os nossos patricios, cultores desta matéria, têm diante de si uma tarefa ciclópica, qual a de, utilizando o acervo de conhecimentos acumulados universalmente neste campo, induzirem da realidade nacional os seus critérios de pensamento e ação. Pois jamais serão científicas obras resultantes da imitação servil ou da transplantação literal de conceitos e atitudes. A ciência não é uma coleção de livros, nem tampouco uma gesticulação. É um estilo de vida.

Estas deficiências de nossa antropologia, de que também está afetada nossa sociologia, são nitidamente perceptíveis nos estudos sobre o negro brasileiro.

HISTÓRIA SINCERA DOS ESTUDOS SOBRE O NEGRO NO BRASIL

À luz de um critério funcional, está por fazer, até agora, a história dos estudos sobre o negro no Brasil e das tentativas de tratamento prático da questão.

Pondo de lado os escritos de natureza folclórica e de caráter puramente histórico e as numerosas obras de estrangeiros que nos visitaram na fase colonial e imperial de nossa formação, tais como Debret, Maria Graham, Rugendas, Koster, Kidder e outros, discernem-se, neste campo, três correntes fundamentais.

Uma delas é fundada por SYLVIO ROMERO (1851-1914) e se continua através das obras de EUCLIDES DA CUNHA (1866-1909), ALBERTO TORRES (1865-1917), e OLIVEIRA VIANA (1883-1951) e se caracteriza pela atitude crítico-assimilativa dos seus epígonos, em face da ciência social estrangeira. Apesar das diferentes orientações teóricas desses autores, todos eles estavam interessados antes na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro do que em extremar as características peculiares de cada um dos contingentes formadores da nação. No que diz respeito ao elemento negro, seus trabalhos, embora ressaltam a sua importância, contribuíram para arrefecer qualquer tendência para ser ele considerado sob o ângulo do exótico, ou como algo estranho na comunidade.

A segunda corrente, que pode ser chamada monográfica, é fundada por NINA RODRIGUES (1862-1906) e se continua através das obras de ARTHUR RAMOS (1), GILBERTO FREYRE, e de seus imitadores. O elemento negro se torna «assunto», tema de especialistas, cujos estudos pormenorizados promoveram, entre nós, um movimento de atenção de uma parcela de cidadãos para os chamados afro-brasileiros. Interessava-lhes o passado da gente de cor ou as sobrevivências daquele no presente. Enquanto a primeira corrente viu o elemento de cor preponderantemente em devenir, em processo; esta inclinava-se a adotar um ponto de vista estático, acentuando minuciosamente o que na gente de cor a particularizava em comparação com os restantes contingentes étnicos da comunidade nacional.

A mais antiga posição em face do problema do negro no Brasil se configurou predominantemente sob a forma de comportamentos antes que sob a forma de escritos. Caracteriza-se pelo propósito antes de

(1) Falecido em 1949.

transformar a condição humana do negro na sociedade brasileira do que de descrever ou interpretar os aspectos pitorescos e particularíssimos da situação da gente de cor; seus prógonos e epígonos são numerosos e se registram desde a época colonial. A caracterização mais pormenorizada desde terceira posição se fará mais adiante.

Na ordem desta exposição, tratar-se-á de cada uma destas correntes. Toca, portanto, a vez de focalizar a primeira delas, o que farei imediatamente, ocupando-me da contribuição de SYLVIO ROMERO.

SYLVIO ROMERO E A MESTIÇAGEM

Interessou-se SYLVIO ROMERO pelo estudo do elemento negro, eminentemente do ponto de vista da história social. É provável que o primeiro documento que adverte os nossos estudiosos para este assunto tenha sido o ensaio do autor, *A poesia popular no Brasil*, publicado na Revista Brasileira (1879, Tomo I, pág. 99). «É uma vergonha — diz o polígrafo — para a ciência do Brasil, que nada tenhamos consagrado de nossos trabalhos ao estudo das línguas e das religiões africanas.» Parecia-lhe urgente que se dedicasse aos pretos a mesma atenção prestada aos índios, e a urgência se explicava em virtude de que estavam desaparecendo moçambiques, banguelas, monjolos, congos, cabindas, caçangues. O negro — dizia — não é só u'a máquina econômica; ele é antes de tudo, e mau grado sua ignorância, um objeto de ciência.

E levando a sério esta advertência, SYLVIO ROMERO dedicou à matéria páginas de grande interesse. Na verdade, incorreu em muitos enganos, mas a maioria em decorrência dos instrumentos de estudo que utilizou, na época muito precários. Entre os autores em que se apóia incluem-se Taine, Renan, Prévile, Broca e Gobineau a quem chamou, com simpatia, «ilustre».

É compreensível, portanto, que SYLVIO ROMERO tenha formulado a respeito do negro pronunciamentos hoje inaceitáveis. Assim, incorreu em lançes em que chama «povos inferiores» aos índios e aos negros; em que afirma ser o mestiçamento uma das causas de certa instabilidade moral na população; em que chama aos «arianos», «a grande raça», «bela e valorosa raça»; e, finalmente, em que adota a ideologia do branqueamento (uma das futuras teses de OLIVEIRA VIANA) nestes termos: «não... constituiremos uma nação de mulatos; pois que a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá».

Mas esses e outros semelhantes são erros da ciência da época e até estereótipos populares vigentes no momento em que viveu SYLVIO ROMERO. Quando, porém, se estriba em suas próprias observações e em sua argúcia, SYLVIO ROMERO acerta quase sempre. Ele foi, em face do tema, um ambivalente, pois, apesar das referências mencionadas acima, esboçou indicações fundamentais para o estudo e o tratamento do nosso problema do negro.

Ao contrário do seu contemporâneo, NINA RODRIGUES, levantou em torno do conceito de raça, característico da antropologia européia, uma suspeita que a ciência moderna confirmou totalmente. Assim, referindo-se às contradições reinantes no campo, disse: «Aqui anda erro conscientemente arranjado e aplaudido», e falou ainda em «capricho para encobrir e desculpar os defeitos nacionais». Também a este propósito esclarece que, nos «países conquistados e submetidos»,

habitados peios a que os colonizadores chamam selvagens e gentes inferiores», «implanta-se uma ordem de coisas em que as raças inferiores não se podem manter». Tratando do problema da distinção das raças, escreveu esta advertência: «O critério para a sua separação é quase puramente lingüístico e a lingüística é um critério bem fraco na etnografia, especialmente entre os povos modernos e recentíssimos, resultantes da fusão de raças».

Explicando por que os estudiosos brasileiros não tinham dado atenção ao contingente negro, disse que ninguém até então se atrevera a isto «com receio do prejuizo europeo, que tem sido um dos nossos grandes males, com medo de mostrar simpatia para com os escravizados, e passar por descendentes deles, passar por mestiços»; e admirava-se de que a tarefa ainda não tivesse sido empreendida por «tantos negros e mestiços ilustrados existentes no país». Não lhe escapou também o aspecto prático do problema do negro, o qual, a seu ver, exigia «medidas seguras, eficazes e amplas», que «apressassem», «precipitassem» a sua «completa emancipação».

O roteiro de estudos sobre o negro, delineado pelo nosso autor — é, em essência, válido para os dias que correm. El-lo: «Seria preciso estudar acuradamente, sob múltiplos aspectos, cada um dos povos que entraram na formação da nação atual; dividir o país em zonas; em cada zona analisar uma a uma tôds as classes da população e um a um todos os ramos da indústria, todos os elementos da educação; as tendências especiais, os costumes, o modo de viver das famílias de diversas categorias, as condições de vizinhança, de patronagem, de grupos, de partidos, apreciar especialmente o viver das povoações, vilas e cidades, as condições do operariado em cada uma delas, os recursos dos patrões, e cem outros problemas, os quais, nesta parte da América, à retórica política dos partidos em luta nunca ocorreu cogitar».

O que parece importante ressaltar na posição de SYLVIO ROMERO é o ter conseguido superar a precariedade dos instrumentos da ciência de sua época. Assim viu, com precisão, as bases ideológicas da antropologia do seu tempo e esforçou-se em induzir da realidade brasileira os critérios de investigação do «problema» do negro. Graças a isto, identificou o sentimento de «vergonha» da camada letrada pelas origens raciais da população e inclinou-se pela busca de uma solução desta inautenticidade. No equacionamento do problema do negro como de outros problemas do Brasil, assinalou a deficiência fundamental dos estudiosos: a adoção literal de categorias européias, das quais suspeitou com fundamento. Aliás, SYLVIO ROMERO, em toda sua obra, principalmente em sua famosa *História da Literatura Brasileira* (1ª Edição, 1888), acentuou o caráter inautêntico da cultura brasileira, decorrente da prática intensiva e extensiva da transplantação.

O aspecto dinâmico da questão também lhe interessou como se viu há pouco, tendo estranhado que «negros e mestiços ilustrados» se mantivessem alheios ao assunto e, ainda, encarecido medidas práticas de emancipação da gente de cor. E o roteiro de estudos que esboçou ilustra que ele compreendeu não existir uniformidade na situação do negro no Brasil. Graças à sua familiaridade com os trabalhos da Escola de Le Play pôde perceber que tal situação apresentava nuances diver-

sas, decorrentes das diversidades de zona, de classe e de atividade econômica.

Há, certamente, duplicidade na posição de SYLVIO ROMERO. Mas, apesar disso, é indiscutível que em sua obra se delinearam algumas das tendências mais acertadas no estudo do negro brasileiro.

EUCLIDES DA CUNHA E A MESTIÇAGEM

EUCLIDES DA CUNHA elaborou os seus estudos sobre os problemas étnicos no Brasil numa época em que os conceitos de cultura e raça não estavam perfeitamente desembaraçados um do outro. A distinção entre o processo biológico e o processo social, hoje corriqueira e nítida, nos compêndios de sociologia e antropologia, não tinha sido alcançada ainda pela ciência do tempo de Euclides. Entre os autores que mais influíram na formação do autor, incluem-se GUMPLOWICZ e, indiretamente, RATZEL.

Como se sabe, Ratzel foi um dos precursores do conceito antropogeográfico de área cultural e, em seu sistema, atribuía ao meio um papel de condicionador das manifestações culturais do homem. Euclides adotou esta orientação e em seus estudos, principalmente em *Os Sertões* (Rio — 1902), sublinhou a importância das circunstâncias mesológicas como elementos formadores da sociedade. A atenção que ele dispensou a este fator o levou a dar, de um lado, uma contribuição de relevo e que consistiu em reconhecer a heterogeneidade social do país, em decorrência da sua diversidade geográfica («um meio físico amplíssimo e variável, completado pelo variar de situações históricas, que dêle em grande parte decorreram»). Neste sentido, Euclides é um dos fundadores de nossa sociologia regional. Todavia, a antropogeografia ratzeliana é talvez responsável pelas páginas escritas em *Os Sertões*, em que se atribui ao clima, entre outras influências negativas, a de inferiorizar os contingentes humanos. Diz-se aí, por exemplo, que «o calor úmido das paragens amazonenses» «modela organizações tolhigas».

Por outro lado, Euclides foi vítima da antropologia racista do seu tempo e viu a nossa formação à luz da teoria da luta de raças de Gumpłowicz. Assim, segundo o autor de *Os Sertões* a evolução cultural de um povo define-se em última análise como uma evolução étnica. «A nossa evolução biológica — diz êle — reclama a garantia da evolução social». Para êle, a «mistura de raças» é «prejudicial» e o «mestiço — mulato, mamaluco ou cafuz — menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais», ou ainda, é «um desequilibrado» ou um «histérico».

De restô, em matéria de relações de raça no Brasil, EUCLIDES DA CUNHA equivocou-se tanto quanto por exemplo NINA RODRIGUES. E o que, entretanto, o diferencia do último e dos seus seguidores são duas coisas. Em primeiro lugar, a sua atitude crítico-assimilativa em face da ciência estrangeira, que êle utilizou, sem passividade e sem basbaquice, mas com pela lucidez, repensando os conceitos e as teorias, à luz dos fatos que coletava. Jamais é surpreendido na prática de meros confrontos de textos de cientistas estrangeiros, de dissertações doutorais anódinas ou do croquet de citações. As páginas de seus livros saem inteiriças, expressão direta do que o

autor pensa. Há que se sublinhar, pois, aqui, a autenticidade de um esforço de compreensão merecedor, só por isso, de ser apresentado como paradigmático aos cientistas brasileiros.

Em segundo lugar, embora EUCLIDES DA CUNHA tenha adotado os preconceitos da antropologia racista, soube superar as suas conotações depressivas para os brasileiro. Viu, por exemplo, o mestiço brasileiro exatamente de modo contrário ao do como viram o negro NINA RODRIGUES e ARTHUR RAMOS; viu os mestiços como brasileiros «retardados», como «patrióticos», como «nossos irmãos» e não como um elemento exótico, estranho ou mumificado. A contrário dos africanistas de mentalidade estática, acentuou o caráter provisório de nosso quadro de relações de raça e apontou mesmo a terapêutica para alterá-lo.

Os antropólogos e sociólogos da corrente que tenho chamado de «consular (2) entenderam escassamente ou de nenhum modo o significado profundo de *Os Sertões*, preocupando-se em descobrir no livro os erros de técnica científica. ARTHUR RAMOS o considerou um «terrível anátema contra o nosso povo de mestiços» (3).

Mas é justamente o inverno. É uma tentativa de estilização dos tipos da sociedade brasileira, como já assinalou alguém. E como tal, um documento importante da precária ciência brasileira.

Para EUCLIDES DA CUNHA, o mestiço brasileiro é, com efeito, um retrógrado, mas não em caráter definitivo. Deixará de o ser através do processo civilizatório. «Estamos condenados à civilização» — diz o autor. E ainda: «ou progredimos ou desaparecemos». Foi o «abandono» a que ficou relegado o responsável pelos seus comportamentos atrasados. Estes comportamentos, porém, foram vistos pelo nosso autor como verdadeiro sociólogo, isto é, foram vistos como produtos naturais, que não poderiam ser argüidos à luz de critérios heteronômicos. Isto é o que faz de EUCLIDES DA CUNHA, em primeiro lugar, um sociólogo e, em segundo lugar, um sociólogo brasileiro. Cientista, apesar dos seus erros de técnica, trata dos fatos da vida brasileira procurando extrair, da dinâmica dos mesmos, critérios de avaliação objetiva. Aprendera com um dos seus mestres, Taine, que o vício e a virtude são produtos como o vitriolo e o açúcar. E assim procedendo, não anatematizou, antes estilizou os nossos tipos históricos concretos. Por exemplo, descreveu os «sertões» e «sertanejos», sem nenhuma inclinação pejorativa. Tudo indica, em Euclides, uma grave compenetração do que esta ótica envolvia de hostil à concepção litorânea ou européia dos aspectos mais genuínos do Brasil. Proclamou-se um «narrador sincero», do qual disse Taine:

«il s'irrite contre les demi-vérités qui sont des demi-faussetés, contre les auters qui n'altèrent ni une date, ni une généalogie, mais dénaturent les sentiments et les mœurs, que gardent le dessin des événements et en changent la couleur, qui copient les faits et défigurent l'âme: il veut sentir en barbare, parmi les barbares, et, parmi les anciens, en ancien.»

A superioridade de EUCLIDES DA CUNHA, enquanto sociólogo,

(2) Cfr. Guerreiro Ramos, O PROCESSO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL, Rio 1953.

(3) Cfr. Arthur Ramos, LE METISSAGE AU BRÉSIL, Hermann & Cie. Paris, 1952.

quando comparado a estudiosos como NINA RODRIGUES, ARTHUR RAMOS ou GILBERTO FREYRE, é, à diferença destes, a de não ter utilizado a ciência estrangeira simétrica e mecânicamente. Não importam seus erros. Temos de aprender com ele a assumir uma atitude integrada na realidade nacional. Não é difícil escrever obras com o propósito de mostrar que se sabe bem uma lição ou como quem escreve deveres colegiais. Os acertos dos atuais sociólogos e antropólogos consulares e os equívocos de EUCLIDES DA CUNHA se equivalem: uns e outros são importados ou frutos de nossas obnubilações pelos «prestígios» ocasionais dos centros estrangeiros.

Tivessem os monografistas ou africanistas visto o negro no Brasil, como EUCLIDES DA CUNHA viu o sertanejo, e uma página melancólica da história de nossas ciências sociais teria sido proveitosamente eliminada. Qualquer estudante de sociologia ou de antropologia, atualmente, é capaz de descobrir os erros do autor de «À Margem da História». Mas nenhum dos nossos sociólogos mais festejados o excede, em autonomia mental, na capacidade de ver os problemas brasileiros.

A visão euclidiana do Brasil é, aliás, algo a restaurar, e implica uma altura do espírito que devem esforçar-se por atingir os novos sociólogos. Ela tornou dramaticamente perceptível a alienação da cultura brasileira. A campanha de Canudos, que Euclides estudou, é descrita em *Os Sertões* como um episódio em que esta alienação provocou um conflito sangrento de brasileiros contra brasileiros, conflito que, de resto, continua a ser, hoje, em forma larvar, um dado ordinário da vida brasileira.

E nos dias presentes trava-se no âmbito das ciências sociais no Brasil uma luta decisiva entre o espírito euclidiano e o espírito litorâneo ou consular.

ALBERTO TORRES E A MESTIÇAGEM

Muitas restrições merece a obra de ALBERTO TORRES, a qual, por isso mesmo, não pode ser aceita em bloco. Tais restrições decorrem principalmente do fato de ter o autor d'*O Problema Nacional Brasileiro* (Rio, 1914) adotado uma concepção psicológica da sociedade, segundo a qual os nossos males poderiam ser erradicados mediante a transformação do caráter nacional. Admitiu mesmo que se pudesse formar a nação de cima para baixo, artificialmente, partindo da inteligência para a vontade. Negligenciou, portanto, o condicionamento da psicologia do povo brasileiro e de suas elites pelas condições materiais do país e, assim, incorreu em enganos e erros em muitos aspectos do seu diagnóstico e de sua terapêutica do «problema nacional».

Mas há, na obra de ALBERTO TORRES, muitas contribuições a incorporar na formulação de uma sociologia nacional. Ele foi inexcusável, por exemplo, quando focalizou o caráter abstrato de nossa cultura. Neste terreno, temos de retomar o fio de seu pensamento e de recolocar, no presente, a polêmica iniciada por ele. ALBERTO TORRES tocou no ponto central da sociologia brasileira quando escreveu: «As idéias, em que se baseiam os estudos sociais e políticos até hoje feitos sobre a nossa vida, partem de postulados e dados, analíticos ou sintéticos, inferidos da vida e da evolução de povos de existência multissecular, de seu progressivo desenvolvimento em regiões densamente povoadas, sob a ação de fatores ordinários de formação e desenvol-

vimento das velhas sociedades e civilizações. Estas idéias não têm aplicação à interpretação dos fenômenos dos países como o nosso, criados por descobrimento, com sociedades formadas por colonização — nem à solução de seus problemas.»

Na medida em que obedeceu à orientação de «inferir» da realidade nacional os critérios de pensamento e de ação, ALBERTO TORRES foi uma das figuras mais representativas da sociologia brasileira. Ele é da estirpe dos «assimilativos». Cada livro seu é um monobloco, isto é, tecido com um pensamento que segue sua lógica própria e independente. Raramente cita, o que tem tornado difícil para os exegetas a reconstituição das fontes em que se abeberou.

No que diz respeito às relações de raça no Brasil, a obra de ALBERTO TORRES resiste com vantagem à comparação com as de quaisquer outros que, depois dele, trataram do assunto. Em certo sentido, os que o sucederam, no trato da matéria, deram um passo atrás. Não tem importância, no caso, que alguns desses últimos tenham sabido mais e que TORRES tenha errado quando afirmou que o cruzamento produzisse «a degeneração orgânica do indivíduo» e, por isso, devesse «ser evitado». Tem importância, sim, que o nosso autor fez, como ninguém, depois dele, um esforço para ver as relações de raça no Brasil, à luz dos fatos da vida brasileira; e não, literalmente, a partir das categorias da ciência antropológica europeia. Afrontou-as até, verberando a sua tendenciosidade. Assim é que, para ele, as teorias de Weissmann sobre a distinção irredutível das raças e de O. Ammon sobre a superioridade da raça teutônica nada mais são do que justificações do «direito de dominação», em apoio da «política de expansão colonial». Declarou ainda que «a pretensa unidade da raça indo-européia não é mais do que uma ficção, resultante da supremacia política dos árias sobre as populações primitivas dos países conquistados» e mais: que «a posição eventual de superioridade de certos povos emana de uma seleção histórica, que obedece a fatores ou poderes tão artificiais quanto os que selecionam os indivíduos.»

Em consonância com estas verificações, TORRES, já em sua época, anteviu uma das tendências mais modernas da sociologia: a de arquivar o conceito de raça, que lhe pareceu um «dos mais abusivos». Descortina-se atualmente na ciência um grande esforço dos estudiosos na busca de um novo conceito que supere os inconvenientes do de raça, reconhecidamente «um produto de ginástica mental», como proclamava Jean Finot, em 1905 (4).

A noção de raça seria daquelas, como tantas outras correntes entre nós, «deduzidas da organização de outros países». E' em virtude de sua adoção literal que «o nosso povo é caluniado pelos seus homens de letras e pelos seus homens de Estado.» Nestas condições, ALBERTO TORRES colocou o estudo das relações de raça num nível que não foi ulteriormente ultrapassado. Muito antes de ARTHUR RAMOS e GILBERTO FREYRE, o autor de «A Organização Nacional» mostrou a carência de fundamento científico de posições como a de NINA RODRIGUES que admitira a tese «da degeneração de nossa raça e de sua inferioridade intrínseca». Diz ele num artigo do ano de 1916: «as raças escuras» são as raças «próprias» dos meios tropicais, e podem, se é que não devem, vir a ser raças superiores desses meios,

(4) JEAN FINOT, *Le Préjugé des Races*, Alcan, Paris, Troisième Edition, 1908.

quando a extensão dos fatores sociais que estimulam a «civilização tender a fazer das sociedades negras, por exemplo, sociedades de LUIZ GAMA e de REBOUÇAS». Referindo-se aos «antropologistas criminais», em grande voga em sua época e em que se baseara NINA RODRIGUES, escreveu em 1916: «Não dou a menor fé a essa pretensa ciência antropológica (o grifo é meu), convencido, como estou, que os fatores sociais da evolução humana envolvem completamente o indivíduo, a ponto de tornar quase, senão de todo, nulos os determinantes da evolução individual, e que os fenômenos de correlação das funções mentais com os caracteres orgânicos acham-se ainda muito aquém de exato conhecimento, para que se possa distinguir, em assuntos de imputabilidade, o fisiológico do patológico, o anormal do normal, o inumano do humano.»

Em 1915, certo escritor brasileiro vê em ALBERTO TORRES um adepto da tese da inferioridade do nosso mestiço. Esclarecendo o seu pensamento, escreveu: «... essa tese abstrata de etnologia (o grifo é meu)... não tem e não pode ter, para cérebros de orientação prática, senão um tribunal julgador: o curso ordinário dos fatos, operando ao jôgo de todos os elementos e de todos os fatores do «habitat» e da vida, o jôcramento das seleções... Ora, essa teoria da desigualdade definitiva das raças é a premissa maior do silogismo que leva à condenação do «mestiço»; e um dos mais esforçados, justamente, dos meus trabalhos tem consistido... em combater a influência dessa tese...»

Atualmente, parece necessário reconsiderar certos aspectos da posição que ALBERTO TORRES assumiu em face das relações de raça no Brasil. De fato, depois dele, os estudos neste campo deram um passo atrás; em parte porque, influenciados por NINA RODRIGUES, se estremaram em considerar o negro como uma espécie de corpo estranho na comunidade nacional; em parte, porque aos seus autores faltaram vocação científica e aquela capacidade prática que habilitou o nosso escritor a perceber o caráter «abstrato» e tendencioso da antropologia importada.

Não se conclua daí que ALBERTO TORRES tenha ignorado os trabalhos de antropologia de seu tempo. Nada mais falso do que isto. Estava, ao contrário, ao corrente das ciências sociais da época e, por exemplo, familiarizado com a obra do mestre de GILBERTO FREYRE, que foi FRANZ BOAS. Assim é que, tanto quanto qualquer sociólogo de hoje, distinguiu o conceito de cultura do de raça e pôde escrever observações como esta: «o tipo mental das raças deriva das modalidades do meio e da vida social (1915).»

Por estas e outras contribuições, ALBERTO TORRES é, sem dúvida, um vulto proeminente da sociologia brasileira, em toda a plenitude da expressão.

OLIVEIRA VIANA, ARIANIZANTE

Na história dos nossos estudos sobre relações de raça, os homens que mais se equivocaram foram NINA RODRIGUES e OLIVEIRA VIANA. Ambos se basearam no pressuposto da inferioridade do negro e do mestiço. Todavia, no que diz respeito à atitude assumida em face da realidade nacional, distinguem-se muito significativamente os dois estudiosos.

Há, em NINA RODRIGUES, um certo traço de sado-masochismo quando trata de nossa questão étnica, o que parece patente numa afirmação como esta: «a raça negra no Brasil... há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo» (5) (o grifo é meu). Segundo a inteligência deste ponto de vista, seria insolúvel a inferioridade do povo brasileiro. Neste, o escritor maranhense-baiano teria visto uma espécie de lesão definitiva e, brasileiro que era, ao proclamá-la, deveria ter sentido na própria carne a imputação depressiva.

Em OLIVEIRA VIANA, porém, os erros espetaculares que cometeu ao tratar de nossas relações de raça refletem o caráter geral de sua obra, a qual foi um esforço para desenvolver as tendências auto-constructivas do país. Assim, em vários livros, entrou no assunto com espírito polêmico, isto é, com o propósito de rebater a «previsão sombria» de Lapouge, segundo a qual o Brasil estaria destinado a ser «um imenso estado negro» (5a).

OLIVEIRA VIANA, embora adotando o critério das «seleções étnicas» de Lapouge, opõe-lhe a tese da «evolução arianizante» da população brasileira. Para ele, a inferioridade do nosso povo, resultante de sua componente negra, era passageira. Viu as nossas relações de raça não como uma situação definitiva, mas como algo em processo. Neste sentido, escreveu: «... o quantum do sangue ariano está aumentando rapidamente em nosso povo. Ora, esse aumento do quantum ariano há de fatalmente reagir sobre o tipo antropológico dos nossos mestiços, no sentido de modelá-los pelo tipo do homem branco» (6).

A precariedade científica de enunciados como este está hoje ao alcance de qualquer colegial. OLIVEIRA VIANA confunde aí o biológico com o social, duplamente. Primeiro, enquanto admite que um quantum sangüíneo possa ser responsável por uma melhoria de caráter cultural. Segundo, quando interpreta o incremento crescente da proporção de «brancos» na composição populacional do país como um processo biológico primário.

Dispensamo-nos de maiores comentários sobre o fato inequívoco de que a «cultura», como um repertório de objetos e símbolos, constitui uma realidade extra-somática, isto é, algo que cada indivíduo tem de adquirir na e pela convivência.

O que, no caso, merece particular atenção é a tese do branqueamento do povo brasileiro. A sua adoção por OLIVEIRA VIANA, nos termos acima enunciados, é desconcertante e nisto se revela uma certa ambivalência no sociólogo fluminense. Quem acertou tanto na crítica do caráter transplantado da cultura brasileira, não deveria, logicamente, incorrer neste engano. A questão se tornará mais desconcertante se o autor reafirmar esta tese em livro de sua autoria que está sendo anunciado (Seleções Étnicas), pois no último período de sua vida, OLIVEIRA VIANA (7) foi muito permeável à influência dos mo-

(5) NINA RODRIGUES. *O problema da raça negra na América Portuguesa* (publicado no «Jornal do Comércio», do Rio, em 1903, em parte). Vide também *Os Africanos no Brasil*, São Paulo, 1932.

(5a) «Le Brésil... constituera sans doute d'ici un siècle un immense état nègre, à moins qu'il ne retourne, et c'est probable, à la barbarie» (Vide G. Vacher de Lapouge, *Les Selections Sociales* — Paris, 1896, pág. 187).

(6) Vide O. VIANA, *Os tipos étnicos brasileiros*, (in «Dicionário Histórico e Geográfico do Brasil. Rio, 1922.

(7) O. VIANA morreu em 1951.

deros estudos de antropologia cultural, todos sem exceção imunes dos antigos equívocos racistas.

Tudo indica ter sido OLIVEIRA VIANA vítima da extremação de uma de suas qualidades: a de fazer da sociologia um instrumento de autodeterminação nacional. Não hesito em dizer que esta orientação, digna de tanto aprêço, é perigosa quando não se está de posse de instrumentos seguros de conhecimento científico. Ora, no que diz respeito ao nosso problema étnico, a obra de OLIVEIRA VIANA foi, por assim dizer, uma reação infeliz do orgulho nacional ofendido. No caso, em vez de se fazer ciência, fêz-se apologia.

Um livro como «Raça e Assimilação» (São Paulo, 1932) pode ser uma defesa, não um trabalho científico. A crítica de ARTHUR RAMOS (8) aos estudos do escritor, no que se refere às relações de raça, é procedente: estão evadidos de afirmações aporísticas, «suas idéias não tinham significado científico, porém político». Ninguém perde nada em ler as páginas de ARTHUR RAMOS sobre o assunto, as quais, de parte algumas inferências exageradas, são justíssimas. Supreende-me, entretanto, que ARTHUR RAMOS não tivesse sido, na mesma medida, rigoroso com NINA RODRIGUES, também racista, e além disto, autor de obra sem importância científica, apesar de conter alguns úteis registros históricos.

De fato, o branqueamento da população brasileira, a ser efetivo, não é um processo biológico, senão secundariamente. Em parte, é devido à conhecida tendência de considerável contingente de pessoas de cor preferirem casamento com pessoas mais claras, tendência que registrei em pesquisa realizada no Distrito Federal, cujos resultados aliás confirmam observações procedidas em outras unidades administrativas, e ainda nos Estados Unidos, segundo Herskovits. Por outro lado, as pessoas claras, por força do preconceito, são influenciadas também no sentido de evitarem pessoas pigmentadas como cônjuges. Acrescente-se a isto, o saldo do nosso balanço migratório, predominantemente constituído de elementos brancos. Finalmente, na medida em que o branqueamento é apurado através de estatísticas, deve-se levar em conta a inclinação de muitos brasileiros para se declararem, nas fichas recenseadoras, mais claros do que são realmente.

A tese da «arianização», sustentada por OLIVEIRA VIANA, é uma racionalização do preconceito de cor vigente em nosso país. Na verdade, diz-se comumente: «no Brasil, a questão racial está sendo resolvida democraticamente, sem conflitos, pois que a população se torna cada vez mais clara». Nesta ideologia, entretanto, se contém, de maneira muito sutil, a discriminação de cor. Pois por que é necessariamente melhor que a nossa população se embranqueça? Porventura, numa escala objetiva de valores, aquela tendência deve ter um sinal positivo? Por que é tranquilizadora aquela tendência do nosso processo demográfico? Há, decerto, nos refulhos dessa ideologia, verdadeiramente nacional, um preconceito numa forma velada. Para liquidá-lo, evidentemente não se deverão inverter os termos da ideologia, proclamando-se, por exemplo, que fosse desejável a «negrificação» da população nacional. Seria esta atitude uma espécie de racismo contra racismo.

Mas, na liquidação desta forma larvar de preconceito, é legítimo

(8) Cfr. ARTHUR RAMOS, *Le Métissage au Brésil*, Hermann & Cie., Paris, 1952.

utilizar o clássico procedimento da ironia. Foi o caminho que seguiram, entre nós, alguns intelectuais negros e mulatos (9). E' deles a iniciativa de eleger «misses», rainhas de beleza de cabelo duro. Várias vezes, na capital da República, fizeram suas «rainhas» e suas «bonecas de pichê». E até um jornal mantiveram em que festejaram as celebridades de côr (10). Os preconceituosos viram nisso — ódio. Não era. Era apenas sorriso inteligente, um processo brando, cordial, de «desencantamento» da brancura e de reeducação dos nossos brancos. Alguns aficionados de nossa sociologia par cœur viram e vêem nisto: racismo às avessas. Pudera; a tática em aprêço não estava receitada por nenhum sociólogo estrangeiro; tinha que ser condenada, portanto, por êsses decoradores.

Voltemos a OLIVEIRA VIANA. Suas vistas sobre o nosso problema étnico se destinam a uma das gavetas do arquivo de nossa sociologia. Documentam o nosso preconceito. Não escondo a minha admiração pelo escritor. Foi um mestre apesar dos seus erros. Ao lado de SYLVIO ROMERO, EUCLIDES DA CUNHA e ALBERTO TORRES, integra a corrente autonomista do nosso pensamento sociológico. Mesmo errando ao focalizar o tema — raça — soube vencer a tentação de tratar o negro no Brasil como um elemento exótico e petrificado. Tratou-o como brasileiro.

NINA RODRIGUES, APOLOGISTA DO BRANCO

Rigorosamente, NINA RODRIGUES seria, na sociologia brasileira, um escritor de segunda ordem. Dêle, porém, fizeram um cientista, um «antropólogo», e, mais que isto, o chefe da chamada «escola baiana». ARTHUR RAMOS considera o escritor maranhense-bahiano um sábio, um mestre, portador de «melhor formação científica» do que EUCLIDES DA CUNHA e SYLVIO ROMERO. Está legenda se fixou tanto, entre nós, que hoje é quase temeridade tentar desfazê-la. O estudo de como a chamada «escola baiana» veio a ser impingida é um capítulo esclarecedor da socioantropologia do negro. Restrinjo-me, aqui, entretanto, ao exame sumário da obra de NINA RODRIGUES, no que diz respeito às relações de raça no Brasil.

Inicialmente devem ser lembradas algumas contribuições do escritor. Sem dúvida, êle prestou um grande serviço aos estudiosos, exclusivamente no campo da crônica. Graças a êle, sobretudo, temos hoje uma idéia da diversidade de proveniência dos africanos que foram trazidos para o Brasil e outras informações preciosas sobre as diferenças culturais entre os negros. Além disto, são-lhe devidas algumas observações úteis sobre o nosso sincretismo religioso e lingüístico. Como fonte de informação histórica, portanto, é indispensável a consulta à obra de NINA RODRIGUES, no estudo de nossas relações étnicas.

Do ponto de vista científico, porém, não é possível colocar NINA RODRIGUES no mesmo nível de EUCLIDES DA CUNHA e SYLVIO ROMERO. Estes como aquêles utilizaram conceitos tendenciosos da sociologia e da antropologia de importação. Mas enquanto Euclides e Sylvio souberam desconfiar de tais conceitos e assumiram, em face

(9) Agrupados sob o patrocínio do Teatro Experimental do Negro, fundado em 1944 no Rio, por um grupo de intelectuais, liderado por Abdias Nascimento.

(10) Trata-se do periódico *Quilombo*.

do meio brasileiro, uma atitude indutiva; NINA RODRIGUES, ao contrário, foi um verdadeiro beato da ciência importada e, por sua atitude dogmático-dedutiva, foi impermeável às lições dos fatos da vida nacional.

Não teve espírito científico. Foi um beato e um copista. Não cita um escritor estrangeiro, sem empregar um adjetivo laudatório. Um dos seus livros, *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil* (Bahia, 1894) é dedicado a Lombroso, Ferri, Garofalo, Lacasagne e Corre, «em homenagem aos relevantes serviços que os seus trabalhos estão destinados a prestar à medicina legal brasileira». Aliás, estas manifestações de êxtase e esta pocholice definem um dos traços característicos dos mais proeminentes epígonos do que, entre o pequeno círculo de etnólogos brasileiros, se tem chamado de «escola baiana». Elês gostam, como certa figura do conto de Machado de Assis, de apresentar-se na companhia de escritores estrangeiros. Dão gritinhos, quando isto acontece. E o mais recente rebento desta «Escola» esta fazendo o seu debut, em nossos dias, precisamente com êsses truques e invocações.

A ciência, para NINA RODRIGUES, foi uma questão de autoridade. Como um escolástico, não discutia os fatos com fatos, mas com trechos de livros, estrangeiros sobretudo. O negro e o mestiço são inferiores porque... assim está escrito nos livros europeus. Leia-se, por exemplo, o livro citado acima. É um verdadeiro caderno de deveres colegiais. «Prova-se», aí, a incapacidade do negro para a civilização, invocando-se a autoridade de escritores estrangeiros, entre os quais Abel Havelacque, que teria estudado «magistralmente» a questão, «com o rigor científico e a isenção de ânimo que não se poderá legitimamente contestar». Em outro lance, documenta suas opiniões em «luminoso parecer de segura análise psicológica, firmado pelo egrégio alienista Motet e o sábio professor Brouardel, insuspeitos ambos por títulos numerosos». Ou então fala assim: «como demonstra Spencer, a imprevidência, tão conhecida, dos selvagens, tem a sua origem no estado emocional dêles.» No dia em que se fizer um estudo da patologia da vida intelectual no Brasil, uma obra como a de NINA RODRIGUES será um excelente documentário. Quem estiver interessado nisto, não deixe de examinar especialmente os capítulos IV e V do livro supracitado.

Mas a beatice de NINA RODRIGUES não pára aí. Foi ainda um admirador irrestrito dos povos europeus e um verdadeiro místico da raça branca, na sua opinião, «a mais culta das seções do gênero humano». Assim verbera a «desabrida intolerância para com os portugueses», acentuando que «sem noção da mais elementar urbanidade, clamamos a altos brados que a nossa decadência provém da incapacidade cultural dos Lusitanos... e ninguém aí descobre todavia uma parte de ofensa pessoal que lhe possa caber (o grifo é meu)» (11). Por outro lado, poucas linhas adiante, lastima que a campanha pela extinção do tráfico se revestisse de «forma toda sentimental» «empres-tando» ao «negro a organização psíquica dos povos brancos mais cultos», «qualidades, sentimentos, dotes morais ou idéias que êle não tinha, que êle não podia ter». Sem comentários!

(11) Vide N. RODRIGUES, *O problema da raça negra na América Portuguesa*, 1903.

O povo inglês é considerado por NINA RODRIGUES um «tipo legendário de impassibilidade e composturas» e a Inglaterra uma nação benemerita, pois que, no século XIX, «encetou a campanha gloriosa da supressão do tráfico, monta cruzeiros, policia os mares, e criando, com dispêndios enormes, enormes esquadras, torna a extinção do comércio humano uma questão de honra... que a leva a cabo com a mais decidida e meritória energia» (12). Do ponto de vista desta apologética do branco, o problema do negro passa a consistir, entre outras coisas, em «diluir» os nossos negros e mestiços ou em «compensá-los por um excedente de população branca, que assumia a direção do país». Considerando «nociva à nacionalidade» a influência da raça negra, o nosso autor não esconde as suas apreensões quanto ao futuro do Brasil, de vez que «as vastas proporções do mestiçamento... entregando o país aos Mestiços, acabará privando-o, por largo prazo pelo menos, da direção suprema da Raça Branca.» Finalmente me seja permitido transcrever ainda o seguinte trecho de *O problema da raça negra na América Portuguesa* (1903):

«O que mostra o estudo imparcial dos povos negros é que entre elles existem gráus, ha uma escala hierarchica de cultura e aperfeçoamento. Melhoram e progridem: são, pois, aptos a uma civilização futura. Mas se é impossível dizer se essa civilização ha de ser forçosamente a da raça branca, demonstra ainda o exame insuspeito dos factos que é extremamente morosa, por parte dos negros, a aquisição da civilização européa. E deante da necessidade de, ou civilizar-se de prompto, ou capitular na luta e concorrência que lhes movem os povos brancos, a incapacidade ou a morosidade de progredir, por parte dos negros, se tornam equivalentes na pratica. Os extraordinarios progressos da civilização européa entregaram aos brancos o dominio do mundo, as suas maravilhosas applicações industriaes supprimiram a distancia e o tempo. Impossível conceder, pois, aos negros como em geral aos povos fracos e retardatarios, lazeres e delongas para uma aquisição muito lenta e remota da sua emancipação social. Em todos os tempos não passaram de utopias de philanthropos ou de planos ambiciosos de poderio sectario, a idea de transformar-se uma parte de nações ás quaes a necessidade de progredir mais do que as imitações monomaniacas do liberalismo impõe a necessidade social da igualdade civil e politica, em tuhora da outra parte, destinada à interminavel aprendizagem em vastos seminarios ou officinas profissionaes. A geral desaparição do indio em toda a America, a lenta e gradual sujeição dos povos negros á administração intelligente e exploradora dos povos brancos, tem sido a resposta pratica a essas divagações sentimentaes.»

Senti a necessidade de documentar fartamente as afirmações acima para neutralizar a impressão que algum leitor possa ter a respeito de quem escreve estas linhas, pois sustento que NINA RODRIGUES é, no plano da ciência social, uma nulidade, mesmo considerando-se a época em que viveu. Não há exemplo, no seu tempo, de

(12) Idem.

tanta basbaquice e ingenuidade. Sua apologia do branco nem maliciosa é, como fôra a de Rosenberg (na Alemanha). É sincera, o que o torna ainda mais insignificante se se pretende considerá-lo sociólogo ou antropólogo. Há noticia de que êle foi um homem bom, um professor digno e criterioso, mas os seus amigos, pretendendo fazê-lo passar à história como cientista, fizeram-lhe verdadeira maldade, pois a sua obra, neste particular, é um monumento de asneiras. Por outro lado, é inacreditável desprêzo ao público brasileiro atribuir-se a um cidadão como NINA RODRIGUES um lugar egrégio entre homens como SYLVIO ROMERO e EÚCLIDES DA CUNHA que, apesar dos seus erros, deram realmente contribuições efetivas no campo das ciências sociais no Brasil. Não teriam os admiradores de NINA RODRIGUES estrapolado peara o campo das ciências sociais a sua possível autoridade no campo da medicina legal?

O certo é que, no campo das ciências sociais, a melhor homenagem que se pode prestar às qualidades do cidadão comum NINA RODRIGUES é fazer silêncio a respeito de sua obra.

O NEGRO COMO TEMA

Com NINA RODRIGUES, funda-se propriamente a corrente brasileira de estudos sociológicos e antropológicos tendo por tema — o negro. NINA RODRIGUES era racista e a reação contra seu biologismo foi iniciada quando êle ainda vivia, isto é, em 1902. Neste ano, o brilhante médico bahiano, OSCAR FREIRE, escreveu sua tese, «Etiologia das formas concretas da religiosidade no Norte do Brasil» em que procurou mostrar as confusões de NINA RODRIGUES ao imputar à raça manifestações que decorreriam de fatores sociais. OSCAR FREIRE chega mesmo a defender a mestiçagem, o que, na época, significava muita audácia de pensamento, pois corria, entre os doutos, a idéia dos efeitos patológicos do cruzamento de indivíduos de raças diferentes. Vale, porém, notar que apesar do seu liberalismo OSCAR FREIRE viu o negro naquilo em que era portador de traço cultural exquisito. O subtítulo de sua tese é «introdução a um estudo de psicopsicologia criminal».

Mas o continuador de NINA RODRIGUES que alcançou maior notoriedade foi ARTHUR RAMOS. Como o seu patrono, ARTHUR RAMOS, homem aliás de grandes méritos, sob vários pontos de vista, jamais se situou em ciência. Neste terreno, não atingiu a maturidade. Nenhuma obra sua reflete unidade teórica. No plano da ciência, foi um sincrético em todos os seus livros sobre o negro, tais como: *O negro brasileiro* (1934); *O folklore negro do Brasil* (1935); *As Culturas Negras no Novo Mundo* (1937); *A aculturação negra no Brasil* (1942) e a *Introdução à Antropologia Brasileira* (1943 e 1947, respectivamente, primeiro e segundo volumes).

É ainda ARTHUR RAMOS um dos responsáveis pelo prestígio que ainda gozam entre nós as correntes norte-americanas de sociologia e de antropologia, de nefasta influência entre os especialistas em formação, quando adotadas de maneira literal. ARTHUR RAMOS, continuando a linha de NINA RODRIGUES, pelo prestígio que veio a ter nos meios intelectuais, perturbou, na verdade, a evolução de um pensamento sócio-antropológico genuinamente brasileiro, encaminhando-se para o beco sem saída do ecletismo. Fazia, sem reboços, profis-

são de fé na «fecundidade» da conciliação das doutrinas. «Cada vez mais me convenço — dizia em *O Negro Brasileiro* (3ª edição, 1951) — de que as incompatibilidades metodológicas se reduzem a questões de nomenclatura...».

Infelizmente, ele não tem mesmo a desculpa de ter sido tal orientação um imperativo da época e do meio em que viveu, pois já EUCLIDES DA CUNHA, em 1902, verberava a aceitação passiva da ciência estrangeira e assumira, em face dela, uma posição crítico-assimilativa. Em *Os Sertões*, por exemplo, não se o surpreende em nenhuma espécie de prosápia científicista. Ao contrário, Euclides de-teve-se na consideração direta da «figura dos nossos patricios retardatários, desdenhando do que chamou «os garbosos neologismos étnicos». Por outro lado, não tomou o bonde da suspeitíssima antropometria como o seu contemporâneo NINA RODRIGUES, e evitou enredar-se em «fantasias psicogeométricas» que, dizia, «hoje se exageram num quase materialismo filosófico, medindo o ângulo facial, ou traçando a norma verticalis dos jagunços». E acrescentava: «se nos embaraçásemos nas imaginosas linhas dessa «topografia psíquica»; de que tanto se tem abusado, talvez não os compreendêssemos melhor».

Em seus primeiros trabalhos sobre o negro no Brasil, ARTHUR RAMOS utilizou a psicanálise. Depois aderiu à antropologia cultural e adotou o *approach* suspeitíssimo da aculturação. Em 1942, publicou *A Aculturação Negra no Brasil*. Que seria, em última análise? Um processo de preservação e expansão da «brancura» de nossa herança cultural. Mas, a partir da perspectiva do negro, a aculturação se revela um ponto de vista que merece muitas reservas. Como um caso particular da europeização do mundo, a aculturação é, talvez, inevitável, pois que as populações de origem não europeia jamais poderiam participar, com vantagem e dignidade, da civilização universal, em sua forma contemporânea, sem a posse e o domínio de grande acervo de elementos culturais do Ocidente. Porém, ARTHUR RAMOS adotou literalmente o *approach* da aculturação e não percebeu que ela teria um limite: não pode fazer do homem de cor um autoflagelado, dividi-lo interiormente, como acontece em toda a parte onde áreas de populações coradas estão sendo colonizadas ou politicamente dominadas por contingentes europeus. Faltou a ARTHUR RAMOS a iniciação em certa sociologia da sociologia ou da ciência em geral — o que o teria tornado alerta para o fato de que, em grande parte, a antropologia europeia e norte-americana a que ele aderiu, sem crítica, é um «caso de cupidez.»

Ainda nesta corrente da tematização do negro brasileiro se incluem dois certames. O primeiro teve lugar em 1934, na cidade do Recife, tendo sido seu principal organizador o sociólogo GILBERTO FREYRE. Seguiu-se a este, em 1937, na Bahia, organizado por AYDANO DO COUTO FERRAZ e EDISON CARNEIRO, o 2º Congresso Afro-Brasileiro. Ambos estes conclave foram predominantemente acadêmicos ou descritivos. Exploraram o que se pode chamar de temas de africanologia, bem como o pitoresco da vida e das religiões de certa parcela de negros brasileiros. Apesar da participação de elementos de cor, esses dois foram Congressos «brancos» pela atitude que assumiram em face da questão, como também pelos temas focalizados, temas de interesse remoto do ponto de vista prático. Mas isto é dito aqui sem nenhum intuito de empequenecer tais Congressos Afro-Brasileiros.

E' de justiça reconhecer que eles desbravaram o caminho para os movimentos atuais.

NINA RODRIGUES, OSCAR FREYRE e ARTHUR RAMOS e esses Congressos ilustram com nitidez o que, no domínio das ciências sociais e da crônica histórica, se chamou, entre nós, de «o problema do negro». Para o propósito que me inspira, neste estudo, não distingo aqueles escritores de outros como Debret, Maria Graham, Rugendas, Koster, Kidder, Manoel Querino, Roger Bastide, Gilberto Freyre, seus imitadores. Ha, certamente, entre eles, diferenças de método, de técnica científica. Todos, porém, vêem o negro do mesmo ângulo. Todos o vêem como algo estranho, exótico, problemático, como não-Brasil, ainda que alguns protestem o contrário.

Ainda entre esses estudiosos, incluo os mais recentes: Donald Pierson, Charles Wagley, Florestan Fernandes e Thales de Azevedo. Como os seus antecessores, continuam percebendo, descortinando no cenário brasileiro — o contingente corado, a mancha negra, detendo-se sobre ela a fim de, *sine ira ac studio*, estudá-la, explicá-la, às vezes, discerni-la, quando, em elevadas posições da estrutura social, quase se confunde com os mais claros. Anota-se, em tais estudos, a existência de negros e mestiços no exercício de profissões liberais, participando das elites, unidos a cônjuges claros. Um destes autores jovens referiu-se mesmo a escritos sociológicos sobre o negro de autoria de um estudioso negro como documentos «curiosíssimos».

SOCIOLOGIA DO NEGRO, IDEOLOGIA DA BRANCURA

A princípio, o negro, no domínio da sociologia brasileira, foi problema porque seria portador de traços culturais vinculados a culturas africanas, pelo que, em seu comportamento, apresenta como sobrevivência. Hoje, continua a ser assunto ou problema, porque tende a confundir-se pela cultura com as camadas mais claras da população brasileira.

Neste ponto, é oportuno perguntar: Que é que, no domínio de nossas ciências sociais, faz do negro um problema, ou um assunto? A partir de que norma, de que padrão, de que valor, se define como problemático ou se considera tema o negro no Brasil? Na medida em que se afirma a existência, no Brasil, de um problema do negro, que se supõe devesse ser a sociedade nacional em que o dito problema estivesse erradicado?

Na minha opinião, responder a estas perguntas corresponde a conjurar uma das maiores ilusões da sociologia brasileira.

Uma determinada condição humana é erigida à categoria de problema quando, entre outras coisas, não se coaduna com um ideal, um valor, ou uma norma. Quem a rotula como problema, estima-a ou a avalia anormal. Ora, o negro no Brasil é objeto de estudo como problema na medida em que discrepa de que norma ou valor?

Os primeiros estudos no campo trataram das formas de religiosidade do negro. Terá, porém, o negro, entre nós, uma religião específica? Objetivamente, não. Desde a época colonial, uma grande massa de negros e mestiços tinha abraçado a religião predominante no Brasil — a católica. Quando, no fim do século passado, Nina Rodrigues falou pela primeira vez, no domínio da ciência nacional, em um problema do negro, a parcela de homens de cor de religião católica era

a mais significativa. Mais ainda, já na época de Nina Rodrigues as sobrevivências religiosas, como ainda hoje, caracterizavam o comportamento das classes pobres aí se incluindo tanto claros como escuros, muito embora os claros participassem dos cultos primitivos mais como aficionados ou clientes do que como oficiantes de práticas sagradas.

Tem sido, também, considerada com freqüência a criminalidade do negro. Terão, porém, o negro e seus descendentes uma criminalidade específica? Objetivamente, ainda não.

A maior freqüência de indivíduos pigmentados na estatística de certos crimes decorre necessariamente de sua predominância em determinadas camadas sociais. Assinala um fenômeno quantitativo e não qualitativo. Por outro lado, careceria de base objetiva a afirmação de que o negro no Brasil manifestasse tendências específicas essenciais na vida associativa, na vida conjugal, na vida profissional, na vida moral, na utilização de processos de competição econômica e política. O fato é que o negro se comporta sempre essencialmente como brasileiro, embora, como o dos brancos, esse comportamento se diferencie segundo as contingências de região e estrato social.

O negro é tema, é assunto, é objeto de registro, no Brasil, em tôdas as situações. Um dos mais recentes livros sobre o negro na Bahia (13) se detem precisamente registrando-o em posições de relevo na estrutura social e econômica. O livro em apreço exibe várias fotografias em que aparecem negros médico, homem de negócio, universitário, pintor, compositor, de resto, situações verdadeiramente comuns no Estado da Bahia.

Observe-se que, em nossos dias, graças ao desenvolvimento econômico e social do país, elementos de cor se encontram de alto a baixo, em tôdas as camadas sociais, e só em algumas instituições nacionais vigoram ainda fortes restrições para o seu acesso a determinadas esferas.

Nestas condições, o que parece justificar a insistência com que se considera como problemática a situação do negro no Brasil é o fato de que ele é portador de uma pele escura. A cor da pele do negro parece constituir o obstáculo, a anormalidade a sanar. Dir-se-ia que na cultura brasileira o branco é o ideal, a norma, o valor, por excelência.

É, de fato, a cultura brasileira tem uma conotação clara. Este aspecto só é insignificante aparentemente. Na verdade, merece um apreço especial para o entendimento do que tem sido chamado, pelos sociólogos, de «problema do negro».

Constitui, hoje, uma noção corriqueira da ciência a de que o processo biológico e o processo cultural se realizam em planos diferentes. Parece definitivamente aceito como um resultado da observação cientificamente controlada que a cultura é uma realidade super-orgânica e, portanto, um produto da convivência humana ou do trato do homem com a natureza e nunca uma espécie de dom, algo que emana de qualidades biológicas inatas.

Mas partir daí para não admitir o reflexo na cultura e na sociedade de certos acidentes biológicos vai um grosseiro erro de observação científica. Na verdade, os acidentes biológicos, como todos os

13) Thales de Azevedo, *Les Elites de Couleur dans une Ville Brésilienne*. Edição da UNESCO. 1953.

acidentes naturais, refratam-se na cultura. Natureza e cultura se interpenetram.

Um sociólogo alemão, Georg Simmel (14), meditando sobre as origens da cultura ocidental, concluiu que ela era masculina. No Ocidente, constituem obra do homem a indústria, a ciência, o comércio, o Estado, a religião. As instituições da cultura ocidental assinalariam a prepotência do homem. Aí o varonil se confunde mesmo com o «humano». Simmel ilustra esta identificação do particular com o genérico, reportando-se à alegação corrente de que as mulheres carecem de senso jurídico ou se inclinam sempre para assumir atitudes contrárias ao direito. Tal contradição, entretanto, seria apenas uma oposição ao direito masculino, único que possuímos, e não ao direito em geral. Mas para ilustrar a origem masculina das instituições do Ocidente não seria necessário apelar para o caso do direito. Lembremos que até no domínio da decoração estética do corpo da mulher, é o homem, em larga margem, um ditador de critérios, um ditador aliás obedecido dócilmente. Aí estão para comprovar isto os famosos figurinistas e cabeleireiros, de Paris e Nova Iorque...

Sabe-se que na planície norte-americana muitas tribus eram sedentárias, baseando sua subsistência no trabalho agrícola, num regime econômico em que as mulheres detinham uma grande soma de poder. As divindades destas tribus eram preponderantemente femininas e se relacionavam com a fecundidade e as vicissitudes das safras. Quando os indígenas aprenderam a usar o cavalo, iniciou-se e tomou vulto a mudança radical das bases materiais das tribus, as quais adotaram a vida nômade. A caça ganhou decisiva importância, as instituições se alteraram e, inclusive, as divindades, por exemplo, passaram a revestir-se de feições masculinas, divindades vinculadas à coragem, à guerra, à iniciativa.

É, portanto, legítimo afirmar com Simmel que a cultura é uma compenetração de elementos históricos e biológicos. Que ela não é, por exemplo, um produto neutro, do ponto de vista sexual, podendo ser, de fato, masculina ou feminina.

O ingrediente biológico, a partir do qual a cultura elabora alguns dos seus elementos, faz-se bastante nítido nos valores estéticos. Com efeito, o valor estético primário para todo povo autêntico é o vivido imediatamente. Os padrões estéticos de uma cultura autêntica são estilizações elaboradas a partir da vida comunitária. Uma comunidade de indivíduos brancos terá de erigir à categoria de ideal de beleza humana o homem branco. O ideal de beleza no Japão, na China, na Índia, reflete realidades étnicas, típicas de cada um desses países. Por outro lado, o tipo de beleza para as sociedades tribais, que se mantêm ainda íntegras do ponto de vista cultural, se desprende sempre de condições étnicas particulares. As divindades das tribus africanas são negras. No século XIV, o geógrafo Ibn Batouta deplorava o desprezo pelos brancos que demonstravam os negros sudaneses. A mesma aversão se registra entre os índios pele-vermelha. Os Bantus «não civilizados», informa S. W. Molema, têm profunda aversão a toda pele diferente da sua. Os nativos da Melanésia, segundo Malinowski, acham os europeus horríveis. Certos canibais teriam repugnância pela carne do homem branco, que eles acham não «amadurecida» ou «salgada» e, con-

(14) Georg Simmel, *Cultura Feminina y otros ensayos*. Colección Austral. Buenos Aires, 1944.

forme relatos de mais de um etnólogo, alguns povos africanos associam à pele branca a idéia «de descoloração de um corpo que permaneceu muito tempo dentro da água». O pastor Agbebi refere que, para muitos africanos, o homem branco exala um odor fétido, desagradável ao olfato. E Darwin, que viajou muito e visitou diversas partes do mundo, escreveu: «... a idéia do que é o belo não é nem inata nem inalterável. Constatamos isso no fato de que homens de diferentes raças admiram entre suas respectivas mulheres tipos de beleza absolutamente diferentes». (15)

As categorias da estética social nas culturas autênticas (16) são sempre locais e, em última análise, são estilizações de aspectos particulares de uma circunstância histórica determinada. Tais categorias são assimiladas pelo indivíduo na vida comunitária. Aprende-se a definir o belo e o feio através da convivência cotidiana, do processo social. Cada sociedade, na medida em que se conserva dotada de autenticidade ou de integridade, inculca, em cada um de seus membros, pela aprendizagem, padrões de avaliação estética, os quais reforçam as suas particularidades. Cada sociedade alcança, assim, a sua própria sobrevivência, enquanto, pelos seus mecanismos institucionais, consegue fazer cada indivíduo identificado com a sua moldura histórica e natural. É assim que me louvaria em Karl Vossler (17) para dizer que toda a vida orgânica e os produtos mentais e materiais do homem estão impregnados da natureza circundante.

Todavia, o processo de europeização do mundo tem abalado os alicerces das culturas que alcança. A superioridade prática e material da cultura ocidental face às culturas não-européias promove, nestas últimas, manifestações patológicas. Existe uma patologia cultural que consiste, precisamente, sobretudo no campo da estética social, na adoção pelos indivíduos de uma determinada sociedade, de um padrão estético exógeno, não induzido diretamente da circunstância natural e historicamente vivida. É, por exemplo, este fenômeno patológico o responsável pela ambivalência de certos nativos na avaliação estética. O desejo de ser branco afeta, fortemente, os nativos governados por europeus. Entre negros, R.R. Moton registrou o emprêgo do termo «branco» como designativo de excelência e o hábito de dizer-se de um homem bom que tem um coração «branco». Este «desvio existencial» tem sido observado tecnicamente nos Estados Unidos, no Brasil e em toda a parte em que populações negras estão sendo europeizadas. O negro europeizado, via de regra, detesta mesmo referên-

(15) Cfr. Alan Burns, *Le Préjugé de Race et de Couleur*, Payot, Paris, 1949.

(16) Entende-se aqui «cultura autêntica» no sentido delimitado por Edward Sapir. «A cultura autêntica não é necessariamente alta ou baixa, é apenas inerentemente harmoniosa, equilibrada, a si mesmo satisfatória. É a expressão de uma atitude ricamente variada e entretanto de certo modo unificada e consistente em face da vida, uma atitude que vê o significado de qualquer elemento de civilização em sua relação com todos os outros. É, falando de modo ideal, uma cultura em que nada deixa espiritualmente de ter sentido, em que nenhuma parte importante do funcionamento geral traz em si senso de frustração, de esforço mal dirigido ou hostil. Não é um híbrido espiritual de elementos contraditórios, de compartimentos estanques de consciência que evitam participar de uma síntese harmoniosa.» Cfr. Donald Pierson (organizador) *Estudos de Organização Social*. Livraria Martins Editora S/A. 1949. pág. 291.

(17) Karl Vossler, *The Spirit of Language in Civilization*. Routledge of Kegan Paul Ltd. London. 1951.

cias à sua condição racial. Ele tende a negar-se como negro e um psicanalista descobriu nos sonhos de negros brasileiros uma forte tendência a mudar de pele. O que escreve estas linhas teve ocasião de verificar, quando realizava uma pesquisa, o vexame com que certas pessoas de cor respondiam a um questionário sobre preconceitos raciais. Situação esta análoga à que é narrada por Kenneth e Mamie Clark numa pesquisa sobre preconceito entre crianças negras, norte-americanas, de 3 a 7 anos, que consistia em solicitar às mesmas que escolhessem, a diversos propósitos, bonecas escuras ou claras. De modo geral, os autores registraram entre as crianças a preferência pelo branco. Vale notar que, algumas, em face de certas perguntas em que se tematizava a cor preta, se perturbaram a ponto de prorromperem em soluços, não suportando enfrentar o tema.

Ora, o Brasil, como uma sociedade europeizada, não escapa, quanto à estética social, à patologia coléctica acima descrita. O brasileiro, em geral, e, especialmente, o letrado, adere psicologicamente a um padrão estético europeu e vê os acidentados étnicos do país e a si próprio, do ponto de vista deste. Isto é verdade, tanto com referência ao brasileiro de cor como ao claro. Este fato de nossa psicologia coletiva é, do ponto de vista da ciência social, de caráter patológico, exatamente porque traduz a adoção de um critério artificial, estranho à vida, para a avaliação da beleza humana. Trata-se, aqui, de um caso de alienação que consiste em renunciar a indução de critérios locais ou regionais de julgamento do belo, por subserviência inconsciente a um prestígio exterior.

Esta alienação do padrão de nossa estética social é particularmente notória quando se considera que foram sociólogos e antropólogos do Estado da Bahia, por assim dizer de uma terra de negros, de um Estado em que o contingente de brancos é, ainda hoje, minoritário, foram eles que se extremaram no estudo do chamado «problema do negro no Brasil».

O que explica, portanto, esse «problema» de nossa ciência social é uma alienação, uma forma mórbida de psicologia coletiva, a patologia social do brasileiro e do bahiano, principalmente. Pode-se dizer, no caso, que se está diante daquilo que Erich Fromm chama «socially patterned defect», de um defeito socialmente padronizado, que o indivíduo reparte com os outros, o que lhe diminui o caráter de defeito e o transforma em verdadeira virtude.

Talvez a sociologia da linguagem nos ajude a melhor compreender esta alienação da ciência social no Brasil, no que diz respeito ao negro.

Na época helenística, as camadas letradas das cidades gregas deixaram de falar e desprezavam as línguas locais e se esmeraram no uso de uma língua geral comum, a *Koiné*, que desfrutava de relevante prestígio internacional. É significativo que isto aconteceu quando aquelas cidades perderam a independência política. O poder era exercido por ligas ou confederações de cidades ou estava nas mãos de reis que, embora de civilização helênica, tinham suas capitais fora da Grécia propriamente (18).

Na época de Luis XIV, graças ao prestígio e ao luxo da corte, a

(18) A. Meillet, *Aperçu d'une Histoire de la Langue Grecque*. Librairie Hachette, Paris. 1930.

língua francesa tornou-se também em todo o Velho Continente uma espécie de língua geral das pessoas distinguidas.

Ora, a alienação estética anteriormente assinalada é da mesma espécie da alienação lingüística. Ambas resultam de uma falta de suficiência da comunidade, da auto desprezo, de um sentimento coletivo de inferioridade, da renúncia de critérios naturais de vida, em benefício de critérios artificiais, dogmáticos ou abstratos.

A mim parece necessário seguir esta pista na análise do nosso «problema do negro», negligenciando mesmo os seus aspectos econômicos. O que nos interessa aqui é localizar a questão do ângulo psicológico, enquanto socialmente condicionado, é atingir a uma sociologia funcional e científica do negro, inteiramente por fazer até agora, desde que os estudos da questão que se rotulam de sociológicos e antropológicos não são mais do que documentos ilustrativos da ideologia da brancura ou da claridade.

Isto acontece desde Nina Rodrigues até Arthur Ramos, e os atuais estudos sobre relações de raça, patrocinados pela UNESCO (19). É certo que os modernos sociólogos brasileiros não definem mais o problema em termos de raça como fazia Nina Rodrigues em 1890, não no consideram expressamente como o problema de diluir o contingente negro a fim de assegurar a liderança do país pelos brancos. O problema é, em nossos dias, colocado em termos de cultura. Estima-se como positivo o processo de aculturação. Mas, repito, a aculturação, no caso, a uma análise profunda, supõe ainda uma espécie de defesa da brancura de nossa herança cultural, supõe o conceito da superioridade intrínseca do padrão da estética social de origem européia. Do contrário, que sentido teria notar, registrar o negro até mesmo participando da classe dominante no país? Que sentido teria continuar a achar «curiosíssimos», como se escreve num dos relatórios para a UNESCO, os comportamentos do negro ainda quando exprimindo-se no plano artístico e científico?

O «problema do negro», tal como colocado na sociologia brasileira, é, à luz de uma psicanálise sociológica, um ato de má fé, ou um equívoco, e este equívoco só poderá ser desfeito através da tomada de consciência pelo nosso branco ou pelo nosso negro, culturalmente embranquecido, de sua alienação, de sua enfermidade psicológica. Para tanto, os documentos de nossa sócio-antropologia do negro devem ser considerados como materiais clínicos.

Tais documentos são frutos de uma visão alienada ou consular do Brasil, de uma visão desde fora do país. Embora redigidos por brasileiros, eles se incluem na tradição dos antigos relatórios para o Reino..., ainda que, hoje, o Reino se metamorfoseie na UNESCO, sediada em Paris...

Os epígonos de nossa sócio-antropologia do negro, desde Nina Rodrigues, glosam, aqui, as atitudes (principalmente as atitudes) e as categorias dos estudiosos europeus e norte-americanos, em face do assunto. Inicialmente, com Nina Rodrigues e Oscar Freire, os modelos foram europeus e, a partir de Arthur Ramos até esta data, passaram a ser preponderantemente inspirados em livros norte-americanos.

(19) — Os estudos sobre o negro no Brasil sob o patrocínio da UNESCO foram realizados dentro do melhor padrão técnico, com exceção do que se refere ao negro no Rio de Janeiro que foi confiado a pessoa sem qualificações morais, e científicas. A pessoa em pauta anteriormente já havia cometido grosseiro plágio.

Assim, a princípio, o contingente negro foi visto como raça inferior a ser erradicada do meio nacional. Desde 1934, porém, os estudiosos passaram a distinguir raça e cultura e se orientaram, predominantemente, conforme o sistema de referência adotado pelos sociólogos ianques neste campo, sistema de referência em que são capitais as noções de «aculturação», «homem marginal», o par conceitual «raça-classe» e, ultimamente, a categoria ecológica de «área», a de «estrutura, a de «função». Via de regra, é escassíssima a originalidade metodológica e conceitual dos autores de tais estudos. Há uma perfeita simetria entre as produções dos autores nacionais e as dos estrangeiros.

No entanto, a compreensão efetiva da situação do negro no Brasil exigirá um esforço de criação metodológica e conceitual, de que ninguém foi capaz ainda. Ela tem peculiaridades históricas e sociais insusceptíveis de serem captadas por procedimentos meramente simétricos, tão e somente pela parafernália, da ciência social importada. Adotando literalmente esta parafernália, o sócio-antropólogo brasileiro contribuiu para confundir aquela situação e, atualmente, o sociólogo que tenta vê-la de modo genuíno terá de arrostar fortes interesses investidos e maciços estereótipos justificados em nome da ciência oficial, de resto, de duvidosa validade funcional e objetiva.

A tarefa que se impõe como necessária para conjurar esta mistificação do assunto — o negro no Brasil — é a de promover a purgação daqueles clichês conceituais, é a de tentar examiná-lo pondo entre parênteses as conotações de nossa ciência oficial, é a de tentar o entendimento do tema, a partir de uma situação vital, estando o investigador, nesta situação, aberto à realidade fática e, também, aberto interiormente para a originalidade.

Qual será a situação vital a partir de que é melhor propiciada para o estudioso a compreensão objetiva do tema em tela? Ao autor, parece aquela da qual o homem de pele escura seja, êle próprio, um ingrediente, contanto que êste sujeito se afirme de modo autêntico como negro. Quero dizer, começa-se a melhor compreender o problema quando se parte da afirmação — niger sum. Esta experiência do niger sum, inicialmente, é, pelo seu significado dialético, na conjuntura brasileira em que todos querem ser brancos, um procedimento de alta rentabilidade científica, pois introduz o investigador numa perspectiva que o habilita a ver nuances que, de outro modo, passariam despercebidas.

Sou negro, idêntico como meu o corpo em que o meu eu está inserido, atribuo a sua cor a suscetibilidade de ser valorizada esteticamente e considero a minha condição étnica como um dos suportes do meu orgulho pessoal — eis aí toda uma propedêutica sociológica, todo um ponto de partida para a elaboração de uma hermenêutica da situação do negro no Brasil.

Pois bem, a partir daí se tornam perceptíveis, de repente, as falácias estéticas da sócio-antropologia do negro no Brasil. Então, em primeiro lugar, percebo a suficiência poética do sócio-antropólogo brasileiro quando trata do problema do negro no Brasil. Então enxergo o que há de ultrajante na atitude de quem trata o negro como um ser que vale enquanto «aculturado». Então identifico o equívoco etnocentrismo do «branco» brasileiro ao sublinhar a presença do negro mesmo quando perfeitamente identificado com êle pela cultura. Então descortino a precariedade histórica da brancura como valor.

Então converto o «branco» brasileiro, sófrego de identificação com o padrão estético europeu, num caso de patologia social. Então passo a considerar o preto brasileiro, ávido de embranquecer-se, embaraçado com a sua própria pele, também como um ser psicologicamente dividido. Então descobre-se-me a legitimidade de elaborar uma estética social de que seja um ingrediente positivo a cor negra. Então se me afigura possível uma sociologia científica das relações étnicas. Então compreendo que a solução do que, na sociologia brasileira, se chama o «problema do negro», seria uma sociedade em que todos fôssem brancos. Então capacito-me para negar validade a esta solução.

A partir desta situação vital, o problema efetivo do negro no Brasil é essencialmente psicológico e secundariamente econômico. Explico-me. Desde que se define o negro como um ingrediente normal da população do país, como povo brasileiro, carece de significação falar de um problema do negro puramente econômico, destacado do problema geral das classes desfavorecidas ou do pauperismo. O negro é povo, no Brasil. Não é um componente estranho de nossa demografia. Ao contrário, é a sua mais importante matriz demográfica. E este fato tem de ser erigido à categoria de valor, como o exige a nossa dignidade e o nosso orgulho de povo independente. O negro no Brasil não é anedota, é um parâmetro da realidade nacional. A condição do negro no Brasil só é sociologicamente problemática, em decorrência da alienação estética do próprio negro e da hipercorreção estética do branco brasileiro, ávido de identificação com o europeu.

Descortino, portanto, no Brasil, de um lado, um «problema do negro» tal como é colocado pelos profissionais de sociologia e, de outro lado, um «problema do negro», tal como é efetivamente vivido.

A luz da sociologia científica, a sociologia do negro no Brasil é, ela mesma, um problema, um engano a desfazer — o que só poderá ser conseguido através de um trabalho de crítica e de autocritica. Sem crítica e autocritica, aliás, não pode haver ciência. O espírito científico não se coaduna com a intolerância, não se coloca jamais em posição de sistemática irredutibilidade, mas, ao contrário, está sempre aberto, sempre disposto a rever as suas posturas, no sentido de corrigi-las ou superá-las, naquilo em que se revelarem inadequadas à percepção exata dos fatos. A nossa sociologia do negro é, em larga margem, uma pseudomorfose, isto é, uma visão carecente de suportes existenciais genuínos, que oprime e dificulta mesmo a emergência ou a indução da teoria objetiva dos fatos da vida nacional. Impõe-se, assim, que, entre os que se dedicam ao assunto em pauta, se abra um debate leal e franco. Precisam os sociólogos empreender esta descida aos infernos que consiste em arguir, em pôr em dúvidas aquilo que parecia consagrado. Quem não estiver disposto a esse compromisso, arrisque-se a petrificar-se em vida, ou a falar sozinho, ou permaneça na condição de matéria bruta do acontecer, em vez de tornar-se, como deveria, consciência militante desse acontecer, pela apropriação do seu significado profundo.

A sociologia do negro tal como tem sido feita até agora, à luz da perspectiva em que me coloco, é uma forma sutil de agressão aos brasileiros de cor e, como tal, constitui-se num obstáculo para a formação de uma consciência da realidade étnica do país.

Há, inserida na comunidade racional, uma lógica cujo transporte para o plano conceitual constituiu uma das tarefas primordiais do soció-

logo brasileiro. O Brasil, por força do desenvolvimento de sua riqueza material e de sua crescente emancipação econômica, começa a ter o que se chama de caráter nacional, um orgulho nacional e, na medida em que este processo avança, torna-se um verdadeiro imperativo categórico de nossos quadros intelectuais procurar aplicar-se na estilização, na valorização de nossos tipos étnicos.

A sociologia no Brasil tem sido, em larga margem, uma espécie de patois ou dialeto da sociologia europeia ou norte-americana. Terá, hoje, de procurar tornar-se uma autoconsciência do nosso processo de amadurecimento.

No que diz respeito às relações de raça, a sociologia no Brasil, para ganhar em autenticidade, terá de libertar-se da postura alienada ou consular que a tem marcado e, partir, na análise dos fatos, do ethos brasileiro, da entelequia anímica inserida na realidade nacional.

Tanto quanto o sociólogo venha a converter-se a este imperativo, empreenderá uma tarefa criadora e participará, assim, da elaboração de uma verdadeira pedagogia nacional, isto é, de uma pedagogia vivificada por idéias — forças desprendidas da própria configuração do país. Tanto quanto assim o fizer a nossa sociologia, obter-se-á a conjuração do constrangimento discernível em nossas atuais relações de raça — perigo e constrangimento a que levou o fato de se ter hipostasiado o negro na sociedade brasileira.

No esforço de indução da paideia da sociedade brasileira, no que diz respeito às relações de raça, parece um momento tático e estrategicamente necessário, aquele em que se tematiza o nosso branco, tal como dei um exemplo aqui. Apresso-me em declarar, entretanto, que essa tematização, aliás já iniciada por mim em outra oportunidade (20), não pretende constituir senão um expediente a ser utilizado no processo de desmascaramento de nossos equívocos estéticos, um processo, portanto, a ser abandonado tão logo se alcance aquele objetivo. Na verdade, utilizando uma observação de Sartre, pode-se dizer que, no Brasil, o branco tem desfrutado do privilégio de ver o negro, sem por este último ser visto. Nossa sociologia do negro até agora tem sido uma ilustração desse privilégio. Em nossos dias, entretanto, a estrutura econômica e social do país possibilita a nova fase dos estudos sobre relações de raça no Brasil, fase que se caracteriza pelo enfoque de tais relações, desde um ato de liberdade do negro.

E' minha convicção que desta mudança de orientação resulte não um conflito insolúvel entre brancos e escuros, mas uma liquidação de equívocos de parte a parte, e conseqüentemente, uma contribuição para que a sociedade brasileira se encaminhe para o rumo de sua verdadeira destinação histórica — a de tornar-se, do ponto de vista étnico, uma *conjunctio oppositorum*.

PASSADO E PRESENTE DA NOVA FASE

A nova corrente de idéias sobre a condição do negro no Brasil e que se corporifica no Teatro Experimental do Negro representa o amadurecimento ou a eclosão de idéias que estavam mais implícitas do que explícitas na conduta de associações, grupos ou pessoas desde

(20) — Vide GUERREIRO RAMOS, «Sociologia Clínica de um Bahiano Claro», in «O Jornal», Rio, 27 de dezembro de 1953.

o princípio da formação da sociedade brasileira. A história do desenvolvimento desta corrente não pode ser contada aqui porque nos obrigaria a um detalhe que não cabe neste estudo. Entretanto, pode-se dizer sumariamente que os marcos desta evolução foram os trabalhos do africano Chico Rei que, em Minas Gerais, no princípio do século XVIII, organizou um movimento para alforriar negros escravos; as confrarias, os fundos de emancipação, as caixas de empréstimo, irmandades e juntas, instituições que recolhiam contribuições de homens de cor destinadas à compra de cartas de alforrias; as insurreições de negros muçulmanos no Estado da Bahia; os chamados quilombos, aldeamentos de negros fugidos, como a famosa República dos Palmares, em Alagoas, verdadeiro Estado de negros; o movimento abolicionista em que sobressaíram LUIZ DA GAMA e JOSE DO PATROCÍNIO, intelectuais negros, e outras iniciativas e associações como o Clube do Cupim em Recife, as Frentes Negras de São Paulo e da Bahia...

Evidentemente a nova corrente de idéias em que se inspira o autor destas linhas e que informa as atividades do T.E.N. registra manifestações como as acima referidas apenas como antecedentes, mas não sanciona necessariamente os seus intuítos, pois, via de regra, careciam de elaboração teórica e foram, muitas vezes, reações agressivas que não podem ser, hoje, apresentadas como paradigmas. Salva-se, porém, em todas elas, o esforço da camada pigmentada, sózinha ou aliada com patricios claros, como foi o caso do Abolicionismo, na busca de uma condição humana para o negro, em que ele pudesse ser sujeito de um ato de liberdade.

Os antecedentes teóricos mais próximos da nova posição podem ser identificados em duas figuras de intelectuais brasileiros, ambos, aliás, brancos. Trata-se de JOAQUIM NABUCO e ALVARO BOMILCAR, este último um nome praticamente esquecido.

JOAQUIM NABUCO, um dos líderes do abolicionismo, concebeu, desde 1883, a fase dinâmica do tratamento de nossa questão negra, em termos que podem ser tidos como atuais ainda. Com efeito, este notável estadista escreveu em seu livro, *O Abolicionismo*: «Depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor será ainda preciso desbastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativeiro, isto é, de despotismo, superstição e ignorância. O processo natural pelo qual a Escravidão fossilizou nos seus moldes a exuberante vitalidade do nosso povo durou todo o período do crescimento, e enquanto a Nação não tiver consciência de que lhe é indispensável adaptar à liberdade (o grifo é meu) cada um dos aparelhos do seu organismo de que a escravidão se apropriou, a obra desta irá por diante, mesmo quando não haja mais escravos (Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1938. Pág. 5)».

No livro de JOAQUIM NABUCO, *O Abolicionismo*, escrito em 1883, se encontram, aliás, algumas colocações que podem perfeitamente ser retomadas, hoje, com alterações apenas formais. Uma delas é o que ele chama de «mandato da raça negra». Parafraseando Nabuco, pode dizer-se que, em nossos dias, incumbe aos interessados no problema em pauta assumir em face do mesmo uma «delegação inconsciente da parte dos que a fazem, interpretada pelos que a aceitam como um mandato que se não pode renunciar».

ALVARO BOMILCAR pode ser considerado como um pioneiro da nova concepção das relações étnicas no Brasil. Em 1911 escreveu uma série de artigos, na imprensa da capital da República, depois reunidos, livro em *O Preconceito de Raça no Brasil* (1916), em que põe à mostra o culto da brancura vigente nas classes dominantes do Brasil. ALVARO BOMILCAR organizou mesmo um movimento social e político, em cujo programa se delimitava com clareza a tarefa de liquidar os constrangimentos entre os brasileiros claros e escuros. Se, do ponto de vista da técnica sociológica de hoje, aquela obra de ALVARO BOMILCAR é precária, nem por isso deixa de ser o documento mais importante do diagnóstico científico de nossa questão racial, na fase republicana.

O livro, *O Preconceito de Raça no Brasil*, é um ensaio lucidíssimo sobre o sentimento coletivo de inferioridade que ALVARO BOMILCAR discernia na sociedade brasileira e que lhe fazia observar que a despeito das diversas vezes que as ciências se têm enriquecido com o concurso intelectual desse grande mestiço — que é o brasileiro — o nosso critério acadêmico é que o sábio só existe na Europa. Este critério é o que tem dificultado a elaboração da autoconsciência da realidade nacional, inclusive da realidade étnica do país. Neste sentido, escrevia Bomilcar: «No Brasil, pondo de parte SYLVIO ROMERO e alguns pioneiros da nossa literatura, de rara combatividade, quedamos inertes, à espera que um qualquer sábio da Europa venha dizer de nós aquilo que porventura lhe ocorra, no sentido dogmático; ou ainda o que o critério de uma permanência de algumas semanas, na capital da República, lhe possa sugerir de agradável e interessante». E perguntava em 1911: «Quem terá a coragem para escrever a verdadeira sociologia, a única que nos convém: a sociologia brasileira?» (21).

O Teatro Experimental do Negro, fundado, em 1944, por um grupo liderado por Abdias Nascimento é, no Brasil, a manifestação mais consciente e espetacular da nova fase, característica pelo fato de que, no presente, o negro se recusa a servir de mero tema de dissertações «antropológicas», e passa a agir no sentido de desmascarar os preconceitos de cor. O T.E.N. patrocinou as Convenções Nacionais do Negro, a primeira em São Paulo (1944) e a segunda no Rio (1947); a Conferência Nacional do Negro (Rio, 1949) e o I Congresso do Negro Brasileiro (Rio, 1950). Todos estes certames foram animados de propósitos práticos e não reuniões de debates acadêmicos. Isto não impediu, entretanto, que um estudioso como ARTHUR RAMOS tivesse comparecido, como convidado, à Conferência Nacional do Negro, em cuja sessão final tomou parte em vésperas de sua viagem para a Europa, onde faleceu.

Fundamentado em bases científicas, de caráter sociológico e antropológico, o T.E.N. nunca foi compreendido pelos prógonos da ciência oficial que, embora não no hostilizassem francamente, sempre se conduziram em face do empreendimento com desconfiança. No fundo, percebiam que o T.E.N. representava uma mudança de 180 graus na orientação dos estudos sobre o negro.

Todavia, nunca os dirigentes do T.E.N. hostilizaram os «antropólogos» e «sociólogos» oficiais. Foram, na verdade, pacientes com

(21) Vide A. Bomilcar, op. cit., pág. 51.

êles. Atraíram-nos mesmo para as suas reuniões, certos de que, na medida em que fôssem sinceros, poderiam ser recuperados.

Vale a pena insistir neste ponto. O T.E.N. foi, no Brasil, o primeiro a denunciar a alienação da antropologia e da sociologia nacional, focalizando a gente de côr, à luz do pitoresco ou do histórico puramente, como se se tratasse de elemento estático ou mumificado. Esta denúncia é um leitmotivo de tôdas as demonstrações do T.E.N., entre as quais o seu jornal QUILOMBO, a Conferência Nacional do Negro e o I Congresso do Negro Brasileiro realizado em 1950.

Os dirigentes do T.E.N. sabiam e sabem que, de modo geral, a camada letrada e os «antropólogos» e «sociólogos» oficiais não estavam, como ainda não estão, preparados mentalmente para alcançar o significado da iniciativa.

O movimento em aprêço representa uma reação de intelectuais negros e mulatos que, em resumo, tem três objetivos fundamentais: 1) formular categorias, métodos e processos científicos destinados ao tratamento do problema racial, no Brasil; 2) reeducar os «brancos» brasileiros, libertando-os de critérios exógenos de comportamento; 3) e «descomplexificar» os negros e mulatos, adestrando-os em estilos superiores de comportamento, de modo que possam tirar vantagem das franquias democráticas, em funcionamento no país.

Na realização do primeiro objetivo, O T.E.N. desmascarou, de maneira aliás muito polida, a antropologia oficial. O I Congresso do Negro Brasileiro marca definitivamente a nova fase dos estudos sôbre o negro. Com a plena consciência disto, escreveu ABDIAS NASCIMENTO, diretor-geral do T.E.N., em Quilombo n. 5 (janeiro de 1950):

«O I Congresso Negro pretende dar uma ênfase tôda especial aos problemas práticos e atuais da vida da nossa gente de côr. Sempre que se estudou o negro, foi com o propósito evidente ou a intenção mal disfarçada de considerá-lo um ser distante, quase morto, ou já mesmo emalhado como peça de museu. Por isso mesmo o Congresso dará uma importância secundária, por exemplo, às questões etnológicas, e menos palpitantes, interessando menos saber qual seja o índice cefálico do negro, ou se Zumbi suicidou-se realmente ou não, do que indagar quais os meios de que poderemos lançar mão para organizar associações e instituições que possam oferecer oportunidades para a gente de côr se elevar na sociedade. Deseja o Congresso encontrar medidas eficientes para aumentar o poder aquisitivo do negro, tornando-o assim um membro efetivo e ativo da comunidade nacional — Guerreiro Ramos vai mais longe afirmando que essa tomada de posição de elementos da nossa massa de côr nada mais é do que uma resposta do Brasil a um apêlo do mundo que reclama a participação das minorias no grande jôgo democrático da cultura. E o futuro Congresso, portanto, vem afirmar que já existe em nosso país uma elite de côr capaz de infundir confiança às classes dominantes, porquanto o nosso movimento não é um diversionismo, não visa a objetivos pitorescos e nem se caracteriza por aquela irresponsabilidade que infelizmente tem prejudicado a maioria das iniciativas dos negros do Brasil.»

Em 1949, um documento (22) em que se definia o sentido prático do movimento rezava: «A condição jurídica de cidadão livre dada ao negro (pela Abolição) foi um avanço sem dúvida. Mas um avanço puramente simbólico, abstrato. Sócio-culturalmente, aquela condição não se configurou; de um lado, porque a estrutura de dominação da sociedade brasileira não se alterou; de outro lado, porque a massa juridicamente liberta estava psicologicamente despreparada para assumir as funções de cidadania. Assim, para que o processo de libertação desta massa se positivo, é necessário reeducá-la e criar condições sociais e econômicas para que esta reeducação se efetive. A simples reeducação desta massa desacompanhada de correlata transformação da realidade sócio-cultural representa a criação de situações marginais dentro da sociedade. É necessário instalarem-se na sociedade brasileira mecanismos integrativos de capilaridade social capazes de dar função e posição aos elementos da massa de côr que se adestrarem nos estilos das classes dominantes. (Guerreiro Ramos, «O Negro no Brasil e um Exame de Consciência»).

Em 1950, escrevia em artigo publicado em «A Manhã» (10-12-50) — «Os estudos sôbre o negro brasileiro»: — «Os estudos sôbre o negro no Brasil estão manifestamente atrasados. Não superamos ainda, neste particular, a fase do academismo e do epicurismo sociológico interessado nos aspectos pitorescos da questão. O problema do negro no Brasil tem sido focalizado com aquele intuito de descrever, de estudar por estudar. A gente toma susto quando faz esta verificação, pois à primeira vista, tinha-se a impressão de que havia no país uma consciência do problema, criada pelos numerosos livros escritos sôbre o tema. Mas é preciso ter vindo «de fora», para se constatar como é assustadora a situação dos estudos sôbre o negro no Brasil, pois, até certo ponto, êles criaram uma «falsa consciência» da questão. Tranqüilizaram a consciência das elites, quando o caso não é para isto ainda.

Deram-nos a impressão de que tudo corria bem quando efetivamente tudo corre mal. O negro tem sido estudado, entre nós, como palha ou múmia. A quase totalidade dos estudos sôbre o tema implica a idéia de que a Abolição tenha sido uma resolução definitiva do problema das massas de côr. Depois daquele cometimento espetacular, nada haveria que fazer senão estudar o negro do ponto de vista estático. E assim, os especialistas entraram na pista dos trabalhos de reconstituição histórica, do folclorc e de certa antropologia descritiva, por excelência.»

A declaração final do I Congresso do Negro Brasileiro, publicada na imprensa brasileira em 4 de setembro de 1950, continua sendo até agora a sùmula mais inteligente de um programa de tratamento objetivo das relações étnicas no país. O documento formula, entre outras, as seguintes recomendações:

- a) a defesa vigilante da sadia tradição nacional de igualdade entre os grupos que constituem a nossa população;
- b) a utilização de meios indiretos de reeducação e desrecalcamento em massa e de transformação de atitudes, tais como o teatro, o cinema, a literatura e outras artes, os concursos de beleza, e as técnicas de sociatria;

(22) Vide Relações de Raça no Brasil. Rio, 1950 (Por vários autores).

c) a realização periódica de Congressos culturais e científicos de âmbito internacional, nacional e regional;

d) a inclusão de homens de cor nas listas de candidatos de agremiações partidárias, a fim de desenvolver a sua capacidade política e formar líderes esclarecidos, que possam traduzir em formas ajustadas às tradições nacionais, as reivindicações das massas de cor;

e) a cooperação do governo, através de medidas eficazes, contra os restos de discriminação de cor ainda existentes em algumas repartições oficiais.

Naturalmente, as posições teóricas e práticas assumidas no meio brasileiro, pelos representantes da nova fase, não podem ser consideradas definitivas. Nelas há muito o que discutir e já se discernem algumas incorreções, contradições e até erros de tática e estratégia a serem evitados, daqui por diante. Mas a autocrítica deste movimento, já iniciada, é outro assunto. O que até aqui se escreveu pretende ser apenas um relatório verídico e honesto da situação dos estudos sobre o negro no Brasil.

Fevereiro, 1954

GUERREIRO RAMOS

ÍNDICE

<i>A crise do nosso tempo e do Brasil</i>	1
Estados Unidos	
<i>Perspectivas da Conjuntura Econômica</i>	18
Rússia	
<i>As três posições e a nova orientação</i>	26
Africa	
<i>Aspectos da Questão Colonial (M.F.O.)</i>	45
Extremo Oriente	
<i>Tendências para a negociação</i>	68
América Latina	
<i>O Imperialismo outra vez na ofensiva</i>	74
Brasil	
<i>A denúncia João Neves</i>	83
<i>Situação Política brasileira</i>	101
<i>Três etapas do comunismo brasileiro</i>	123
<i>Que é o ademarismo?</i>	129
<i>O moralismo e a alienação das classes médias</i>	150

<i>Condições para o equilíbrio do balanço de pagamento do Brasil (H.L.R.)</i>	160
Entrevista	
<i>Palestra com o Sr. Paz Estenssoro (Hélio Jaguaribe)</i> ..	177
Noticiário do IBESP	
<i>Convenio cultural com a CAPES — Inauguração dos cursos</i>	186
<i>Os Seminários</i>	186
Estudo	
<i>O problema do negro na sociologia brasileira (Guerreiro Ramos)</i>	189

CNT

Tendo em vista a relevância das questões debatidas nas conferências de Berlim e Genebra, o alcance das decisões nelas adotadas, e principalmente as conseqüências a que conduziram, e atendendo, por outro lado, à íntima conexão entre as mesmas, julgamos conveniente publicar, em volume especial, a documentação relativa a essas conferências, acompanhada de notas explicativas. Por causa do grande espaço que ocupará êsse documentário, reservamos nossos dois próximos números, concentrados num só volume, para a publicação desse material, transferindo para o mesmo alguns dos textos que deveriam ser publicados na presente edição em proveito da unidade dos temas. Desta forma, os Nos. 3 e 4 dos CADERNOS serão publicados, em volume único, no mês de setembro do corrente.